INSTALAÇÃO AVÍCOLA QUINTA DO VALE DA LAPA

ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL

VOLUME II – RELATÓRIO SÍNTESE – ANEXOS



PINTOGAL – PRODUÇÃO AVÍCOLA, S.A.

ZONA INDUSTRIAL DA ZICOFA, LOTE 4, COVA DAS FAIAS

2415-314 MARRAZES, LEIRIA

ABRIL DE 2020

ANEXO 1

Memorando de Entendimento entre a Câmara Municipal de Góis e o Grupo Lusiaves

Memorando de Entendimento

Considerando que:

1. O Município de Góis, no âmbito das suas atribuições, definidas legalmente, deve promover e salvaguardar os interesses próprios das respetivas populações, em vários domínios, entre os quais, o desenvolvimento económico e social, aprovando os planos e demais instrumentos estratégicos necessários a prossecução dessas atribuições;
2. O Concelho de Góis, é um espaço de vasta área territorial, com uma densidade populacional muito reduzida, em que a taxa de mortalidade é bem superior à taxa de natalidade, sendo a prioridade principal do Município, inverter este decréscimo populacional e evitar a desertificação deste enorme espaço, através da captação de investimentos, geradores de riqueza e de criação de postos de trabalho;
3. Surgiu a possibilidade de um investimento através do Grupo Empresarial LUSIAVES, S.A., de grande relevância para o desenvolvimento económico do concelho, mediante um investimento global de mais de dez milhões de euros, com a criação de dezenas de postos de trabalho diretos e várias dezenas de empregos indiretos;

4. A fixação deste Grupo empresarial e económico, de reconhecida importância a nível nacional e até internacional, no concelho de Góis, constituirá, um investimento de avultados capitais, que se repercutirá na economia local e regional, mas será também um marco importante de atração de novos investidores;
5. É obrigação do Município criar todas as condições, designadamente, ao nível da cedência de terrenos a preço simbólico, infraestruturas, alterações regulamentares aos instrumentos de gestão territorial e municipais para que investimentos desta natureza se implantem no concelho e gerem emprego e riqueza, concedendo os demais incentivos e estímulos à sua concretização;
6. O Grupo Lusiaves é um grupo empresarial que se dedica à produção de produtos alimentares de origem animal, designadamente produção de carne de aves e seus derivados;
7. O Grupo Lusiaves pretende realizar, através da sua participada, Granja Avícola S. Pelágio, no lugar da Carvalhinha, freguesia e Município de Góis um investimento composto por uma Exploração Avícola, composta por pavilhões para engorda de aves, com uma área bruta de construção total de cerca de 45.300 ha conforme Estudo Prévio que se junta como Anexo I; na qual se pretende desenvolver o processo de engorda, após o qual as aves são

transferidas para um centro de abate. A concretização do projeto da Exploração Avícola irá permitir aumentar a produção de aves, indispensável ao funcionamento do Centro de Abate do Grupo, situado em Marinha das Ondas;

8. A dimensão do projeto determina que o mesmo seja realizado também num conjunto de parcelas sitas em Vale da Lapa, freguesia de Vila Nova do Ceira, concelho de Góis, onde ficarão implantados pavilhões numa área total de aproximadamente de 40 hectares, conforme localização que seja junta como Anexo II.
9. A Lusiaves S.A. e a empresa do grupo que proceder ao investimento e à sua gestão, comprometem-se a contratar ou a diligenciar pelo ingresso, preferencialmente, de mão de obra e recursos humanos, constituída/os por pessoas residentes ou naturais do concelho de Góis.

ENTRE:

O MUNICÍPIO DE GÓIS, pessoa coletiva nº 506 613 399, com sede em Góis concelho de Góis, neste ato representada pela Presidente da Câmara, Maria de Lurdes de Oliveira Castanheira, como primeiro outorgante;

E

O GRUPO LUSIAVES, SGPS S.A. pessoa colectiva nº 507 438 884, com sede em Rua da Fonte, Marinha das Ondas,

Figueira da Foz, neste ato representada por Avelino da Mota Francisco Gaspar, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração e com poderes para o ato, adiante designado por segunda outorgante;

É celebrado o presente Memorando de entendimento, que se rege nos termos das disposições seguintes:

i. Por forma a reunir as condições indispensáveis para a concretização do projeto em apreço, referido no considerando 8, o Município de Góis compromete-se a realizar as necessárias alterações regulamentares aos instrumentos de gestão territorial municipais que enquadrarem esta tipologia de operações;

ii. O Município de Góis compromete-se ainda a isentar totalmente de taxas municipais de urbanismo e de manutenção e reforço de infraestruturas, o projeto objeto do presente Memorando.

iii. Na fase posterior à aquisição dos lotes mas prévia à concretização das instalações, caberá ao Grupo Lusiaves, através da sua participada Granja Avícola S. Pelágio, realizar as seguintes diligências:

a) Efetuar todos os estudos de avaliação de impacto ambiental (AIA) que se revelarem indispensáveis à concretização do projeto proposto;

b) Fornecer ao primeiro outorgante as declarações de impacto ambiental, (DIA) que resultarem dos estudos referidos na alínea anterior;

iv. Cumpridos os pré-requisitos referidos no ponto i. ficam reunidas as condições para as outorgantes celebrarem escritura de cedência dos imóveis envolvidos, nos termos e condições seguintes:

a) Cedência a um cêntimo por cada m2 do prédio rústico agroflorestal que totaliza a área aproximada de 96 hectares, sito à Carvalhinha, limite de Góis, com uso compatível com atividade agropecuária;

b) Isenção de IMT pela cedência referida, bem como isenção de IMI durante 10 anos para as construções nela edificadas;

c) Se, sem autorização prévia do Município, às parcelas objeto do presente contrato for dado outro fim que não a instalação das unidades de produção referidas no considerando nº 8, operar-se-á reversão dos lotes com todas as benfeitorias, sem haver lugar ao pagamento de qualquer indemnização;

d) A reversão nos termos referidos na alínea anterior, operar-se-á igualmente, em caso de cessação definitiva da atividade produtiva e comercial que esteve na base

deste Protocolo e ainda em caso de insolvência do Grupo ou da empresa titular e gestora do investimento ou investimentos objeto deste Memorando.

e) Se a adquirente pretender vender os terrenos a sociedades que não integram o Grupo Lusiaves e alterar o uso, terá, necessariamente, de obter a prévia autorização do Município de Góis;

Após a celebração da escritura, e reunidos todos os licenciamentos e autorizações exigíveis, o Grupo Lusiaves dará início, no prazo máximo de seis meses à concretização do investimento objeto do presente Memorando, prazo esse, que poderá ser prorrogado por igual período, ou outro, por acordo das partes.

f) A Lusiaves S.A, e a empresa do grupo que proceder ao investimento e à sua gestão obrigam-se a assegurar o cumprimento dos considerandos e princípios que sustentam este Memorando.

v. As Partes obrigam-se, através do presente Memorando, à total cooperação por forma a que o cumprimento dos pré-requisitos referidos no ponto i., ocorram no prazo de três meses a contar da assinatura do presente Memorando, sob pena de extinção da validade do mesmo, salvo situações que não possam ser imputáveis ao Município, ou acordo das Partes em prorrogar o prazo de validade do Memorando por outros períodos iguais e sucessivos.

Mensalmente, as Partes deverão reunir por forma a realizar um ponto de situação quanto ao cumprimento do presente Memorando e avaliar as diligências a realizar para o mais célere possível atingir os objetivos do mesmo.

vi. As Partes vinculam-se a um dever recíproco de cooperação por forma a assegurar a célere concretização do projeto conforme descrito no Anexo I, nomeadamente com um dever do Município de identificar os proprietários de terrenos privados ou públicos a adquirir, eventualmente necessária para cumprimento do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios em matéria de afastamentos das construções e gestão das faixas de combustível.

vii. As partes vinculam-se a um dever recíproco de cooperação por forma a que o Grupo Lusiaves possa adquirir o terreno denominado "Vale da Lapa", propriedade da Junta de Freguesia de Vila Nova de Ceira, onde pretende implantar uma exploração idêntica.

viii. Após a verificação dos pré-requisitos referidos no ponto i., o Município de Góis compromete-se ainda a adaptar os seus instrumentos de gestão territorial por forma a que nas zonas florestais do Concelho se possa desenvolver a atividade avícola, assim reforçando a possibilidade de existirem no Concelho outros locais para produção e

engorda de aves e contribuir para a sustentabilidade do projeto de investimento, objeto do presente Memorando.

Góis, 12 de abril de 2018

O Município de Góis

Maria de Lurdes de Oliveira Castanheira, Dra.
(Presidente da Câmara Municipal)

A Freguesia de Vila Nova do Ceira

António Barata Carvalho
(Presidente da Junta de Freguesia)

O Grupo Lusiaves, SGPS, S.A.

Avelino da Mota Francisco Gaspar
(Presidente do Conselho de Administração)

ANEXO 2

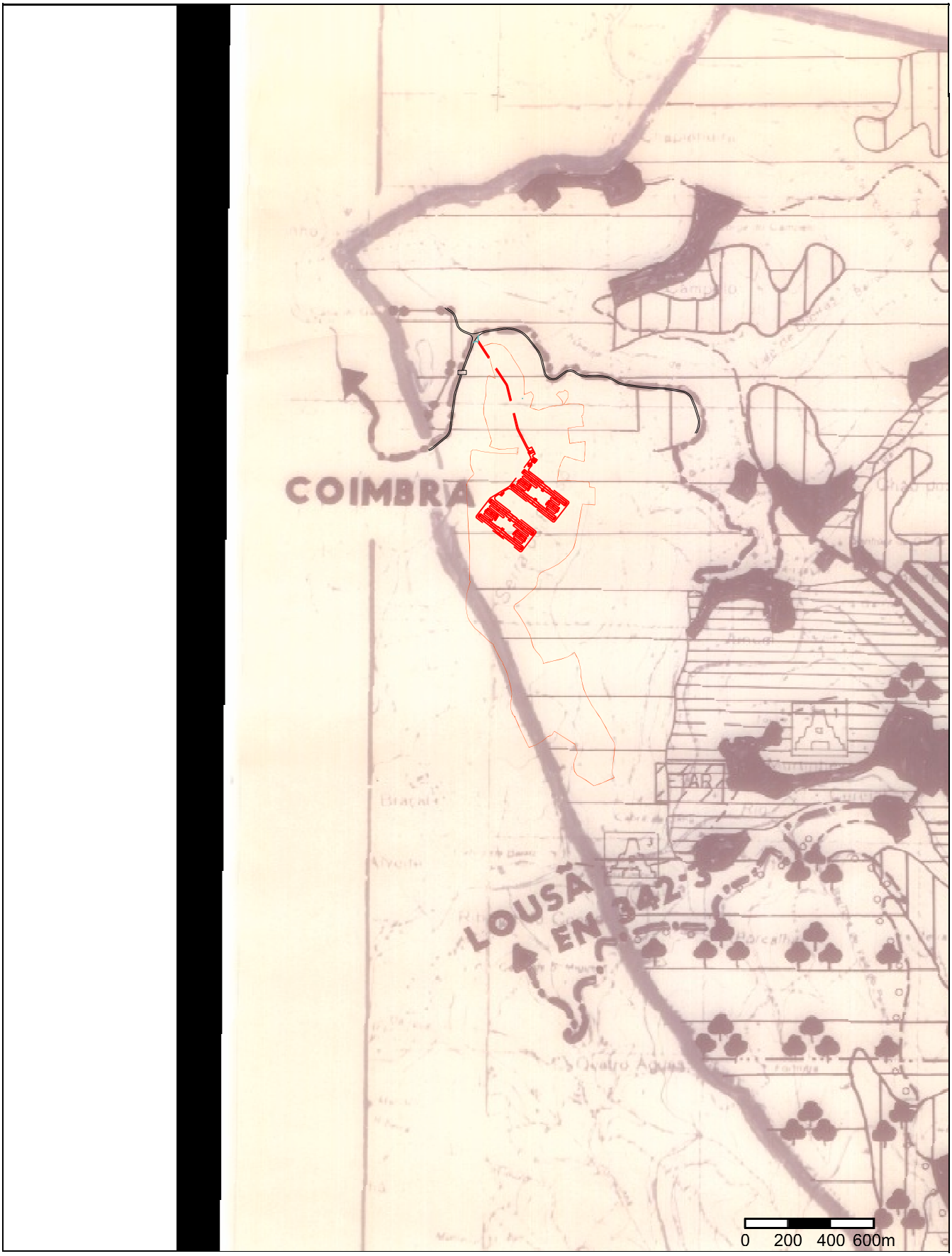
Cartografia de ordenamento/condicionantes do Plano Diretor Municipal de Góis

Câmara Municipal de Góis

Planta de Ordenamento do PDM

Data: 2018.07.09

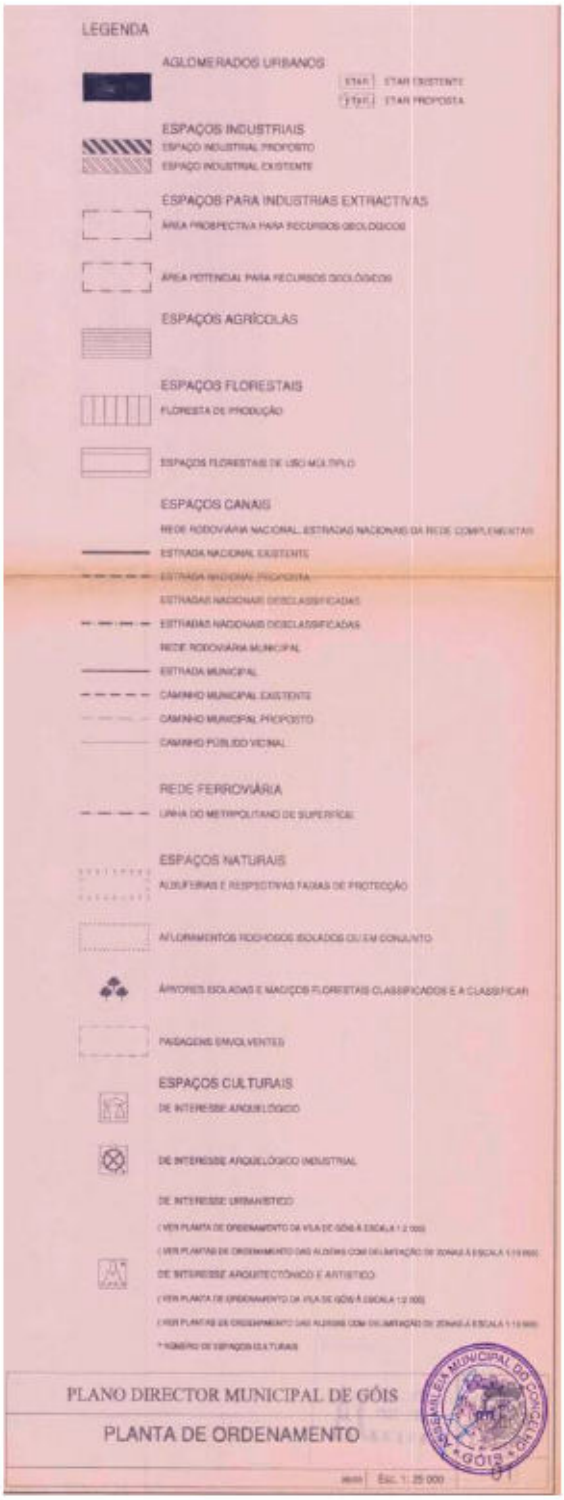
Escala: 1:25.000



Câmara Municipal de Góis

Legenda da Planta de Ordenamento do PDM

Data: 2018.07.09

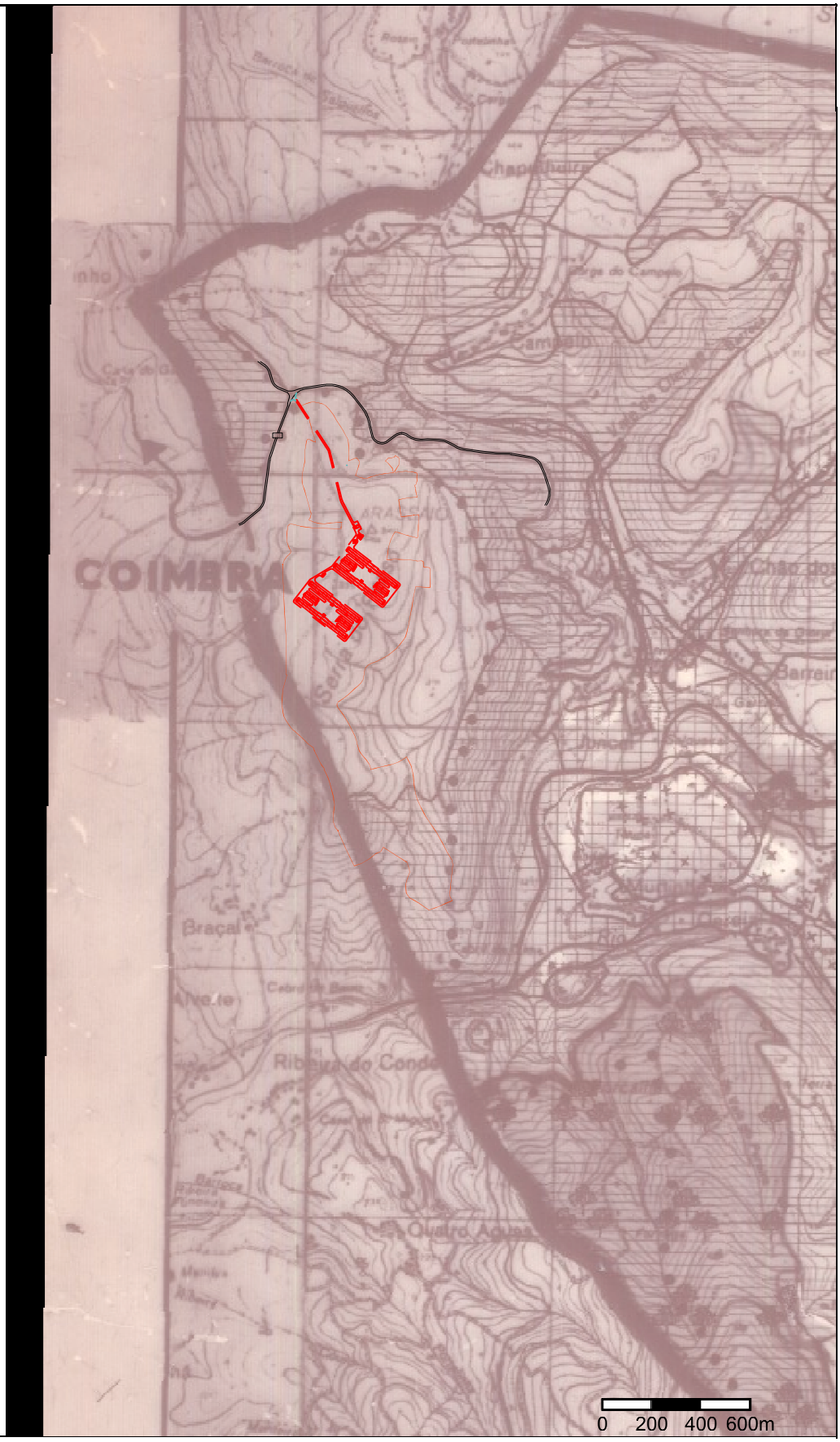


Câmara Municipal de Góis

Planta de Condicionantes - Património Natural

Data: 2018.07.09

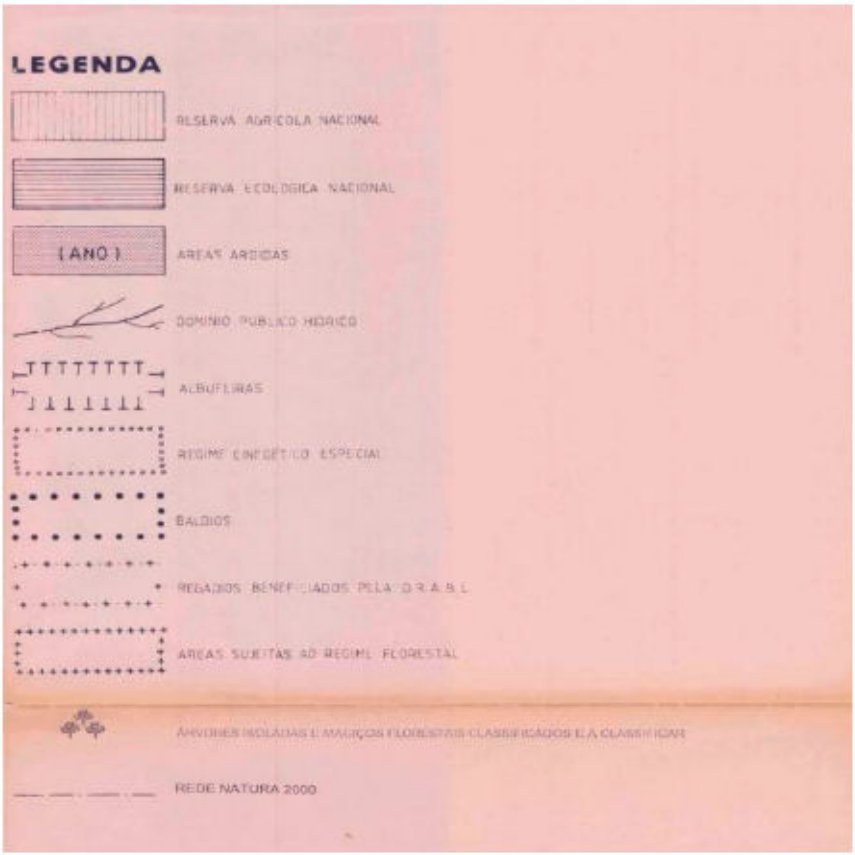
Escala: 1:25.000



Câmara Municipal de Góis

Legenda da Planta de Condicionantes - Património Natural

Data: 2018.07.09



ANEXO 3

Declaração da Câmara Municipal de Góis sobre os limites administrativos

Góis
município

CÂMARA MUNICIPAL

Divisão De Gestão Urbanística, Planeamento E Ambiente

DECLARAÇÃO

------ **DR. MÁRIO BARATA GARCIA, VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GÓIS.** ----------

---

------**DECLARA,** na sequência de requerimento do Professor Dr. Nuno Vieira e Brito, apresentado em onze de fevereiro de dois mil e dezanove, através do correio eletrónico, em representação do Grupo LUSIAVES, contribuinte fiscal número 501667490, com sede na morada - Zona Industrial da Zicofa, Lote 4 - Cova das Faias, 2415-314 Marrazes – Leiria, sobre os limites administrativos do concelho de Góis, no lugar de Vale da Lapa, na freguesia de Vila Nova do Ceira, o seguinte: ----------

- O Município de Góis reconhece o problema existente na Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP) sobre os limites administrativos do concelho, no referido local, e encontra-se a desenvolver Procedimento de Delimitação Administrativa para ser presente à Direção Geral do Território (DGT). Este problema teve origem em erro ocorrido na passagem dos dados do suporte analógico para o vetorial da CAOP e que urge corrigir.----------
- Contudo, verifica-se que o limite administrativo se encontra correto na carta militar à 1:25000, nº 242, na sua versão mais atual.----------
- Verifica-se também que os terrenos, de propriedade da Junta de Freguesia de Vila Nova do Ceira, se encontram registados na conservatória do registo predial de Góis, sob os números 5307 e 5308.----------

------Por ser verdade, passa a presente declaração que assina e autentica com o carimbo desta Câmara Municipal. ----------

CÂMARA MUNICIPAL DE GÓIS, aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezanove.-

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

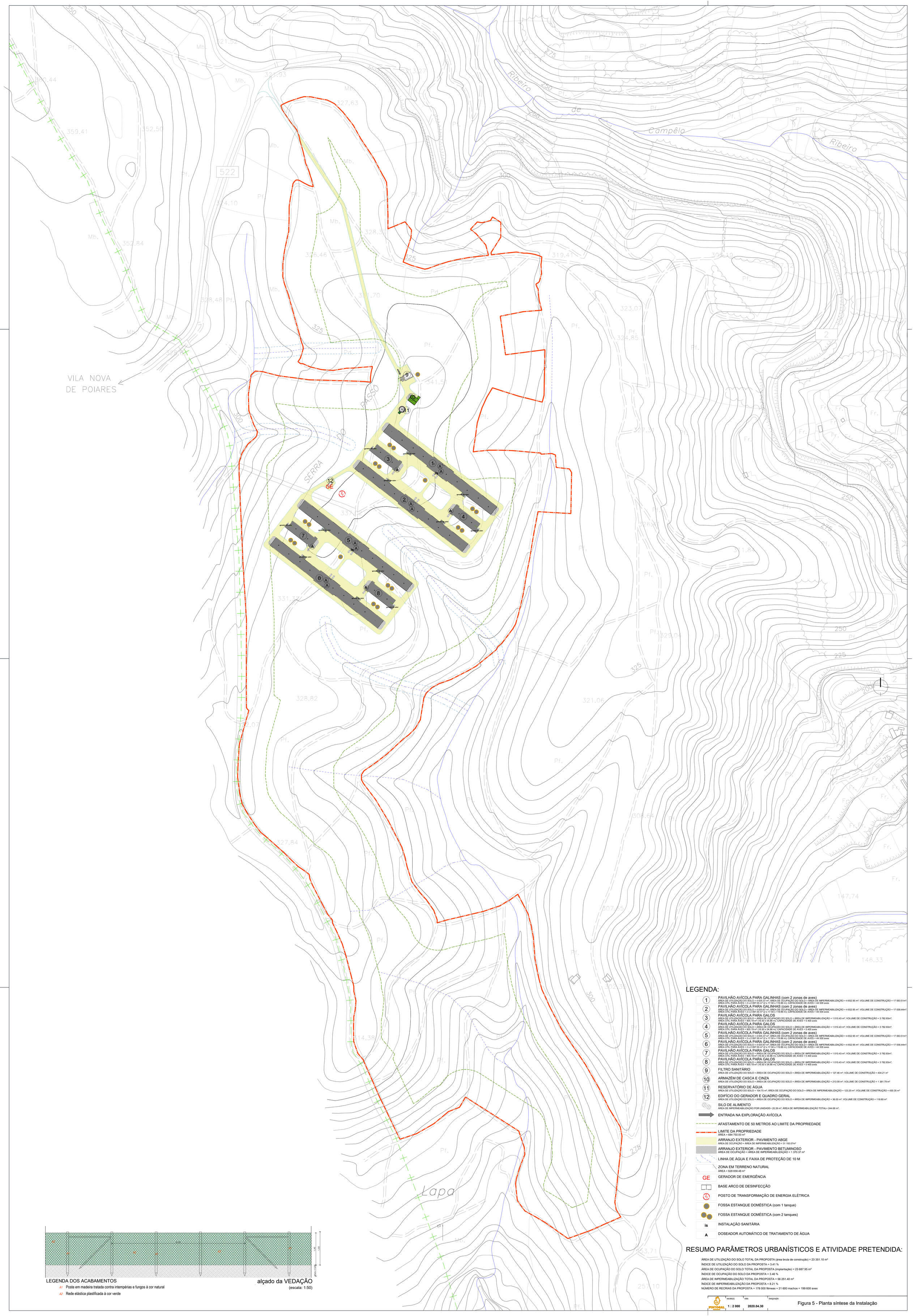
MUNICÍPIO DE GÓIS

(Dr. Mário Barata Garcia)

MP/MP

ANEXO 4

Planta Síntese da Implantação da Instalação Avícola da Quinta do Vale da Lapa



LEGENDA DOS ACABAMENTOS

alçado da VEDAÇÃO
(escala: 1:50)

A1 Poste em madeira tratada contra intempérias e fungos à cor natural

A2 Rede elástica plastificada à cor verde

LEGENDA:

1. PAVILHÃO AVÍCOLA PARA GALINHAS (com 2 zonas de aves)
ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = 4 635.37 m²; ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 4 652.95 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 17 063.51m³;
ÁREA ÚTIL PARA AVES = 2 x 2 097.55 m² (2 x 17.50 x 119.86 m); CAPACIDADE DE AVES = 44 500 aves
2. PAVILHÃO AVÍCOLA PARA GALINHAS (com 2 zonas de aves)
ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = 4 633.67 m²; ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 4 652.95 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 17 058.44m³;
ÁREA ÚTIL PARA AVES = 2 x 2 097.55 m² (2 x 17.50 x 119.86 m); CAPACIDADE DE AVES = 44 500 aves
3. PAVILHÃO AVÍCOLA PARA GALOS
ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 1 010.43 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 3 782.83m³;
ÁREA ÚTIL PARA AVES = 905.19 m² (16.50 x 54.86 m); CAPACIDADE DE AVES = 5 400 aves
4. PAVILHÃO AVÍCOLA PARA GALOS
ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 1 010.43 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 3 782.83m³;
ÁREA ÚTIL PARA AVES = 905.19 m² (16.50 x 54.86 m); CAPACIDADE DE AVES = 5 400 aves
5. PAVILHÃO AVÍCOLA PARA GALINHAS (com 2 zonas de aves)
ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = 4 635.37 m²; ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 4 652.95 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 17 063.51m³;
ÁREA ÚTIL PARA AVES = 2 x 2 097.55 m² (2 x 17.50 x 119.86 m); CAPACIDADE DE AVES = 44 500 aves
6. PAVILHÃO AVÍCOLA PARA GALINHAS (com 2 zonas de aves)
ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = 4 633.67 m²; ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 4 652.95 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 17 058.44m³;
ÁREA ÚTIL PARA AVES = 2 x 2 097.55 m² (2 x 17.50 x 119.86 m); CAPACIDADE DE AVES = 44 500 aves
7. PAVILHÃO AVÍCOLA PARA GALOS
ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 1 010.43 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 3 782.83m³;
ÁREA ÚTIL PARA AVES = 905.19 m² (16.50 x 54.86 m); CAPACIDADE DE AVES = 5 400 aves
8. PAVILHÃO AVÍCOLA PARA GALOS
ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 1 010.43 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 3 782.83m³;
ÁREA ÚTIL PARA AVES = 905.19 m² (16.50 x 54.86 m); CAPACIDADE DE AVES = 5 400 aves
9. FILTRO SANITÁRIO
ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 127.46 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 404.21 m³
10. ARMAZÉM DE CASCA E CINZA
ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 213.09 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 1 381.79 m³
11. RESERVATÓRIO DE ÁGUA
ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = 104.75 m²; ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 123.20 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 430.35 m³
12. EDIFÍCIO DO GERADOR E QUADRO GERAL
ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 36.00 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 118.80 m³
- SILO DE ALIMENTO
ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO POR UNIDADE= 20.39 m²; ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO TOTAL= 244.68 m²;
- ENTRADA NA EXPLORAÇÃO AVÍCOLA
- AFASTAMENTO DE 50 METROS AO LIMITE DA PROPRIEDADE
- LIMITE DA PROPRIEDADE
ÁREA = 684 750.00 m²
- ARRANJO EXTERIOR - PAVIMENTO ABGE
ÁREA DE OCUPAÇÃO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 31 193.07m²
- ARRANJO EXTERIOR - PAVIMENTO BETUMINOSO
ÁREA DE OCUPAÇÃO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 1 370.37 m²
- LINHA DE ÁGUA E FAIXA DE PROTEÇÃO DE 10 M
- ZONA EM TERRENO NATURAL
ÁREA = 628 658.48 m²
- GE — GERADOR DE EMERGÊNCIA
- BASE ARCO DE DESINFECÇÃO
- POSTO DE TRANSFORMAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
- FOSSA ESTANQUE DOMÉSTICA (com 1 tanque)
- FOSSA ESTANQUE DOMÉSTICA (com 2 tanques)
- is — INSTALAÇÃO SANITÁRIA
- A — DOSEADOR AUTOMÁTICO DE TRATAMENTO DE ÁGUA

RESUMO PARÂMETROS URBANÍSTICOS E ATIVIDADE PRETENDIDA:

ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO TOTAL DA PROPOSTA (área bruta de construção) = 23 351.10 m²
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO DO SOLO DA PROPOSTA = 3.41 %
ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO TOTAL DA PROPOSTA (implantação) = 23 687.95 m²
ÍNDICE DE OCUPAÇÃO DO SOLO DA PROPOSTA = 3.46 %
ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO TOTAL DA PROPOSTA = 56 251.40 m²
ÍNDICE DE IMPERMEABILIZAÇÃO DA PROPOSTA = 8.21 %
NÚMERO DE RECRIAS DA PROPOSTA = 178 000 fêmeas + 21 600 machos = 199 600 aves

escala(s):	data:	designação:
1 : 2 000	2020.04.30	Figura 5 - Planta síntese da Instalação

PINTOGAL

folha A0 vertical

ANEXO 5

Planta de Implantação com indicação da localização do estaleiro de obra

VILA NOVA
DE POIARES

Ribeiro de Campêlo

Ribeiro

PASSO DA SERRA

Lapa

522





LEGENDA DOS ACABAMENTOS

A1 Poste em madeira tratada contra intempérias e fungos à cor natural

A2 Rede elástica plastificada à cor verde

alçado da VEDAÇÃO
(escala: 1:50)

LEGENDA:

1. PAVILHÃO AVÍCOLA PARA GALINHAS (com 2 zonas de aves)
ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = 4 635.37 m²; ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 4 652.95 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 17 063.51m³;
ÁREA UTIL PARA AVES = 2 x 2 097.55 m² (2 x 17.50 x 119.86 m); CAPACIDADE DE AVES = 44 500 aves
2. PAVILHÃO AVÍCOLA PARA GALINHAS (com 2 zonas de aves)
ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = 4 633.67 m²; ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 4 652.95 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 17 058.44m³;
ÁREA UTIL PARA AVES = 2 x 2 097.55 m² (2 x 17.50 x 119.86 m); CAPACIDADE DE AVES = 44 500 aves
3. PAVILHÃO AVÍCOLA PARA GALOS
ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 1 010.43 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 3 782.83m³;
ÁREA UTIL PARA AVES = 905.19 m² (16.50 x 54.86 m); CAPACIDADE DE AVES = 5 400 aves
4. PAVILHÃO AVÍCOLA PARA GALOS
ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 1 010.43 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 3 782.83m³;
ÁREA UTIL PARA AVES = 905.19 m² (16.50 x 54.86 m); CAPACIDADE DE AVES = 5 400 aves
5. PAVILHÃO AVÍCOLA PARA GALINHAS (com 2 zonas de aves)
ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = 4 635.37 m²; ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 4 652.95 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 17 063.51m³;
ÁREA UTIL PARA AVES = 2 x 2 097.55 m² (2 x 17.50 x 119.86 m); CAPACIDADE DE AVES = 44 500 aves
6. PAVILHÃO AVÍCOLA PARA GALINHAS (com 2 zonas de aves)
ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = 4 633.67 m²; ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 4 652.95 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 17 058.44m³;
ÁREA UTIL PARA AVES = 2 x 2 097.55 m² (2 x 17.50 x 119.86 m); CAPACIDADE DE AVES = 44 500 aves
7. PAVILHÃO AVÍCOLA PARA GALOS
ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 1 010.43 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 3 782.83m³;
ÁREA UTIL PARA AVES = 905.19 m² (16.50 x 54.86 m); CAPACIDADE DE AVES = 5 400 aves
8. PAVILHÃO AVÍCOLA PARA GALOS
ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 1 010.43 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 3 782.83m³;
ÁREA UTIL PARA AVES = 905.19 m² (16.50 x 54.86 m); CAPACIDADE DE AVES = 5 400 aves
9. FILTRO SANITÁRIO
ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 127.46 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 404.21 m³
10. ARMAZÉM DE CASCA E CINZA
ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 213.09 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 1 381.79 m³
11. RESERVATÓRIO DE ÁGUA
ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = 104.75 m²; ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 123.20 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 430.35 m³
12. EDIFÍCIO DO GERADOR E QUADRO GERAL
ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 36.00 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 118.80 m³

SILO DE ALIMENTO
ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO POR UNIDADE= 20.39 m²; ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO TOTAL= 244.68 m²;

ENTRADA NA EXPLORAÇÃO AVÍCOLA

AFASTAMENTO DE 50 METROS AO LIMITE DA PROPRIEDADE

LIMITE DA PROPRIEDADE
ÁREA = 684 750.00 m²

ARRANJO EXTERIOR - PAVIMENTO ABGE
ÁREA DE OCUPAÇÃO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 31 193.07m²

ARRANJO EXTERIOR - PAVIMENTO BETUMINOSO
ÁREA DE OCUPAÇÃO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 1 370.37 m²

LINHA DE ÁGUA E FAIXA DE PROTEÇÃO DE 10 M

ZONA EM TERRENO NATURAL
ÁREA = 628 658.48 m²

GE GERADOR DE EMERGÊNCIA

BASE ARCO DE DESINFECÇÃO

POSTO DE TRANSFORMAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

FOSSA ESTANQUE DOMÉSTICA (com 1 tanque)

FOSSA ESTANQUE DOMÉSTICA (com 2 tanques)

IMPLANTAÇÃO DO ESTALEIRO 1 (área 2500 m²)

is INSTALAÇÃO SANITÁRIA

RESUMO PARÂMETROS URBANÍSTICOS E ATIVIDADE PRETENDIDA:

ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO TOTAL DA PROPOSTA (área bruta de construção) = 23 351.10 m²
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO DO SOLO DA PROPOSTA = 3.41 %
ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO TOTAL DA PROPOSTA (implantação) = 23 687.95 m²
ÍNDICE DE OCUPAÇÃO DO SOLO DA PROPOSTA = 3.46 %
ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO TOTAL DA PROPOSTA = 56 251.40 m²
ÍNDICE DE IMPERMEABILIZAÇÃO DA PROPOSTA = 8.21 %
NÚMERO DE RECRIAS DA PROPOSTA = 178 000 fêmeas + 21 600 machos = 199 600 aves

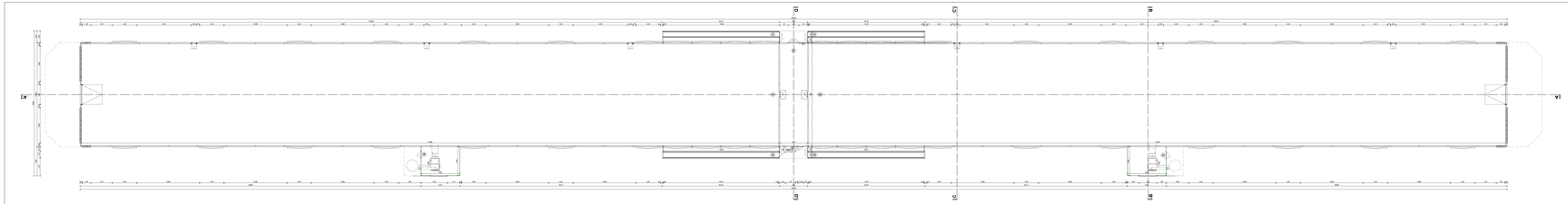
PINTOGAL

escala(s): 1 : 2 000
data: 2020.04.30
designação: **Localização do estaleiro de obra**
planta de implantação

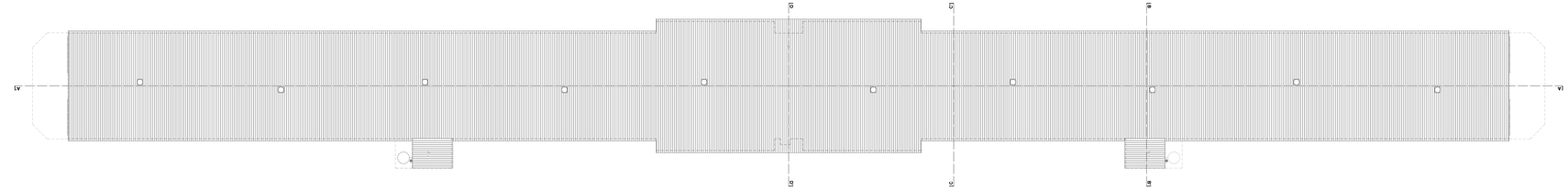
folha A0 vertical

ANEXO 6

Desenhos e Pormenores Técnicos das diferentes infraestruturas do Projeto



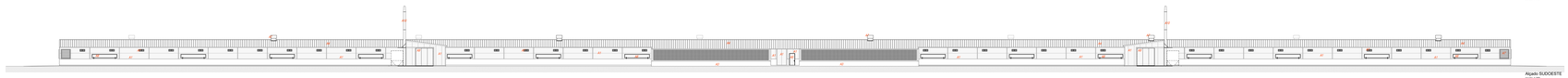
Planta do PISO
escala 1:200



Planta da COBERTURA
escala 1:200



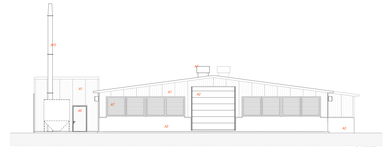
Alçado NORDESTE
escala 1:200



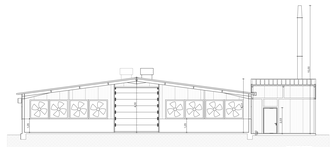
Alçado SUDOESTE
escala 1:200



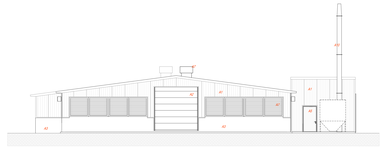
Secção A-A'
escala 1:200



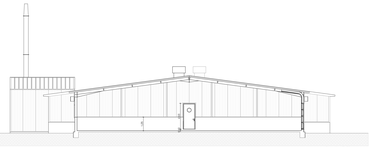
Alçado SUDESTE
escala 1:100



Secção B-B'
escala 1:100



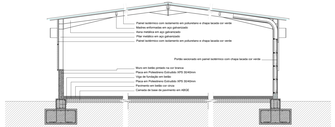
Alçado NOROESTE
escala 1:100



Secção C-C'
escala 1:100



Secção D-D'
escala 1:100



Pormenor Construtivo
escala 1:50

LEGENDA DOS ACABAMENTOS

- a1 Painel isotérmico de cor verde na exterior e branco no interior
- a2 Portão seccionado de alumínio lacado de cor verde
- a3 Muro em betão armado pintado de cor branca
- a4 Cobertura em painel isotérmico de cor verde na exterior e cor branca no interior
- a5 Porta em painel isotérmico de cor verde
- a6 Porta seccionada de alumínio lacado de cor verde
- a7 Janela em painel isotérmico de cor verde
- a8 Janela em painel isotérmico de cor verde no exterior e branco no interior
- a9 Portão de correr em painel isotérmico de cor verde
- b1 Chaminé em tubo de ferro metalizado e pintado de cor preta

QUADRO DE AREAS

Piso	Número	Compartimento	Área
0	01	Área de alojamento de aves	2.520,00 m²
	02	Área de alojamento de aves	2.520,00 m²
	03	Área de alojamento de aves	2.520,00 m²
	04	Área de alojamento de aves	2.520,00 m²
	05	Área de alojamento de inflagrantes	70,00 m²
	06	Área de alojamento de inflagrantes	70,00 m²
	07	Área de ovoscopia	70,00 m²
	08	Área de balança e arrumos	70,00 m²
	09	Área de balança e arrumos	70,00 m²

INFORMAÇÃO TÉCNICA	
Área do Lote	4.200,00 m²
Área Bruta de construção	7.980,00 m²
Área de Implantação (edifício)	7.980,00 m²
Número de pisos	1
Altura máxima da edificação	4,40 m

Revisões

Nº	Descrição	Data

Título do projecto: **ARQUITETURA**

Construção de Exploração Avícola - REDRAS

Localização: Quinta de Serra de Pavoi, Vila de Leiz, Alfeiz — Licenciamento

Requerente(s): **PINTOGAL - Produção Avícola, S.A.**

Terreno(s) deste requerimento: **Zona Industrial de Oliveira de Frades, Lote 4, 3680-170 Oliveira de Frades**

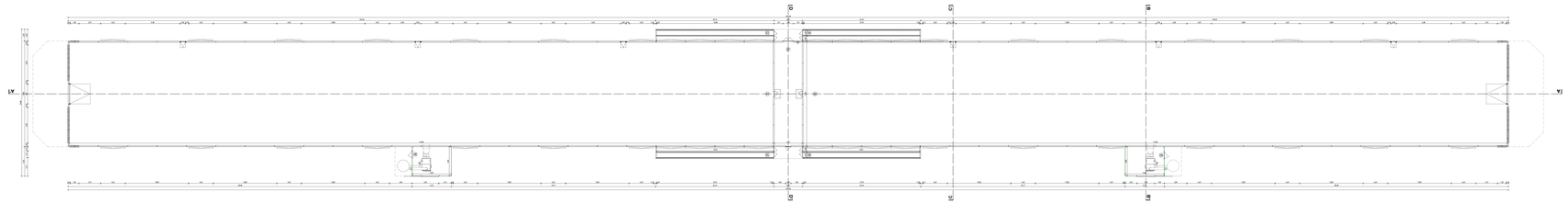
Responsáveis	Técnico responsável	Assinatura
	Ricardo Sousa	Jorge Miguel Ferreira, arq.ºA OA nº 14164

Escala: 1:100 / 1:200 — Data: 2019.03.26

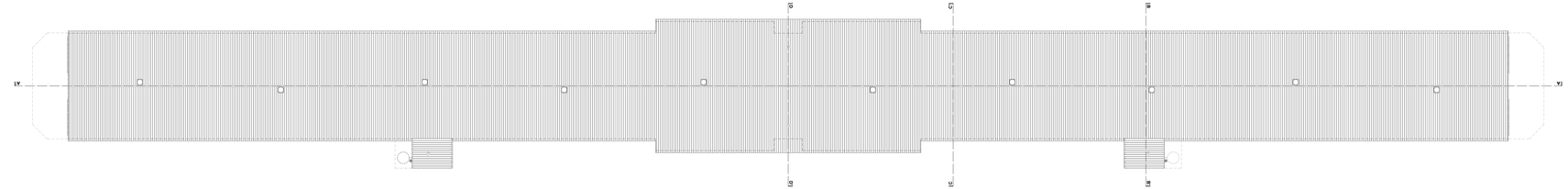
Designação: **Pavilhões Avícolas de Galinhas (T e 5) planta, secções e alçados**

Nº de Ordem: 02

PINTOGAL
Produção Avícola, S.A.



Planta do PISO
escala 1:200



Planta da COBERTURA
escala 1:200



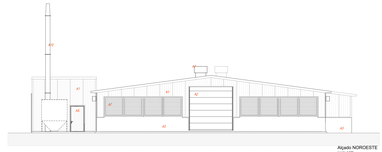
Alçado SUDOESTE
escala 1:200



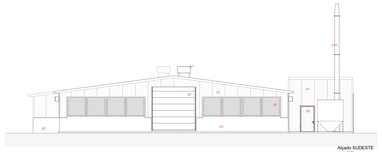
Alçado NORDESTE
escala 1:200



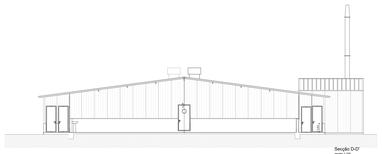
Secção A-A'
escala 1:200



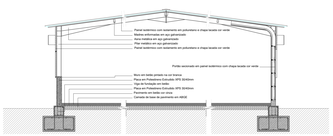
Alçado NORDESTE
escala 1:100



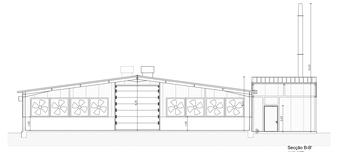
Alçado SUDESTE
escala 1:100



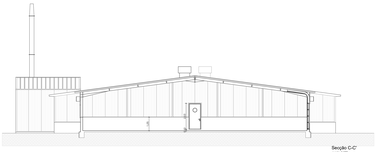
Secção D-D'
escala 1:100



Pormenor Construtivo
escala 1:50



Secção B-B'
escala 1:100



Secção C-C'
escala 1:100



LEGENDA DOS ACABAMENTOS

- A1 Painel sobrmico de cor verde no exterior e branco no interior
- A2 Portão seccionado de alumínio lacado de cor verde
- A3 Muro em bello armado pintado de cor branca
- A4 Cobertura em painel sobrmico de cor verde no exterior e cor branca no interior
- A5 Porta em painel sobrmico de cor verde
- A6 Porta seccionada de alumínio lacado de cor verde
- E1 Equipamento de climatização/ventilação
- J2 Janela em painel sobrmico de cor verde no exterior e branco no interior
- P2 Portão de corre em painel sobrmico de cor verde
- X1 Chaminé em tubo de ferro metalizado e pintado de cor preta

QUADRO DE ÁREAS

Piso	Número	Compartimento	Área
0	01	Área de expansão de cura	2 381,42 m²
	02	Área de expansão de cura	2 381,42 m²
	03	Área de estufa de vulcanização	2 381,42 m²
	04	Área de estufa de vulcanização	2 381,42 m²
	05	Área de estufa de vulcanização	2 381,42 m²
	06	Área de estufa de vulcanização	2 381,42 m²
	07	Área técnica	2 381,42 m²
	08	Área de estufa e técnicas	2 381,42 m²
		INFORMAÇÃO TÉCNICA	
Área do Lote			4 762,84 m²
Área Bruta de construção			2 381,42 m²
Área de Implantação (edifício)			2 381,42 m²
Número de pisos			1 piso
Altura máxima da edificação			14,40 m

Arquitecto: **ARQUITETURA**

Construção de Exploração Avícola - REDRAS

Coordenação: Ouimica — Ouimica — **Licenciamento**

Requerente: **PINTOGAL - Produção Avícola, S.A.**

Localização: **Zona Industrial de Oliveira de Frades, Lote 4, 3680-170 Oliveira de Frades**

Técnico responsável: **Jorge Miguel Ferreira, arq.ºA** OA nº 14 644

Desenhou: **Ricardo Sousa**

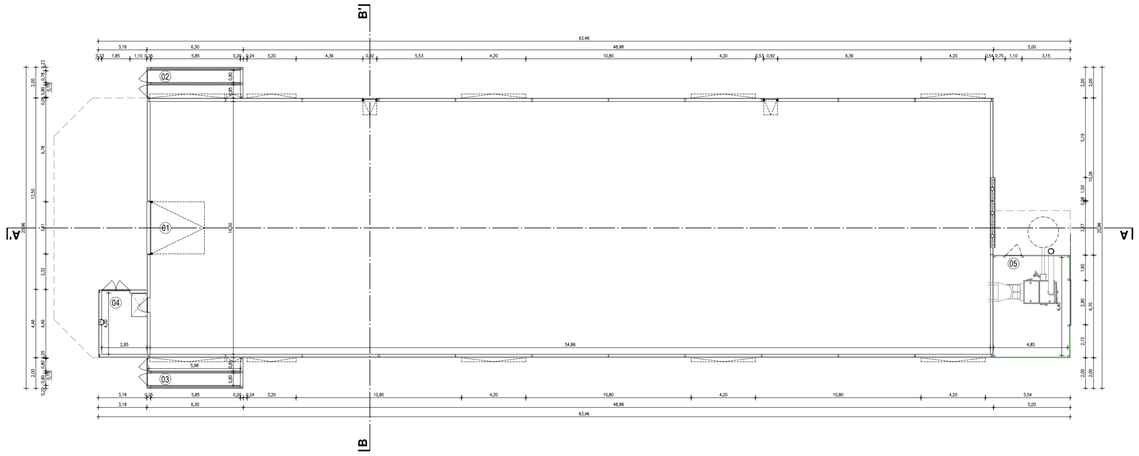
Data: **2019.03.26**

Designação: **Pavilhões Avícolas de Galinhas (2 a 6) plantas, secções e alçados**

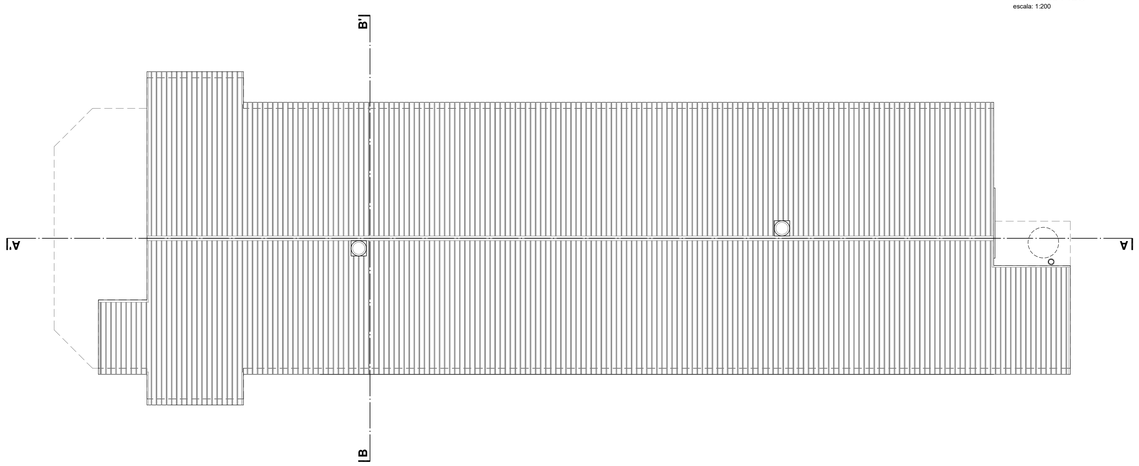
Escala: **1:100 1:200 1:200**

Nº: **08**

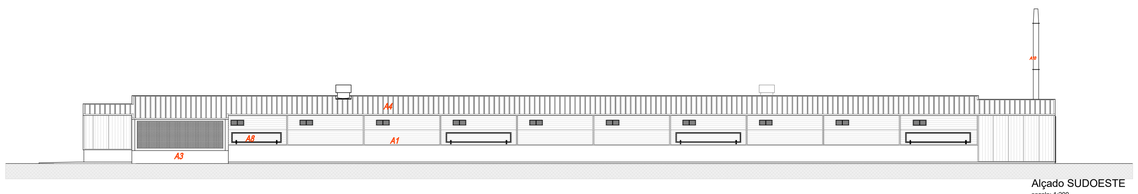
PINTOGAL
Produção Avícola, S.A.



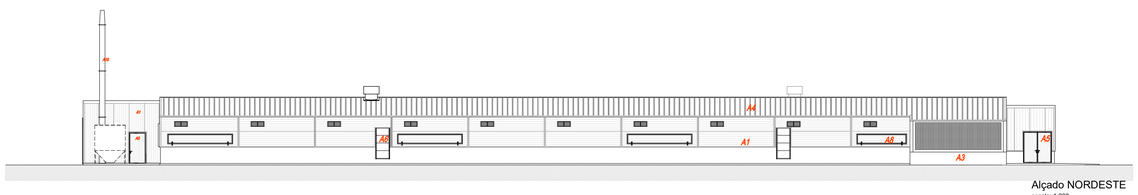
Planta do PISO
escala: 1:200



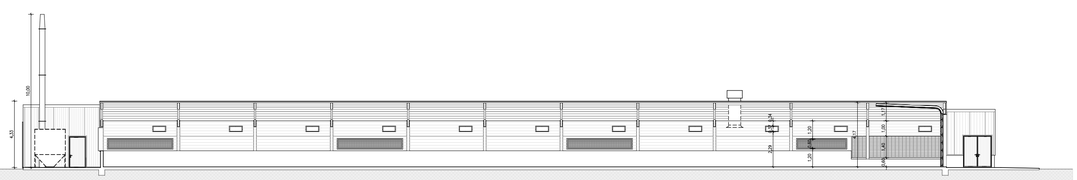
Planta da COBERTURA
escala: 1:200



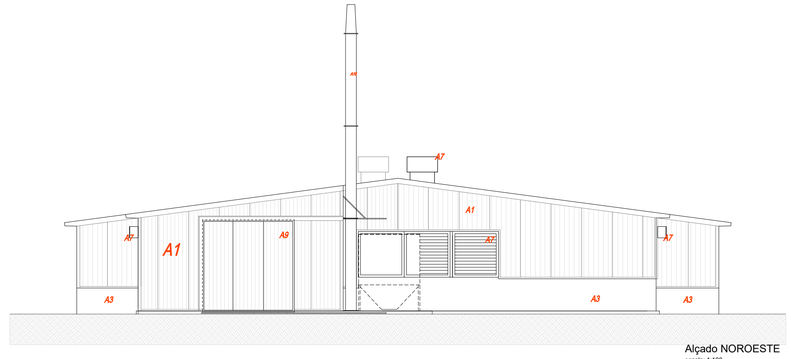
Alçado SUDOESTE
escala: 1:200



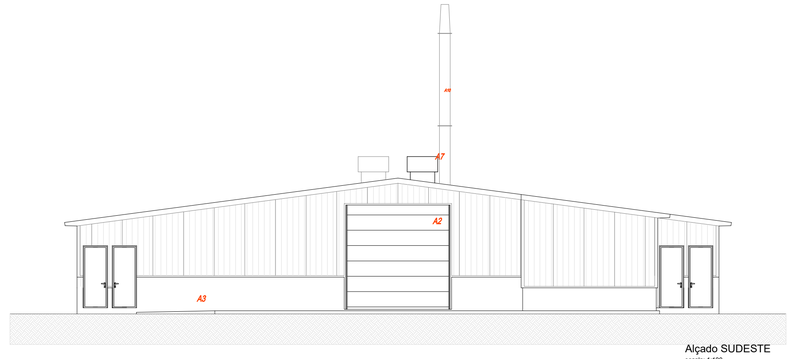
Alçado NORDESTE
escala: 1:200



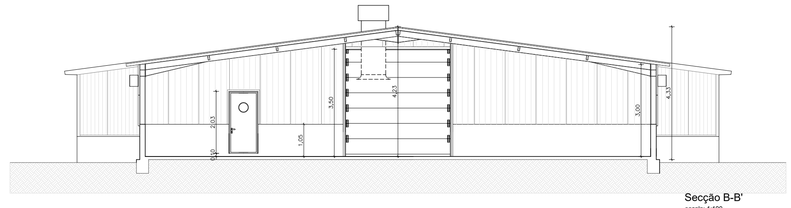
Secção A-A'
escala: 1:200



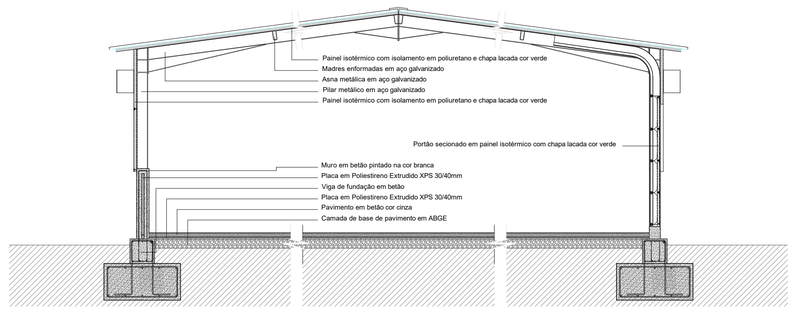
Alçado NOROESTE
escala: 1:100



Alçado SUDESTE
escala: 1:100



Secção B-B'
escala: 1:100



Pormenor Construtivo
escala: 1:50

LEGENDA DOS ACABAMENTOS

- A1 Painel isotérmico de cor verde no exterior e branco no interior
- A2 Portão seccionado de alumínio lacado de cor verde
- A3 Muro em betão armado pintado de cor branca
- A4 Cobertura em painel isotérmico de cor verde no exterior e cor branca no interior
- A5 Porta em painel isotérmico de cor verde
- A6 Porta seccionada de alumínio lacado de cor verde
- A7 Equipamento de climatização/ventilação
- A8 Janela em painel isotérmico de cor verde no exterior e branco no interior
- A9 Portão de correr em painel isotérmico de cor verde
- A10 Chaminé em tubo de ferro metalizado e pintado de cor preta

QUADRO DE ÁREAS

Piso	Número	Compartimento	Área
0	01	Zona de alojamento de aves	905.19 m²
	02	Sala do sistema de refrigeração	10.76 m²
	03	Sala do sistema de refrigeração	10.76 m²
	04	Sala técnica	11.80 m²
	05	Sala da caldeira a biomassa	31.04 m²
INFORMAÇÃO TECNICA			
Área Útil Total			969.55 m²
Área Bruta de Construção			1 010.43 m²
Área de Implantação (área coberta)			1 010.43 m²
Volume de Construção			3 782.83 m³
Altura Superior da Edificação			+ 4.33 m

disciplina: **ARQUITETURA**

título da pretensão: Construção de Exploração Avícola - RECRIAS

localização: ***Quinta da Serra do Passó*, Vale da Lapa - Góis** | disciplina: **Licenciamento**

requerente(s): **PINTOGAL - Produção Avícola, S.A.**

morada(s) do(s) requerente(s): **Zona Industrial de Oliveira de Frades, Lote 4, 3680-170 Oliveira de Frades**

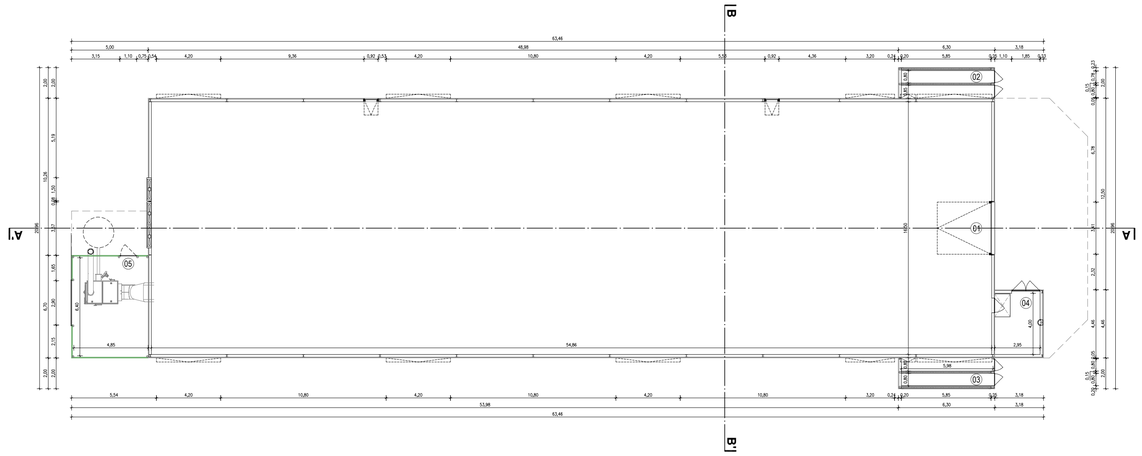
desenhador(es): **Ricardo Sousa** | técnico responsável: **Jorge Miguel Ferreira, arq.to** O.A. n.º 15 931

PINTOGAL Produção Avícola, S.A.

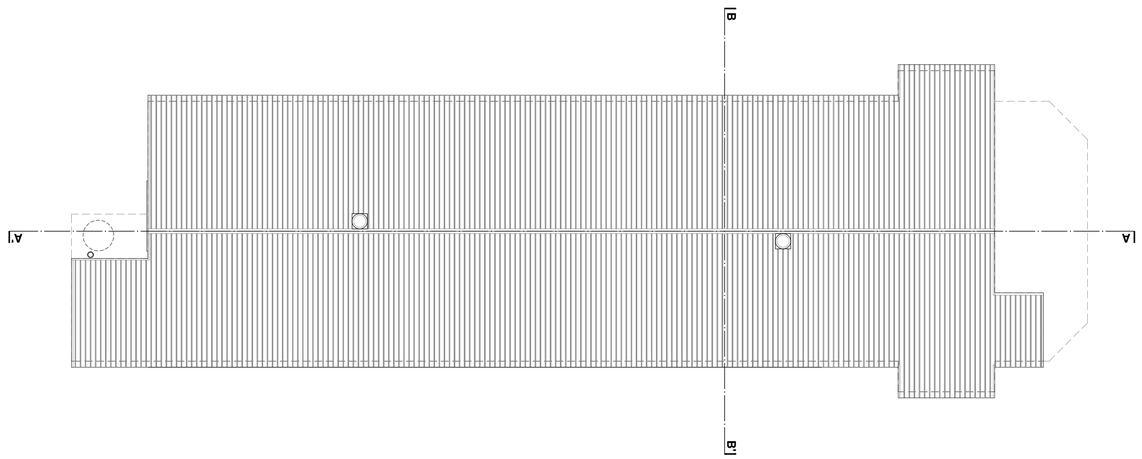
escala(s): **1:50 1:100 1:200** | data: **2019.03.26** | designação: **Pavilhões Avícolas de Galos (4 e 8) plantas, secções e alçados**

peça número: **07** VTS.1

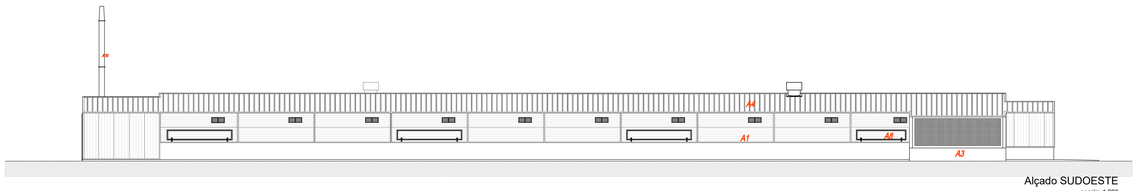
folha A1 horizontal



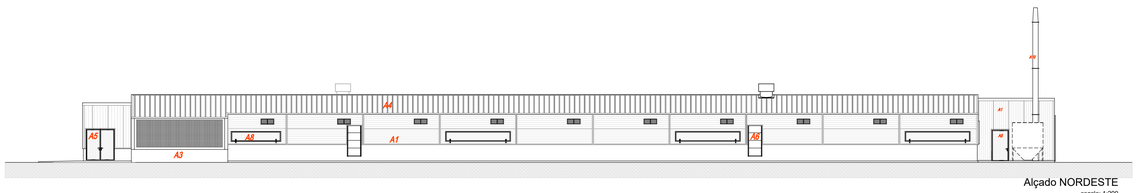
Planta do PISO
escala: 1:200



Planta da COBERTURA
escala: 1:200



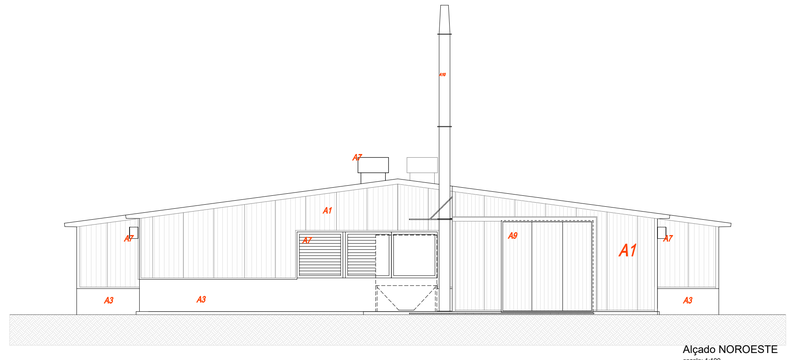
Alçado SUDOESTE
escala: 1:200



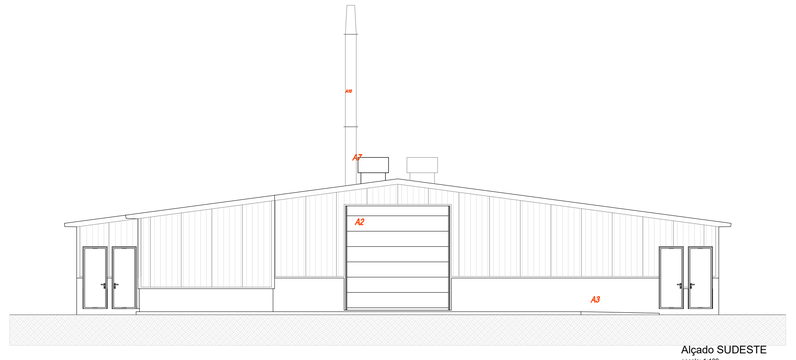
Alçado NORDESTE
escala: 1:200



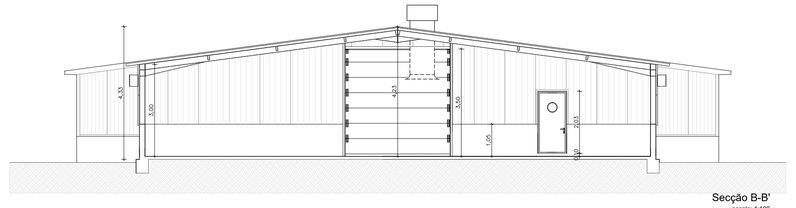
Secção A-A'
escala: 1:200



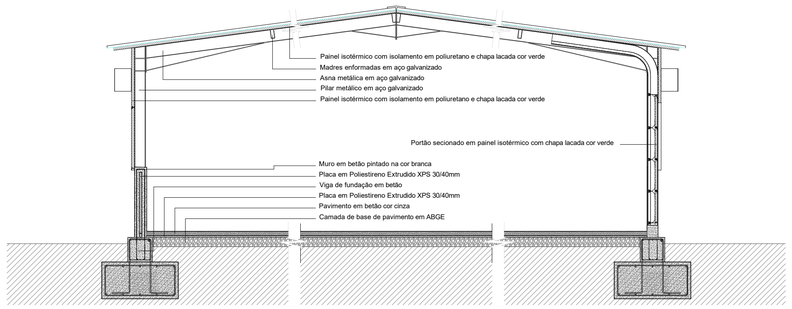
Alçado NOROESTE
escala: 1:100



Alçado SUDESTE
escala: 1:100



Secção B-B'
escala: 1:100



Pormenor Construtivo
escala: 1:50

LEGENDA DOS ACABAMENTOS

- *A1* Painel isotérmico de cor verde no exterior e branco no interior
- *A2* Portão seccionado de alumínio lacado de cor verde
- *A3* Muro em betão armado pintado de cor branca
- *A4* Cobertura em painel isotérmico de cor verde no exterior e cor branca no interior
- *A5* Porta em painel isotérmico de cor verde
- *A6* Porta seccionada de alumínio lacado de cor verde
- *A7* Equipamento de climatização/ventilação
- *A8* Janela em painel isotérmico de cor verde no exterior e branco no interior
- *A9* Portão de correr em painel isotérmico de cor verde
- *A10* Chaminé em tubo de ferro metalizado e pintado de cor preta

QUADRO DE ÁREAS

Piso	Número	Compartimento	Área
0	01	Zona de alojamento de aves	905.19 m²
	02	Sala do sistema de refrigeração	10.76 m²
	03	Sala do sistema de refrigeração	10.76 m²
	04	Sala técnica	11.80 m²
	05	Sala da caldeira a biomassa	31.04 m²
		INFORMAÇÃO TÉCNICA	
Área Util Total			969.55 m²
Area Bruta de Construção			1 010.43 m²
Área de Implantação (área coberta)			1 010.43 m²
Volume de Construção			3 782.83 m³
Altura Superior da Edificação			+ 4.33 m

disciplina: **ARQUITETURA**

título da pretensão: Construção de Exploração Avícola - RECRIAS

localização: ***Quinta da Serra do Passó*, Vale da Lapa - Góis** | disciplina: **Licenciamento**

requerente(s): **PINTOGAL - Produção Avícola, S.A.**

morada(s) do(s) requerente(s): **Zona Industrial de Oliveira de Frades, Lote 4, 3680-170 Oliveira de Frades**

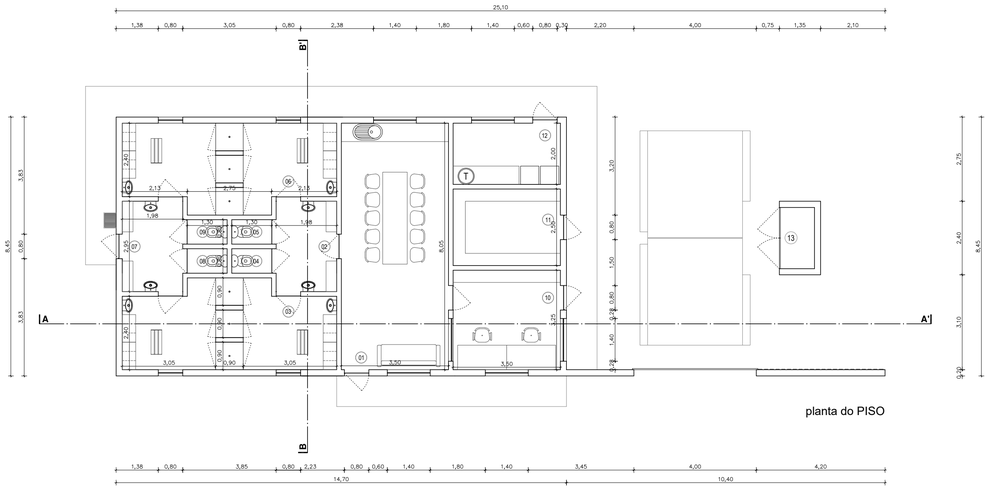
desenhador(es): **Ricardo Sousa** | técnico responsável: **Jorge Miguel Ferreira, arq.to O.A. n.º 15 931**

PINTOGAL Produção Avícola, S.A.

escala(s): **1:50 1:100 1:200** | data: **2019.03.26** | designação: **Pavilhões Avícolas de Galos (3 e 7) plantas, secções e alçados**

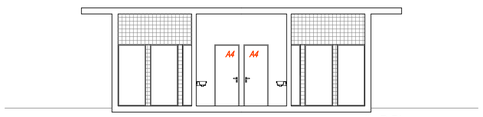
peça número: **08** VTS.1

folha A1 horizontal

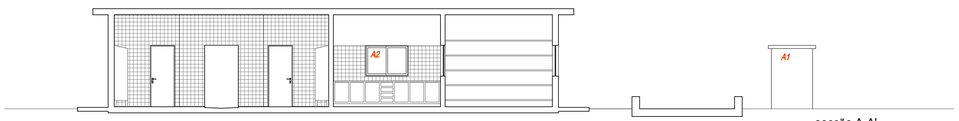


planta do PISO

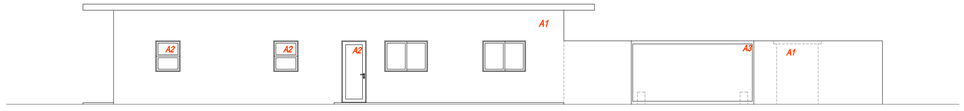
planta da COBERTURA



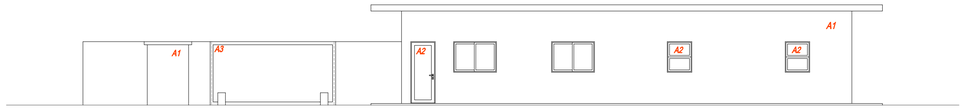
secção B-B'



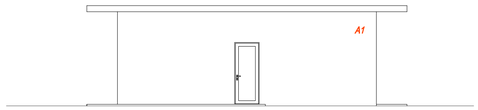
secção A-A'



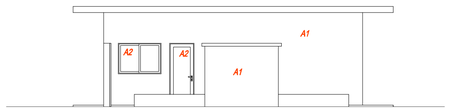
alçado NOROESTE



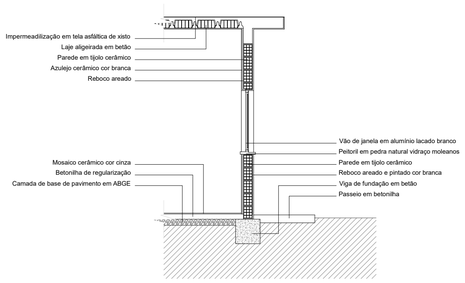
alçado SUDESTE



alçado NORDESTE



alçado SUDOESTE



Pormenor Construtivo
escala: 1:50

LEGENDA DOS ACABAMENTOS

- *A1* Reboco areado fino a pintar a tinta de cor branca
- *A2* Caixilharia em alumínio lacado à cor branca
- *A3* Portão de correr em ferro metalizado e pintado a tinta de cor branca

QUADRO DE ÁREAS

Piso	Número	Compartimento	Área
0	01	Sala de apoio aos funcionários (zona de descanso)	28.18 m²
	02	Antecâmara exterior da exploração	5.83 m²
	03	Vestiário masculino	18.45 m²
	04	Sanitário masculino	1.04 m²
	05	Sanitário feminino	1.04 m²
	06	Vestiário feminino	18.45 m²
	07	Antecâmara interior da exploração	5.83 m²
	08	Sanitário masculino	1.04 m²
	09	Sanitário feminino	1.04 m²
	10	Gabinete de controlo	11.39 m²
	11	Arrumo	8.75 m²
	12	Lavandaria	7.00 m²
	13	Sala do equipamento do arco de desinfecção	2.23 m²
INFORMAÇÃO TÉCNICA			
Área Útil Total			110.27 m²
Área Bruta de Construção			127.46 m²
Área de Implantação			127.46 m²
Volume de Construção			404.21 m³
Altura Superior da Edificação			+ 3,20 m

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Todos os compartimentos serão dotados de sistema de ventilação natural, com entrada de ar puro e saída de ar viciado.
Os vestiários e arrumo serão dotados de sistema de ventilação forçada, com insuflação de ar puro e extracção de ar viciado.

disciplina: **ARQUITETURA**

título da pretensão: Construção de Exploração Avícola - RECRIAS

localização: ***Quinta da Serra do Passó*, Vale da Lapa - Góis**

disciplina: **Licenciamento**

requerente(s): **PINTOGAL - Produção Avícola, S.A.**

morada(s) do(s) requerente(s): **Zona Industrial de Oliveira de Frades, Lote 4, 3680-170 Oliveira de Frades**

desenhador(es): **Ricardo Sousa**

técnico responsável: **Jorge Miguel Ferreira, arq.to O.A. n.º 15 931**

PINTOGAL
Produção Avícola, S.A.

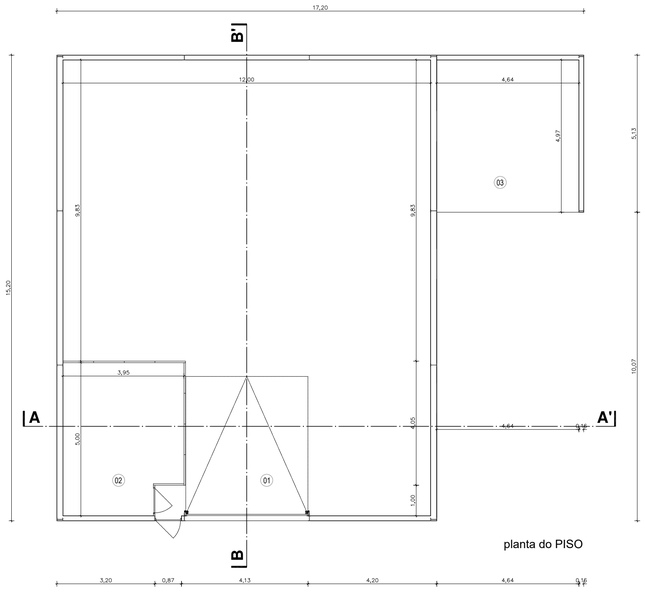
escala(s): **1:50**
1:100

data: **2019.03.26**

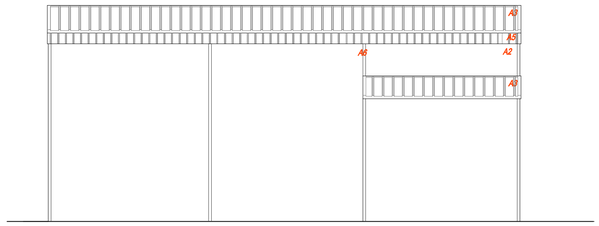
designação: **Filtro Sanitário (9)**
plantas, secções e alçados

peça número: **09** VTS.1

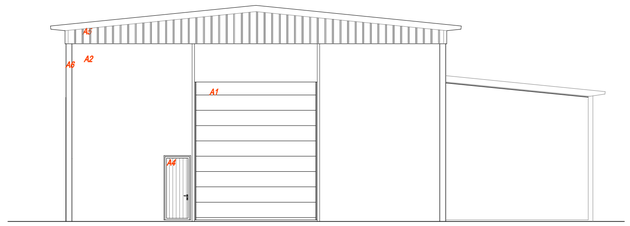
folha A1 horizontal



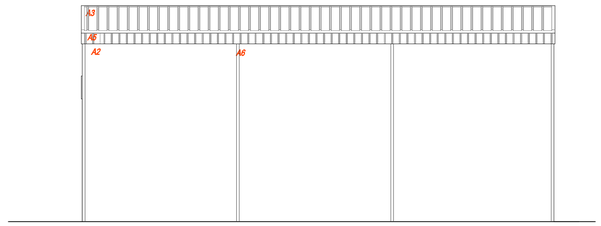
planta do PISO



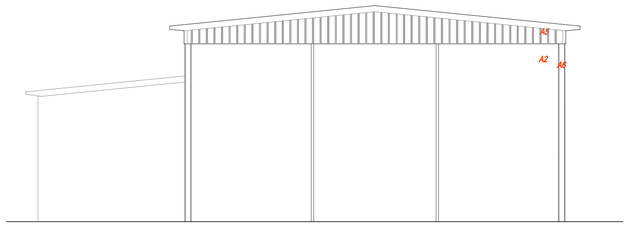
alçado SUL



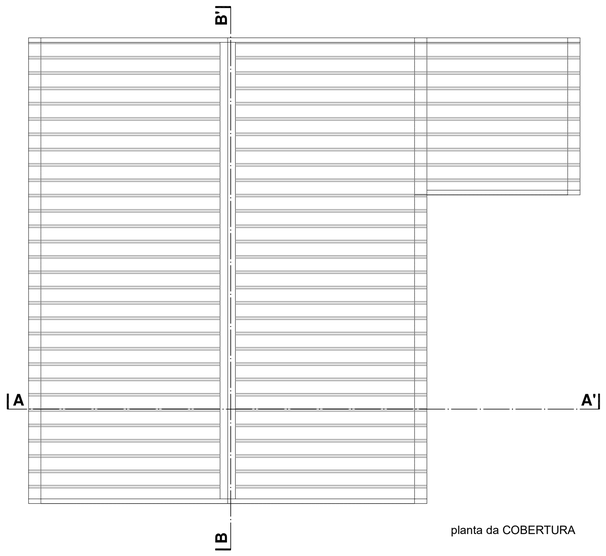
alçado NOROESTE



alçado NORTE



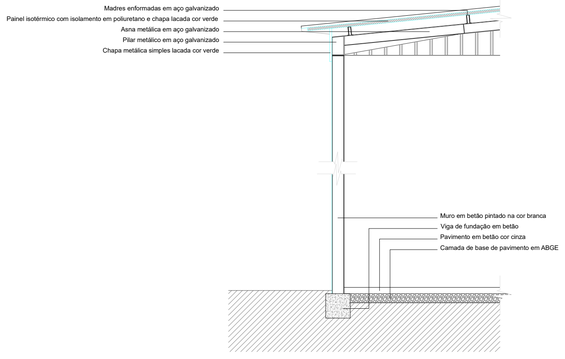
alçado NASCENTE



planta da COBERTURA

secção A-A'

secção B-B'



Pormenor Construtivo
escala: 1:50

LEGENDA DOS ACABAMENTOS

- *A1* Portão seccionado de alumínio lacado de cor verde
- *A2* Parede em betão armado pintado a tinta de cor branca
- *A3* Cobertura em painel isotérmico de cor verde no exterior e branco no interior
- *A4* Porta em painel isotérmico de cor verde
- *A5* Revestimento em chapa simples de cor verde
- *A6* Perfil metálico galvanizado

QUADRO DE ÁREAS

Piso	Número	Compartimento	Área
0	01	Zona de armazenamento de casca	159.36 m²
	02	Arrumo de utensílios	18.70 m²
	03	Zona de armazenamento de cinzas	23.05 m²
INFORMAÇÃO TÉCNICA			
Área Útil Total			201.11 m²
Área Bruta de Construção			213.09 m²
Área de Implantação			213.09 m²
Volume de Construção			1 381.79 m³
Cércea			+ 6.35 m
Altura Superior da Edificação			+ 7.05 m

disciplina: **ARQUITETURA**

título da pretensão:
Construção de Exploração Avícola - RECRIAS

localização: ***Quinta da Serra do Passó*, Vale da Lapa - Góis**

disciplina: **Licenciamento**

requerente(s):
PINTOGAL - Produção Avícola, S.A.

morada(s) do(s) requerente(s):
Zona Industrial de Oliveira de Frades, Lote 4, 3680-170 Oliveira de Frades

desenhador(es): **Ricardo Sousa**

técnico responsável: **Jorge Miguel Ferreira, arq.ºo**
O.A. n.º 15 931

PINTOGAL
Produção Avícola, S.A.

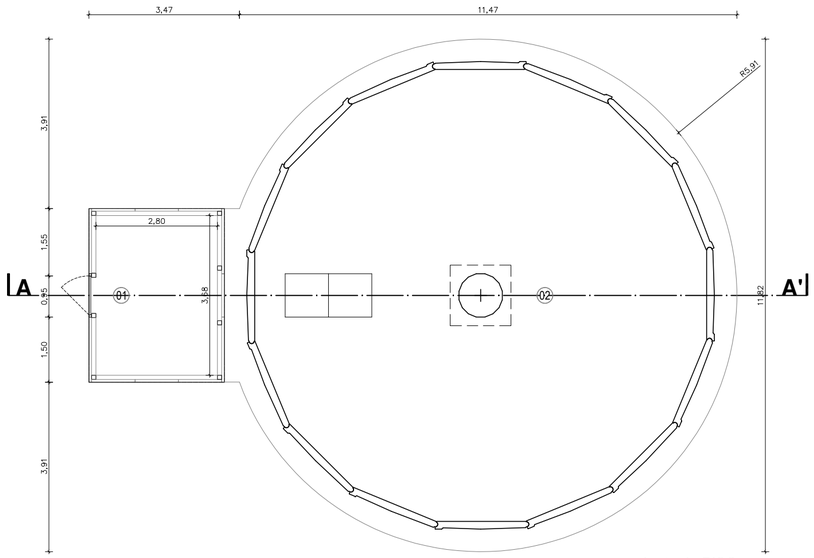
escala(s): **1:50**
1:100

data: **2019.03.26**

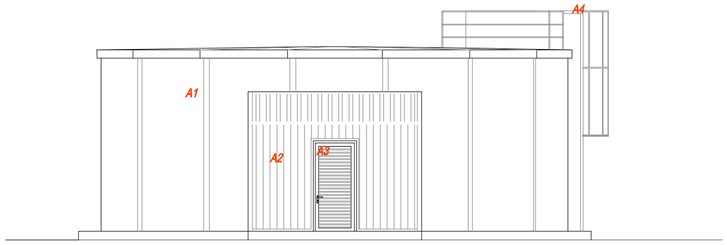
designação: **Armazém da Casca e Cinza (10)**
plantas, secções e alçados

peça número: **10** VTS.1

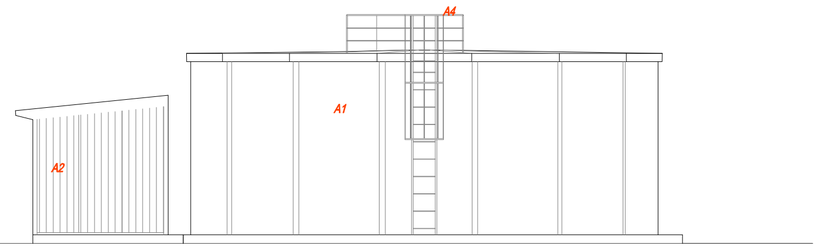
folha A1 horizontal



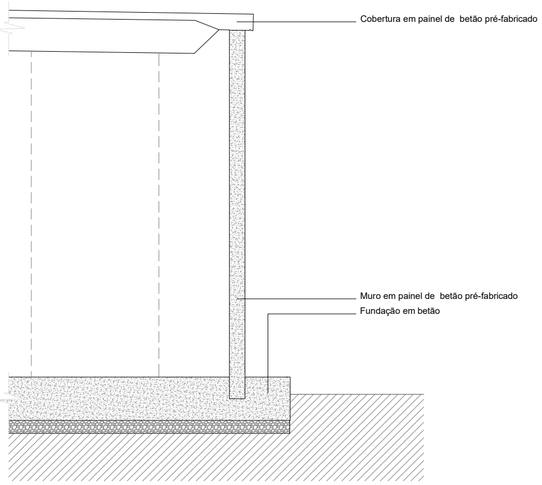
planta do PISO



alçado PRINCIPAL

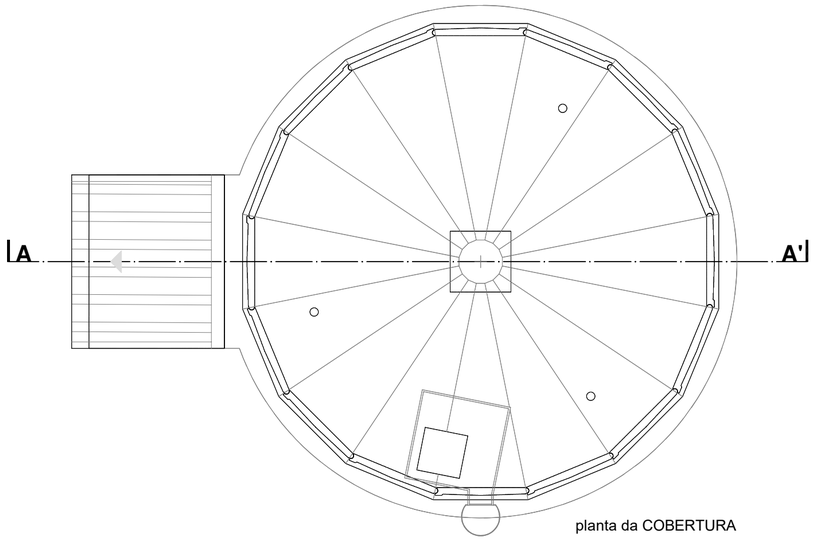


alçado DIREITO

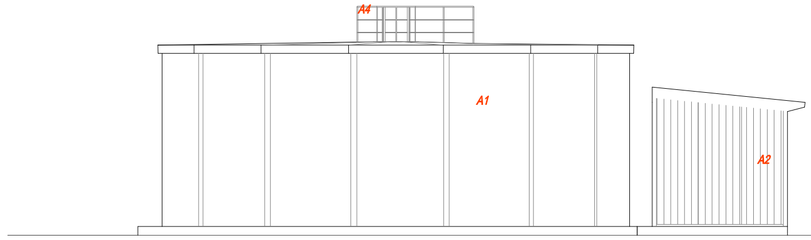


Pormenor Construtivo
escala: 1:50

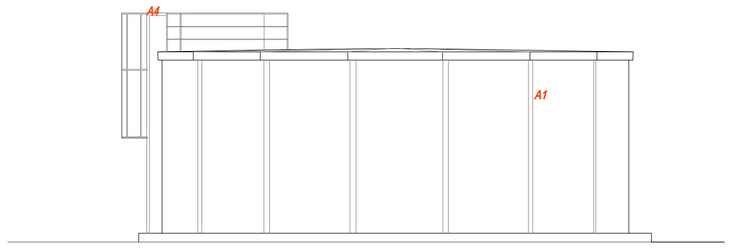




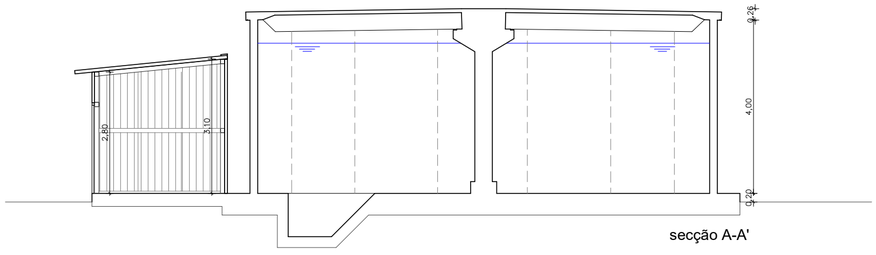
planta da COBERTURA



alçado ESQUERDO



alçado POSTERIOR



secção A-A'

LEGENDA DOS ACABAMENTOS

- *A1* Elementos em pré-fabricado de betão
- *A2* Painel isotérmico com chapa lacada de cor verde no exterior e branca no interior
- *A3* Porta em grelha de ferro metalizado
- *A4* Guarda e escada em ferro galvanizado

QUADRO DE ÁREAS

Piso	Número	Compartimento	Área
0	01	Sala do grupo de bombagem	10.30 m²
	02	Compartimento de armazenamento de água	86.25 m²
INFORMAÇÃO TÉCNICA			
Área Útil Total			96.55 m²
Área Bruta de Construção			104.75 m²
Área de Implantação			123.20 m²
Volume de Construção			430.35 m³
Cércea			+ 4.25 m
Altura Superior da Edificação			+ 4.53 m

disciplina: **ARQUITETURA**

título da pretensão: Construção de Exploração Avícola - RECRIAS

localização: ***Quinta da Serra do Passó*, Vale da Lapa - Góis**

disciplina: **Licenciamento**

requerente(s): **PINTOGAL - Produção Avícola, S.A.**

morada(s) do(s) requerente(s): **Zona Industrial de Oliveira de Frades, Lote 4, 3680-170 Oliveira de Frades**

PINTOGAL
Produção Avícola, S.A.

desenhador(es): **Ricardo Sousa**

técnico responsável: **Jorge Miguel Ferreira, arq.to**
O.A. n.º 15 931

escala(s): **1:50**
1:100

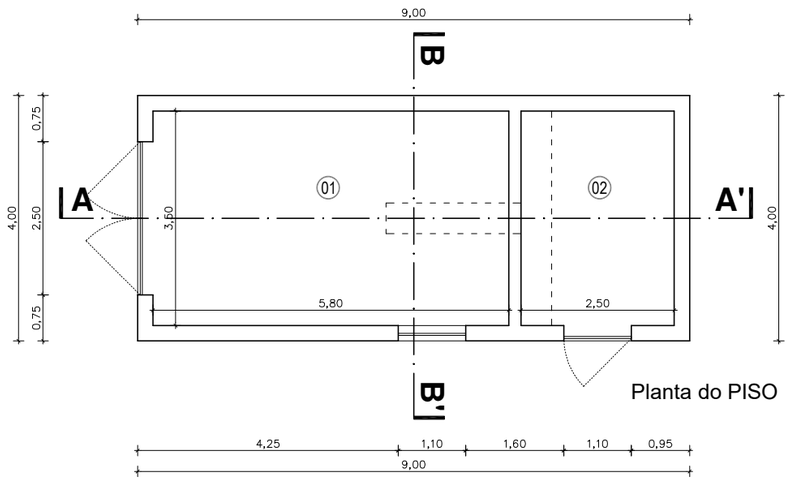
data: **2019.03.26**

designação: **Reservatório de Água (11)**
plantas, secções e alçados

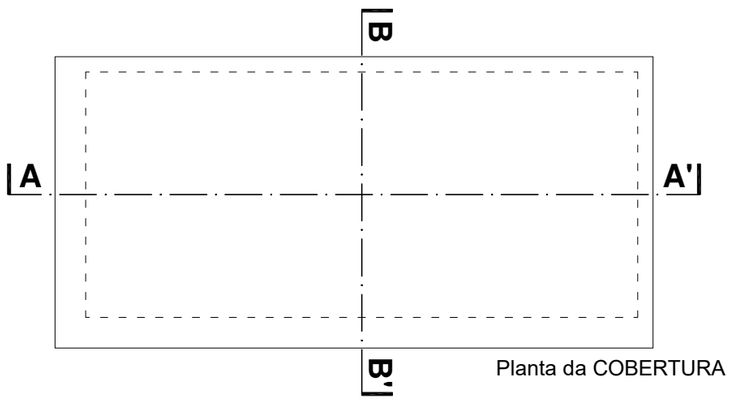
peça número: **11** VTS.1

folha A2 horizontal

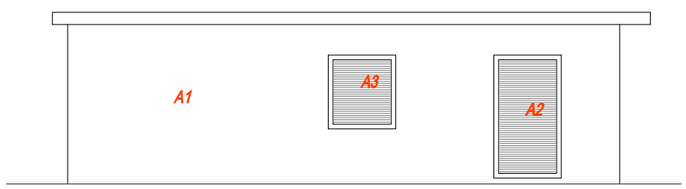
folha A3 horizontal



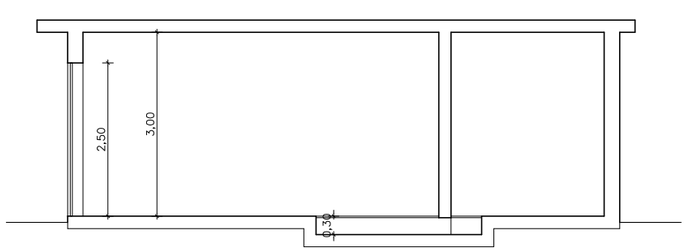
Planta do PISO



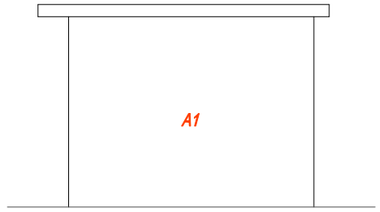
Planta da COBERTURA



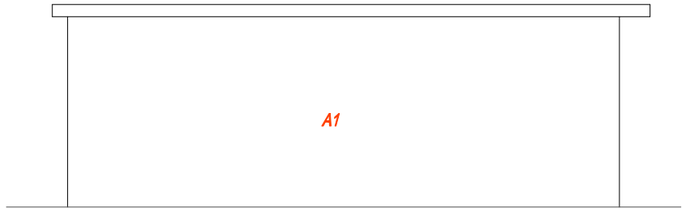
Alçado NOROESTE



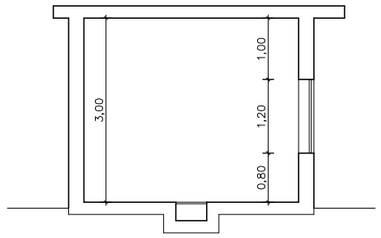
Secção A-A'



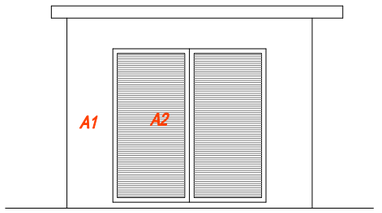
Alçado SUDOESTE



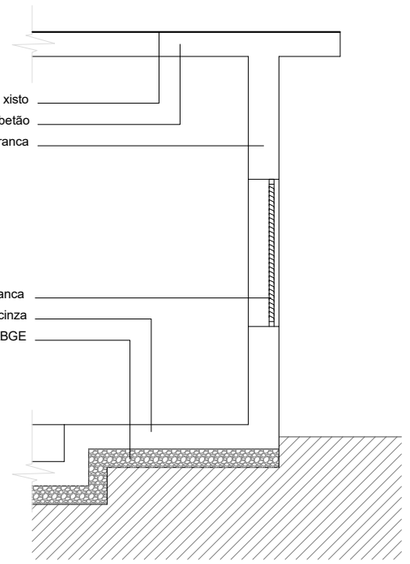
Alçado SUDESTE



Secção B-B'



Alçado NORDESTE



Pormenor Construtivo
escala: 1:50

LEGENDA DOS ACABAMENTOS

- *A1* Betão pintado a tinta de cor branca
- *A2* Portas com grelha de ventilação em ferro pintado de cor verde
- *A3* Grelha de ventilação em ferro pintado de cor verde

QUADRO DE ÁREAS

Piso	Número	Compartimento	Área
0	01	Sala do gerador	20.30 m²
	02	Sala do quadro geral	8.75 m²
INFORMAÇÃO TÉCNICA			
Área Útil Total			29.05 m²
Área Bruta de Construção			36.00 m²
Área de Implantação			36.00 m²
Volume de Construção			118.80 m³
Cércea			+ 3.30 m
Altura Superior da Edificação			+ 3.30 m

disciplina:
ARQUITETURA

titulo da pretensão:
Construção de Exploração Avícola - RECRIAS

localização:
***Quinta da Serra do Passô*, Vale da Lapa - Góis**

disciplina:
Licenciamento

requerente(s):
PINTOGAL - Produção Avícola, S.A.

morada(s) do(s) requerente(s):
Zona Industrial de Oliveira de Frades, Lote 4, 3680-170 Oliveira de Frades

PINTOGAL
Produção Avícola, S.A.

desenhador(es):
Ricardo Sousa

técnico responsável:
Jorge Miguel Ferreira, arq.to
O.A. n.º 15 931

escala(s):
1:50
1:100

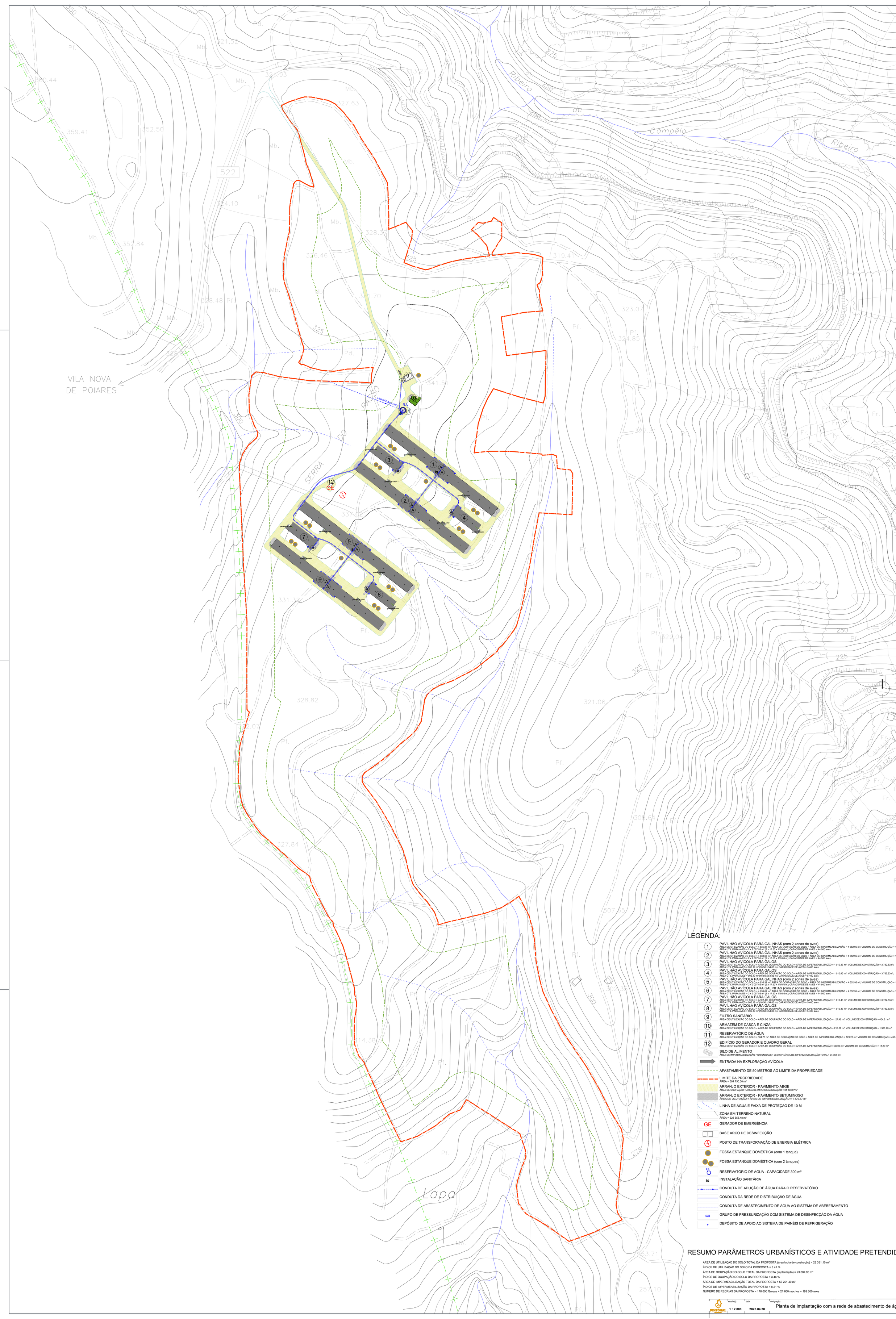
data:
2019.03.26

designação:
Edifício do Gerador e Quadro Geral (12)
plantas, secções e alçados

peça número:
12 VRS.1

ANEXO 7

Planta da Rede de Abastecimento de Água



LEGENDA:

1. PAVILHÃO AVÍCOLA PARA GALINHAS (com 2 zonas de aves)
ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = 4 635.37 m²; ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 4 652.95 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 17 063.51m³;
ÁREA UTIL PARA AVES = 2 x 2 097.55 m² (2 x 17.50 x 119.86 m); CAPACIDADE DE AVES = 44 500 aves

2. PAVILHÃO AVÍCOLA PARA GALINHAS (com 2 zonas de aves)
ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = 4 633.67 m²; ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 4 652.95 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 17 058.44m³;
ÁREA UTIL PARA AVES = 2 x 2 097.55 m² (2 x 17.50 x 119.86 m); CAPACIDADE DE AVES = 44 500 aves

3. PAVILHÃO AVÍCOLA PARA GALOS
ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 1 010.43 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 3 782.83m³;
ÁREA UTIL PARA AVES = 905.19 m² (16.50 x 54.86 m); CAPACIDADE DE AVES = 5 400 aves

4. PAVILHÃO AVÍCOLA PARA GALOS
ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 1 010.43 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 3 782.83m³;
ÁREA UTIL PARA AVES = 905.19 m² (16.50 x 54.86 m); CAPACIDADE DE AVES = 5 400 aves

5. PAVILHÃO AVÍCOLA PARA GALINHAS (com 2 zonas de aves)
ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = 4 635.37 m²; ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 4 652.95 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 17 063.51m³;
ÁREA UTIL PARA AVES = 2 x 2 097.55 m² (2 x 17.50 x 119.86 m); CAPACIDADE DE AVES = 44 500 aves

6. PAVILHÃO AVÍCOLA PARA GALINHAS (com 2 zonas de aves)
ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = 4 633.67 m²; ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 4 652.95 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 17 058.44m³;
ÁREA UTIL PARA AVES = 2 x 2 097.55 m² (2 x 17.50 x 119.86 m); CAPACIDADE DE AVES = 44 500 aves

7. PAVILHÃO AVÍCOLA PARA GALOS
ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 1 010.43 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 3 782.83m³;
ÁREA UTIL PARA AVES = 905.19 m² (16.50 x 54.86 m); CAPACIDADE DE AVES = 5 400 aves

8. PAVILHÃO AVÍCOLA PARA GALOS
ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 1 010.43 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 3 782.83m³;
ÁREA UTIL PARA AVES = 905.19 m² (16.50 x 54.86 m); CAPACIDADE DE AVES = 5 400 aves

9. FILTRO SANITÁRIO
ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 127.46 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 404.21 m³

10. ARMAZÉM DE CASCA E CINZA
ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 213.09 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 1 381.79 m³

11. RESERVATÓRIO DE ÁGUA
ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = 104.75 m²; ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 123.20 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 430.35 m³

12. EDIFÍCIO DO GERADOR E QUADRO GERAL
ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 36.00 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 118.80 m³

SILO DE ALIMENTO
ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO POR UNIDADE= 20.39 m²; ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO TOTAL= 244.68 m²;

ENTRADA NA EXPLORAÇÃO AVÍCOLA

AFASTAMENTO DE 50 METROS AO LIMITE DA PROPRIEDADE

LIMITE DA PROPRIEDADE
ÁREA = 684 750.00 m²

ARRANJO EXTERIOR - PAVIMENTO ABGE
ÁREA DE OCUPAÇÃO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 31 193.07m²

ARRANJO EXTERIOR - PAVIMENTO BETUMINOSO
ÁREA DE OCUPAÇÃO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 1 370.37 m²

LINHA DE ÁGUA E FAIXA DE PROTEÇÃO DE 10 M

ZONA EM TERRENO NATURAL
ÁREA = 628 658.48 m²

GE — GERADOR DE EMERGÊNCIA

BASE ARCO DE DESINFECÇÃO

POSTO DE TRANSFORMAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

FOSSA ESTANQUE DOMÉSTICA (com 1 tanque)

FOSSA ESTANQUE DOMÉSTICA (com 2 tanques)

RA — RESERVATÓRIO DE ÁGUA - CAPACIDADE 300 m³

is — INSTALAÇÃO SANITÁRIA

CONDUTA DE ADUÇÃO DE ÁGUA PARA O RESERVATÓRIO

CONDUTA DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA

CONDUTA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA AO SISTEMA DE ABEBERAMENTO

GRUPO DE PRESSURIZAÇÃO COM SISTEMA DE DESINFECÇÃO DA ÁGUA

DEPÓSITO DE APOIO AO SISTEMA DE PAINÉIS DE REFRIGERAÇÃO

RESUMO PARÂMETROS URBANÍSTICOS E ATIVIDADE PRETENDIDA:

ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO TOTAL DA PROPOSTA (área bruta de construção) = 23 351.10 m²
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO DO SOLO DA PROPOSTA = 3.41 %
ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO TOTAL DA PROPOSTA (implantação) = 23 687.95 m²
ÍNDICE DE OCUPAÇÃO DO SOLO DA PROPOSTA = 3.46 %
ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO TOTAL DA PROPOSTA = 56 251.40 m²
ÍNDICE DE IMPERMEABILIZAÇÃO DA PROPOSTA = 8.21 %
NÚMERO DE RECRIAS DA PROPOSTA = 178 000 fêmeas + 21 600 machos = 199 600 aves

PINTOGAL

escala(s): 1 : 2 000
data: 2020.04.30
designação: Planta de implantação com a rede de abastecimento de água

folha A0 vertical

ANEXO 8

Planta das Redes de Drenagem de águas residuais e de águas pluviais e pormenor das fossas estanques

VILA NOVA
DE POIARES

Ribeiro de Campêlo

Ribeiro

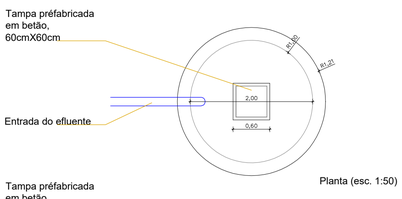
PASSO

SERRA DO

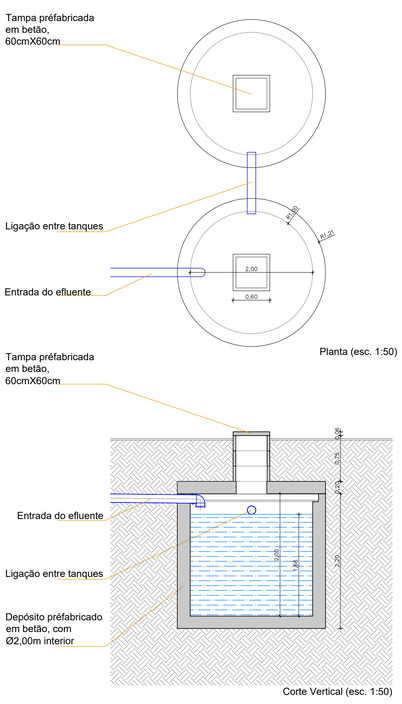
Lapa

infiltração no terreno

FOSSA ESTANQUE DOMÉSTICA
(capacidade de 5.21m³)



FOSSA ESTANQUE AGROPECUÁRIA
(capacidade de 10.42m³)



folha A0 vertical

LEGENDA:

1. PAVILHÃO AVÍCOLA PARA GALINHAS (com 2 zonas de aves)
ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = 4 635.37 m²; ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 4 652.95 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 17 063.51m³;
ÁREA ÚTIL PARA AVES = 2 x 2 097.55 m² (2 x 17.50 x 119.86 m); CAPACIDADE DE AVES = 44 500 aves
2. PAVILHÃO AVÍCOLA PARA GALINHAS (com 2 zonas de aves)
ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = 4 633.67 m²; ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 4 652.95 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 17 058.44m³;
ÁREA ÚTIL PARA AVES = 2 x 2 097.55 m² (2 x 17.50 x 119.86 m); CAPACIDADE DE AVES = 44 500 aves
3. PAVILHÃO AVÍCOLA PARA GALOS
ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 1 010.43 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 3 782.83m³;
ÁREA ÚTIL PARA AVES = 905.19 m² (16.50 x 54.86 m); CAPACIDADE DE AVES = 5 400 aves
4. PAVILHÃO AVÍCOLA PARA GALOS
ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 1 010.43 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 3 782.83m³;
ÁREA ÚTIL PARA AVES = 905.19 m² (16.50 x 54.86 m); CAPACIDADE DE AVES = 5 400 aves
5. PAVILHÃO AVÍCOLA PARA GALINHAS (com 2 zonas de aves)
ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = 4 635.37 m²; ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 4 652.95 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 17 063.51m³;
ÁREA ÚTIL PARA AVES = 2 x 2 097.55 m² (2 x 17.50 x 119.86 m); CAPACIDADE DE AVES = 44 500 aves
6. PAVILHÃO AVÍCOLA PARA GALINHAS (com 2 zonas de aves)
ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = 4 633.67 m²; ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 4 652.95 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 17 058.44m³;
ÁREA ÚTIL PARA AVES = 2 x 2 097.55 m² (2 x 17.50 x 119.86 m); CAPACIDADE DE AVES = 44 500 aves
7. PAVILHÃO AVÍCOLA PARA GALOS
ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 1 010.43 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 3 782.83m³;
ÁREA ÚTIL PARA AVES = 905.19 m² (16.50 x 54.86 m); CAPACIDADE DE AVES = 5 400 aves
8. PAVILHÃO AVÍCOLA PARA GALOS
ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 1 010.43 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 3 782.83m³;
ÁREA ÚTIL PARA AVES = 905.19 m² (16.50 x 54.86 m); CAPACIDADE DE AVES = 5 400 aves
9. FILTRO SANITÁRIO
ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 127.46 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 404.21 m³
10. ARMAZÉM DE CASCA E CINZA
ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 213.09 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 1 381.79 m³
11. RESERVATÓRIO DE ÁGUA
ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = 104.75 m²; ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 123.20 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 430.35 m³
12. EDIFÍCIO DO GERADOR E QUADRO GERAL
ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 36.00 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 118.80 m³
SILO DE ALIMENTO
ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO POR UNIDADE= 20.39 m²; ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO TOTAL= 244.68 m²;

ENTRADA NA EXPLORAÇÃO AVÍCOLA

AFASTAMENTO DE 50 METROS AO LIMITE DA PROPRIEDADE

LIMITE DA PROPRIEDADE
ÁREA = 664 750.00 m²

ARRANJO EXTERIOR - PAVIMENTO ABGE
ÁREA DE OCUPAÇÃO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 31 193.07m²

ARRANJO EXTERIOR - PAVIMENTO BETUMINOSO
ÁREA DE OCUPAÇÃO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 1 370.37 m²

LINHA DE ÁGUA E FAIXA DE PROTEÇÃO DE 10 M

ZONA EM TERRENO NATURAL
ÁREA = 628 658.48 m²

GE — GERADOR DE EMERGÊNCIA

BASE ARCO DE DESINFECÇÃO

POSTO DE TRANSFORMAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

FOSSA ESTANQUE DOMÉSTICA (com 1 tanque)

FOSSA ESTANQUE DOMÉSTICA (com 2 tanques)

COLETORES DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS

ZR n — ZONA DE RECRIAS

FAIXA DE 25 metros DE PROTEÇÃO AO FURO DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA

FAIXA DE 10 metros DE PROTEÇÃO À LINHA DE ÁGUA

infiltração no terreno — SENTIDO DE ESCOAMENTO DAS ÁGUAS PLUVIAIS ATÉ INFILTRAÇÃO NO TERRENO

is — INSTALAÇÃO SANITÁRIA

RESUMO PARÂMETROS URBANÍSTICOS E ATIVIDADE PRETENDIDA:

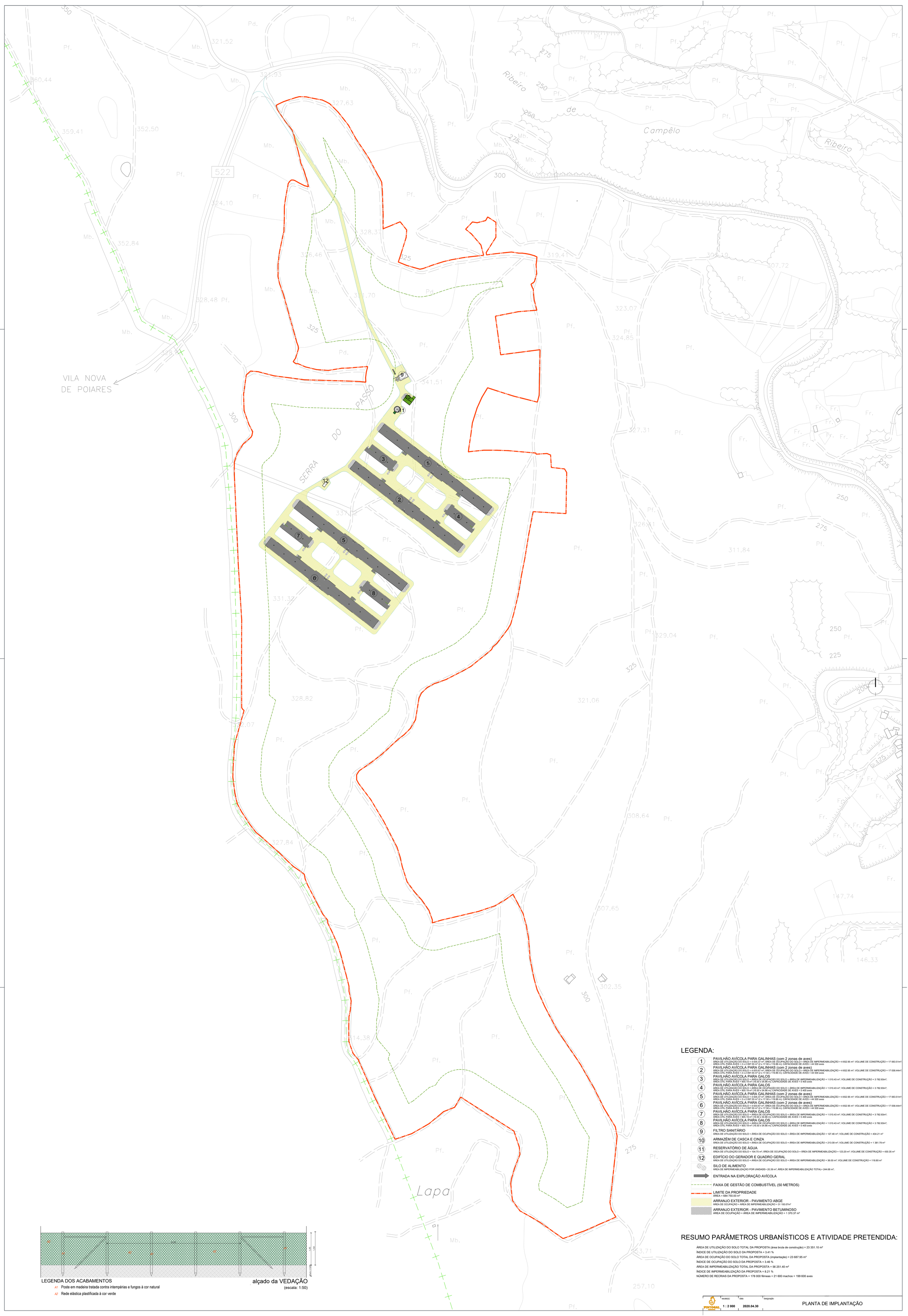
ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO TOTAL DA PROPOSTA (área bruta de construção) = 23 351.10 m²
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO DO SOLO DA PROPOSTA = 3.41 %
ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO TOTAL DA PROPOSTA (implantação) = 23 687.95 m²
ÍNDICE DE OCUPAÇÃO DO SOLO DA PROPOSTA = 3.46 %
ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO TOTAL DA PROPOSTA = 56 251.40 m²
ÍNDICE DE IMPERMEABILIZAÇÃO DA PROPOSTA = 8.21 %
NÚMERO DE RECRIAS DA PROPOSTA = 178 000 fêmeas + 21 600 machos = 199 600 aves

PINTOGAL

escala(s): 1 : 2 000
data: 2020.04.30
designação: Planta de implantação da Rede de drenagem das águas residuais e Águas pluviais

ANEXO 9

Planta com Faixa de Gestão de Combustível de pelo menos 50 metros à extrema da propriedade



LEGENDA DOS ACABAMENTOS

A1 Poste em madeira tratada contra intempérias e fungos à cor natural

A2 Rede elástica plastificada à cor verde

alçado da VEDAÇÃO
(escala: 1:50)

LEGENDA:

1. PAVILHÃO AVÍCOLA PARA GALINHAS (com 2 zonas de aves)
ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = 4 639.37 m²; ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 4 652.95 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 17 063.51m³;
ÁREA ÚTIL PARA AVES = 2 x 2 097.55 m² (2 x 17.50 x 119.86 m); CAPACIDADE DE AVES = 44 500 aves
2. PAVILHÃO AVÍCOLA PARA GALINHAS (com 2 zonas de aves)
ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = 4 633.67 m²; ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 4 652.95 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 17 058.44m³;
ÁREA ÚTIL PARA AVES = 2 x 2 097.55 m² (2 x 17.50 x 119.86 m); CAPACIDADE DE AVES = 44 500 aves
3. PAVILHÃO AVÍCOLA PARA GALOS
ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 1 010.43 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 3 782.83m³;
ÁREA ÚTIL PARA AVES = 905.19 m² (16.50 x 54.86 m); CAPACIDADE DE AVES = 5 400 aves
4. PAVILHÃO AVÍCOLA PARA GALOS
ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 1 010.43 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 3 782.83m³;
ÁREA ÚTIL PARA AVES = 905.19 m² (16.50 x 54.86 m); CAPACIDADE DE AVES = 5 400 aves
5. PAVILHÃO AVÍCOLA PARA GALINHAS (com 2 zonas de aves)
ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = 4 639.37 m²; ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 4 652.95 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 17 063.51m³;
ÁREA ÚTIL PARA AVES = 2 x 2 097.55 m² (2 x 17.50 x 119.86 m); CAPACIDADE DE AVES = 44 500 aves
6. PAVILHÃO AVÍCOLA PARA GALINHAS (com 2 zonas de aves)
ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = 4 633.67 m²; ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 4 652.95 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 17 058.44m³;
ÁREA ÚTIL PARA AVES = 2 x 2 097.55 m² (2 x 17.50 x 119.86 m); CAPACIDADE DE AVES = 44 500 aves
7. PAVILHÃO AVÍCOLA PARA GALOS
ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 1 010.43 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 3 782.83m³;
ÁREA ÚTIL PARA AVES = 905.19 m² (16.50 x 54.86 m); CAPACIDADE DE AVES = 5 400 aves
8. PAVILHÃO AVÍCOLA PARA GALOS
ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 1 010.43 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 3 782.83m³;
ÁREA ÚTIL PARA AVES = 905.19 m² (16.50 x 54.86 m); CAPACIDADE DE AVES = 5 400 aves
9. FILTRO SANITÁRIO
ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 127.46 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 404.21 m³
10. ARMAZÉM DE CASCA E CINZA
ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 213.09 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 1 381.79 m³
11. RESERVATÓRIO DE ÁGUA
ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = 104.75 m²; ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 123.20 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 430.35 m³
12. EDIFÍCIO DO GERADOR E QUADRO GERAL
ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 36.00 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 118.80 m³
SILO DE ALIMENTO
ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO POR UNIDADE= 20.39 m²; ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO TOTAL= 244.68 m²;
ENTRADA NA EXPLORAÇÃO AVÍCOLA
FAIXA DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL (50 METROS)
LIMITE DA PROPRIEDADE
ÁREA = 684 750.00 m²
ARRANJO EXTERIOR - PAVIMENTO ABGE
ÁREA DE OCUPAÇÃO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 31 160.07m²
ARRANJO EXTERIOR - PAVIMENTO BETUMINOSO
ÁREA DE OCUPAÇÃO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 1 370.37 m²

RESUMO PARÂMETROS URBANÍSTICOS E ATIVIDADE PRETENDIDA:

ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO TOTAL DA PROPOSTA (área bruta de construção) = 23 351.10 m²
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO DO SOLO DA PROPOSTA = 3.41 %
ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO TOTAL DA PROPOSTA (implantação) = 23 687.95 m²
ÍNDICE DE OCUPAÇÃO DO SOLO DA PROPOSTA = 3.46 %
ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO TOTAL DA PROPOSTA = 56 251.40 m²
ÍNDICE DE IMPERMEABILIZAÇÃO DA PROPOSTA = 8.21 %
NÚMERO DE RECRIAS DA PROPOSTA = 178 000 fêmeas + 21 600 machos = 199 600 aves

folha A0 vertical

escala(s): 1 : 2 000
data: 2020.04.30
designação: PLANTA DE IMPLANTAÇÃO

ANEXO 10

Declaração de inexistência de rede pública de abastecimento de água na propriedade do Vale da Lapa

Câmara Municipal de Góis

DECLARAÇÃO

Mário Barata Garcia, Dr., na qualidade de Vice-Presidente da Câmara Municipal de Góis, com sede social na Praça da República em Góis, pessoa coletiva nº 506 613 399, declara para os devidos efeitos a inexistência de rede pública de abastecimento de água e rede de saneamento no Vale da Lapa, Freguesia de Vila Nova do Ceira.

Góis, 17 de outubro de 2018.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal

(Mário Barata Garcia, Dr.)

ANEXO 11

Declaração emitida pela Valormed a atestar que a Inogen constitui um centro de retoma

VALORMED

EMPRESA CERTIFICADA eiC ISO 9001 certificação acreditada IPAC

EMPRESA CERTIFICADA eiC ISO 14001 certificação acreditada IPAC

DECLARAÇÃO

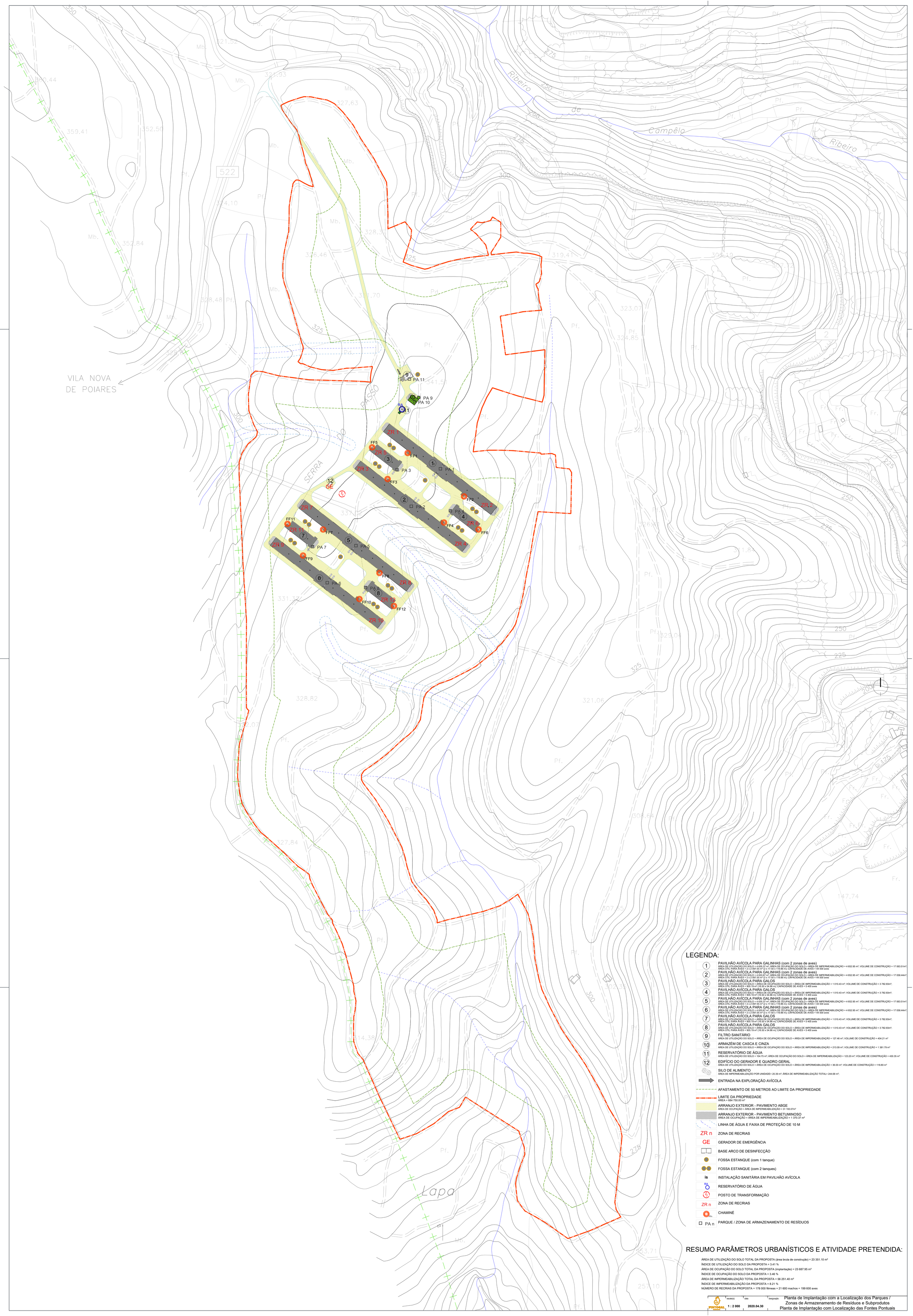
Para os devidos efeitos, informamos que ***a Inogen, Inovação e Soluções Veterinárias, Lda.,*** pessoa colectiva n.º 507271696, é aderente ao Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagem e Medicamentos (SIGREM) no período de vigência da licença atribuída à VALORMED, Despacho n.º 9592/2015 de 10 de Agosto, e que lhe permite prestar serviços de recolha e armazenagem de resíduos de embalagens de medicamentos veterinários para os seus clientes, sob o código interno – **10030.**

Algés, 16 de Fevereiro de 2018

Luís Figueiredo
Director Geral

ANEXO 12

Planta de Implantação com localização dos Parques de Resíduos e Subprodutos e Fontes de Emissão (geradores de calor)



LEGENDA:

1. PAVILHÃO AVÍCOLA PARA GALINHAS (com 2 zonas de aves)
   ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = 4 635.37 m²; ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 4 652.95 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 17 063.51m³;
   ÁREA ÚTIL PARA AVES = 2 x 2 097.55 m² (2 x 17.50 x 119.86 m); CAPACIDADE DE AVES = 44 500 aves
2. PAVILHÃO AVÍCOLA PARA GALINHAS (com 2 zonas de aves)
   ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = 4 633.67 m²; ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 4 652.95 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 17 058.44m³;
   ÁREA ÚTIL PARA AVES = 2 x 2 097.55 m² (2 x 17.50 x 119.86 m); CAPACIDADE DE AVES = 44 500 aves
3. PAVILHÃO AVÍCOLA PARA GALOS
   ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 1 010.43 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 3 782.83m³;
   ÁREA ÚTIL PARA AVES = 905.19 m² (16.50 x 54.86 m); CAPACIDADE DE AVES = 5 400 aves
4. PAVILHÃO AVÍCOLA PARA GALOS
   ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 1 010.43 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 3 782.83m³;
   ÁREA ÚTIL PARA AVES = 905.19 m² (16.50 x 54.86 m); CAPACIDADE DE AVES = 5 400 aves
5. PAVILHÃO AVÍCOLA PARA GALINHAS (com 2 zonas de aves)
   ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = 4 635.37 m²; ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 4 652.95 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 17 063.51m³;
   ÁREA ÚTIL PARA AVES = 2 x 2 097.55 m² (2 x 17.50 x 119.86 m); CAPACIDADE DE AVES = 44 500 aves
6. PAVILHÃO AVÍCOLA PARA GALINHAS (com 2 zonas de aves)
   ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = 4 633.67 m²; ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 4 652.95 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 17 058.44m³;
   ÁREA ÚTIL PARA AVES = 2 x 2 097.55 m² (2 x 17.50 x 119.86 m); CAPACIDADE DE AVES = 44 500 aves
7. PAVILHÃO AVÍCOLA PARA GALOS
   ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 1 010.43 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 3 782.83m³;
   ÁREA ÚTIL PARA AVES = 905.19 m² (16.50 x 54.86 m); CAPACIDADE DE AVES = 5 400 aves
8. PAVILHÃO AVÍCOLA PARA GALOS
   ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 1 010.43 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 3 782.83m³;
   ÁREA ÚTIL PARA AVES = 905.19 m² (16.50 x 54.86 m); CAPACIDADE DE AVES = 5 400 aves
9. FILTRO SANITÁRIO
   ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 127.46 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 404.21 m³
10. ARMAZÉM DE CASCA E CINZA
    ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 213.09 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 1 381.79 m³
11. RESERVATÓRIO DE ÁGUA
    ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = 104.75 m²; ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 123.20 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 430.35 m³
12. EDIFÍCIO DO GERADOR E QUADRO GERAL
    ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 36.00 m²; VOLUME DE CONSTRUÇÃO = 118.80 m³
- SILO DE ALIMENTO
  ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO POR UNIDADE= 20.39 m²; ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO TOTAL= 244.68 m²;
- ENTRADA NA EXPLORAÇÃO AVÍCOLA
- AFASTAMENTO DE 50 METROS AO LIMITE DA PROPRIEDADE
- LIMITE DA PROPRIEDADE
  ÁREA = 684 750.00 m²
- ARRANJO EXTERIOR - PAVIMENTO ABGE
  ÁREA DE OCUPAÇÃO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 31 193.07m²
- ARRANJO EXTERIOR - PAVIMENTO BETUMINOSO
  ÁREA DE OCUPAÇÃO = ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO = 1 370.37 m²
- LINHA DE ÁGUA E FAIXA DE PROTEÇÃO DE 10 M
- ZR n — ZONA DE RECRIAS
- GE — GERADOR DE EMERGÊNCIA
- BASE ARCO DE DESINFECÇÃO
- FOSSA ESTANQUE (com 1 tanque)
- FOSSA ESTANQUE (com 2 tanques)
- is — INSTALAÇÃO SANITÁRIA EM PAVILHÃO AVÍCOLA
- RA — RESERVATÓRIO DE ÁGUA
- POSTO DE TRANSFORMAÇÃO
- ZR n — ZONA DE RECRIAS
- CHAMINÉ
- PA n — PARQUE / ZONA DE ARMAZENAMENTO DE RESÍDUOS

RESUMO PARÂMETROS URBANÍSTICOS E ATIVIDADE PRETENDIDA:

ÁREA DE UTILIZAÇÃO DO SOLO TOTAL DA PROPOSTA (área bruta de construção) = 23 351.10 m²
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO DO SOLO DA PROPOSTA = 3.41 %
ÁREA DE OCUPAÇÃO DO SOLO TOTAL DA PROPOSTA (implantação) = 23 687.95 m²
ÍNDICE DE OCUPAÇÃO DO SOLO DA PROPOSTA = 3.46 %
ÁREA DE IMPERMEABILIZAÇÃO TOTAL DA PROPOSTA = 56 251.40 m²
ÍNDICE DE IMPERMEABILIZAÇÃO DA PROPOSTA = 8.21 %
NÚMERO DE RECRIAS DA PROPOSTA = 178 000 fêmeas + 21 600 machos = 199 600 aves

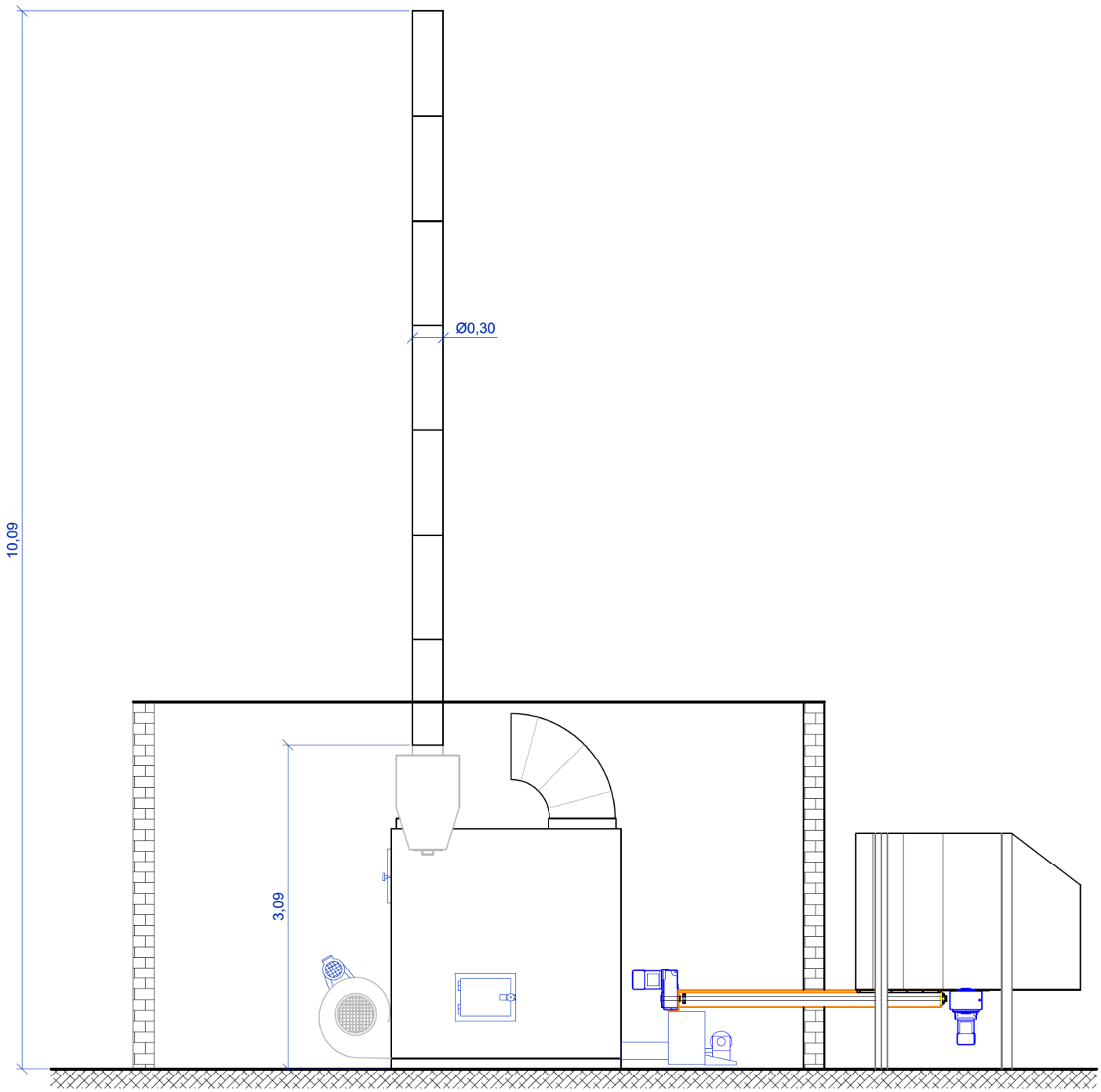
PINTOGAL

escala(s):	data:	designação:
1 : 2 000	2020.04.30	Planta de Implantação com a Localização dos Parques / Zonas de Armazenamento de Resíduos e Subprodutos Planta de Implantação com Localização das Fontes Pontuais

folha A0 vertical

ANEXO 13

Desenho Técnico das Chaminés



descrição:

Gerador 300GDS

Plano Instalação Chaminé

cliente:

Lusiaves SA

local exploração:

projectou:	p.almeida	escala:	
desenhou:	p.almeida	desenho n.º:	--
verificou:		data:	

ANEXO 14

Título de utilização referente à ETARI da unidade industrial da Marinha das Ondas

AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE

Processo n.º: 450.10.04.01.011731.2018.RH4A

Utilização n.º: L018014.2018.RH4A

Início: 2018/11/12

Validade: 2023/11/30

Licença de Utilização dos Recursos Hídricos - Rejeição de Águas Residuais

Identificação

Código APA	APA00017662
País*	Portugal
Número de Identificação Fiscal*	501667490
Nome/Denominação Social*	LUSIAVES - Indústria e Comércio Agro-Alimentar, SA
Idioma	Português
Morada*	Zona Industrial da Zicofa, Lote 4 - Cova das Faias
Localidade*	LEIRIA
Código Postal	2415-314
Concelho*	Leiria
Telefones	931790230
Obrigação de correcção de Dados de Perfil	|_|

Caracterização do(s) tratamento(s)

Designação	ETAR Lusiaves - Marinha das Ondas
Nível de tratamento implementado	Secundário
Tipo de tratamento	Sistema de tratamento biológico SBR por lamas ativadas
Caudal Máximo descarga	2400.00 m3/dia
Nut III – Concelho – Freguesia	Baixo Mondego / Figueira da Foz / Marinha das Ondas
Longitude	-8.815140
Latitude	40.031010
Ano de arranque	2010
População servida (e.p.)	600

Caracterização da rejeição

Origem das águas residuais

Industriais	Processo de produção;Sanitários e refeitório;Torre de refrigeração;Pluviais contaminadas

Características do Afluente Bruto

Volume Máximo mensal	64000.0 (m3)
CBO5	2500.0 (mg/L O2)
CQO	5000.0 (mg/L O2)
N	100.0 (mg/L N)
P	50.0 (mg/L P)

Designação da rejeição	ETAR Lusiaves - Marinha das Ondas

Meio Recetor	Ribeira/ribeiro
Margem	Margem
Denominação do meio recetor	Ribeira das Meias
Sistema de Descarga	Coletor com obra de proteção (boca de lobo)
Nut III – Concelho – Freguesia	Baixo Mondego / Figueira da Foz / Marinha das Ondas
Longitude	-8.813670
Latitude	40.030710
Região Hidrográfica	Vouga, Mondego e Lis
Bacia Hidrográfica	Mondego
Sub-Bacia Hidrográfica	PT04MON0691 :: Rio Pranto
Tipo de massa de água	RIO
Massa de água	PT04MON0691 :: Rio Pranto
Classificação do estado/potencial ecológico (superficial) ou estado (subterrânea) da massa de água	Razoável

Condições Gerais

1ª A rejeição de águas residuais será exclusivamente realizada no local e nas condições indicadas nesta licença, não estando autorizadas quaisquer outras descargas de efluentes, e não podendo o objeto da presente licença ser alterado sem prévia autorização da Entidade Licenciadora.

2ª O titular obriga-se a cumprir o disposto na presente licença, em todas as leis e regulamentos vigentes, na parte em que lhe for aplicável, bem como outras normas ou regulamentos que venham a ser posteriormente aprovados e a entrar em vigor, quer as suas disposições se harmonizem ou não com os direitos e obrigações que à presente licença sejam aplicáveis.

3ª O titular fica sujeito, de acordo com o Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de junho, na sua redação atual, ao pagamento da Taxa de Recursos Hídricos (TRH) calculada de acordo com a seguinte fórmula: TRH = E + O, em que E – descarga de efluentes e O – ocupação do domínio público hídrico do Estado, se aplicável.

4ª A matéria tributável da componente E é determinada com base no Anexo – Programa de autocontrolo a implementar.

5ª Sem prejuízo das sanções aplicáveis, sempre que o registo atualizado dos valores do autocontrolo, referido no ponto 4 que antecede, não seja entregue com a periodicidade definida na Licença, a componente E será calculada tendo por base as características do efluente bruto estabelecidas no projeto de execução da ETAR ou incluídas na presente licença.

6ª O pagamento da taxa de recursos hídricos devida é efetuado no ano seguinte àquele a que a taxa respeite até ao termo disposto na Nota de Liquidação respetiva e deve ser feito de acordo com o previsto no número 4 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de junho, na sua redação atual.

7ª A falta de pagamento atempado fica sujeito a juros de mora à taxa legal em vigor, conforme dispõe o número 5 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de junho, na sua redação atual.

8ª Para efeitos de fiscalização ou inspeção, o titular fica obrigado a facultar, às Entidades Competentes, esta licença, bem como o acesso à área, construções e equipamentos a ela associados e aos registos detalhados do controlo da operação do sistema de tratamento.

9ª A presente licença pode ser revista ou revogada nos casos previstos nos artigos 28.º e 32.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio.

10ª A Entidade Licenciadora reserva-se o direito de restringir excecionalmente o regime de utilização dos recursos hídricos agora atribuído, nomeadamente na decorrência de secas, cheias e acidentes, nos termos da presente licença e no regime legal aplicável.

11ª A licença só poderá ser transmitida mediante autorização da entidade licenciadora de acordo com o disposto no artigo 26º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio.

12ª A licença só poderá ser transacionada e temporariamente cedida mediante autorização da Entidade Licenciadora de acordo com o disposto no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio.

13ª A licença caduca nas condições previstas no presente título e no artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio.

14ª O titular pode, caso se mantenham as condições que determinaram a sua atribuição, solicitar a renovação desta licença, no prazo de 6 meses antes do seu termo.

15ª O titular fica obrigado a informar a Entidade Licenciadora, no prazo máximo de 24 horas, de qualquer acidente ou anomalia ocorrido nas instalações que afete o cumprimento das condições indicadas nesta licença bem como das medidas já implementadas e/ou

APA/ARH Centro
Edifício Fábrica dos Mirandas – Avenida Cidade Aeminium,
3000-429 Coimbra
Telefone: +351 239 850 200 / Fax: +351 239 850 250
e-mail: arhc.geral@apambiente.pt - http://www.apambiente.pt

previstas para correção da situação.

16ª As vistorias que sejam realizadas pela Entidade Licenciadora na sequência dos episódios abrangidos no ponto que antecede são suportadas pelo utilizador.

17ª Em caso de incumprimento da presente licença, o titular fica sujeito às sanções previstas no Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio.

18ª O titular deverá respeitar todas as leis e regulamentos aplicáveis e munir-se de quaisquer outras autorizações, licenças e registos legalmente exigíveis.

Condições Específicas

1ª Qualquer alteração no funcionamento do sistema de produção e/ou de tratamento, mesmo que não prejudique as condições impostas nesta licença, deve ser comunicada à Entidade Licenciadora no prazo máximo de cinco dias.

2ª Impende sobre o titular desta licença a responsabilidade de verificar o cumprimento das normas constantes na autorização de descarga supra mencionada.

3ª O titular assume a responsabilidade pela eficiência e eficácia dos processos de tratamento e dos procedimentos a adotar com vista a minimizar os efeitos decorrentes da rejeição de águas residuais e a cumprir os objetivos de qualidade definidos para a massa de água recetora.

4ª A descarga das águas residuais na água não deve provocar alteração da sua qualidade, nem colocar em risco os seus usos, sendo efetuada de modo a não prejudicar o escoamento natural da corrente e a não contribuir para o aumento dos riscos de erosão no local, ficando o titular responsável pela tomada das medidas consideradas necessárias para a correção das situações que possam ocorrer.

5ª O titular obriga-se a manter o sistema de tratamento adotado em bom estado de funcionamento e conservação.

6ª O titular obriga-se a observar todos os preceitos legais no que concerne a segurança, gestão de resíduos e conservação da natureza e também a legislação e os regulamentos específicos das atividades complementares que simultaneamente venham a ser desenvolvidas no local.

7ª O titular obriga-se a efetuar as ações de manutenção, preventivas e corretivas, necessárias ao bom funcionamento da ETAR, incluindo a limpeza dos respetivos órgãos de tratamento devendo guardar os registos detalhados da sua realização, com indicação do destino final das lamas ou outros resíduos produzidos, para efeitos de inspeção ou fiscalização por parte das Entidades Competentes.

8ª O titular obriga-se a implementar as medidas de prevenção de acidentes e de emergência descritas no projeto.

9ª O titular da licença deve respeitar as condições de descarga indicadas no respetivo Anexo, não podendo efetuar qualquer operação deliberada de diluição das águas residuais. A avaliação de conformidade é determinada com base nos parâmetros definidos e de acordo com o mencionado no Anexo.

10ª O titular obriga-se a implementar o programa de autocontrolo descrito no respetivo Anexo e a enviar à Entidade Licenciadora os dados obtidos com o formato e periodicidade definidos no mesmo.

11ª O titular obriga-se a manter um registo atualizado dos valores do autocontrolo, para efeitos de inspeção ou fiscalização por parte das Entidades Competentes.

12ª As condições de descarga poderão vir a ser alteradas em função dos resultados do autocontrolo e da evolução da qualidade do meio recetor ou de outras restrições de utilização local que o justifiquem.

13ª Para efeitos de fiscalização ou inspeção poderão ser recolhidas amostras compostas num dado período temporal, inferior a 24 horas, em função do caudal. Caso o sistema não disponha de medidor de caudal com registo automático, será utilizado o caudal máximo previsto no título para efeitos de avaliação da respetiva conformidade das amostras.

14ª Fazem parte integrante do presente título todos os anexos autenticados que o acompanham.

Outras Condições

1ª No prazo máximo de 30 dias após a data de atribuição do presente título, deverá ser apresentada uma apólice de seguro ou prestada uma caução no valor de 77.500 € a favor da entidade licenciadora, para recuperação ambiental, de acordo e nos termos previstos no número 2 do artigo 49º e alínea A) do Anexo I do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, que garanta o pagamento de indemnizações por eventuais danos causados por erros ou omissões do projeto relativamente à drenagem e tratamento de efluentes ou pelo incumprimento das disposições legais e regulamentares a ele aplicáveis (minutas disponíveis no sítio da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. na internet em www.apambiente.pt – Instrumentos > Licenciamento das utilizações dos recursos hídricos > Formulários).

2ª Poderá ser dispensada a apresentação de apólice de seguro ou prestada uma caução para recuperação ambiental nos termos do disposto no art.º 22º, n.º 226-A/2007, de 31 de maio com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 82/2010, de 2 de julho, após análise da caução efetuada.

3ª Com a entrada em vigor do presente título de utilização dos recursos hídricos fica automaticamente caducado o título

APA/ARH Centro
Edifício Fábrica dos Mirandas – Avenida Cidade Aeminium,
3000-429 Coimbra
Telefone: +351 239 850 200 / Fax: +351 239 850 250
e-mail: arhc.geral@apambiente.pt - http://www.apambiente.pt

L019456.2013.RH4 emitido em 2013/12/17.

Anexos

Localização e caracterização da obra

Condições de descarga das águas residuais em condições normais de funcionamento

As condições de descarga do efluente final, de acordo com o disposto na legislação aplicável, a respeitar pelo titular da licença são as seguintes.

Observações

As águas residuais que afluem à ETARI têm origem doméstica nas produzidas nas instalações sanitárias usadas por 600 trabalhadores e origem industrial no processo de produção centro de abate e transformação de aves, no edifício de lavagem de viaturas (com separador hidrocarbonetos), oficina (com separador hidrocarbonetos), posto de abastecimento de combustíveis (com separador hidrocarbonetos), torre de refrigeração, purgas da caldeira, explorações avícolas pertencentes ao grupo da Lusiaves, nomeadamente Quinta de S. Tomé, Quinta da Cruz, Guerres, Quinta da Charneca, Central de Lavos, Casal Seiça, Marinha de Baixo, Quinta de S. Francisco, Quinta dos Olivais, Quinta Formosa, Quinta do Banco I, Quinta do Banco II, Quinta do Banco III, Quinta da Asseiceira, Vale Cavalo, Quinta de Ançã (Cabanas), Quinta do Vale, Quinta do Seixo e Quinta do Picheleiro.

Parâmetro	VLE	Legislação aplicável
Fósforo total (mg/L P)	5	(b)
Azoto total (mg/L N)	15	(b)
Óleos Minerais (mg/L)	15	(a)
Óleos e Gorduras (mg/L)	15	(b)
Sólidos Suspensos Totais (mg/L)	60	(b)
Carência Química de Oxigénio (mg/L O2)	125	(b)
Carência Bioquímica de Oxigénio (mg/L O2)	40	(b)
pH (Escala de Sörensen)	6-9	(a)

Legislação

(a) Anexo XVIII do Decreto-Lei nº 236/98, de 1 de agosto (b) BREF SA

Avaliação de conformidade (descrição dos critérios de avaliação)

De acordo com o nº 6 do artigo 69º do Decreto-Lei nº 236/98, de 1 de Agosto.

Autocontrolo

Programa de autocontrolo a implementar

Observações

As determinações analíticas conducentes à verificação do cumprimento do presente programa de autocontrolo devem ser preferencialmente realizadas por laboratórios acreditados para o efeito, devendo, nos restantes casos, ser realizadas por laboratórios que mantenham um sistema de controlo de qualidade analítica devidamente documentado e atualizado, à semelhança das orientações descritas na Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho. Os boletins analíticos terão de vir acompanhados da indicação dos limites de deteção, de quantificação e da incerteza.

Os procedimentos de amostragem deverão ser efetuados aplicando boas práticas internacionais de laboratório a fim de reduzir ao mínimo a degradação das amostras entre a colheita e a análise.

Efetuar monitorização dos parâmetros Azoto total e Fósforo total para efeitos do cálculo da TRH nos termos do Decreto-Lei n.º 97/2008 de 11 de junho.

Os resultados do programa de autocontrolo qualitativo e quantitativo (caudal mensal) serão enviados à Administração da Região Hidrográfica do Centro em formato digital para o e-mail arhc.geral@apambiente.pt, ou serão reportados no Sistema Integrado de Licenciamento do Ambiente (SILiAmb), que pode ser acedido em https://siliamb.apambiente.pt.

Periodicidade de reporte:

Os resultados do programa de autocontrolo, bem como as cópias dos boletins analíticos deverão ser reportados à Entidade Licenciadora com uma periodicidade trimestral.

Descrição do equipamento de controlo instalado:

--

Local de amostragem	Parâmetro	Metodo analítico	Frequência de amostragem	Tipo de amostragem
Entrada	Fósforo total (mg/L P)	Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho.	Mensal	Composta (iv)
Saída	pH (Escala de Sörensen)	Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho.	Mensal	Pontual
Saída	Carência Química de Oxigénio (mg/L O2)	Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho.	Mensal	Composta (iv)
Saída	Carência Bioquímica de Oxigénio (mg/L O2)	Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho.	Mensal	Composta (iv)
Saída	Sólidos Suspensos Totais (mg/L)	Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho.	Mensal	Composta (iv)
Saída	Azoto total (mg/L N)	Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho.	Mensal	Composta (iv)
Saída	Óleos e Gorduras (mg/L)	Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho.	Mensal	Composta (iv)
Saída	Óleos Minerais (mg/L)	Metodologia aplicável em conformidade com o disposto na legislação em vigor e de acordo com a Diretiva 2009/90/CE, transposta para direito interno pelo Decreto-Lei n.º 83/2011, de 20 de junho.	Mensal	Composta (iv)

Amostragem composta - representativa da água residual descarregada, recolhida durante um período de 24 horas: (i) com intervalos máximos de 1 hora; (ii) com intervalos máximos de 4 horas; (iii) cobrindo no mínimo três períodos diários distintos entre as 7 e as 21 horas; (iv) representativa de um dia normal de laboração..

O presidente do conselho diretivo da APA, IP

Nuno Lacasta

APA/ARH Centro
Edifício Fábrica dos Mirandas – Avenida Cidade Aeminium,
3000-429 Coimbra
Telefone: +351 239 850 200 / Fax: +351 239 850 250
e-mail: arhc.geral@apambiente.pt - http://www.apambiente.pt

Localização e caracterização da obra

Peças desenhadas com a localização da obra



ANEXO 15

Declaração emitida pela Câmara Municipal de Góis a informar que poderá receber os efluentes domésticos produzidos na instalação avícola

Câmara Municipal de Góis

DECLARAÇÃO

Mário Barata Garcia, Dr., na qualidade de Vice-Presidente da Câmara Municipal de Góis, com sede social na Praça da República em Góis, pessoa coletiva nº 506 613 399, declara para os devidos efeitos que estes serviços estão disponíveis para receber em baixa os efluentes domésticos produzidos na exploração de Vale da Lapa e na exploração da Carvalhinha.

Góis, 17 de outubro de 2018.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal

(Mário Barata Garcia, Dr.)

ANEXO 16

Oficio n.º OF/8/2018/DIAm, de 12 de Janeiro de 2018, emitido pela Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro

REPÚBLICA PORTUGUESA

AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL

MAR

"18-01-12 000343 DRAPC

Exmo(s). Sr(s).
COMISSAO DE COORDENACAO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO
R BERNARDIM RIBEIRO, 80
Ao c/ do Sr. Engº. António José de Magalhães
Cardoso
3000-069 COIMBRA

Sua referência	Sua comunicação de	Nossa referência	Local de emissão
E-mail	8/01/2018	OF/8/2018/DIAm	Coimbra

Assunto: Projecto de Investimento do Grupo Lusiaves - Pedido de parecer para implantação de unidades de produção avícola, no concelho de Gois

Em resposta ao pedido de parecer sobre os projectos de investimento da LUSIAVES em Góis, solicitado pela CCDRC por e-mail enviado às 16h 38 min de dia 8/01/2018, refere-se o seguinte:
Os elementos enviados para análise foram as Memorias Descritivas de Vale da Lapa e Carvalhinha e uma saída gráfica com as respectivas localizações e implantações sobre ortofotomapa em ficheiros Word e pdf, respectivamente.
Da informação existente na sucinta memória descritiva consta que a área de construção prevista é de 45 300m2 e a área de implantação de 46 565 m2., para ambas as explorações avícolas. Apesar de não existirem nos elementos enviados dados suficientes para aferir de forma peremptória do cumprimento/incumprimento dos parâmetros urbanísticos, constantes do PDM em vigor, partiu-se da premissa mais desfavorável - incumprimento.
Verificou-se que no regulamento do PDM de Góis, não está previsto qualquer regime excepcional para viabilização de explorações pecuárias que não cumpram os parâmetros de edificabilidade previstos nas diferentes categorias de espaço, nomeadamente, a emissão de parecer da entidade competente/DRAPC sobre a viabilidade técnica e económica das propostas.
Neste enquadramento, a presente análise refere-se apenas à verificação de eventuais conflitos com as condicionantes Reserva Agrícola Nacional (RAN) e Aproveitamentos Hidroagrícolas.

Uma vez que os elementos disponibilizados não incluíam georreferenciação das áreas de intervenção propostas, por analogia e aproximação às imagens de localização enviadas, elaborou-se uma shapefile com delimitação dessas áreas. Posteriormente cruzou-se esta informação com a informação geográfica disponível nesta DRAPC com relevância para a resposta à solicitação formulada.

Na resposta indicar sempre a nossa referência

Após consulta da Carta de Ordenamento do PDM de Góis constata-se que a área Proposta para a instalação da exploração avícola da **Carvalhinha** se insere nas categorias "Floresta de produção" e "Espaços florestais de uso múltiplo", não é RAN nem intercepta Aproveitamentos Hidroagrícolas, conforme se pode verificar nas fig.1 e 2 que seguidamente se apresentam.

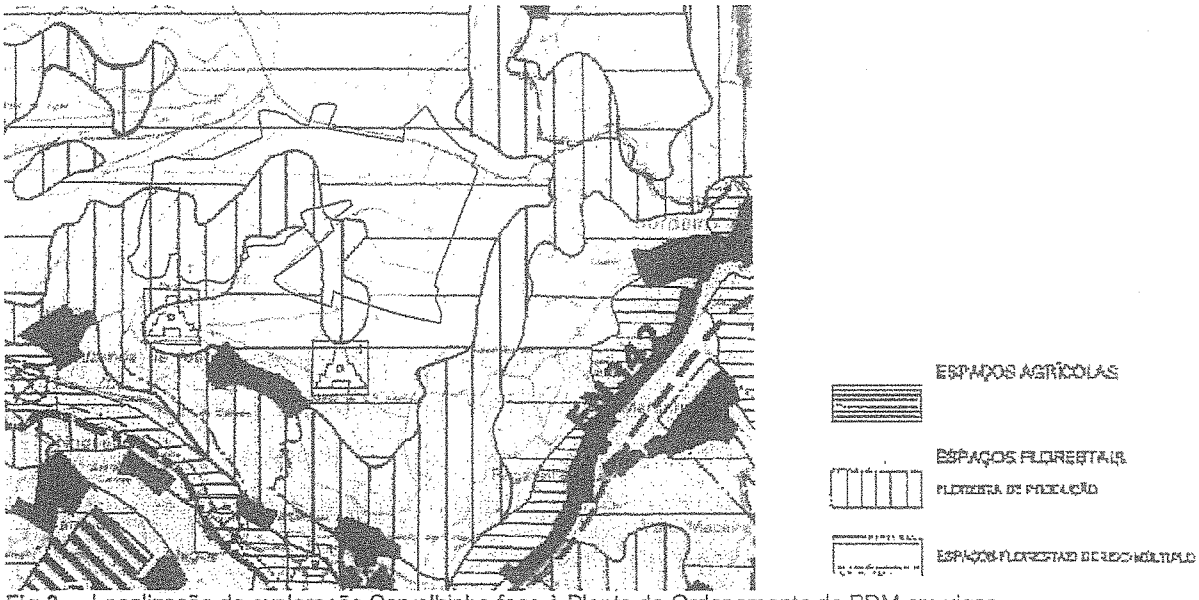


Fig 3. – Localização da exploração Carvalhinha face à Planta de Ordenamento do PDM em vigor

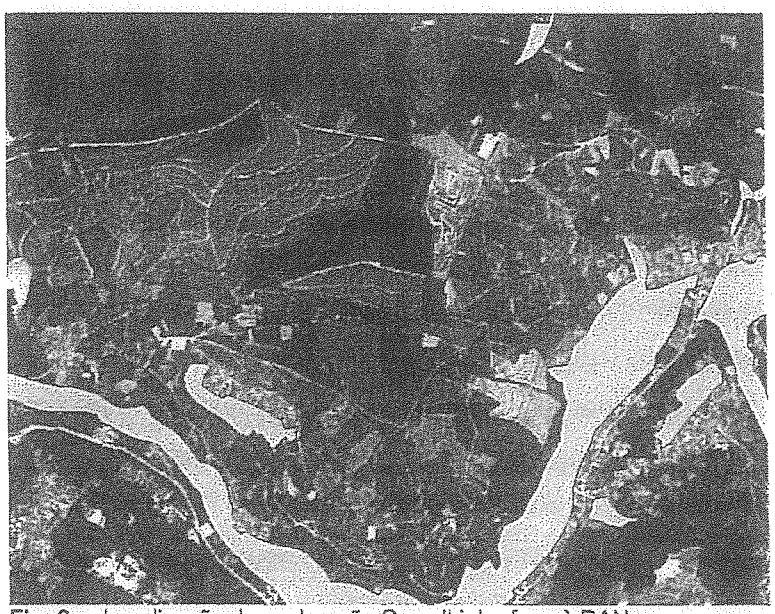


Fig. 2. – Localização da exploração Carvalhinha face à RAN

A área Proposta para a instalação da exploração avícola do **Vale da Lapa**, face à planta de ordenamento do PDM em vigor, insere-se em "Espaços florestais de uso múltiplo" e também, não

é RAN nem intercepta Aproveitamentos Hidroagrícolas, conforme se pode verificar nas fig.3 e 4 que seguidamente se apresentam.

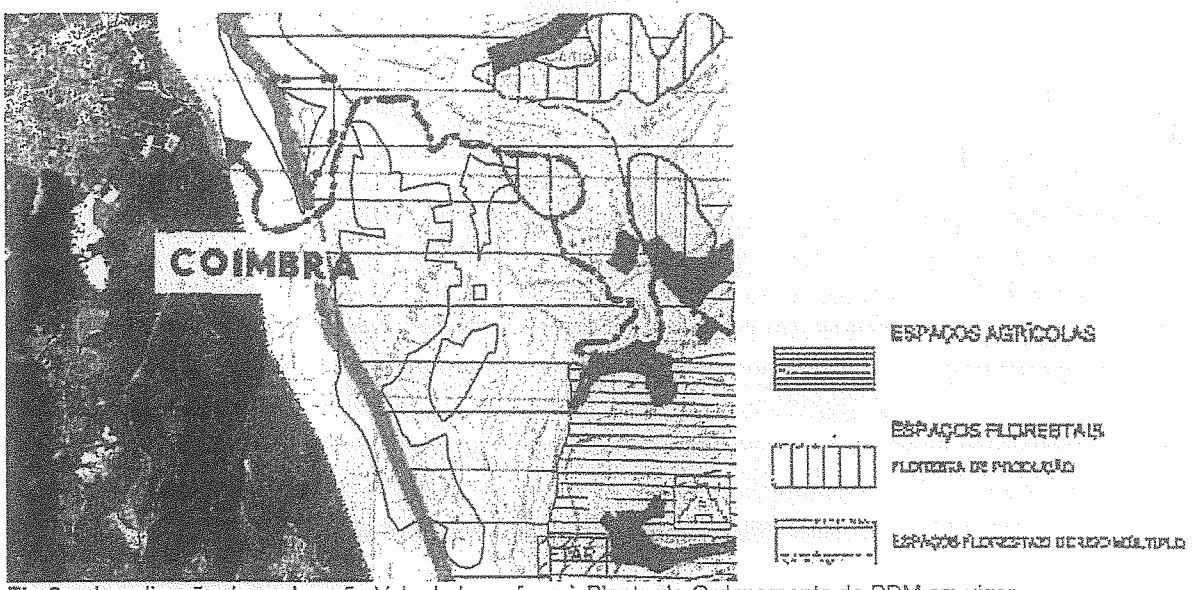


Fig 3. – Localização da exploração Vale da Lapa face à Planta de Ordenamento do PDM em vigor

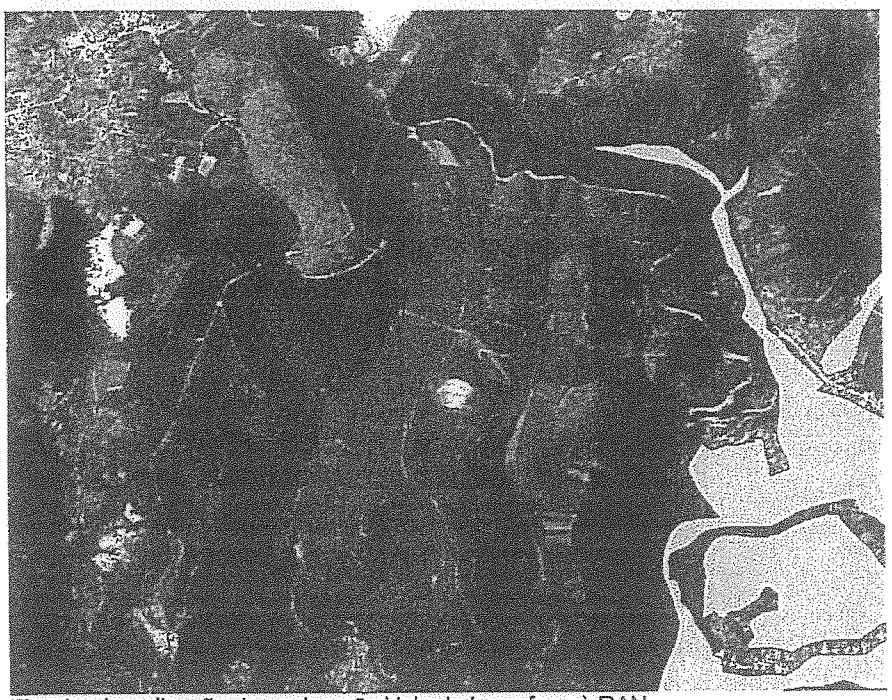


Fig. 4. – Localização da exploração Vale da Lapa face à RAN

Acresce-se que tendo em consideração a Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP) em vigor, aprovada por despacho do Sr. Director Geral do Território datado de 19 de Julho de 2016, a área em causa pertence, agora, na sua maioria, ao concelho da Lousã, conforme ilustrado na figura 5.

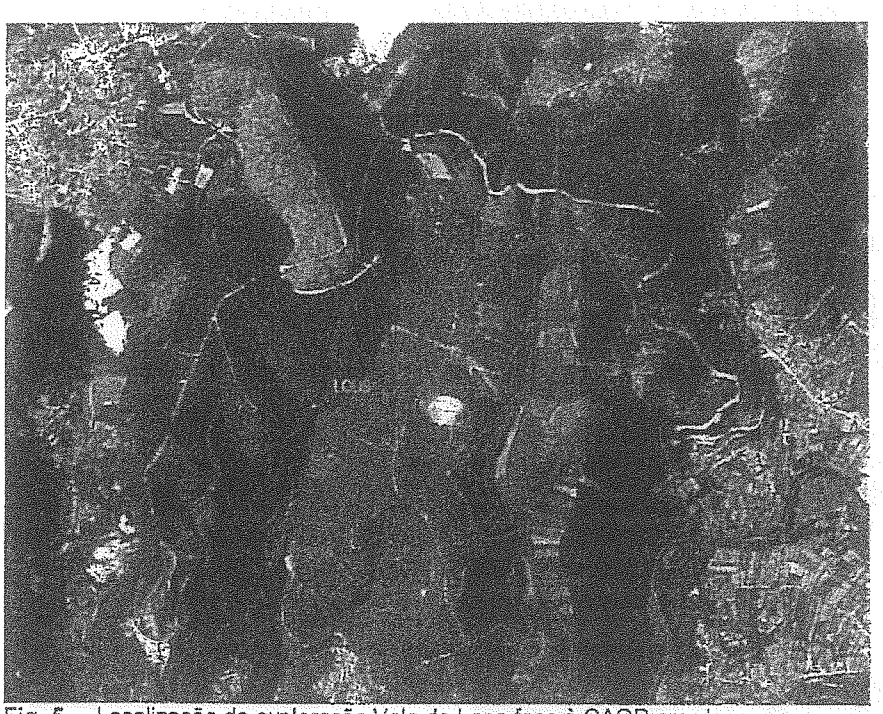


Fig. 5. – Localização da exploração Vale da Lapa face à CAOP em vigor

Face ao anteriormente exposto e aos elementos enviados para análise, a DRAPC nada mais tem a referir em resposta ao pedido de parecer sobre a intenção de instalação/construção das explorações avícolas da Carvalhinha e Vale da Lapa.

Com os melhores cumprimentos,

A Diretora Regional

(Adelina M. Machado Martins)

Ângela Pinto Correia

Diretora de Serviços de Desenvolvimento Agroalimentar, Rural e Licenciamento.

ach / ach

ANEXO 17

Plano Diretor Municipal do Concelho de Góis

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2003

Sob proposta da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal de Góis aprovou, em 29 de Junho de 2002, o seu Plano Director Municipal.

A elaboração do presente Plano decorreu sob a vigência do Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de Março, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.os 211/92, de 8 de Outubro, e 155/97, de 24 de Junho.

Como o Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de Março, foi entretanto revogado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, que aprovou o novo regime dos instrumentos de gestão territorial, a ratificação terá de ser feita ao abrigo deste diploma.

Foram cumpridas todas as formalidades legais, designadamente quanto à discussão pública prevista no artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, e ao parecer final da Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território — Centro referido no artigo 78.º do mesmo diploma.

Verifica-se a conformidade do Plano Director Municipal de Góis com as disposições legais e regulamentares em vigor, com excepção:

Do conteúdo dos quadros n.os 4 e 5 a que se referem os artigos 11.º, 16.º e 21.º e do disposto nas alíneas *g*) e *h*) do n.º 3 do artigo 25.º, todos do Regulamento, por não cumprirem o preceituado na Portaria n.º 1136/2001, de 25 de Setembro;

Das alíneas *a*) e *b*) do n.º 3 do artigo 31.º e das alíneas *a*) e *b*) do n.º 3 e o n.º 4 do artigo 35.º, ambos do Regulamento, por não existir nenhum diploma legal aplicável, tanto ao sector agrícola como ao florestal, que interdite as acções referidas nestas normas;

Do artigo 38.º do Regulamento, uma vez que a regulamentação relativa às operações de florestação e de exploração florestal consta dos instrumentos de apoio ao investimento florestal;

Da delimitação das áreas da planta de condicionantes assinaladas como «Baldios» e como «Regime cinegético especial», por estas áreas não constituírem servidões ou restrições de utilidade pública, de acordo com a legislação em vigor.

O Plano Director Municipal de Góis foi objecto de parecer favorável condicionado da comissão técnica que, nos termos do Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de Março, acompanhou a elaboração deste Plano e subscrito por todos os representantes dos serviços da administração central que a compuseram, tendo sido cumpridos todos os condicionamentos.

Considerando o disposto na alínea *a*) do n.º 1 e no n.º 8 do artigo 80.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro:

Assim:

Nos termos da alínea *g*) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Ratificar parcialmente o Plano Director Municipal de Góis, cujo Regulamento, planta de ordenamento e planta de condicionantes se publicam em anexo à presente resolução e que dela fazem parte integrante.

2 — Excluir da ratificação os quadros n.os 4 e 5 a que referem os artigos 11.º, 16.º e 21.º, as alíneas *g*) e *h*) do n.º 3 do artigo 25.º, as alíneas *a*) e *b*) do n.º 3 do artigo 31.º, as alíneas *a*) e *b*) do n.º 3 e o n.º 4 do artigo 35.º e o artigo 38.º, todos do Regulamento, e a delimitação das áreas da planta de condicionantes assinaladas como «Baldios» e como «Regime cinegético especial».

Presidência do Conselho de Ministros, 13 de Fevereiro de 2003. — O Primeiro-Ministro, *José Manuel Durão Barroso.*

REGULAMENTO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE GÓIS

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Âmbito

1 — O Plano Director Municipal de Góis abrange a totalidade do território do município de Góis e é constituído pelos seguintes elementos:

1.1 — Elementos fundamentais:

Regulamento;
Planta de ordenamento (1:25 000);
Planta de ordenamento da Vila de Góis (1:2000);
Plantas de ordenamento das aldeias com delimitação de zona antiga (1:10 000);
Planta actualizada de condicionantes, fl. 1 — Património natural (1:25 000);
Planta actualizada de condicionantes, fl. 2 — Infra-estruturas (1:25 000);
Planta actualizada de condicionantes, fl. 3 — Rede de distribuição eléctrica (1:25 000).

1.2 — Elementos complementares:

Relatório;
Planta de enquadramento.

1.3 — Elementos anexos:

Planta da situação existente (1:25 000);
Estudos de diagnóstico/caracterização, constituídos pelos seguintes estudos sectoriais:

I — Enquadramento regional;
II — População e povoamento;
III — Emprego e actividades económicas;
IV — Condicionantes naturais;
V — Caracterização urbanística;
VI — Acessibilidades;
Anexos estatísticos;
Finanças locais (programação financeira).

2 — O presente Regulamento é parte integrante do Plano Director Municipal de Góis e tem como objectivo estabelecer as regras a que devem obedecer a ocupação, o uso e a transformação do solo do município.

3 — O presente Regulamento é indissociável da planta de ordenamento e da planta actualizada de condicionantes do Plano Director Municipal de Góis.

4 — Constituem anexo ao presente Regulamento os seguintes elementos:

Anexo n.º 1 — Identificação dos espaços naturais;
Anexo n.º 2 — Identificação dos espaços culturais;
Anexo n.º 3 — Definições.

Artigo 2.º

Revisão

O Plano Director Municipal de Góis deverá ser revisto quando se considere inadequado face à evolução, a médio e longo prazos, das condições económicas, sociais, culturais e ambientais que determinaram a respectiva elaboração, tendo em conta os relatórios de avaliação da execução dos mesmos.

Artigo 3.º

Natureza jurídica e força vinculativa

1 — O Plano Director Municipal de Góis reveste a natureza de regulamento administrativo, sendo as respectivas disposições de cumprimento obrigatório quer para as intervenções de iniciativa da administração central e local quer para as promoções de iniciativa privada ou cooperativa.

2 — A elaboração, a apreciação e a aprovação de qualquer plano, programa ou projecto, bem como o licenciamento de qualquer obra ou acção que implique a ocupação, o uso ou a transformação do solo com carácter definitivo ou precário, regem-se pelo disposto no presente Regulamento, sem prejuízo do estabelecido na lei geral ou especial.

3 — São nulos os actos praticados em violação do Plano Director Municipal.

4 — Constitui contra-ordenação, punível com coima, a realização de obras e a utilização de edificações ou do solo em violação do Plano Director Municipal de Góis, nos termos da lei.

5 — Em todo o território do município serão observadas as disposições referentes a protecções, servidões administrativas e restrições de utilidade pública constantes da legislação em vigor e do presente Regulamento, nomeadamente as assinaladas na planta actualizada de condicionantes.

CAPÍTULO II

Uso dominante do solo por classes de espaço

Artigo 4.º

Classes e categorias de espaços segundo o uso dominante

Em função do uso dominante do solo, são definidas as seguintes classes e categorias de espaços, que se encontram identificadas nas plantas de ordenamento:

1 — Aglomerados urbanos — espaços urbanos e urbanizáveis, destinados predominantemente à edificação com fins habitacionais, equipamentos ou serviços, incluindo:

1.1 — Vila de Góis, subdividida nas seguintes subcategorias:

a) Centro histórico;
b) Zonas de habitação consolidada;
c) Zonas de expansão por colmatação para habitação unifamiliar;
d) Zonas de expansão por colmatação para habitação colectiva;
e) Zonas de expansão sujeitas a plano de pormenor;
f) Zonas de equipamentos colectivos;
g) Zonas verdes;
h) Zonas industriais urbanas.

1.2 — Aldeias com delimitação de zona antiga, subdivididas nas seguintes subcategorias:

a) Zona antiga;
b) Zona de habitação consolidada;
c) Zona de expansão por colmatação;
d) Zona de expansão sujeita a plano de pormenor ou operações de loteamento;
e) Zona industrial urbana.

1.3 — Aldeias sem delimitação de zona antiga — zona única de habitação consolidada e de expansão por colmatação.

2 — Espaços industriais — destinados à instalação de actividades do sector secundário:

2.1 — Espaço industrial proposto;
2.2 — Espaço industrial existente.

3 — Espaços para indústrias extractivas — destinados à instalação de actividades que explorem os recursos geológicos do solo e do subsolo, divididos nas seguintes categorias:

3.1 — Espaços a reservar;
3.2 — Espaços a salvaguardar.

4 — Espaços agrícolas — destinados à actividade agrícola ou que possam vir a adquiri-la.

5 — Espaços florestais — destinados à produção florestal ou de manifesta importância para o equilíbrio ambiental ou a beleza da paisagem, divididos nas seguintes categorias:

5.1 — Floresta de produção;
5.2 — Espaços florestais de uso múltiplo.

6 — Espaços naturais — nos quais se privilegiam a protecção, a conservação, a gestão racional, a capacidade de renovação dos recursos naturais e a salvaguarda dos valores paisagísticos, que incluem:

6.1 — Albufeiras e respectivas faixas de protecção;
6.2 — Afloramentos rochosos isolados ou em conjunto;
6.3 — Árvores isoladas e maciços florestais classificados e a classificar;
6.4 — Paisagens envolventes.

7 — Espaços culturais — nos quais se privilegiam a protecção, a conservação e a recuperação dos valores culturais, históricos, arqueológicos, arquitectónicos, artísticos e urbanísticos, divididos nas seguintes categorias:

7.1 — De interesse arqueológico;
7.2 — De interesse arqueológico industrial;
7.3 — De interesse urbanístico;
7.4 — De interesse arquitectónico e artístico.

8 — Espaços-canais — correspondendo a corredores activados por infra-estruturas e que têm efeito de barreira física dos espaços que as marginam, que incluem:

8.1 — Rede rodoviária nacional e estradas nacionais da rede complementar;
8.2 — Estradas nacionais desclassificadas;
8.3 — Rede rodoviária municipal, subdividida nas seguintes subcategorias.

a) Estradas municipais;
b) Caminhos municipais existentes;
c) Caminhos municipais propostos;
d) Caminhos públicos vicinais.

8.4 — Rede ferroviária e linha do metropolitano de superfície.

SECÇÃO I

Aglomerados urbanos — Espaços urbanos e urbanizáveis

Artigo 5.º

Caracterização

Os aglomerados urbanos identificados e delimitados na planta de ordenamento são constituídos pelo conjunto do espaço urbano, do espaço urbanizável e do espaço industrial.

Caracterizam-se por possuírem ou virem a possuir uma ocupação do solo de tipo predominantemente habitacional. Dispõem ou podem vir a dispor de infra-estruturas e de equipamentos, de comércio e de serviços, bem como de indústrias compatíveis com a habitação.

Artigo 6.º

Condicionantes para as zonas ameaçadas por cheias

Nas áreas ameaçadas por cheias não é permitida a construção de caves, nem que seja para utilização como garagem, e as cotas de soleira deverão ser acima do nível da máxima cheia conhecida.

Artigo 7.º

Identificação

1 — Os aglomerados urbanos do município de Góis subdividem-se nos seguintes três grupos:

a) Vila de Góis;
b) Aldeias com delimitação de zona antiga;
c) Aldeias sem delimitação de zona antiga.

2 — As aldeias com zonas delimitadas nas plantas de ordenamento à escala de 1:10 000 são as seguintes:

a) Alvares, Chã de Alvares e Cortes;
b) Cadafaz, Cabreira, Corterredor, Sandinha, Mestras e Tarrastal;
c) Colmeal, Carvalhal do Sapo, Aldeia Velha, Soito e Adela;
d) Carcavelos, Ribeira Cimeira, Ribeira Fundeira, Casalinho de Cima, Pena, Povorais e Aigra Velha;
e) Várzea Grande e Várzea Pequena.

3 — As aldeias não incluídas no número anterior integram-se no grupo de aldeias sem delimitação de zonas.

SUBSECÇÃO I

Vila de Góis

Artigo 8.º

Categorias de espaços

Na vila de Góis distinguem-se as seguintes oito zonas:

1) Centro histórico — caracterizado por possuir uma malha urbana consolidada e valor patrimonial histórico, urbanístico e arquitectónico;

2) Zonas de habitação consolidada — caracterizadas por possuir uma malha urbana consolidada e com elevado grau de infra-estruturação ou com tendência para vir a adquiri-lo;
3) Zonas de expansão por colmatação para habitação unifamiliar — caracterizadas por possuírem caminhos públicos, pavimentados ou não, algum grau de infra-estruturação complementar, alguma habitação unifamiliar, em muitos casos dispersa e desordenada, e em que a simples colmatação dos espaços livres existentes virá dar as características de espaço urbano consolidado. São áreas cuja ocupação com construção assume um carácter prioritário e cuja requalificação urbana passa pela manutenção das características de habitação unifamiliar;
4) Zonas de expansão por colmatação para habitação colectiva — caracterizadas por possuírem caminhos públicos, pavimentados ou não, algum grau de infra-estruturação complementar, alguma construção dispersa e desordenada e em que a simples colmatação dos espaços livres existentes virá dar as características de espaço urbano consolidado. São áreas cuja ocupação com construção assume um carácter prioritário e cuja requalificação urbana passa pela manutenção das características de habitação colectiva;
5) Zonas de expansão sujeitas a plano de pormenor ou operações de loteamento — caracterizadas por necessitarem de obras de urbanização primária e secundária;
6) Zonas de equipamentos colectivos — caracterizadas pela existência de equipamentos de utilização colectiva, de iniciativa pública ou privada, ou por se destinarem à sua protecção, ampliação e instalação;
7) Zonas verdes — caracterizadas pela existência de áreas verdes de utilização colectiva, de iniciativa pública ou privada, ou por se destinarem à sua protecção, ampliação e instalação ou ainda pela existência de explorações agrícolas activas e a manter;
8) Zonas industriais urbanas — caracterizadas por possuírem caminhos públicos, pavimentados ou não, e algum grau de infra-estruturação complementar e pela existência desordenada de unidades industriais.

Artigo 9.º

Estatuto de uso e ocupação

1 — Os espaços classificados como centro histórico, zonas de habitação consolidada, zonas de expansão por colmatação para habitação unifamiliar e zonas de expansão por colmatação para habitação colectiva destinam-se à localização e implantação de actividades, funções e instalações para fins habitacionais com garagens ou anexos, comerciais, de serviços e urbanas em geral, incluindo equipamentos de utilização colectiva, públicos ou privados, edificados ou não. Nestes espaços devem ser estimulados os investimentos públicos ou privados na melhoria ou criação de equipamentos e infra-estruturas.

2 — O centro histórico constitui um espaço cultural onde deve ser privilegiada a protecção, conservação, recuperação e revitalização dos valores históricos, arquitectónicos, arqueológicos e urbanísticos. Nesta zona, as demolições assumem um carácter sempre excepcional, devendo ser autorizadas previamente pela Câmara conforme as regras de edificabilidade definidas para o centro histórico da vila de Góis. Todas as obras que tiverem lugar no centro histórico e que envolvam revolvimento do solo deverão ser precedidas de trabalhos arqueológicos, de forma a estudar e preservar pelo registo ou *in situ* este tipo de vestígios.

3 — Os espaços classificados como zonas de expansão sujeitas a plano de pormenor são espaços urbanizáveis destinados à localização e implantação de actividades, funções e instalações para fins habitacionais com garagens ou anexos, comerciais, de serviços e urbanas em geral, incluindo equipamentos de utilização colectiva, públicos ou privados, edificados ou não, nas condições definidas em plano de pormenor a elaborar pela Câmara Municipal.

4 — Os espaços classificados como zonas de equipamentos colectivos destinam-se exclusivamente à localização, protecção e implantação de equipamentos de utilização colectiva, de iniciativa pública ou privada.

5 — Os espaços classificados como zonas verdes destinam-se exclusivamente à localização, protecção e instalação de áreas verdes de utilização colectiva, de iniciativa pública ou privada. Apenas poderá ser permitida a construção de mobiliário urbano e edifícios de apoio às actividades de recreio e lazer.

6 — Os espaços classificados como zonas industriais urbanas destinam-se à localização de instalações industriais das classes C e D, habitação, comércio e armazéns. Podem ainda ser aí localizados equipamentos e serviços de apoio às actividades da zona.

Artigo 10.º

Edificabilidade

1 — Enquanto não estiver em vigor o Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico da Vila de Góis, é permitida a construção de edifícios e anexos obedecendo aos seguintes parâmetros urbanísticos:

a) Frente mínima do lote — a existente;
b) Superfície mínima do lote — a existente;
c) Altura máxima do edifício — a moda do quarteirão ou do troço de rua onde se insere;
d) Índice máximo de implantação da construção — 75 %;
e) Profundidade máxima da empena em novos lotes para habitação colectiva — 15 m;
f) Recuo — o existente;
g) Afastamento lateral mínimo — o existente ou 3 m nos lotes vagos e habitação unifamiliar, isolada ou geminada;
h) Afastamento posterior mínimo — 3 m em relação ao limite posterior do lote, sem prejuízo do cumprimento do Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU);
i) Índice máximo de implantação dos anexos — 5 %, desde que não ultrapasse o máximo de 20 m^2 e o índice total final (soma do índice da construção principal com o índice dos anexos) não seja superior a 75 %. Os anexos poderão implantar-se separados do edifício principal, com uma altura máxima de 2,8 m e sem a possibilidade de alteração do uso.

2 — Nas zonas de habitação consolidada é permitida a construção de edifícios e anexos para arrecadação e ou garagem obedecendo aos seguintes parâmetros urbanísticos:

a) Frente mínima do lote — a existente ou 13 m em novos lotes para habitação unifamiliar;
b) Superfície mínima do lote — a existente ou 260 m^2 em novos lotes para habitação unifamiliar;
c) Altura máxima do edifício — a moda dos edifícios do quarteirão e ou do troço da rua onde se insere a construção, com um máximo de três pisos no caso de habitação colectiva;
d) Índice máximo de implantação da construção — o existente ou 40 % nos lotes vagos;
e) Profundidade máxima da empena em novos lotes para habitação colectiva — 15 m;
f) Recuo — o dominante no arruamento;
g) Afastamento lateral mínimo em novos lotes — o existente ou 3 m no caso de habitação unifamiliar isolada ou geminada ou 5 m no caso de habitação colectiva, sem prejuízo do cumprimento do RGEU;
h) Índice máximo de implantação de anexos — 5 %, desde que não ultrapasse um máximo de 40 m^2 e o índice total final (soma do índice da construção principal com o índice dos anexos) não seja superior a 45 %. Os anexos poderão implantar-se separados do edifício principal, com uma altura máxima de 2,8 m e sem a possibilidade de alteração de uso.

3 — Nas zonas de expansão por colmatação para habitação unifamiliar apenas é permitida a construção de habitação unifamiliar e anexos para arrecadação e ou garagem obedecendo aos seguintes parâmetros urbanísticos:

a) Frente mínima do lote — 11 m. No caso de habitação unifamiliar em banda, a frente mínima do lote pode ser de 7 m desde que os lotes sejam definidos em plano de pormenor ou operação de loteamento abrangendo a totalidade da zona;
b) Superfície mínima do lote — 300 m^2. No caso de habitação unifamiliar em banda, a superfície mínima do lote pode ser de 210 m^2 desde que os lotes sejam definidos em plano de pormenor ou operação de loteamento abrangendo a totalidade da zona;
c) Altura máxima do edifício — dois pisos;
d) Índice máximo de implantação da construção — 40 %;
e) Recuo — o dominante no arruamento ou o definido em plano de pormenor ou operação de loteamento elaborados e aprovados para a totalidade da zona;
f) Afastamento lateral mínimo — 5 m no caso de habitação unifamiliar isolada ou geminada, sem prejuízo do cumprimento do RGEU;
g) Índice máximo de implantação de anexos — 5 %, desde que não ultrapasse um máximo de 40 m^2. Os anexos poderão implantar-se separados do edifício principal, com uma altura máxima de 2,8 m e sem a possibilidade de alteração do uso.

QUADRO N.º 1

Edificabilidade — Zonas da vila de Góis

Espaços (zonas da vila de Góis)	Parcela ou lote		Construção principal				Anexos	
	Frente mínima	Superfície mínima	Altura máxima	Índice de implantação máximo	Recuo	Afastamentos laterais mínimos	Altura máxima	Índice de implantação máximo
Centro histórico	A existente	A existente	A moda do quarteirão ou do troço de rua onde se insere.	75%	O existente	Os existentes ou 3 m nos lotes vagos e habitação unifamiliar isolada ou geminada.	2,8 m	5% , com um máximo de 20 m^2 desde que o índice final total não ultrapasse 75%.
Zonas de habitação consolidada.	A existente ou 13 m em novos lotes para habitação unifamiliar.	A existente ou 260 m^2 em novos lotes para habitação unifamiliar.	A moda do quarteirão ou do troço de rua, com um máximo de três pisos se habitação colectiva.	O existente ou 40% nos lotes vagos. 15 m de empena no caso de habitação colectiva.	O dominante no arruamento.	Os existentes ou 3 m nos lotes vagos e habitação unifamiliar isolada ou geminada. 5 m no caso de habitação colectiva.	2,8 m	5%, com um máximo de 40 m^2 desde que o índice final total não ultrapasse 45%.
Zonas de expansão por colmatação para habitação unifamiliar.	11 m ..... 7 m se em banda.	300 m^2 ou 210 m^2 para lotes de edifícios unifamiliares em banda.	Dois pisos	40%	O dominante no arruamento ou o definido em PP ou OL.	Isolada ou geminada, 5 m aos limites laterais.	2,8 m	5%, com um máximo de 40 m^2
Zonas de expansão por colmatação para habitação colectiva.	13 m	750 m^2	Três pisos nas zonas HC1, HC4 e HC5. Quatro pisos nas zonas HC2, HC3, HC6 e HC7.	40% ..... 15 m de empena em habitação.	6 m nas zonas HC1, HC4 e HC5. 10 m nas zonas HC2, HC3, HC6 e HC7.			
Zonas de expansão sujeitas a plano de pormenor ou operação de loteamento.	V. o artigo 10.º							
Zonas verdes ...	Apenas são permitidas construções de apoio às actividades de recreio e lazer.							

QUADRO N.º 2

Edificabilidade — Zonas industriais urbanas da vila de Góis e indústrias compatíveis com a habitação

Espaços (zonas da vila de Góis)	Parcela ou lote		Construção principal				Anexos	
	Frente mínima	Superfície mínima	Altura máxima	Índice de implantação máximo	Recuo	Afastamentos laterais mínimos	Altura máxima	Índice de implantação máximo
Zonas industriais urbanas e indústrias compatíveis com a habitação.								
Indústrias da classe C.	30 m		6 m	40%	O dominante no arruamento ou o da zona residencial onde se insere.	6 m.		

Espaços (zonas da vila de Góis)	Parcela ou lote		Construção principal				Anexos	
	Frente mínima	Superfície mínima	Altura máxima	Índice de implantação máximo	Recuo	Afastamentos laterais mínimos	Altura máxima	Índice de implantação máximo
Indústrias da classe D.	A da zona residencial onde se insere.	A da zona residencial onde se insere.			O dominante no arruamento ou o da zona residencial onde se insere.	Os da zona residencial onde se insere.	A da zona residencial onde se insere.	O da zona residencial onde se insere.
Estações de serviço e oficinas de reparação de veículos automóveis.	30 m		6 m	40 %	O dominante no arruamento ou o da zona residencial onde se insere.	6 m.		

3.1 — Os projectos de loteamento a elaborar para as zonas de expansão por colmatação para habitação unifamiliar podem ser dispensados das áreas de cedência gratuita à Câmara Municipal de parcelas de terreno para equipamentos públicos e para espaços verdes públicos e de utilização colectiva, de acordo com a lei vigente.

4 — Nas zonas de expansão por colmatação para habitação colectiva apenas é permitida a construção de habitação colectiva ou edifícios de uso misto de acordo com as regras definidas em plano de pormenor ou operação de loteamento. Os planos de pormenor ou operações de loteamento deverão respeitar a altura máxima do edifício, a profundidade máxima de empena e o índice máximo de implantação da construção definidos no n.º 4.1 do presente artigo.

4.1 — Enquanto não estiver elaborado e aprovado o plano de pormenor ou operação de loteamento, poderão ser autorizadas construções nas parcelas de terreno com frente para via pública infra-estruturada, obedecendo aos seguintes parâmetros urbanísticos:

a) Frente mínima da parcela — 13 m;
b) Superfície mínima da parcela — 750 m^2;
c) Altura máxima do edifício — três pisos nas zonas HC1, HC4 e HC5. Quatro pisos nas zonas HC2, HC3, HC6 e HC7;
d) Profundidade máxima da empena em edifícios de habitação — 15 m;
e) Índice máximo de implantação da construção — 40 %;
f) Recuo — 6 m em relação ao limite de separação entre a via pública e o arruamento nas zonas HC1, HC4 e HC5 e 10 m nas zonas HC2, HC3, HC6 e HC7;
g) Afastamento lateral — metade da altura da empena, com um mínimo de 5 m. É possível a implantação da empena no limite da parcela desde que esta confronte com parcelas da mesma zona.

4.2 — Não é permitida a construção de andares recuados.

5 — Nas zonas de expansão sujeitas a plano de pormenor ou operações de loteamento as regras de construção deverão obedecer aos parâmetros definidos no quadro n.º 3.

5.1 — Enquanto não estiverem elaborados e aprovados os planos de pormenor ou operações de loteamento, poderão ser autorizadas construções nas parcelas de terreno com frente para via pública infra-estruturada, obedecendo aos seguintes parâmetros urbanísticos:

a) Frente mínima da parcela — 20 m;
b) Superfície mínima da parcela — 900 m^2;
c) Altura máxima do edifício — quatro pisos;
d) Profundidade máxima da empena em edifícios de habitação — 15 m;
e) Índice máximo de implantação da construção — 40 %;
f) Recuo — 10 m em relação ao limite de separação entre a via pública e o arruamento;
g) Afastamento lateral — metade da altura da empena, com um mínimo de 5 m. É possível a implantação da empena no limite da parcela desde que esta confronte com parcelas da mesma zona.

QUADRO N.º 3

Parâmetros urbanísticos a considerar na elaboração dos planos de pormenor da vila de Góis

Plano de pormenor	Tipologias	Altura máxima do edifício	Índice de implantação (*)	Número de fogos/ hectare
PP1 — salvaguarda e valorização do centro histórico.	As existentes	A existente ou a moda da rua ou quarteirão onde se insere.	0,75	–
PP2 — expansão nascente de Góis	Equipamento colectivo	Três pisos acima da cota de soleira	–	–
	Habitação colectiva ou edifícios mistos, incluindo indústria.	Quatro pisos acima da cota de soleira.	0,40	25
	Edifícios de comércio e serviços ...	Quatro pisos acima da cota de soleira.	0,40	–
	Habitação unifamiliar, isolada, geminada ou em banda.	Dois pisos acima da cota de soleira	0,30	14
	Edifícios industriais ou mistos sem habitação.	Dois pisos acima da cota de soleira	0,40	–

Plano de pormenor	Tipologias	Altura máxima do edifício	Índice de implantação (*)	Número de fogos/ hectare
PP3 — recuperação e requalificação das zonas industriais urbanas de Góis.	Habitação colectiva ou edifícios mistos.	Três pisos acima da cota de soleira	0,40	20
	Edifícios industriais ou mistos sem habitação.	Dois pisos acima da cota de soleira	0,40	–
PP4 — expansão habitacional da Quinta do Baião.	Habitação colectiva ou edifícios mistos.	Três pisos acima da cota de soleira	0,40	20
	Empreendimento turístico	Três pisos acima da cota de soleira	0,20	–
	Equipamento colectivo	Dois pisos acima da cota de soleira	0,20	–
PP5 — expansão habitacional norte de Góis	Habitação unifamiliar, isolada, geminada ou em banda.	Dois pisos acima da cota de soleira	0,30	14
PP6 — expansão habitacional poente de Góis.	Habitação colectiva ou edifícios mistos.	Três pisos acima da cota de soleira	0,40	20
	Habitação unifamiliar, isolada, geminada ou em banda.	Dois pisos acima da cota de soleira	0,30	14
	Edifícios de comércio e serviços	Três pisos acima da cota de soleira	0,40	–

(*) Índice máximo de implantação em edifícios de habitação ou mistos.

5.2 — Os edifícios isolados existentes nas zonas de expansão sujeitas a plano de pormenor poderão sofrer, enquanto o plano de pormenor não estiver elaborado e aprovado, obras de demolição, conservação, remodelação e ampliação desde que não comprometam o desenvolvimento futuro da zona e respeitem os parâmetros urbanísticos definidos no quadro n.º 3 do presente Regulamento.

6 — Nas zonas industriais urbanas não é permitida a instalação de novas actividades industriais das classes A e B. É permitida a instalação de novos estabelecimentos industriais das classes C e D, sujeitos às regras definidas no artigo 11.º do presente Regulamento e com um recuo de 15 m.

6.1 — Os estabelecimentos industriais existentes na data da ratificação do PDM ficam sujeitos às seguintes regras:

a) Não é permitida a alteração dos estabelecimentos industriais da classe B que impliquem a mudança de classe no sentido crescente do risco industrial;
b) Não é permitida a alteração dos estabelecimentos industriais da classe C que impliquem mudança de classe no sentido crescente do risco industrial;
c) As alterações nos estabelecimentos industriais das classes C e D regem-se pelo estabelecido no artigo 11.º do presente Regulamento.

Artigo 11.º

Lugares de estacionamento

1 — O número mínimo de lugares de estacionamento, nas zonas da vila de Góis, com excepção do centro histórico e das zonas de habitação consolidada, a considerar em função do uso de cada edificação é o indicado no quadro n.º 4.

2 — O número mínimo de lugares de estacionamento no centro histórico e nas zonas de habitação consolidada é estabelecido no quadro n.º 5. A sua aplicação é diferenciada de acordo com as seguintes regras:

a) Todas as situações de construções novas;
b) Nas situações de reconstrução que implique aumento da volumetria e ou mudança do uso;
c) Nas situações em que, manifestamente, não for viável a aplicação destas disposições, poderá a Câmara Municipal, a título excepcional e com a devida fundamentação, dispensar o seu cumprimento, fixando então os condicionamentos a observar na nova ocupação ou construção.

3 — Quando se trate de habitação colectiva, os lugares de estacionamento não constituem fracção autónoma, não sendo em caso algum permitida a alteração do uso.

4 — Nos espaços sujeitos a plano de pormenor ou operação de loteamento deverá ser garantido um lugar de estacionamento público por fogo e deverão ser aumentados para o dobro os lugares previstos no quadro n.º 4 para os restantes usos.

QUADRO N.º 4

Critérios para lugares de estacionamento na vila de Góis e nas aldeias com delimitação de zonas, com excepção do centro histórico, das zonas antigas e das zonas de habitação consolidada

Usos	Unidades	Número de lugares de estacionamento		
		Total	Privados	Mínimos públicos (1)
Residencial	Fogo	Dois	Dois (100 % do total)	Zero.
Comércio e serviços	100 m^2 de área coberta ou fracção autónoma, se inferior.	Três	Um (33,33 % do total)	Dois (66,66 % do total).
Equipamentos colectivos	O equipamento	Variável	Os necessários aos postos de trabalho criados.	Os necessários aos utentes e ao funcionamento previsto.

Usos	Unidades	Número de lugares de estacionamento		
		Total	Privados	Mínimos públicos (1)
Empreendimentos turísticos	Quarto 25 m² de bar e ou restaurante.	0,5 Três	0,5 (100 % do total) Um (33,33 % do total)	Zero. Dois (66,66 % do total).
Turismo no espaço rural	Quarto			
Restauração e bebidas:				
Até 50 m² de bar e ou restaurante		Três	Um (33,33 % do total)	Dois (66,66 % do total).
Acima de 50 m² de bar e ou restaurante	25 m²	Três	Um (33,33 % do total)	Dois (66,66 % do total).
Industrial	100 m² de área coberta	Variável	Os necessários aos postos de trabalho criados.	Um.

(1) Fora da faixa de rodagem.

QUADRO N.º 5

Critérios para lugares de estacionamento nas aldeias sem delimitação de zonas, no centro histórico, nas zonas antigas e nas zonas de habitação consolidada da vila de Góis e das aldeias com delimitação de zona antiga

Usos	Unidades	Número de lugares de estacionamento (1)		
		Total	Privados	Mínimos públicos (2)
Residencial	Fogo	Um	Um (50 % do total)	Zero (50 % do total) (3).
Comércio e serviços	100 m² de área coberta ou fracção autónoma, se inferior.	Um	Um (100 % do total)	Zero.
Equipamentos colectivos	O equipamento	Variável	Os necessários aos postos de trabalho criados.	Os necessários aos utentes e funcionamento previsto.
Empreendimentos turísticos	Quarto 50 m² de bar e ou restaurante.	0,5 Dois	0,5 (100 % do total) Um (50 % do total)	Zero. Um (66,66 % do total).
Turismo no espaço rural				
Restauração e bebidas:				
Até 50 m² de bar e ou restaurante		Dois	Um (50 % do total)	Um (50 % do total) (3).
Acima de 50 m² de bar e ou restaurante	25 m²	Dois	Um (50 % do total)	Um (50 % do total) (3).
Industrial	100 m² de área coberta	Variável	Os necessários aos postos de trabalho criados.	Zero.

(1) A aplicação destes valores está sujeita às seguintes regras:

1.ª São obrigatoriamente aplicáveis a todas as situações de construções novas;
2.ª Nas situações de reconstrução que impliquem aumento da volumetria e ou mudança do uso;
3.ª Nas situações em que, manifestamente, não for viável a aplicação destas disposições, poderá a Câmara Municipal, a título excepcional e com a devida fundamentação, dispensar o seu cumprimento, fixando então os condicionamentos a observar na nova ocupação ou construção.

(2) Fora da faixa de rodagem.
(3) Os valores indicados dizem respeito a edificações com logradouro próprio; caso contrário, deverão garantir-se 50 % destes valores.

Artigo 12.º

Actividades industriais das classes D e C, indústrias existentes na data da publicação do presente Regulamento, estações de serviço e oficinas de reparação de veículos motorizados na vila de Góis.

1 — A instalação de novas actividades industriais das classes D e C é compatível com os espaços classificados como zona de habitação consolidada, zona de expansão por colmatação para habitação unifamiliar, zona de expansão por colmatação para habitação colectiva e zona de expansão sujeita a plano de pormenor desde que sejam respeitados os condicionamentos previstos na legislação aplicável e o disposto nas alíneas seguintes:

a) As indústrias da classe D só podem ser instaladas ao nível do piso térreo em edifício construído ou adaptado por forma a garantir o controlo da poluição atmosférica, hídrica e sonora e o acesso de bombeiros. O edifício deverá respeitar as regras urbanísticas estabelecidas para a zona onde se insere;
b) As indústrias da classe C só podem ser instaladas em parcela ou lote próprio devidamente isolado dos prédios de habitação, devendo ser assegurados os afastamentos necessários à superação dos eventuais inconvenientes resultantes dos respectivos processos de laboração. Deverão ser respeitadas as seguintes regras urbanísticas:

i) Frente mínima do lote — 30 m;
ii) Índice máximo de implantação da construção — 40 %;
iii) Altura máxima do edifício — 6 m;
iv) Recuo — o dominante no arruamento ou o da zona residencial onde se insere a instalação industrial ou ainda o definido em plano de pormenor ou projecto de loteamento elaborado para a totalidade da zona onde se insere a instalação industrial;
v) Afastamento lateral mínimo — 6 m;

c) O tratamento dos efluentes líquidos deverá, quando necessário, ser realizado em estação própria antes de lançados na rede pública ou no meio receptor;
d) Os espaços livres não impermeabilizados serão tratados como espaços verdes arborizados, constituindo uma faixa de protecção e isolamento.

2 — No centro histórico de Góis é permitida a instalação de novas actividades industriais da classe D. Não é permitida a instalação de indústrias da classe C, com excepção de fábricas de doces e compotas, fábricas de gelados, panificadoras e ou pastelarias, fábricas de produtos de confeitaria, fábricas de tapetes e carpetes, fábricas de bordados e de rendas, fábricas de obras de cestaria e espartaria e fábricas de refeições ao domicílio.

3 — Poderão ser autorizadas alterações aos estabelecimentos industriais existentes na vila de Góis na data da publicação do presente Regulamento desde que devidamente justificadas, a ser analisadas caso a caso e sujeitas à legislação em vigor, e desde que sejam garantidos os seguintes requisitos:

a) Não agravar as condições de incompatibilidade com os usos vizinhos;
b) Demonstrar que os aspectos da protecção ambiental são cumpridos;
c) Não criar efeitos prejudiciais na imagem e no ambiente paisagístico da área envolvente.

4 — As condições de incompatibilidade referidas na alínea *a*) do número anterior consideram-se existentes quando:

a) Dêem lugar a ruídos, fumos, cheiros ou criem condições de insalubridade;
b) Perturbem as condições de trânsito e estacionamento, nomeadamente com operações de circulação, carga e descarga;
c) Acarretem agravados riscos de incêndio ou explosão.

5 — Os estabelecimentos industriais existentes na vila de Góis na data da publicação do presente Regulamento que pretendam legalizar-se só poderão fazê-lo desde que, tendo em atenção a legislação em vigor, satisfaçam os requisitos enunciados nos n.os 2 e 3.

6 — Os estabelecimentos destinados a oficinas de reparação de veículos motorizados e estações de serviço estão sujeitos aos condicionamentos referidos na alínea *b*) do n.º 1.

SUBSECÇÃO II

Aldeias com delimitação de zonas

Artigo 13.º

Categorias de espaços

1 — Nas aldeias com delimitação de zonas distinguem-se as seguintes três zonas:

a) Zona antiga — caracterizada por possuir uma malha urbana consolidada e valor patrimonial histórico, urbanístico e arquitectónico;
b) Zona de habitação consolidada — caracterizada por possuir uma malha urbana consolidada e com elevado grau de infra-estruturação ou com tendência para vir a adquiri-lo;
c) Zona de expansão por colmatação — caracterizada por possuir caminhos públicos, pavimentados ou não, algum grau de infra-estruturação complementar, alguma construção dispersa e em que a simples colmatação dos espaços livres existentes virá dar as características de espaço urbano consolidado. São áreas cuja ocupação com construção assume um carácter prioritário.

2 — Nos casos da Várzea Grande e de Cortes, foi considerada, para além das três zonas referidas no número anterior, ainda uma zona de expansão sujeita a plano de pormenor, caracterizada por necessitar de obras de urbanização primária e secundária a realizar na sequência da elaboração de plano de pormenor ou projecto de loteamento abrangendo a totalidade da zona.

3 — Foi ainda considerada uma zona industrial urbana, localizada na Várzea Pequena, caracterizada por necessitar de obras de urbanização primária a realizar na sequência de elaboração de plano de pormenor ou projecto de loteamento abrangendo a totalidade da zona.

Artigo 14.º

Estatuto de uso e ocupação

1 — Os espaços classificados como zona antiga, zona de habitação consolidada e zona de expansão por colmatação destinam-se à localização e implantação de actividades, funções e instalações para fins habitacionais com garagens ou anexos, comerciais, de serviços e urbanas em geral, incluindo equipamentos de utilização colectiva, públicos ou privados, edificados ou não. Nestes espaços devem ser estimulados os investimentos públicos ou privados na melhoria ou criação de equipamentos e infra-estruturas.

2 — A zona antiga constitui um espaço cultural onde deve ser privilegiada a protecção, conservação, recuperação e revitalização dos valores históricos, arquitectónicos e urbanísticos. Nesta zona, as demolições assumem um carácter sempre excepcional, devendo ser autorizadas previamente pela Câmara. No caso de demolição para construção nova, esta demolição apenas poderá ser autorizada após apreciação do estudo prévio da nova construção e desde que se garanta a salvaguarda dos valores históricos, arquitectónicos e artísticos demolidos, se os houver.

3 — Os espaços classificados na Várzea Grande e em Cortes como zonas de expansão sujeitas a plano de pormenor ou operações de loteamento são espaços urbanizáveis destinados à localização e implantação de actividades, funções e instalações para fins habitacionais com garagens ou anexos, comerciais, de serviços e urbanas em geral, incluindo equipamentos de utilização colectiva, públicos ou privados, edificados ou não, nas condições definidas em plano de pormenor ou operações de loteamento abrangendo a totalidade da zona.

Artigo 15.º

Edificabilidade

1 — Nas aldeias com delimitação de zonas apenas é permitida a construção de habitação unifamiliar, com excepção das zonas de expansão sujeitas a plano de pormenor ou operações de loteamento.

2 — Os parâmetros a considerar para a edificabilidade em cada zona, com excepção das zonas de expansão sujeitas a plano de pormenor, são os seguintes:

a) Frente de lote;
b) Altura máxima total do edifício;
c) Alinhamentos — recuo e afastamentos laterais;
d) Profundidade da zona de construção.

2.1 — Os valores limite a considerar para cada um destes parâmetros e para cada uma das zonas das aldeias com delimitação de zonas são os indicados no quadro n.º 6.

3 — Nas construções marginantes das estradas e dos caminhos municipais que atravessam as aldeias com delimitação de zonas os alinhamentos são os definidos no quadro n.º 6.

4 — No caso de construção de moradias unifamiliares isoladas ou geminadas e salvo o que vier a ser determinado nos planos de pormenor enunciados nas unidades operativas de planeamento e gestão, é permitida a construção de anexos separados do edifício principal com uma altura máxima de 2,8 m e sem a possibilidade de alteração do uso. A superfície de implantação não pode ser superior a 5 % da superfície total do lote, com um máximo de 40 m^2.

5 — Os projectos de loteamento a elaborar para as aldeias com delimitação de zonas podem ser dispensados das áreas de cedência gratuita à Câmara Municipal de parcelas de terreno para equipamentos públicos e para espaços verdes públicos e de utilização colectiva, de acordo com a lei vigente, ficando no entanto o proprietário obrigado a pagar à Câmara Municipal uma compensação em numerário ou espécie, nos termos definidos em regulamento aprovado pela Assembleia Municipal.

6 — Os parâmetros urbanísticos a considerar na elaboração do plano de pormenor ou operações de loteamento da Várzea Grande são os seguintes:

a) Tipologias — habitação colectiva ou mista, edifícios de comércio e serviços e edifícios industriais ou mistos;
b) Altura máxima total do edifício — três pisos acima da cota de soleira;
c) Índice máximo de implantação dos edifícios — 0,40;
d) Número de fogos por hectare — 20.

7 — Os parâmetros urbanísticos a considerar na elaboração do plano de pormenor ou operações de loteamento de Cortes são os seguintes:

a) Tipologias — habitação unifamiliar, isolada, geminada ou em banda;
b) Altura máxima total do edifício — dois pisos acima da cota de soleira;
c) Índice máximo de implantação dos edifícios — 0,40;
d) Número de fogos por hectare — 10.

Artigo 16.º

Lugares de estacionamento nas zonas das aldeias com delimitação de zonas

1 — O número mínimo de lugares de estacionamento nas zonas de expansão por colmatação das aldeias com delimitação de zonas, a considerar em função do uso de cada edificação, é o indicado no quadro n.º 4.

2 — O número mínimo de lugares de estacionamento nas zonas antigas e nas zonas de habitação consolidada é estabelecido no quadro n.º 5. A sua aplicação é diferenciada de acordo com as regras constantes no n.º 2 do artigo 10.º deste Regulamento.

QUADRO N.º 6

Edificabilidade — Zonas das aldeias

Espaços (zonas das aldeias)	Frente do lote	Altura máxima total do edifício	Alinhamentos: recuo e afastamentos laterais	Profundidade da zona de construção
Zona antiga	A existente	A moda dos edifícios do quarteirão e ou do troço da rua onde se insere a construção.	Recuo dominante no arruamento.	Até 35 m, incluindo pátio descoberto e anexos.
Zonas de habitação consolidada	Mínimo de 7 m	A moda dos edifícios do quarteirão e ou do troço da rua onde se insere a construção.	Recuo dominante no arruamento.	Até 50 m, incluindo pátio descoberto e anexos.
Zonas de expansão por colmatação	Mínimo de 9 m	Dois pisos	Recuo dominante no arruamento. Isolada ou geminada: 4 m aos limites laterais.	Até 50 m, incluindo pátio descoberto e anexos.
Zona de expansão sujeita a plano de pormenor ou operações de loteamento.	V. o n.º 5.2 do artigo 10.º			
Indústrias compatíveis com a habitação				
Indústrias da classe C	Mínimo de 30 m	Plano a 45º definido a partir dos limites da parcela, com um máximo de 6 m.	Os do espaço residencial onde se insere. Isolada e com um mínimo de 6 m de afastamento lateral.	A do espaço residencial onde se insere.
Indústrias da classe D	A do espaço residencial onde se insere.	Dois pisos	Os do espaço residencial onde se insere.	A do espaço residencial onde se insere.
Estações de serviço e oficinas de reparação de veículos automóveis.	Mínimo de 30 m	Plano a 45º definido a partir dos limites da parcela, com um máximo de 6 m.	Os do espaço residencial onde se insere. Isolada e com um mínimo de 6 m de afastamento lateral.	A do espaço residencial onde se insere.

QUADRO N.º 7

Parâmetros urbanísticos a considerar na elaboração dos planos de pormenor ou operações de loteamento na Várzea Grande e em Cortes

Plano de pormenor ou operações de loteamento	Tipologias	Altura máxima do edifício	Índice de implantação	Número de fogos/hectare
Várzea Grande	Habitação colectiva ou edifícios mistos.	Três pisos acima da cota de soleira	0,40	20
	Edifícios de comércio e serviços ...	Quatro pisos acima da cota de soleira.	0,40	–
	Edifícios industriais ou mistos sem habitação.	Dois pisos acima da cota de soleira	0,40	–
Cortes	Habitação unifamiliar, isolada, geminada ou em banda.	Dois pisos acima da cota de soleira	0,40	10

Artigo 17.º

Actividades industriais das classes D e C, indústrias existentes na data da publicação do presente Regulamento e estações de serviço e oficinas de reparação de veículos motorizados nas aldeias com delimitação de zonas.

A instalação nas aldeias com delimitação de zonas de novas actividades industriais das classes D e C e as alterações aos estabelecimentos industriais existentes ou a sua legalização, bem como dos estabelecimentos destinados a oficinas de reparação de veículos motorizados e estações de serviço, estão sujeitas aos condicionamentos referidos no artigo 11.º deste Regulamento.

SUBSECÇÃO III

Aldeias sem delimitação de zonas

Artigo 18.º

Categorias de espaços

Nas aldeias sem delimitação de zonas não foram delimitadas categorias de espaços. São constituídas por uma única zona que se caracteriza por possuir habitação consolidada e área de expansão por colmatação.

Artigo 19.º

Estatuto de uso e ocupação

As aldeias sem delimitação de zonas destinam-se à localização e implantação de actividades, funções e instalações para fins habitacionais com garagens ou anexos, comerciais, de serviços e urbanas em geral, incluindo equipamentos de utilização colectiva, públicos ou privados, edificados ou não. Nestas aldeias devem ser estimulados os investimentos públicos ou privados na melhoria ou criação de equipamentos e infra-estruturas.

Artigo 20.º

Edificabilidade

1 — Apenas é permitida nas aldeias sem delimitação de zonas a construção de habitação unifamiliar.

2 — Os parâmetros a considerar para a edificabilidade são os seguintes:

a) Frente de lote;
b) Altura máxima total do edifício;
c) Alinhamentos — recuo e afastamentos laterais;
d) Profundidade da zona de construção.

3 — Os valores limite a considerar para cada uma destas variáveis são os indicados no quadro n.º 6, tendo em atenção a integração da construção no espaço da aldeia.

4 — Nas construções marginantes das estradas e dos caminhos municipais que atravessam as aldeias os alinhamentos são os definidos no quadro n.º 6.

5 — No caso de construção de moradias unifamiliares isoladas ou geminadas, é permitida a construção de anexos separados do edifício principal com uma altura máxima de 2,8 m e sem a possibilidade de alteração do uso. A superfície de implantação não pode ser superior a 5 % da superfície total do lote, com um máximo de 40 m^2.

6 — Os projectos de loteamento a elaborar para as aldeias sem delimitação de zonas podem ser dispensados das áreas de cedência gratuita à Câmara Municipal de parcelas de terreno para equipamentos públicos e para espaços verdes públicos e de utilização colectiva, de acordo com a lei vigente.

Artigo 21.º

Lugares de estacionamento nas zonas das aldeias sem delimitação de zonas

O número mínimo de lugares de estacionamento nas aldeias sem delimitação de zonas, a considerar em função do uso de cada edificação, é o indicado no quadro n.º 5. A sua aplicação é diferenciada de acordo com as regras constantes no n.º 2 do artigo 11.º deste Regulamento.

Artigo 22.º

Actividades industriais das classes D e C, indústrias existentes na data da publicação do presente Regulamento, estações de serviço e oficinas de reparação de veículos motorizados nas aldeias sem delimitação de zonas.

A instalação nas aldeias sem delimitação de zonas de novas actividades industriais das classes D e C e as alterações aos estabelecimentos industriais existentes ou sua legalização, bem como dos estabelecimentos destinados a oficinas de reparação de veículos motorizados e estações de serviço, estão sujeitas aos condicionamentos referidos no artigo 12.º deste Regulamento.

SECÇÃO II

Espaços industriais

Artigo 23.º

Caracterização

O espaço que constitui esta classe destina-se à instalação de unidades industriais em geral e a equipamentos e serviços de apoio industrial, bem como outras actividades cuja localização seja incompatível com o aglomerado urbano.

Artigo 24.º

Estatuto de uso e ocupação

1 — As condições de ocupação e instalação de indústrias e outras actividades nestes espaços são estabelecidas em planos de pormenor ou operações de loteamento.

2 — Os planos de pormenor ou operações de loteamento a elaborar deverão garantir:

a) O controlo eficaz das condições ambientais e da utilização dos recursos hídricos;
b) A integração e protecção paisagísticas do local mediante a criação obrigatória de faixas arbóreas de protecção, bem como o respeito pelas características topográficas e morfológicas do sítio;
c) Espaços para estacionamento público correspondente ao mínimo de um lugar de estacionamento público por cada 100 m^2 de área de construção;

d) Áreas para lazer e equipamentos colectivos correspondentes a 10 % da área destinada a indústria ou armazéns;
e) Índice máximo de implantação de 50 %;
f) Outras disposições do presente Regulamento.

3 — Os planos de pormenor ou operações de loteamento a elaborar para as zonas industriais da Alagoa, da Várzea Pequena e de Cortes deverão garantir um afastamento das instalações industriais relativamente às habitações de 50 m para indústrias das classes C e D e 100 m para indústrias da classe B. Não serão permitidas indústrias da classe A.

4 — É permitida a construção de uma casa de guarda, no lote ou integrada na unidade fabril, para o pessoal de vigilância e manutenção.

Artigo 25.º

Edificabilidade

1 — As edificações previstas para estes espaços estão sujeitas à elaboração de planos de pormenor ou operações de loteamento e deverão reger-se pelos parâmetros definidos no n.º 3 deste artigo.

2 — Os projectos dos edifícios deverão considerar sempre as condições topográficas, morfológicas e ambientais dos locais de implantação. Deverão ainda reger-se por critérios de qualidade estética e compatibilidade funcional.

3 — Enquanto não existir plano de pormenor ou projecto de loteamento, podem ser licenciadas actividades industriais e armazéns desde que os lotes/parcelas tenham frente para a via pública já devidamente infra-estruturada e sejam garantidas as disposições seguintes:

a) Frente mínima do lote — 25 m;
b) Superfície mínima do lote — 1000 m^2 (25 m × 40 m);
c) Índice máximo de implantação da construção — 50 %;
d) Recuo — 10 m;
e) Afastamento lateral mínimo — 6 m;
f) Afastamento mínimo relativamente ao limite posterior do lote — 10 m;
g) Lugares de estacionamento privado — um lugar por cada 50 m^2 de área bruta de construção;
h) Lugares de estacionamento público na frente dos lotes/parcelas — um lugar por cada 100 m^2 de área bruta de construção;
i) Cércea máxima — 6,5 m (poderá ser ultrapassada para instalações técnicas, desde que devidamente justificada).

4 — O projecto deverá incluir muros de vedação e portões de acesso.

SECÇÃO III

Espaços para indústrias extractivas

Artigo 26.º

Espaços para indústria extractiva

Os espaços para a indústria extractiva (IE) compreendem dois tipos de áreas, definidas em função do nível de evidenciação e aproveitamento dos recursos geológicos subjacentes, a saber: áreas prospectivas e potenciais, assinaladas na planta de ordenamento.

1 — Áreas prospectivas:

a) As áreas prospectivas correspondem aos espaços compreendidos na classe de solo rural cujo ambiente geológico subjacente seja favorável à ocorrência de recursos aproveitáveis e, por conseguinte, com vocação para o estudo e evidenciação de reservas de ocorrências minerais metálicas ou não metálicas susceptíveis de assegurar necessidades futuras do desenvolvimento económico sustentável;
b) Estas áreas podem ser objecto de actividades de prospecção e pesquisa, a conduzir ao abrigo do Decreto-Lei n.º 90/90, de 16 de Março, e demais legislação aplicável.

2 — Áreas potenciais:

a) As áreas potenciais correspondem a espaços com recursos já identificados anteriormente objecto de exploração, sendo por isso vocacionadas para a prospecção e pesquisa de detalhe com vista à sua reavaliação e eventual definição de zonas para exploração que permitam assegurar a reposição ou renovação de capacidades produtivas;
b) Estas áreas devem ser salvaguardadas, na medida do possível, contra actividades que, envolvendo grandes obras ou infra-estruturas fixas e duradouras, sejam susceptíveis de comprometer o aproveitamento de recursos subjacentes.

Artigo 27.º

Compatibilidade e articulação com outros usos

1 — Os espaços de IE são compatíveis com outros usos ou ocupações inerentes ao solo rural, sem prejuízo das limitações e condicionantes previstas ou derivadas da lei reguladora da revelação e do aproveitamento dos recursos geológicos (restrições de interesse público mineral) que venham a ser legalmente constituídas.

2 — A actividade de prospecção e pesquisa está sujeita às limitações e condicionantes decorrentes de servidões administrativas e outras restrições de utilidade pública legalmente constituídas, devendo ser conduzida de molde a minimizar interferências com as tipologias de uso dominante estabelecidas para a área em que venha a ser desenvolvida e a culminar com a reposição da forma original dos terrenos afectados.

3 — As áreas que eventualmente venham a ser licenciadas para a exploração de recursos geológicos (incluindo as respectivas instalações acessórias) no interior de áreas prospectivas ou potenciais deverão ser reconvertidas ou recondicionadas à medida em que se encontrem isauridos os recursos subjacentes e de acordo com o plano aprovado pelas entidades competentes e, sempre que possível, requalificadas em função de outras utilizações não extractivas, tendo por referência a tipologia de usos estabelecida para a zona em que se inserem.

Artigo 28.º

Estatuto de uso e ocupação do solo

1 — Os espaços a reservar para explorações licenciadas serão destinados prioritariamente ao uso e ocupação pela indústria extractiva.

2 — A exploração dos recursos geológicos será objecto de licenciamento nos termos da legislação em vigor.

3 — As áreas de exploração terão uma área de protecção definida nos termos da legislação aplicável, a qual fará parte integrante da área total considerada para cada uma das unidades existentes ou a instalar.

4 — Com o objectivo de garantir um eficaz controlo das condições ambientais, deverão ser criadas, entre a área a explorar e os espaços-canais e ou as áreas construídas adjacentes, faixas arbóreas de protecção.

5 — Como forma de garantir a protecção de pessoas e bens, as áreas destinadas à indústria extractiva devem ser eficazmente vedadas, utilizando para o efeito os materiais mais adequados por forma a conseguir-se uma correcta integração na paisagem.

6 — Nos espaços em que se tenha ou em que, no decorrer dos trabalhos de exploração, se venha a ter conhecimento da existência de vestígios arqueológicos deverá ser solicitado parecer à entidade tutelar com jurisdição na matéria no sentido de providenciar medidas de estudo e eventual protecção dos testemunhos detectados.

7 — Os espaços na situação de abandonados ou de suspensão de exploração autorizada ou não autorizada terão de ser, após consideração caso a caso, objecto de recuperação paisagística de acordo com planos aprovados pelas entidades competentes.

Artigo 29.º

Edificabilidade

1 — Apenas poderá ser autorizada a edificação de construções de apoio às actividades extractivas licenciadas para cada espaço.

2 — Os projectos de recuperação paisagística referidos no n.º 7 do artigo anterior podem incluir a construção de edifícios nos termos do estabelecido no presente Regulamento com respeito pelas condições de edificabilidade nos espaços envolventes dessas áreas.

SECÇÃO IV

Espaços agrícolas

Artigo 30.º

Caracterização

Os espaços pertencentes a esta classe são aqueles que possuem características mais adequadas às actividades agrícolas, ou que as possam vir a adquirir, integrados ou não na Reserva Agrícola Nacional (RAN).

Artigo 31.º

Estatuto de uso e ocupação do solo

1 — Aos espaços agrícolas integrados na RAN aplica-se o regime jurídico desta reserva previsto na lei.

2 — Os espaços agrícolas não integrados na RAN destinam-se aos usos agrícola, agro-florestal e florestal, devendo ser privilegiado o uso agrícola.

3 — Nos espaços agrícolas ficam interditos:

a) As práticas de destruição do revestimento vegetal, do relevo natural e das camadas de solo arável, desde que não integradas em práticas correntes de exploração agrícola;
b) O corte raso de árvores não integrado em práticas de exploração agrícola, salvo em programas de reconversão aprovados pela entidade competente;
c) A instalação de depósitos de sucata.

Artigo 32.º

Edificabilidade nos espaços agrícolas não incluídos na RAN

1 — Nos espaços agrícolas não incluídos na RAN pode ser autorizada a edificação tendo em vista os seguintes usos:

a) Recuperação, para habitação ou turismo, de construções tradicionais existentes ou ampliação até ao máximo de 200 m^2 de construção, incluindo anexos, sem alteração substancial das características arquitectónicas e dos materiais;
b) Instalações de apoio às actividades agrárias da exploração, desde que devidamente justificadas;
c) Construção de habitações para fixação dos agricultores, desde que a parcela em causa possua acesso por caminho público;
d) Empreendimentos turísticos, parques de campismo rural, restauração e bebidas e unidades de turismo no espaço rural;
e) Equipamentos de interesse municipal, tais como estações de tratamento de águas e esgotos, estações de tratamento de resíduos sólidos, subestações eléctricas, postos de transformação, instalações de telecomunicações e antenas e instalações de segurança e de protecção civil;
f) Unidades industriais e agro-industriais isoladas com programas especiais não enquadráveis nos espaços industriais, desde que demonstrado o seu interesse para a economia do município, reconhecido pela Assembleia Municipal;
g) Instalações pecuárias de regime intensivo.

2 — Em qualquer dos casos, serão sempre salvaguardados autonomamente o abastecimento de água e de energia e a drenagem e tratamento de águas residuais, a menos que o interessado financie a ampliação das redes públicas.

3 — Nos casos das alíneas *d*), *e*), *f*) e *g*) do n.º 1, os projectos deverão incluir soluções técnicas quanto ao acesso público e seu pavimento, ao estacionamento, à integração paisagística e ao controlo da poluição, incluindo a sonora, sendo obrigatória a apresentação e execução de projectos de arranjos dos espaços exteriores.

4 — Os parâmetros relativos à edificabilidade nos espaços agrícolas estão indicados no quadro n.º 8.

5 — Nos espaços agrícolas sujeitos ao regime da REN a ocupação é a prevista na legislação em vigor.

6 — A ampliação de instalações pecuárias de regime intensivo existentes nos espaços agrícolas à data da publicação do PDM de Góis apenas poderá ser autorizada nas condições previstas no presente Regulamento.

SECÇÃO V

Espaços florestais

Artigo 33.º

Caracterização

São os espaços de aptidão florestal revestidos ou não com espécies arbustivas e arbóreas em maciço de manifesta importância para o equilíbrio ambiental ou beleza da paisagem, quer se destinem ou não à produção florestal.

Artigo 34.º

Categorias de espaços florestais

Nos espaços florestais identificam-se as duas seguintes categorias de espaços:

1) Florestas de produção — que são áreas extensas de coberto florestal destinado preferencialmente à produção de material lenhoso;
2) Espaços florestais de uso múltiplo — que são áreas de coberto vegetal principalmente constituído por espécies autóctones e destinadas preferencialmente a fins ambientais e paisagísticos e não apenas à exploração de material lenhoso.

Artigo 35.º

Estatuto de uso e ocupação do solo

1 — Nos espaços florestais de produção deve ser privilegiada a produção de material lenhoso e seus derivados.

2 — Nos espaços florestais de uso múltiplo admitem-se os usos agrícola, pastoril e agro-florestal tradicionais, podendo também ser objecto de medidas de reconversão agrária. Devem, em ambos os casos, serem preservadas as suas características por forma a garantir o equilíbrio ambiental e paisagístico.

3 — Nos espaços florestais só são permitidas acções de repovoamento florestal cujas técnicas não degradem os recursos naturais. Ficam interditos:

a) As práticas de destruição do relevo natural e das camadas de solo arável;
b) O corte raso de árvores não integrado em práticas de exploração florestal, salvo em programas de reconversão aprovados pelas entidades competentes;
c) O depósito de produtos sólidos, líquidos ou gasosos inflamáveis, com excepção da deposição temporária dos produtos resultantes de exploração florestal.

4 — Ficam também interditos os cortes de vegetação arbórea ripícola, excepto em acções de limpeza.

Artigo 36.º

Edificabilidade nos espaços florestais

1 — Nos espaços florestais não integrados na REN pode ser autorizada a edificação nos termos deste Regulamento e tendo em vista os seguintes usos:

a) Recuperação, para habitação ou turismo, de construções tradicionais e existentes ou ampliação até ao máximo de 200 m^2 de construção, incluindo anexos, sem alteração substancial das características arquitectónicas e dos materiais;
b) Instalações de apoio às actividades florestais, agro-florestais e silvo-pastoris do prédio em que se localizam, desde que devidamente justificadas;
c) Construção de habitação unifamiliar para fixação dos proprietários silvicultores, desde que a parcela em causa possua via de acesso por caminho público;
d) Empreendimentos turísticos, parques de campismo rural, restauração e bebidas e unidades de turismo no espaço rural;
e) Equipamentos de interesse municipal tais como cemitérios, capelas, campo de jogos, estações de tratamento de águas e esgotos, estações de tratamento de resíduos sólidos urbanos, instalações de vigilância e combate a incêndios florestais, subestações eléctricas, postos de transformação, instalações de telecomunicações e antenas e instalações de segurança e de protecção civil;
f) Unidades industriais isoladas com programas especiais não enquadráveis nos espaços industriais, desde que demonstrado o seu interesse para a economia do município, reconhecido pela Assembleia Municipal;
g) Instalações pecuárias de regime intensivo.

2 — Em qualquer dos casos, serão sempre salvaguardados autonomamente o abastecimento de água e de energia e a drenagem e tratamento de águas residuais, a menos que o interessado financie a ampliação das redes públicas.

3 — Nos casos das alíneas *d*), *e*), *f*) e *g*) do n.º 1 os projectos deverão incluir soluções técnicas quanto ao acesso, público e pavimentado, ao estacionamento, à integração paisagística, à emissão de poluentes e ao controlo da poluição, incluindo a sonora, sendo obrigatória a apresentação e execução de projectos de arranjos dos espaços exteriores.

4 — Nos espaços florestais sujeitos ao regime da REN a ocupação é a prevista na legislação em vigor.

5 — Os parâmetros relativos à edificabilidade nos espaços florestais estão indicados no quadro n.º 8.

6 — A ampliação de instalações pecuárias de regime intensivo existentes nos espaços florestais à data da publicação do PDM de Góis apenas poderá ser autorizada nas condições previstas no quadro n.º 8.

QUADRO N.º 8

Edificabilidade nos espaços agrícolas e florestais

Espaços	Usos	Dimensão mínima da parcela	Altura máxima total da construção	Área máxima de construção	Índice máximo de implantação
Agrícolas	Recuperação e ou ampliação de construções tradicionais existentes.	A existente	Dois pisos	(1) 200 m²	
	Instalações de apoio à actividade agrária da exploração.	500 m²	4,5 m (2)		i=0,05
	Habitação/residência habitual do agricultor proprietário.	Unidade mínima de cultura (3).	Dois pisos	(1) 300 m²	
	Empreendimentos turísticos, hotéis rurais, parques de campismo rural e estabelecimentos de restauração e bebidas.	10 000 m²	Dois pisos		i=0,05
	Equipamentos de interesse municipal	Variável consoante o equipamento.			
	Unidades industriais e agro-industriais isoladas.	20 000 m²	Dois pisos		i=0,05
	Instalações pecuárias de regime intensivo (4).	20 000 m²	Um piso		i=0,02
Florestais	Recuperação e ou ampliação de construções tradicionais existentes.	A existente			
	Instalações de apoio às actividades florestais, agro-florestais e silvo-pastoris da exploração.	A existente	4,5 m (1)		i=0,05
	Habitação/residência habitual do silvicultor proprietário.	10 000 m²	Dois pisos	(1) 300 m²	
	Empreendimentos turísticos, hotéis rurais, parques de campismo rural e estabelecimentos de restauração e bebidas.	20 000 m²	Dois pisos		i=0,05
	Equipamentos de interesse municipal	Variável consoante o equipamento.			
	Unidades industriais isoladas com programas especiais (4).	20 000 m²	Dois pisos		i=0,05
	Instalações pecuárias de regime intensivo (4).	20 000 m²	Um piso		i=0,02

(1) Incluindo anexos.
(2) Exceptuam-se silos, depósitos de água ou instalações especiais tecnicamente justificáveis.
(3) A unidade mínima de cultura está fixada pela Portaria n.º 202/70, publicada no *Diário do Governo,* 1.ª série, n.º 93, de 21 de Abril de 1970. Foi fixada em 2 ha em terrenos de sequeiro ou de regadio arvense e em 0,50 ha em terrenos de regadio hortícola. Nas áreas da RAN, a unidade de cultura corresponde ao dobro da área fixada pela lei geral (Decreto-Lei n.º 196/89, de 14 de Junho, artigo 13.º).
(4) As instalações pecuárias e avícolas (aviários, pocilgas, etc.) deverão localizar-se a distância superior a 1 km dos aglomerados urbanos (espaços urbanos e urbanizáveis) ou de qualquer edificação não integrada em aglomerado urbano de uso não agro-pecuário, de reservatórios e captações de água.

Artigo 37.º

Áreas de riscos de incêndios

1 — O levantamento cartográfico das áreas percorridas por incêndios florestais cabe à Direcção-Geral das Florestas, com a colaboração da Câmara Municipal de Góis, devendo ser elaborado um cadastro anual.

2 — Estão sujeitos a restrições pelo prazo de 10 anos os terrenos florestais percorridos por incêndios não incluídos em espaços classificados como urbanos, urbanizáveis ou industriais, conforme legislação específica que lhes seja aplicável.

Artigo 38.º

Projectos de florestação

O disposto neste capítulo é aplicável às operações relativas à florestação e exploração florestal quando decorrentes de projectos aprovados pelas entidades competentes.

SECÇÃO VI

Espaços naturais

Artigo 39.º

Caracterização

Integram esta classe os espaços que constituem as zonas do território municipal mais sensíveis dos pontos de vista ecológico, paisagístico e ambiental em geral, nos quais se privilegiam a protecção, a conservação, a gestão racional, a capacidade de renovação dos recursos naturais e a salvaguarda dos valores paisagísticos.

Artigo 40.º

Categorias de espaços

Nos espaços naturais identificam-se as quatro seguintes categorias de espaços:

1) Albufeiras e respectivas faixas de protecção;
2) Afloramentos rochosos isolados ou em conjunto;
3) Árvores isoladas e maciços florestais classificados e a classificar;
4) Paisagens envolventes.

Artigo 41.º

Identificação

O conjunto dos espaços relativos a cada uma das categorias referidas no artigo anterior encontra-se listado no anexo n.º 1.

Artigo 42.º

Estatuto de uso e ocupação do solo

Nestes espaços deverá ser privilegiada a protecção, a conservação, a gestão racional e a salvaguarda dos valores naturais e paisagísticos.

SECÇÃO VII

Espaços culturais

Artigo 43.º

Caracterização

São espaços culturais os que, pelas suas características, se assumem como valores com reconhecido interesse histórico, arqueológico, arquitectónico e artístico, urbanístico, científico ou social.

Artigo 44.º

Categorias de espaços

Nos espaços culturais identificam-se as quatro seguintes categorias de espaços:

1) De interesse arqueológico;
2) De interesse arqueológico industrial;
3) De interesse urbanístico;
4) De interesse arquitectónico e artístico.

Artigo 45.º

Identificação

O conjunto dos espaços relativos a cada uma das categorias referidas no artigo anterior encontra-se listado no anexo n.º 2.

Artigo 46.º

Estatuto de uso e ocupação do solo

Nestes espaços deve ser privilegiada a protecção, a conservação e a recuperação dos valores culturais, históricos, arqueológicos, arquitectónicos, artísticos e urbanísticos, tendo em vista a sua valorização turístico-cultural.

Artigo 47.º

Edificabilidade

1 — Nos espaços de interesse arqueológico, qualquer edificação ou mobilização de solos fica condicionada à realização prévia de trabalhos arqueológicos, devendo procurar manter-se o uso actual do solo.

2 — Sempre que em qualquer obra, particular ou não, se verificarem achados arqueológicos, tal facto será comunicado à Câmara Municipal, que deverá comunicar imediatamente a ocorrência ao Instituto Português de Arqueologia.

3 — Nos espaços de interesse arqueológico-industrial apenas poderão ser autorizadas obras de beneficiação, conservação, recuperação ou reutilização tendo em vista o seu aproveitamento turístico-cultural ou uso de interesse municipal compatível com o valor a proteger.

4 — Nos edifícios classificados ou em vias de classificação, a realização de obras está sujeita à legislação em vigor.

5 — Nos espaços identificados como de valor arquitectónico ou artístico apenas poderão ser autorizadas obras de beneficiação, conservação ou recuperação.

6 — As zonas de protecção são, para os imóveis classificados, as definidas na lei. Para os restantes espaços culturais identificados no anexo n.º 2, é definida uma área de protecção de 50 m contados a partir dos limites exteriores do imóvel.

7 — Todos os projectos de obras em edifícios classificados ou em vias de classificação ou nas respectivas zonas de protecção devem ser elaborados e subscritos por arquitectos.

SECÇÃO VIII

Espaços-canais

Artigo 48.º

Caracterização

Os espaços-canais caracterizam-se por corresponderem a corredores activados por infra-estruturas que têm efeito de barreira física dos espaços que as marginam.

Artigo 49.º

Categorias de espaços-canais

Nos espaços-canais identificam-se as quatro seguintes categorias de espaços:

1) Rede rodoviária nacional, estradas nacionais da rede complementar;
2) Estradas nacionais desclassificadas;
3) Rede rodoviária municipal, constituída por:
3.1) Estradas municipais, que são as vias de ligação das sedes de freguesia entre si e à sede do município;
3.2) Caminhos municipais existentes, que são as vias de ligação dos restantes lugares entre si e às respectivas sedes de freguesia;
3.3) Caminhos municipais propostos, que são vias municipais pavimentadas, existentes ou propostas, não classificadas como EM ou CM;
3.4) Caminhos públicos vicinais, que são os restantes caminhos públicos, em geral servindo propriedades rurais;
4) Rede ferroviária, linha do metropolitano de superfície.

Artigo 50.º

Estatuto de uso e ocupação do solo

Os espaços-canais não admitem qualquer outro uso e são considerados *non aedificandi.*

Artigo 51.º

Áreas de protecção e condicionantes de acesso aos espaços-canais integrantes da rede rodoviária nacional e das estradas nacionais desclassificadas.

1 — As áreas de protecção e condicionantes de acesso aos espaços-canais integrantes da rede rodoviária nacional e das estradas nacionais desclassificadas encontram-se estabelecidas na lei e qualquer acção nas mesmas obriga a parecer prévio da entidade tutelar com jurisdição na matéria.

2 — No troço de Góis a Vila Nova de Poiares da estrada nacional desclassificada EN 2, as áreas de protecção e as condicionantes de acesso são as definidas na lei para os itinerários complementares.

Artigo 52.º

Áreas de protecção aos espaços-canais integrantes da rede rodoviária municipal

1 — É proibido construir edifícios nas zonas de visibilidade de qualquer via municipal e nas faixas de terreno com as larguras seguintes:

a) Na fase até à aprovação da planta parcelar do projecto de execução: 50 m para cada lado do eixo da via;
b) A partir da aprovação da planta parcelar do projecto de execução e nas vias já concluídas: 15 m para cada lado do eixo da via se esta for estrada municipal e 10 m se outra.

2 — Poderão ser admitidas excepções ao disposto no número anterior nos casos seguintes:

a) Vedações de terrenos abertos confinantes com as vias, por meio de sebes vivas, muros ou grades, à distância mínima de 6 m do eixo da via se esta for estrada municipal, 4,25 m se for caminho municipal e 2,5 m para as restantes vias.

Em qualquer dos casos as vedações nunca poderão ser construídas a menos de 1 m da zona da via. Apenas as vedações vazadas podem ultrapassar 1,2 m acima do nível da berma;

b) Construções a efectuar dentro dos aglomerados urbanos.

Estas construções ficam sujeitas às regras dos espaços urbanos e urbanizáveis onde se inserem;

c) Construções simples, especialmente de interesse agrícola, como tanques, poços, minas, eiras, espigueiros, ramadas, pérgulas e outras obras congéneres, à distância mínima de 6 m do eixo da via se esta for estrada municipal, 4,25 m se outra. Em qualquer dos casos, estas construções nunca poderão ser edificadas a menos de 1 m da zona da via;

d) Obras de ampliação ou modificação nos edifícios ou vedações existentes situados no todo ou em parte nas faixas *non aedificandi.* Essas obras poderão ser autorizadas quando não se preveja a necessidade de os demolir em futuro próximo para melhoria das condições de trânsito, desde que:

i) Não resulte da execução das obras inconveniente para a visibilidade;
ii) Não se trate de obras de reconstrução geral;
iii) Não se trate de obras que determinem aumento de extensão, ao longo da via, dos edifícios e vedações existentes, salvo quando esse aumento, a autorizar por uma só vez, não exceder 5 m;
iv) Os proprietários se obriguem a não exigir qualquer indemnização, no caso de futura expropriação pela Câmara Municipal, pelo aumento de valor que dessas obras resultar para a parte do prédio ou vedação abrangida nas faixas referidas.

3 — Fica ainda condicionada aos seguintes afastamentos mínimos a implantação de:

a) Instalações de carácter industrial (nomeadamente fábricas, garagens e armazéns), estabelecimentos de restauração e bebidas, empreendimentos turísticos (nomeadamente estabelecimentos hoteleiros), e ainda igrejas, recintos de espectáculos, instalações pecuárias e avícolas, matadouros e quartéis de bombeiros: nas zonas de visibilidade e a uma distância de 30 m do eixo da via se esta for estrada municipal e 20 m se outra;
b) Feiras ou mercados: 30 m do limite do eixo da via se esta for estrada municipal e 20 m se outra;
c) Inscrições, tabuletas, anúncios ou outros meios de publicidade, com ou sem carácter comercial: 15 m do limite da zona da via se esta for estrada municipal, 5 m se outra.

Nas proximidades dos entroncamentos e cruzamentos com outras vias de comunicação rodoviária, esta proibição vai até 30 m do limite da zona da via municipal, numa extensão, medida segundo o eixo desta, de 100 m para um e outro lado do entroncamento ou cruzamento dos eixos das vias;

d) Estações de deposição/tratamento de resíduos sólidos urbanos, parques e depósitos de sucata: 20 m do eixo da via se esta for estrada municipal, 15 m se for caminho municipal e 10 m se for caminho público vicinal;
e) Exposição ou depósito de artigos, objectos e produtos regionais ou agrícolas para venda: 5 m da zona da via.

Artigo 53.º

Estabelecimento de acessos aos espaços-canais integrantes da rede rodoviária municipal

1 — As serventias das propriedades confinantes com as estradas e caminhos municipais serão sempre executadas a título precário, devendo ser licenciadas pela Câmara e condicionadas à declaração registada de renúncia do direito de indemnização.

2 — Os proprietários não podem exigir indemnizações por qualquer obra que sejam obrigados a fazer, quer na serventia quer na propriedade servida, no caso de ser modificada a plataforma da via.

Artigo 54.º

Postos de abastecimento de combustíveis e áreas de serviço

1 — Os postos de abastecimento de combustíveis e áreas de serviço nos espaços-canais integrantes da rede rodoviária nacional regem-se pela legislação em vigor.

2 — Os postos de abastecimento de combustíveis e áreas de serviço nos espaços-canais integrantes da rede rodoviária municipal regem-se, para além da legislação em vigor, pelas seguintes normas:

a) Só é permitida a sua instalação junto às estradas e caminhos municipais;
b) Devem localizar-se sempre fora de aglomerado urbano;
c) Devem localizar-se em trainel recto com declive inferior a 5 % e com um comprimento mínimo de 50 m para cada um dos lados do eixo do posto de abastecimento;
d) Devem localizar-se a uma distância de outros postos de abastecimento de, no mínimo, 5 km, excepto quando duplicar um posto já existente;
e) Devem garantir em relação à via pública um separador ajardinado com um mínimo de 4 m de largura;
f) O projecto de execução deverá cumprir a legislação em vigor.

3 — Os depósitos de combustível deverão localizar-se fora de círculo com 300 m de raio e centro nas captações de água de abastecimento.

QUADRO N.º 9

Servidões *non aedificandi* e excepções nos espaços-canais integrantes da rede rodoviária municipal

	Estrada municipal	Caminho municipal	Caminho público vicinal
Vedações de terrenos abertos confinantes com as estradas por meio de sebes vivas, muros ou grades.	6 m do eixo e nunca menos de 1 m da zona da via.	4,25 m do eixo e nunca menos de 1 m da zona da via.	2,5 m do eixo e nunca menos de 1 m da zona da via.
Construções a efectuar dentro dos aglomerados urbanos.	Regras dos espaços urbanos e urbanizáveis onde se inserem.	Regras dos espaços urbanos e urbanizáveis onde se inserem.	Regras dos espaços urbanos e urbanizáveis onde se inserem.
Construções simples, especialmente de interesse agrícola, como tanques, poços, minas, eiras, espigueiros, ramadas, pérgulas e outras obras congéneres.	6 m do eixo e nunca menos de 1 m da zona da via.	4,25 m do eixo e nunca menos de 1 m da zona da via.	4,25 m do eixo e nunca menos de 1 m da zona da via.
Obras de ampliação ou modificação nos edifícios ou vedações existentes situados no todo ou em parte nas faixas *non aedificandi.*	Estas obras poderão ser autorizadas apenas condicionalmente, nos termos da legislação em vigor.	Estas obras poderão ser autorizadas apenas condicionalmente, nos termos da legislação em vigor.	Estas obras poderão ser autorizadas apenas condicionalmente, nos termos da legislação em vigor.

QUADRO N.º 10

Implantações condicionadas a afastamentos mínimos relativamente aos espaços-canais integrantes da rede rodoviária municipal

	Estrada municipal	Caminho municipal	Caminho público
Instalações de carácter industrial (nomeadamente fábricas, garagens e armazéns), estabelecimentos de restauração e bebidas, empreendimentos turísticos (nomeadamente estabelecimentos hoteleiros), e ainda igrejas, recintos de espectáculos, instalações pecuárias e avícolas, matadouros e quartéis de bombeiros.	Nas zonas de visibilidade e a uma distância de 30 m do eixo da via.	Nas zonas de visibilidade e a uma distância de 20 m do eixo da via.	Nas zonas de visibilidade e a uma distância de 20 m do eixo da via.
Feiras ou mercados	30 m do eixo da via.	20 m do eixo da via.	20 m do eixo da via.
Inscrições, tabuletas, anúncios ou outros meios de publicidade, com ou sem carácter comercial.	15 m da zona da via. Condicionantes nas proximidades dos entroncamentos e cruzamentos com outras vias de comunicação ordinária ou com vias férreas.	5 m da zona da via. Condicionantes nas proximidades dos entroncamentos e cruzamentos com outras vias de comunicação ordinária ou com vias férreas.	5 m da zona da via. Condicionantes as proximidades dos entroncamentos e cruzamentos com outras vias de comunicação ordinária ou com vias férreas.
Estações de tratamento de resíduos sólidos urbanos ou depósitos de sucata e de materiais ou objectos com mau aspecto, incluindo veículos automóveis inutilizados.	100 m do eixo da via.	80 m do eixo da via.	50 m do eixo da via.
Exposição ou depósito de artigos, objectos e produtos regionais ou agrícolas para venda.	5 m da zona da via.	5 m da zona da via.	5 m da zona da via.

Artigo 55.º

Parques de sucata e de materiais ou objectos inorgânicos incluindo veículos automóveis inutilizados

Os parques e depósitos de sucata implantar-se-ão de acordo com as condicionantes constantes dos artigos 31.º e 52.º deste Regulamento e nos termos da legislação em vigor sobre a matéria.

Artigo 56.º

Estações de tratamento de resíduos sólidos urbanos

1 — As estações de tratamento de resíduos sólidos urbanos implantar-se-ão de acordo com as condicionantes constantes dos artigos 32.º, 36.º e 52.º e dos quadros n.os 4, 8 e 10 deste Regulamento e nos termos da legislação em vigor sobre a matéria.

2 — Os locais de implantação e acessos deverão ser delimitados por sebe e objecto de arranjo paisagístico adequado, elaborado pela Câmara Municipal ou submetido previamente à sua aprovação, e garantindo a sua não visibilidade das vias integrantes das redes rodoviárias nacional e municipal.

3 — A beneficiação, a conservação e a limpeza dos acessos são da responsabilidade da Câmara ou do concessionário.

CAPÍTULO III

Restrições e servidões de utilidade pública

Artigo 57.º

Condicionantes

Em todos os actos abrangidos por este Regulamento, serão respeitados, cumulativamente com as suas disposições, todos os diplomas legais e regulamentares de carácter geral em vigor, aplicáveis em função da sua natureza e localização, nomeadamente o respeitante a servidões administrativas e restrições de utilidade pública, mesmo que não sejam aqui expressamente mencionadas.

Artigo 58.º

Áreas de protecção aos sistemas de abastecimento de água

Para além das servidões e restrições definidas na lei, são definidas as seguintes áreas de protecção aos elementos constituintes dos sistemas de abastecimento de água:

1) É definida uma faixa de protecção próxima de 60 m em torno dos limites exteriores das captações, furos ou drenos de captação de água para abastecimento público. Nesta faixa de protecção próxima, que deverá ser delimitada por vedação, fica proibida a construção de edifícios, bem como a instalação de colectores, fossas sépticas e outros focos de poluição bacteriana ou química;
2) É definida uma faixa de protecção à distância de 200 m em torno das captações de água para abastecimento público. Nesta faixa não são permitidos sumidouros de águas negras, estações de fornecimento de combustíveis, outras captações, rega com águas negras, actividades poluentes nem a construção de edifícios, com excepção dos inerentes ao sistema de abastecimento de águas;
3) Fora dos aglomerados urbanos é proibida a construção de edifícios numa faixa de 5 m de largura medida para cada um dos lados do eixo das condutas adutoras e distribuidoras;
4) Fora dos aglomerados urbanos é condicionada a plantação de árvores numa faixa de 5 m medida para cada um dos lados do eixo das condutas adutoras e distribuidoras;
5) Nos aglomerados urbanos, a faixa de respeito para plantação de árvores deverá ser analisada caso a caso mediante projecto de arranjo de espaços exteriores, não devendo, em qualquer caso, ser inferior a 1,5 m;
6) É proibida a construção de edifícios numa faixa de 15 m de largura definida a partir dos limites exteriores dos reservatórios e câmaras de manobras;
7) É proibida a construção de edifícios numa faixa de 50 m de largura definida a partir dos limites exteriores da estação de tratamento de águas de Góis.

Artigo 59.º

Áreas de protecção aos sistemas de esgoto das águas residuais domésticas

Para além das servidões e restrições definidas na lei, são definidas as seguintes áreas de protecção aos elementos constituintes dos sistemas de esgoto das águas residuais domésticas:

1) É proibida a construção de edifícios numa faixa de 5 m de largura medida para cada um dos lados do eixo dos emissários;
2) Fora dos aglomerados urbanos, é condicionada a plantação de árvores numa faixa de 5 m medida para cada um dos lados do eixo dos emissários;
3) Nos aglomerados urbanos, a faixa de respeito para plantação de árvores deverá ser analisada caso a caso mediante projecto de arranjo de espaços exteriores, não devendo, em qualquer caso, ser inferior a 1,5 m;
4) É definida uma faixa de protecção de 100 m em torno dos limites exteriores das ETAR e das fossas sépticas de uso colectivo.

Nesta faixa de protecção, que deverá ser delimitada com sebe e cortina arbórea, fica proibida a construção de edifícios.

Artigo 60.º

Servidões radioeléctricas

Estão sujeitas a servidão radioeléctrica as áreas envolventes dos centros radioeléctricos e que integram as zonas de libertação e as áreas definidas pelas faixas de desobstrução, estabelecidas nos termos da legislação em vigor sobre a matéria.

CAPÍTULO IV

Unidades operativas de planeamento e gestão

Artigo 61.º

Caracterização

As unidades operativas de planeamento e gestão demarcam espaços de intervenção para serem tratados a um nível de planeamento mais detalhado.

Artigo 62.º

Descrição

Distinguem-se as seguintes unidades operativas de planeamento e gestão, as quais se encontram identificadas na planta de ordenamento:

1) Espaços urbanos:

Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico de Góis (PP1);
Plano de Pormenor de Expansão Nascente de Góis (PP2);
Plano de Pormenor de Recuperação e Requalificação das Zonas Industriais Urbanas de Góis (PP3);
Plano de Pormenor de Expansão Habitacional da Quinta do Baião (PP4);
Plano de Pormenor de Expansão Habitacional Norte de Góis (PP5);
Plano de Pormenor de Expansão Habitacional Poente de Góis (PP6);
Várzea Grande;
Cortes;

2) Espaços industriais:

Zona industrial da Alagoa, Góis;
Zona industrial de Cortes, Alvares;
Zona industrial de Várzea Pequena, Vila Nova do Ceira.

CAPÍTULO V

Disposições finais e transitórias

Artigo 63.º

Entrada em vigor

O Plano Director Municipal de Góis entra em vigor no dia seguinte à sua publicação no *Diário da República.*

ANEXO N.º 1

Identificação dos espaços naturais

1 — Albufeiras e respectivas faixas de protecção:

1) Albufeira do Cabril, Alvares;
2) Albufeira do Monte Redondo.

2 — Afloramentos rochosos isolados ou em conjunto:

1) Penedo de Góis ou serra do Penedo;
2) Cerro da Candosa;
3) Gruta da Lapa, Vale da Lapa, Vila Nova do Ceira;
4) Afloramentos do Seladinho.

3 — Árvores isoladas e maciços florestais classificados e a classificar:

1) Mata envolvente à Mata do Sobral;
2) Parque do Cerejal, Góis;
3) Pinheiro-manso de Góis;
4) Pinheiro-manso de Vila Nova do Ceira.

4 — Paisagens envolventes:

1) Vale do rio Ceira;
2) Ribeira de Pena, rio Sótão.

ANEXO N.º 2

Identificação dos espaços culturais

1 — De interesse arqueológico:

1) Pedra letreira, Alvares;
2) Cova dos Ladrões, Alvares;
3) Escádea grande, Alvares;
4) Pedra riscada, Mestras/Corterredor, Cadafaz;
5) Eira dos Mouros, Liboreiro, Góis;
6) Minas, Povorais, Góis;
7) Minas, Várzea Grande, Vila Nova do Ceira;
8) Minas, Várzea Pequena, Vila Nova do Ceira;
9) Minas, Botelhas, Vila Nova do Ceira;
10) Minas, Roda Cimeira, Alvares;
11) Casal dos Mouros, Oiradinhos, Sandinha, Cadafaz;
12) Eira dos Mouros, Oiradinhos, Sandinha, Cadafaz.

2 — De interesse arqueológico-industrial:

1) Chaminé e ruínas da Fábrica Barata Lima, Alvares;
2) Lagar hidráulico de azeite de Mega Cimeira, Alvares;
3) Ponte de ferro, Mega Cimeira, Alvares;
4) Lagar de azeite do povo e açude, Cabreira, Cadafaz;
5) Lagar de azeite da Comissão do Culto, Candosa, Cadafaz;
6) Moinho e tanque, Capelo, Cadafaz;
7) Ponte de um arco em xisto, Corterredor, Cadafaz;
8) Minas de volfrâmio e estanho, Sandinha, Cadafaz;
9) Casa do encarregado e lavandaria das Minas, Sandinha, Cadafaz;
10) Túnel do corte do rio Ceira, Sandinha, Cadafaz;
11) Casa-abrigo do Castelejo, Cabreira, Cadafaz;
12) Antiga ponte sobre o rio Ceira, Cabreira, Cadafaz;
13) Lagar de azeite da Ponte, Colmeal;
14) Corte do rio Ceira à Senhora da Amargura, Colmeal;
15) Moinho da Ponte, Colmeal;
16) Lagar de azeite e tulhas da ponte do Ceiroco, Colmeal;
17) Moinho de Carcavelos, Góis;
18) Roda do Casalinho, Góis;
19) Nora de Santo António, Góis;
20) Minas de volfrâmio e estanho de Nossa Senhora da Guia, Liboreiro, Góis;
21) Aproveitamento hidroeléctrico do Monte Redondo, Góis;
22) Nora do Pé Escuro, Góis;
23) Capela de Santo António, Góis;
24) Companhia de Papel de Góis, Ponte de Sótão, Góis;
25) Roda do Linteiro, Vila Nova do Ceira;
26) Forno de cal, Cabril, Vila Nova do Ceira.

3 — De interesse urbanístico:

1) Alvares;
2) Casal de Cima, Chã de Alvares, Alvares;
3) Cortes, Alvares;
4) Cadafaz;
5) Cabreira, Cadafaz;
6) Corterredor, Cadafaz;
7) Sandinha, Cadafaz;
8) Mestras, Cadafaz;
9) Tarrastal, Cadafaz;
10) Colmeal;
11) Carvalhal do Sapo, Colmeal;
12) Aldeia Velha, Colmeal;
13) Soito, Colmeal;
14) Adela, Colmeal;
15) Carcavelos, Góis;
16) Góis, Góis;
17) Ribeira Cimeira, Góis;
18) Ribeira Fundeira, Góis;
19) Casalinho de Cima, Góis;
20) Pena, Góis;
21) Povorais, Góis;
22) Aigra Velha, Góis;
23) Várzea Grande, Vila Nova do Ceira;
24) Várzea Pequena, Vila Nova do Ceira.

4 — De interesse arquitectónico e artístico:
4.1 — Classificados como monumentos nacionais:

1) Igreja matriz de Góis, MN (Decreto de 16 de Junho de 1910);

4.2 — Classificados como imóveis de interesse público:

1) Edifício dos antigos Paços do Concelho, Góis (IIP, Decreto n.º 9627, de 1 de Maio de 1924);
2) Antiga ponte real sobre o rio Ceira, Góis (IIP, Decreto n.º 735/74, de 21 de Dezembro);
3) Capela do Mártir São Sebastião, Góis (IIP, Decreto n.º 95/78, de 12 de Setembro);
4) Solar beirão da Quinta da Capela, Góis (IIP, Decreto n.º 67/97, de 31 de Dezembro);
5) Pedra letreira, Alvares (IIP, Decreto n.º 67/97, de 31 de Dezembro);

4.3 — A propor para classificação como imóveis de interesse público:

1) Igreja da Misericórdia, Góis;
2) Capela do Castelo, Góis;
3) Fontanário do Pombal, Góis;
4) Cisterna do Pombal, Góis;

4.4 — A propor para classificação como valores concelhios:

1) Escola primária, Alvares;
2) Solar dos Barata Lima, Alvares;
3) Lavadouro público, Amiosinho, Alvares;
4) Casa florestal e forno, Estrada das Minas, Alvares;
5) Escola primária, Mega Cimeira, Alvares;
6) Escola primária, Milreu, Alvares;
7) Escola primária, Roda Cimeira, Alvares;
8) Lavadouro público, Cadafaz;
9) Lavadouro público, Cabreira, Cadafaz;
10) Lavadouro público, Capelo, Cadafaz;
11) Lavadouro público, Corterredor, Cadafaz;
12) Capela da Boa Morte, Mestras, Cadafaz;
13) Capela de Nossa Senhora de Santa Luzia, Relvas, Cadafaz;
14) Lavadouro público, Sandinha, Cadafaz;
15) Escola primária, Sandinha, Cadafaz;
16) Casa florestal, Estrada do Rolão, Carvalhal do Sapo, Colmeal;
17) Lavadouro público, Colmeal;
18) Escola primária, actual sede da Junta de Freguesia, Colmeal;
19) Escola primária, Malhada, Colmeal;
20) Casa florestal, Vale de Asna, Colmeal;
21) Lavadouro público, Bordeiro, Góis;
22) Escola primária, Bordeiro, Góis;
23) Edifício da Havaneza Goiense, Góis;
24) Casa da Praça, Góis;
25) Casa Baeta da Veiga, Góis;
26) Casa do Terreirinho, Góis;
27) Antigo Hospital da Misericórdia, Góis;
28) Casa da Lavra de Cima, Góis;
29) Casa da Lavra de Baixo, Góis;
30) Antiga escola primária, Góis;
31) Casa das Ferreirinhas, Góis;
32) Casa Nogueira Ramos;
33) Casa do Povo, Góis;
34) Casa do Pombal, Góis;
35) Solar da Quinta da Torrinha, Góis;
36) Escola primária, Ponte de Sótão, Góis;
37) Escola primária, Monteira, Vila Nova do Ceira;
38) Lavadouro público, Murtinheira, Vila Nova do Ceira;
39) Capela de Nossa Senhora da Candosa, Vila Nova do Ceira;
40) Cruzeiro de Nossa Senhora da Candosa, Vila Nova do Ceira;
41) Nicho de Nossa Senhora da Candosa, Vila Nova do Ceira;
42) Lavadouro público, Sacões, Vila Nova do Ceira;
43) Capela do Divino Mártir São Sebastião, Várzea Grande, Vila Nova do Ceira;
44) Solar da Quinta da Costeira e Capela, Várzea Grande, Vila Nova do Ceira;
45) Igreja matriz, Várzea Grande, Vila Nova do Ceira;

4.5 — Outros valores arquitectónicos e artísticos:

1) Residência paroquial, Alvares;
2) Edifício dos Correios, Alvares;
3) Capela de São Sebastião, Alvares;
4) Igreja matriz de Alvares;
5) Ponte do Soito, Alvares;
6) Ponte da EN 2, Alvares;
7) Ponte da Lomba, Alvares;
8) Pia dos bois, Amiosinho, Alvares;
9) Fontanário enterrado, Casal de Cima, Alvares;
10) Pia dos bois da Eira, Mega Cimeira, Alvares;
11) Fontanário da Capela, Mega Cimeira, Alvares;
12) Fontanário da Selada, Mega Cimeira, Alvares;
13) Capela de Nossa Senhora da Esperança e de São Domingos, Mega Cimeira, Alvares;
14) Solar da Venda Nova, Mega Cimeira, Alvares;
15) Capela de Nossa Senhora das Dores, Mega Fundeira, Alvares;
16) Capela de Nossa Senhora de Fátima, Milreu, Alvares;
17) Capela da Senhora do Livramento, Obrais, Alvares;
18) Alminhas de Cima, Obrais, Alvares;
19) Ponte em xisto do CM 1160, Ribeira dos Amiosos, Alvares;
20) Capela de Nossa Senhora da Conceição, Roda Cimeira, Alvares;
21) Chafariz da Cortelha, Roda Cimeira, Alvares;
22) Ponte de pedra, Roda Cimeira, Alvares;
23) Chafariz novo, Roda Cimeira, Alvares;
24) Igreja matriz de Cadafaz;
25) Capela de Santo António, Cadafaz;
26) Torre do relógio, Cadafaz;
27) Capela de Santo Amaro, Cabreira, Cadafaz;
28) Capela de Nossa Senhora dos Remédios, Candosa, Cadafaz;
29) Capela de São Caetano, Capelo, Cadafaz;
30) Capela de Nossa Senhora da Conceição, Corterredor, Cadafaz;
31) Capela da Boa Morte, Mestras, Cadafaz;
32) Capela de Nossa Senhora de Santa Luzia, Relvas, Cadafaz;
33) Capela de São Domingos, Sandinha, Cadafaz;
34) Bebedouro do gado, Sandinha, Cadafaz;
35) Capela de Nossa Senhora da Saúde, Açor, Colmeal;
36) Fontanário, Açor, Colmeal;
37) Fontanário, Açor, Colmeal;
38) Capela da Senhora da Luz e Sobreiros, Ádela, Colmeal;
39) Capela de São Lourenço, Ádela, Colmeal;
40) Igreja, Colmeal;
41) Fontanário, Colmeal;
42) Ermida do Senhor da Amargura, Colmeal,
43) Capela do Sobral, Colmeal;
44) Solar dos Baetas, Albergaria, Góis;
45) Capela de Nossa Senhora do Amparo, Alvém, Góis;
46) Chafariz, Alvém, Góis;
47) Solar e capela da D. Delfina, Bordeiro, Góis;

48) Pia dos bois, Bordeiro, Góis;
49) Chafariz, Bordeiro, Góis;
50) Ponte, Bordeiro, Góis;
51) Casa da D. Delfina e pombal, Bordeiro, Góis;
52) Casa de brasileiro, EN 342, Bordeiro, Góis;
53) Casa de brasileiro, EN 342, Bordeiro, Góis;
54) Casa de brasileiro, EN 342, Bordeiro, Góis;
55) Casa da Roda, Góis;
56) Passadiço da Travessa da Rua do Forno, Góis;
57) Passadiço da Rua do Forno, Góis;
58) Passadiço do Pombal, Góis;
59) Passadiço da Travessa do Pombal, Góis;
60) Passadiço da Rua de Cima, Góis;
61) Chafariz da Luzenda de Além, Góis;
62) Capela de Santo António, Luzenda de Santo António, Góis;
63) Ermida de Nossa Senhora do Rosário do Céu, Ponte de Sótão, Góis;
64) Ponte de um arco em xisto, Ponte de Sótão, Góis;
65) Chafariz, Ponte do Sotão, Góis;
66) Capela Nova de São Gens, Ponte de Sótão, Góis;
67) Capela Antiga de São Gens, Ponte de Sótão, Góis;
68) Capela da Senhora da Glória, Barreiro, Vila Nova do Ceira;
69) Ponte do rio Sótão, Cerejal, Vila Nova do Ceira;
70) Capela de São Simão, Monteira, Vila Nova do Ceira;
71) Capela de Santo António, Sacões, Vila Nova do Ceira;
72) Solar da família Cortez (cooperativa), Várzea Grande, Vila Nova do Ceira;
73) Casa, muros e portão do engenheiro Diamantino, Várzea Grande, Vila Nova do Ceira;
74) Fonte Galega, Várzea Grande, Vila Nova do Ceira;
75) Ponte de Várzea Grande, Vila Nova do Ceira.

ANEXO N.º 3

Definições

1 — Relativas a parcelas cadastrais:

Lote — terreno constituído através de alvará de loteamento, ou o terreno legalmente constituído, confinante com a via pública, e destinado a uma só construção, com frente não superior a 30 m no caso de se destinar à habitação. Também se designa por lote urbano;
Parcela — todo o terreno legalmente constituído não incluído na definição de lote urbano. Também se designa por parcela cadastral ou por prédio rústico;
Frente do lote — dimensão do lote segundo a sua linha de separação com a via pública;
Profundidade da zona de construção — dimensão do lote segundo a perpendicular à via pública confinante.

2 — Relativas a edifícios e à área de pavimentos a construir:

Edifício — construção que integra, no mínimo, uma unidade de utilização;
Área de construção — somatório das áreas de pavimentos a construir, acima e abaixo da cota de soleira. Excluem-se caves e sótãos sem pé-direito regulamentar para fins habitacionais;
Profundidade da empena — dimensão do edifício nos alçados laterais segundo a perpendicular à via pública confinante.

3 — Relativas à implantação dos edifícios:

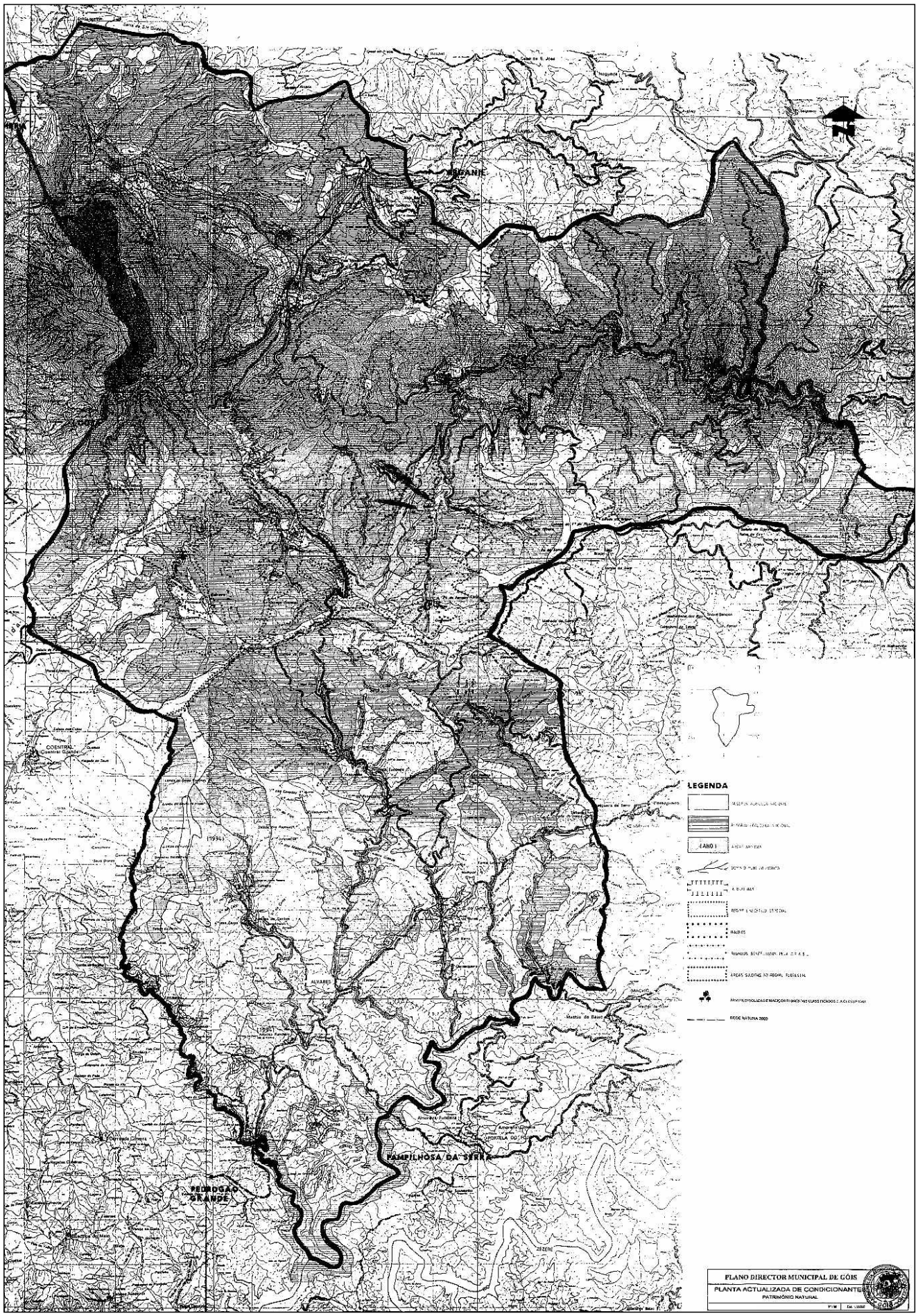
Alinhamentos — linhas e planos que delimitam a projecção zenital do edifício no solo. Os alinhamentos determinam a implantação das edificações;
Afastamento lateral — distância da linha de projecção no solo do plano dos alçados laterais ao respectivo limite do lote;
Recuo — distância da linha de projecção no solo do plano da fachada à linha de separação entre a via pública e o lote;
Índice de implantação — quociente entre a área medida em projecção zenital do edifício no solo e a área do lote ou parcela;
Superfície bruta — superfície total do terreno sujeito a uma intervenção ou a uma unidade operativa de gestão específica;
Densidade habitacional — quociente entre o número de fogos e a superfície bruta de solo, expressa em fogos/ha.

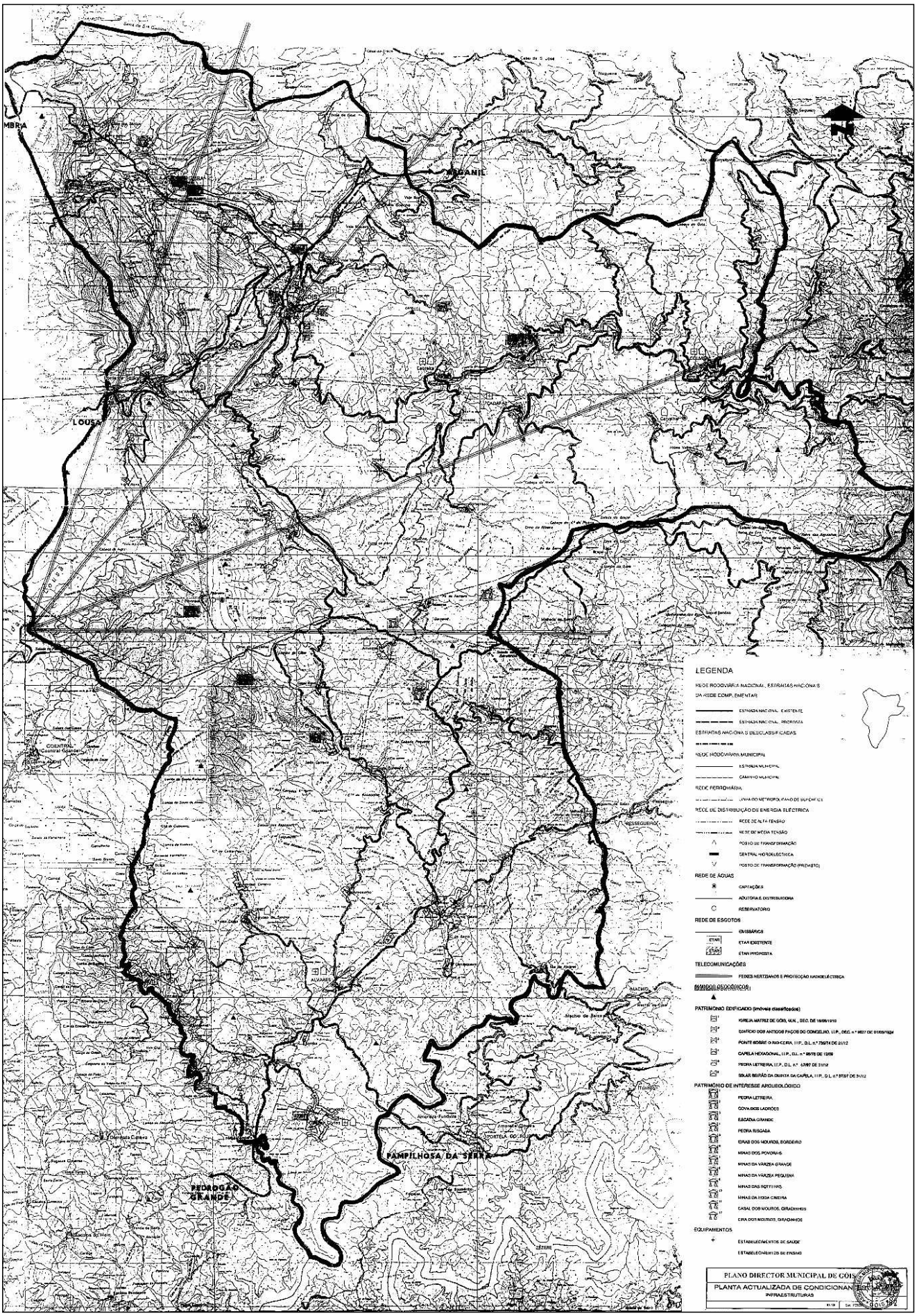
4 — Relativas à altura dos edifícios:

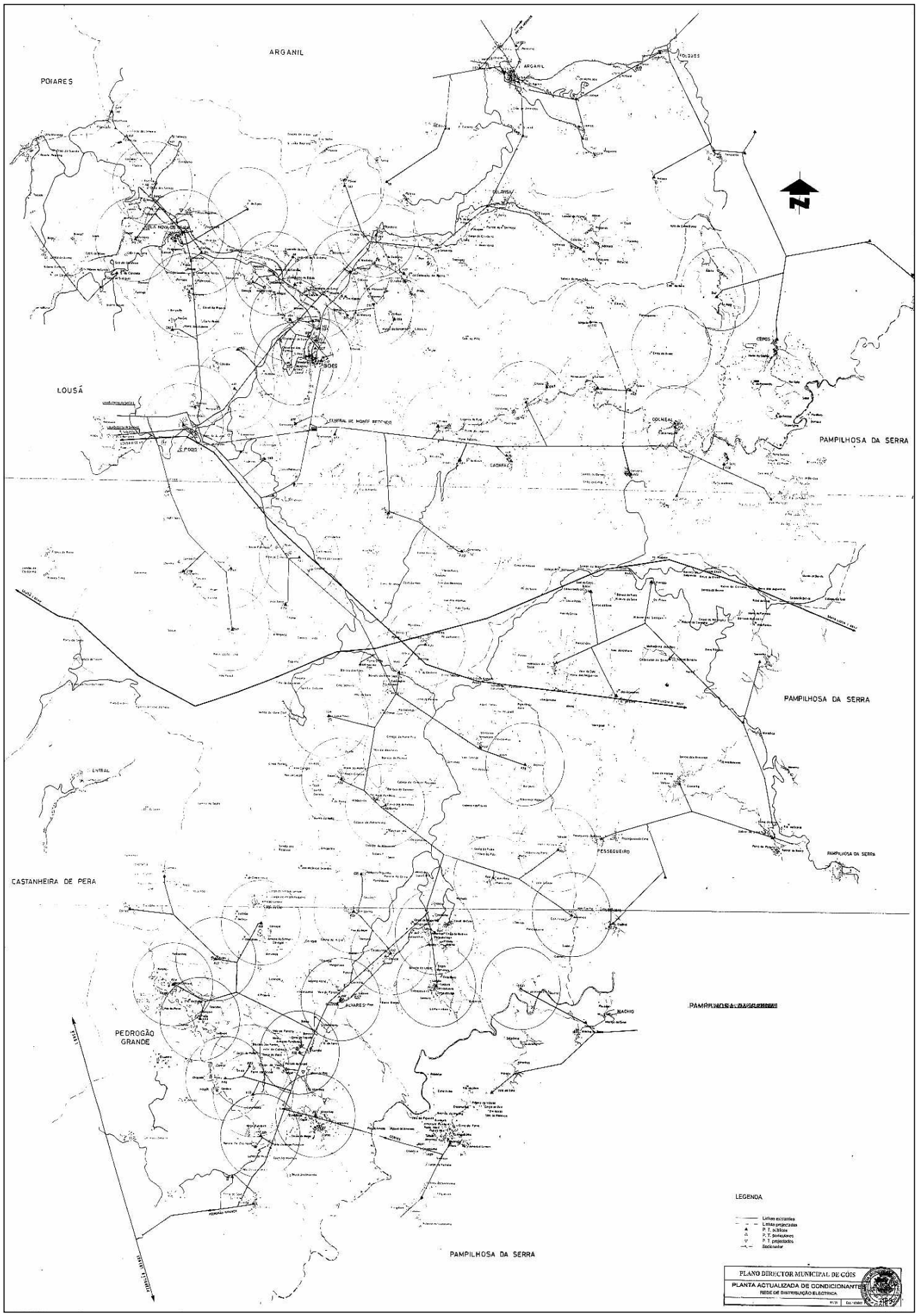
Altura de um edifício — altura da fachada principal medida desde a cota de soleira até ao beirado ou até ao capeamento das guardas do terraço quando for este o remate superior do edifício; também se pode medir pelo seu número de pisos;
Número de pisos de um edifício — número de pisos do alçado do edifício virado para a via pública (alçado principal ou fachada);
Moda — número de pisos mais frequente no troço de rua ou no quarteirão;
Troço de rua — parcela de rua compreendida entre dois cruzamentos ou entroncamentos.

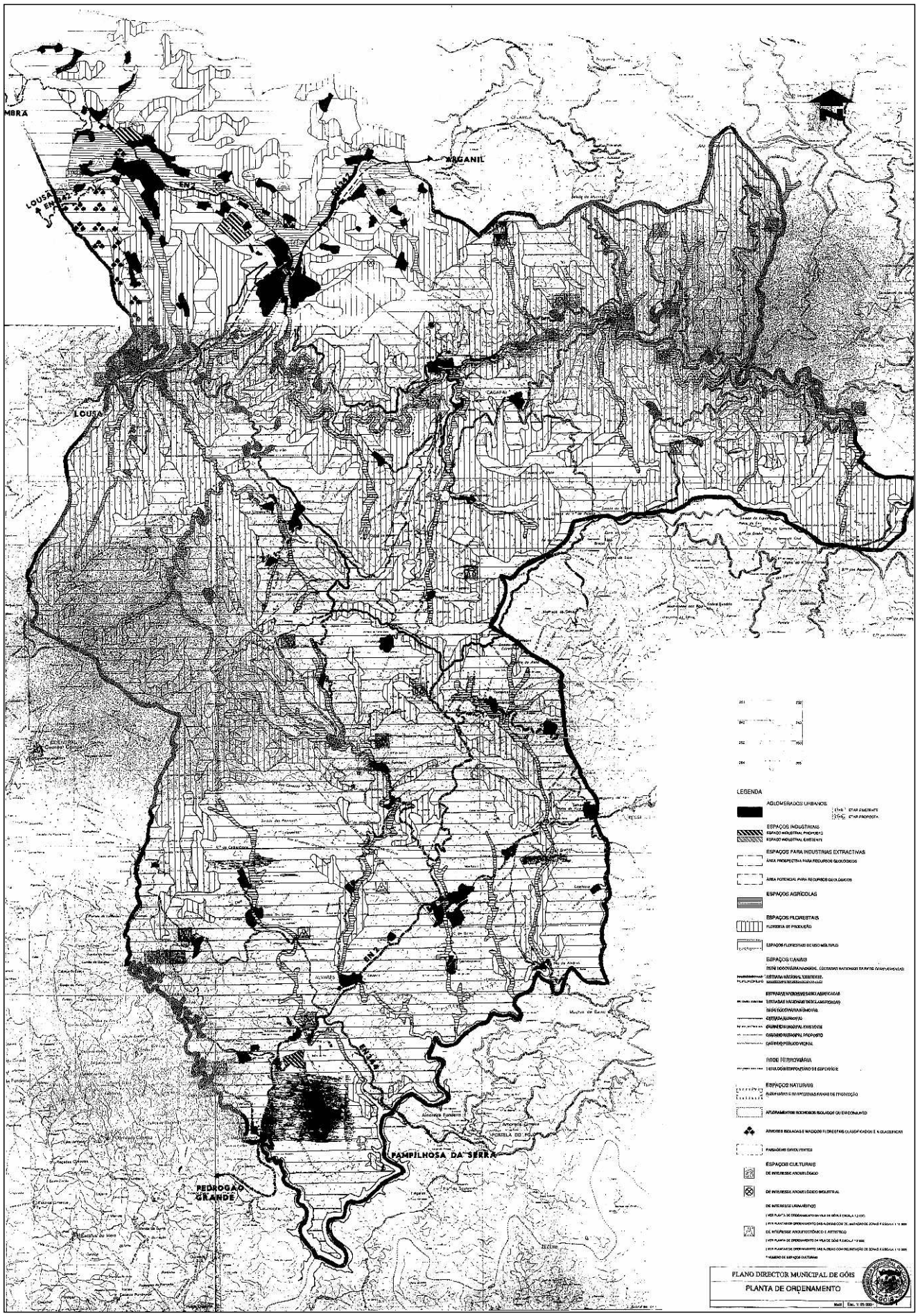
5 — Relativas à rede viária:

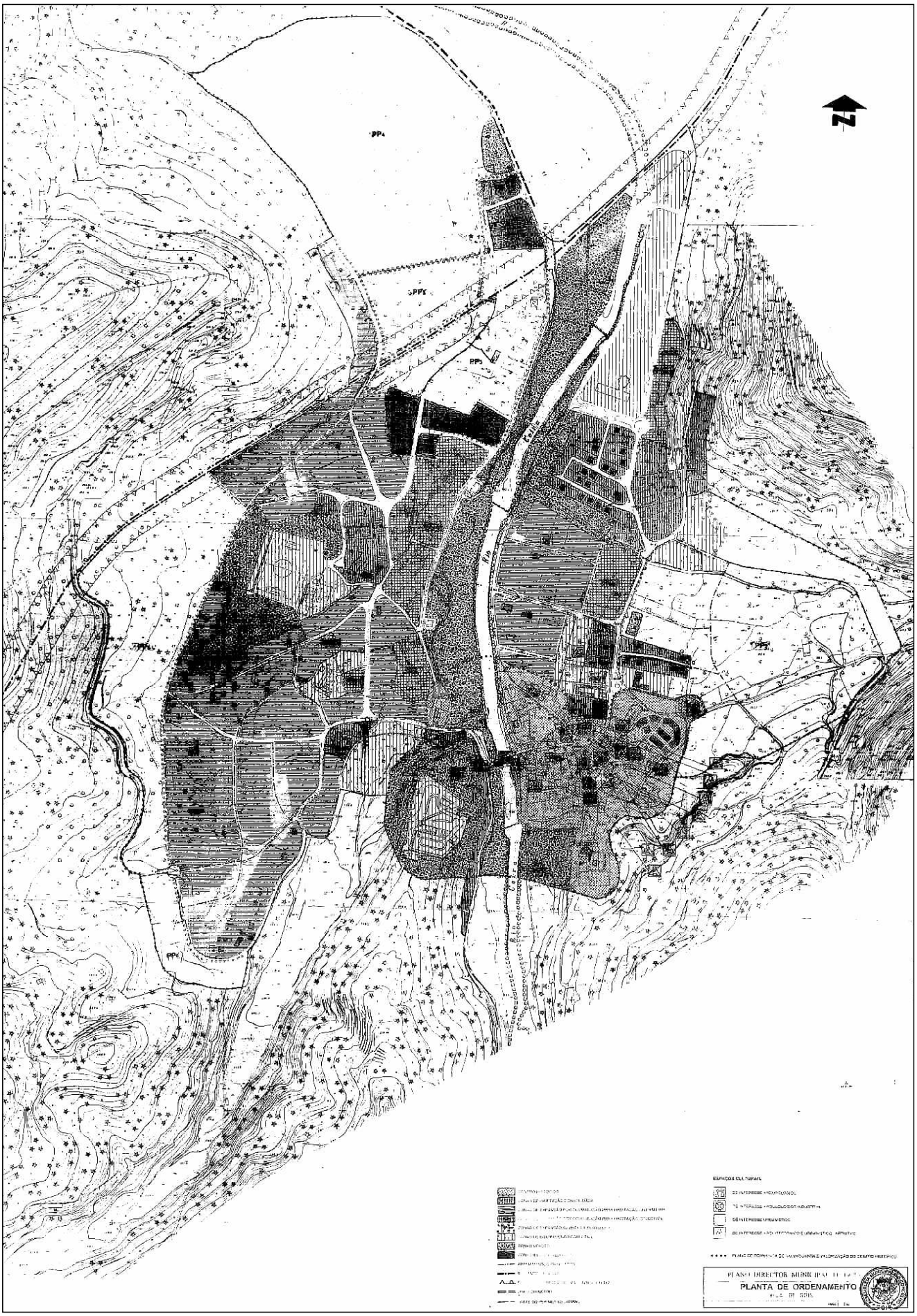
Zona da via — abrange a faixa de rodagem, as bermas e, quando existem, as valetas, os passeios, banquetas ou taludes, as pontes e viadutos incorporados na via e os terrenos adquiridos para alargamento da faixa de rodagem, tais como parques de estacionamento e miradouros.

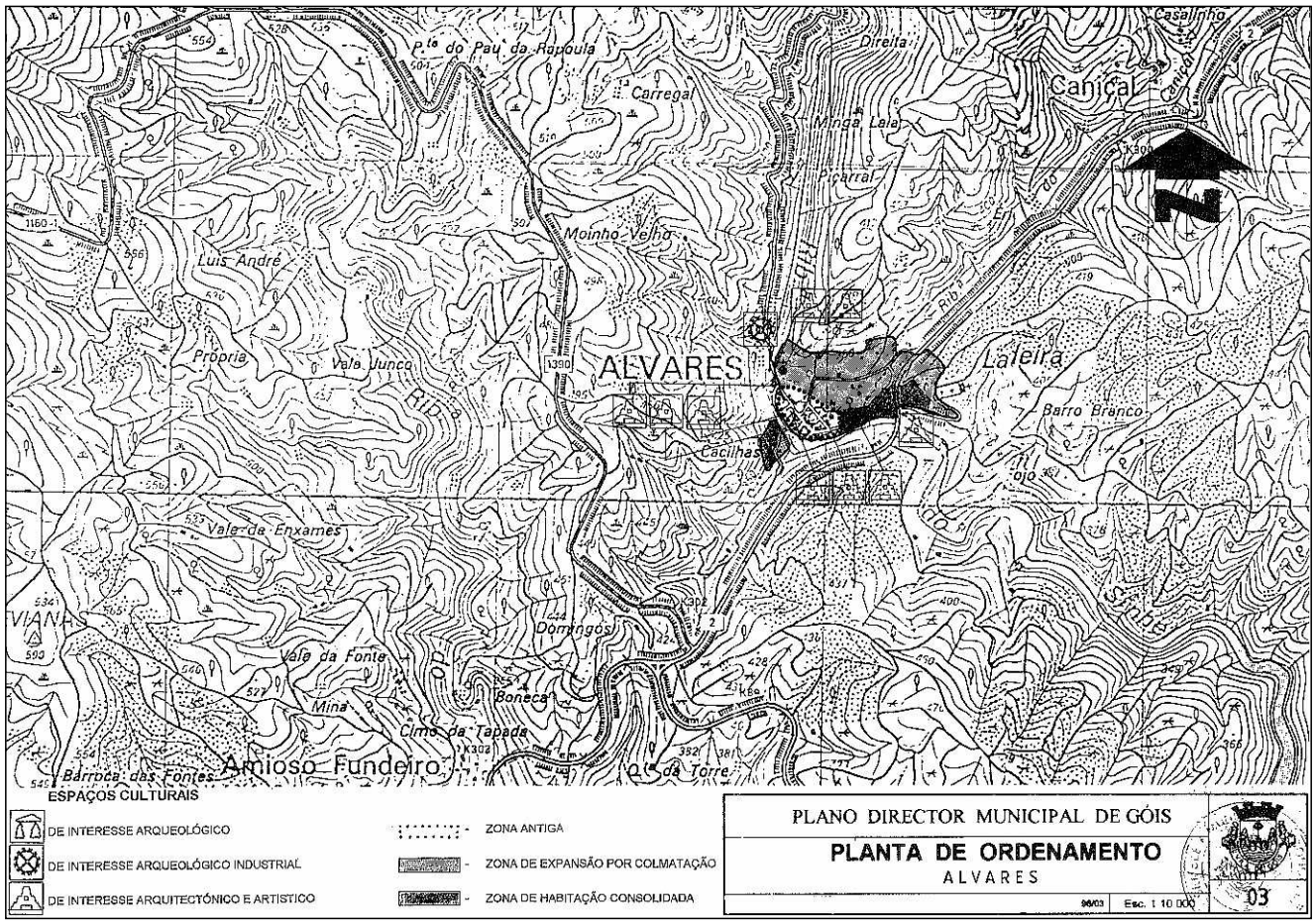

LEGENDA
PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE GÓIS
PLANTA ACTUALIZADA DE CONDICIONANTES
PATRIMÓNIO NATURAL

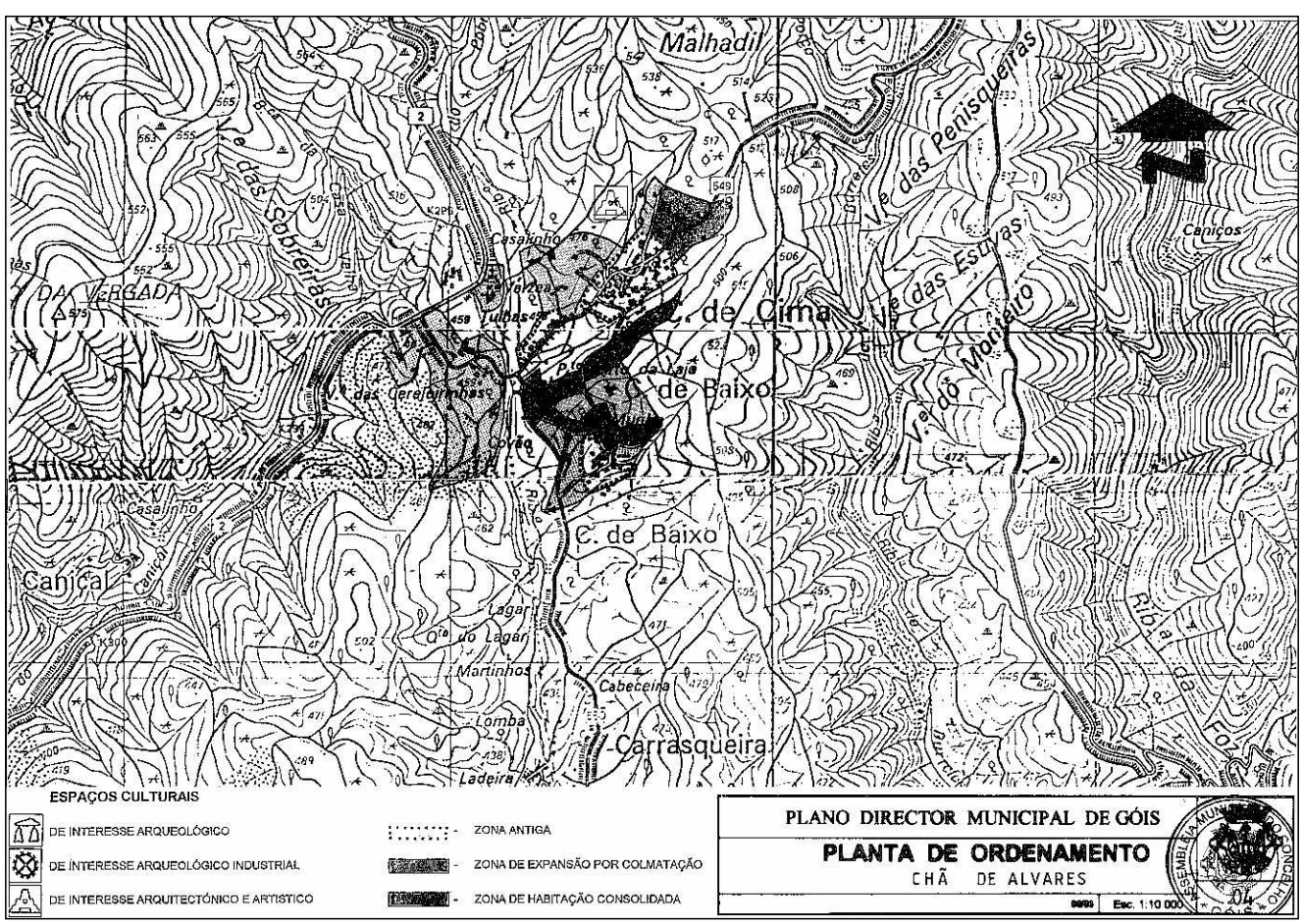

LEGENDA
REDE RODOVIÁRIA NACIONAL, ESTRADAS NACIONAIS DA REDE COMPLEMENTAR
ESTRADA NACIONAL EXISTENTE
ESTRADA NACIONAL PROPOSTA
ESTRADAS NACIONAIS DESCLASSIFICADAS
REDE RODOVIÁRIA MUNICIPAL
ESTRADA MUNICIPAL
CAMINHO MUNICIPAL
REDE FERROVIÁRIA
LINHA DO METROPOLITANO DE SUPERFÍCIE
REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉCTRICA
REDE DE ALTA TENSÃO
REDE DE MÉDIA TENSÃO
POSTO DE TRANSFORMAÇÃO
CENTRAL HIDROELÉCTRICA
POSTO DE TRANSFORMAÇÃO (PREVISTO)
REDE DE ÁGUAS
CAPTAÇÕES
ADUTORAS E DISTRIBUIDORA
RESERVATÓRIO
REDE DE ESGOTOS
EMISSÁRIOS
ETAR EXISTENTE
ETAR PROPOSTA
TELECOMUNICAÇÕES
FEIXES HERTZIANOS E PROTECÇÃO RADIOELÉCTRICA
MARCOS GEODÉSICOS
PATRIMÓNIO EDIFICADO (imóveis classificados)
IGREJA MATRIZ DE GÓIS, M.N., DEC. DE 16/06/1910
EDIFÍCIO DOS ANTIGOS PAÇOS DO CONCELHO, I.I.P., DEC. n.º 46237 DE 01/03/1924
PONTE ROMANA O RIO CERA, I.I.P., D.L. n.º 735/74 DE 21/12
CAPELA HEXAGONAL, I.I.P., D.L. n.º 95/78 DE 12/09
PEDRA LETREIRA, I.I.P., D.L. n.º 67/97 DE 31/12
SOLAR BISPÃO DA QUINTA DA CAPELA, I.I.P., D.L. n.º 67/97 DE 31/12
PATRIMÓNIO DE INTERESSE ARQUEOLÓGICO
PEDRA LETREIRA
COVA DOS LADRÕES
ESCADA GRANDE
PEDRA RISCADA
CRAS DOS MOUROS, BORDEIRO
MINAS DOS POVORAIS
MINAS DA VÁRZEA GRANDE
MINAS DA VÁRZEA PEQUENA
MINAS DAS ROTEIRAS
MINAS DA RIOSA CINEIRA
CASAL DOS MOUROS, GRADINHOS
CRA DOS MOUROS, GRADINHOS
EQUIPAMENTOS
ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE
ESTABELECIMENTOS DE ENSINO
PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE GÓIS
PLANTA ACTUALIZADA DE CONDICIONANTES
INFRAESTRUTURAS
PAMPILHOSA DA SERRA
PEDROGÃO GRANDE
LOUSÃ
ALVARO
ZÊZERE

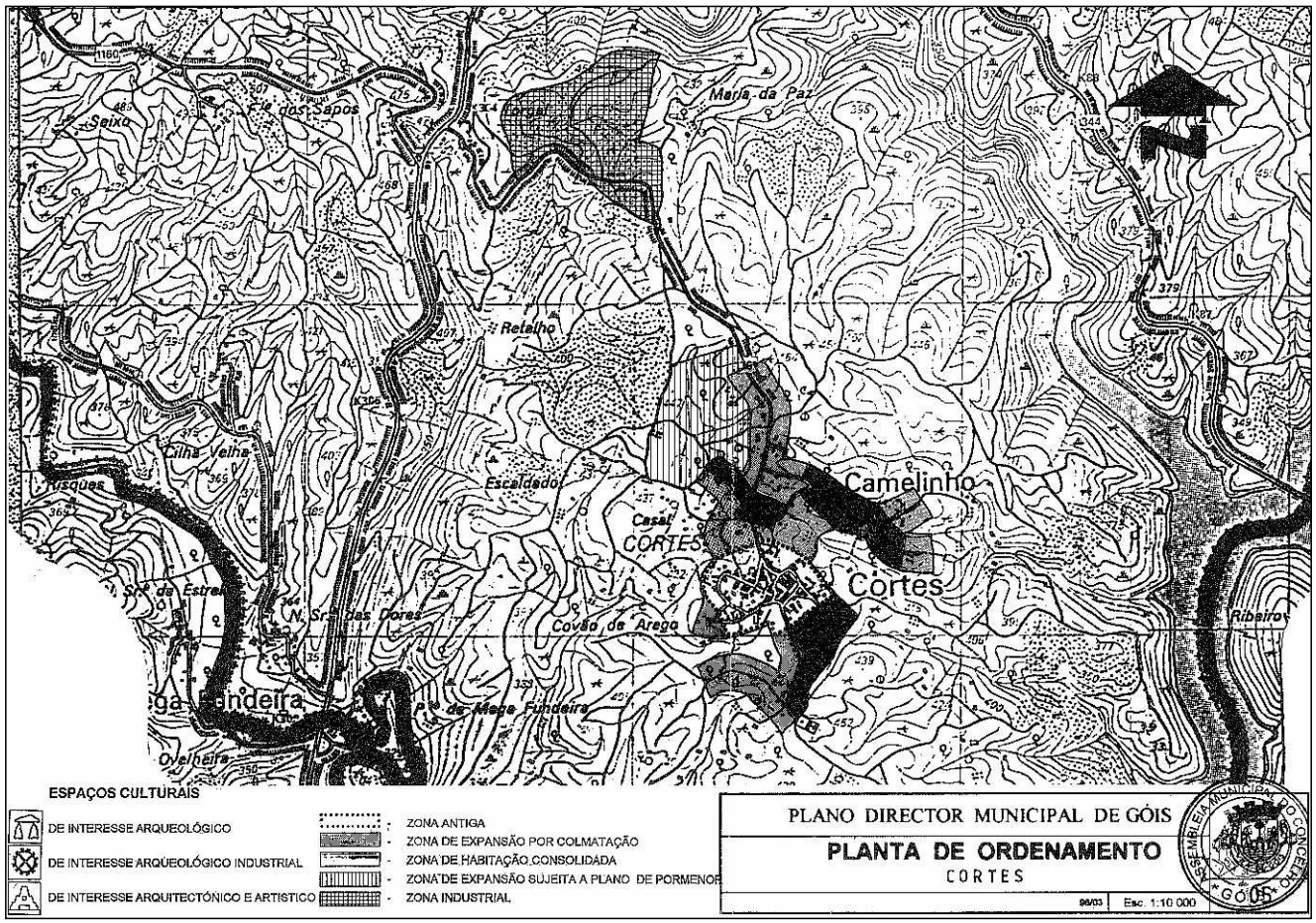

ARGANIL
POIARES
LOUSÃ
GÓIS
PAMPILHOSA DA SERRA
CASTANHEIRA DE PERA
PEDROGÃO GRANDE
PESSEGUEIRO
LEGENDA
PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE GÓIS
PLANTA ACTUALIZADA DE CONDICIONANTES
REDE DE DISTRIBUIÇÃO ELECTRICA

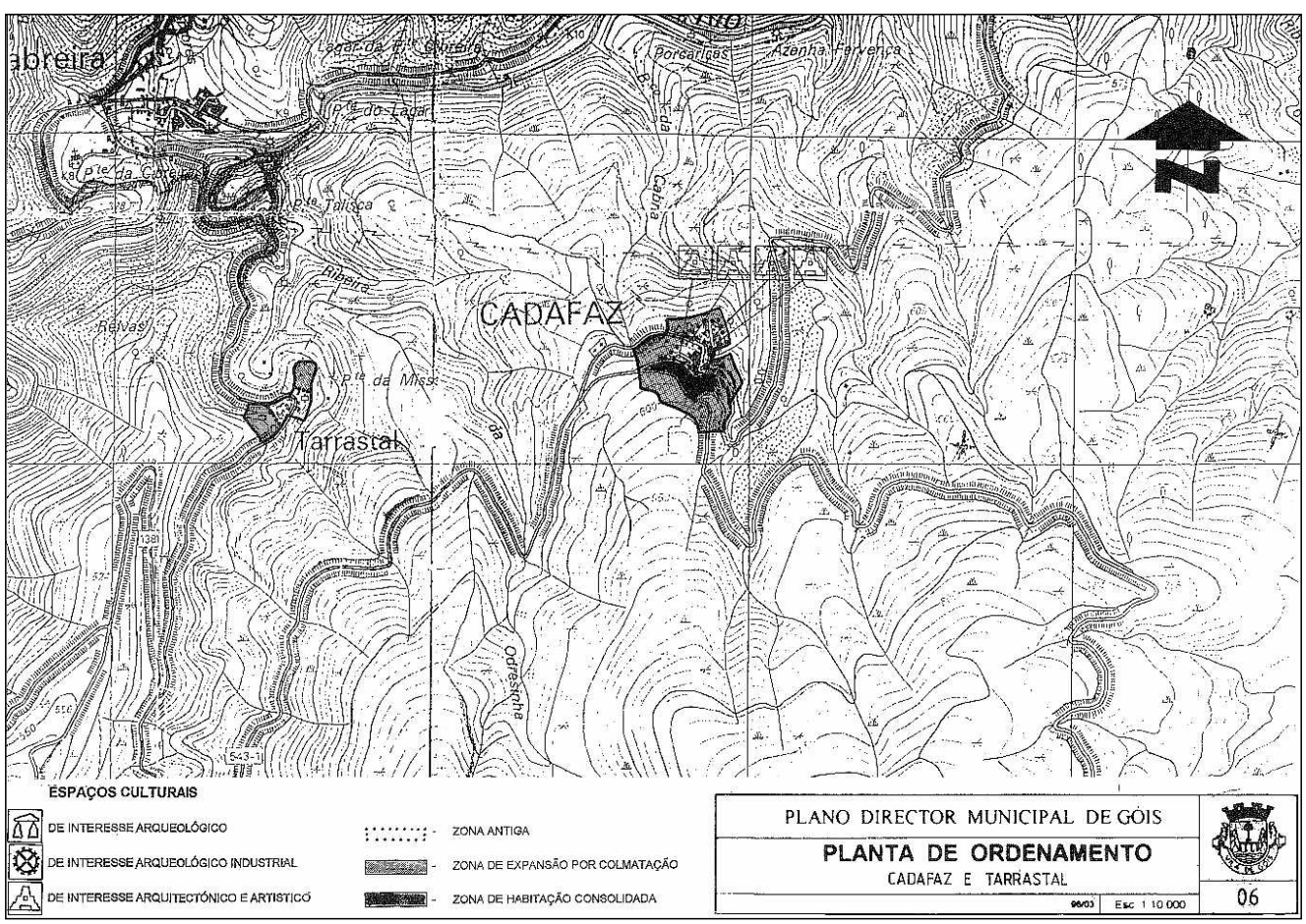

MBRA
LOUSÃ
ENTRE
EN2
ZEGANIL
LOUSÃ
EN2
ALVARES
PAMPILHOSA DA SERRA
PENTOGÃO GRANDE
LEGENDA
AGLOMERADOS URBANOS
ESPAÇOS INDUSTRIAIS
ESPAÇO INDUSTRIAL PROPOSTO
ESPAÇO INDUSTRIAL EXISTENTE
ESPAÇOS PARA INDUSTRIAS EXTRACTIVAS
ÁREA PROSPECTIVA PARA RECURSOS GEOLÓGICOS
ÁREA POTENCIAL PARA RECURSOS GEOLÓGICOS
ESPAÇOS AGRÍCOLAS
ESPAÇOS FLORESTAIS
FLORESTA DE PRODUÇÃO
ESPAÇOS FLORESTAIS DE USO MÚLTIPLO
ESPAÇOS CANAIS
REDE RODOVIÁRIA NACIONAL
REDE RODOVIÁRIA MUNICIPAL
REDE FERROVIÁRIA
ESPAÇOS NATURAIS
ESPAÇOS CULTURAIS
DE INTERESSE ARQUEOLÓGICO
DE INTERESSE ARQUEOLÓGICO-INDUSTRIAL
DE INTERESSE URBANÍSTICO
DE INTERESSE ARQUITECTÓNICO E ARTÍSTICO
PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE GÓIS
PLANTA DE ORDENAMENTO

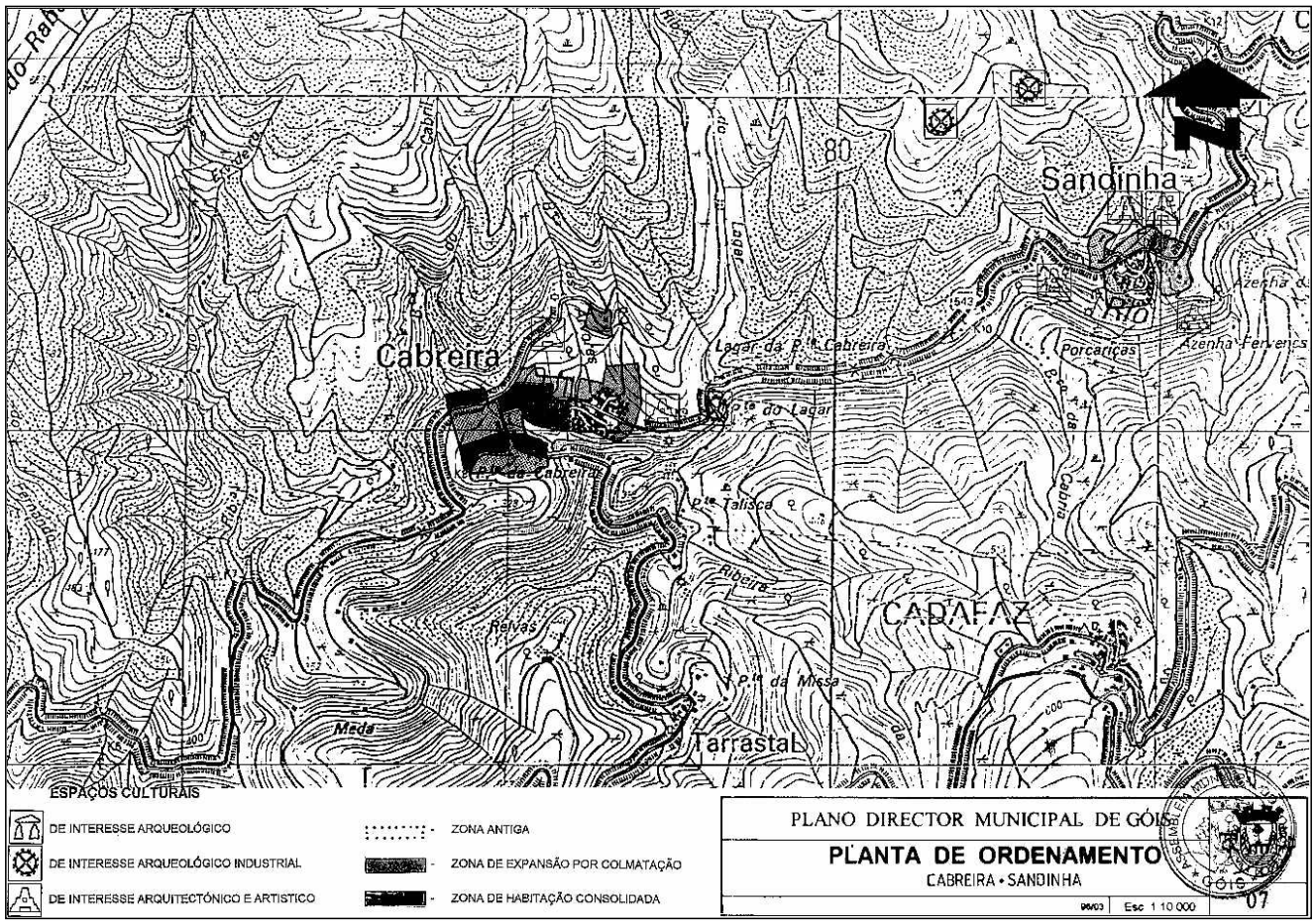

PP4
PP5
PP3
PP6
ESPAÇOS CULTURAIS
PLANO DIRECTOR MUNICIPAL
PLANTA DE ORDENAMENTO

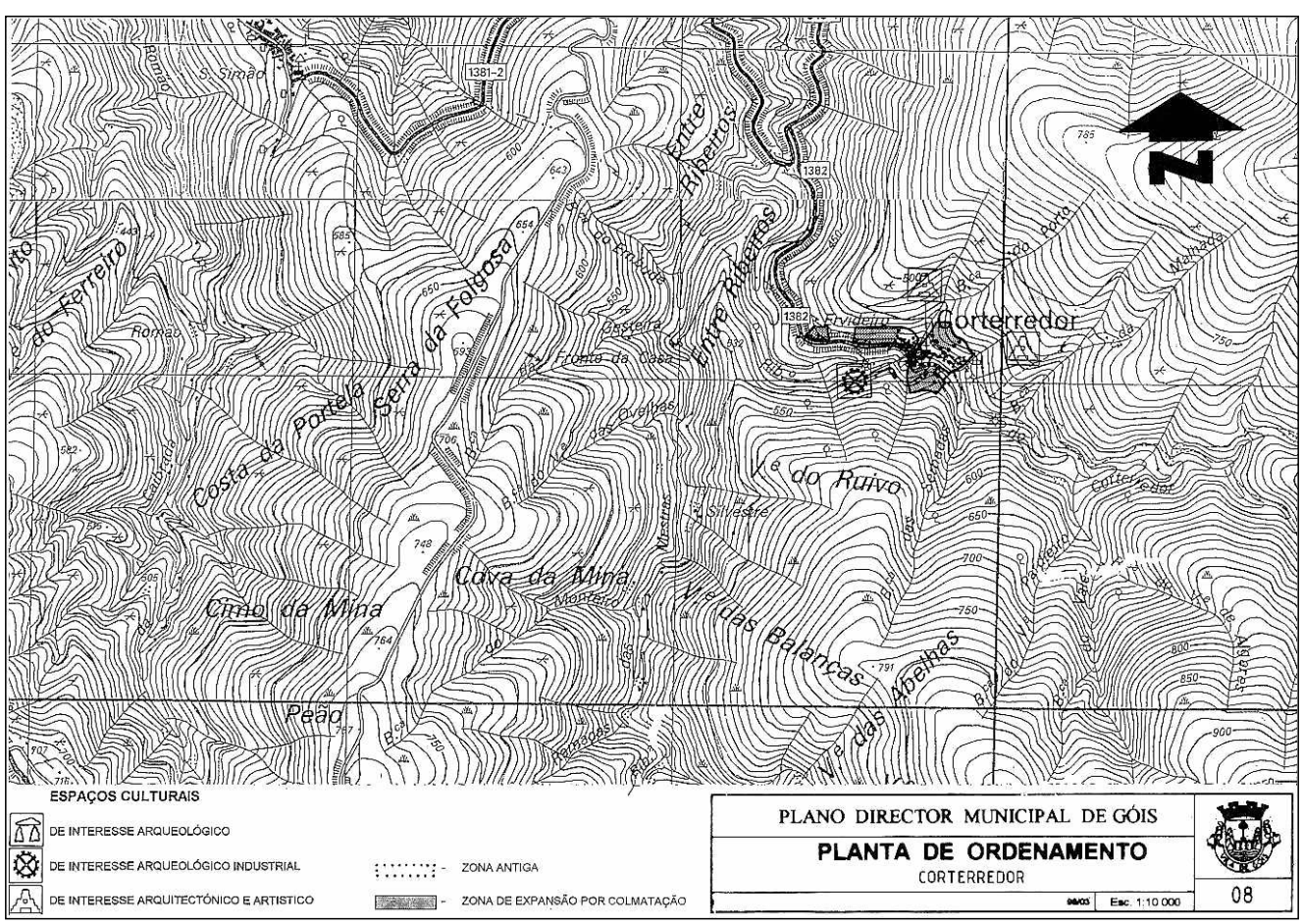

ALVARES
Amioso Fundeiro
Canjal
Laleira
Barro Branco
Moinho Velho
Luis André
Própria
Vale Junco
Vale de Enxames
Vale da Fonte
Domingos
Boneca
Mina
Cimo da Tapada
Barroca das Fontes
Cacilhas
Q.ta da Torre
Carrego
Minga Lale
Picarral
Direita
Casalinho
P.te do Pau da Raposa
ESPAÇOS CULTURAIS
DE INTERESSE ARQUEOLÓGICO
DE INTERESSE ARQUEOLÓGICO INDUSTRIAL
DE INTERESSE ARQUITECTÓNICO E ARTISTICO
ZONA ANTIGA
ZONA DE EXPANSÃO POR COLMATAÇÃO
ZONA DE HABITAÇÃO CONSOLIDADA
PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE GÓIS
PLANTA DE ORDENAMENTO
ALVARES
Esc. 1:10 000
03

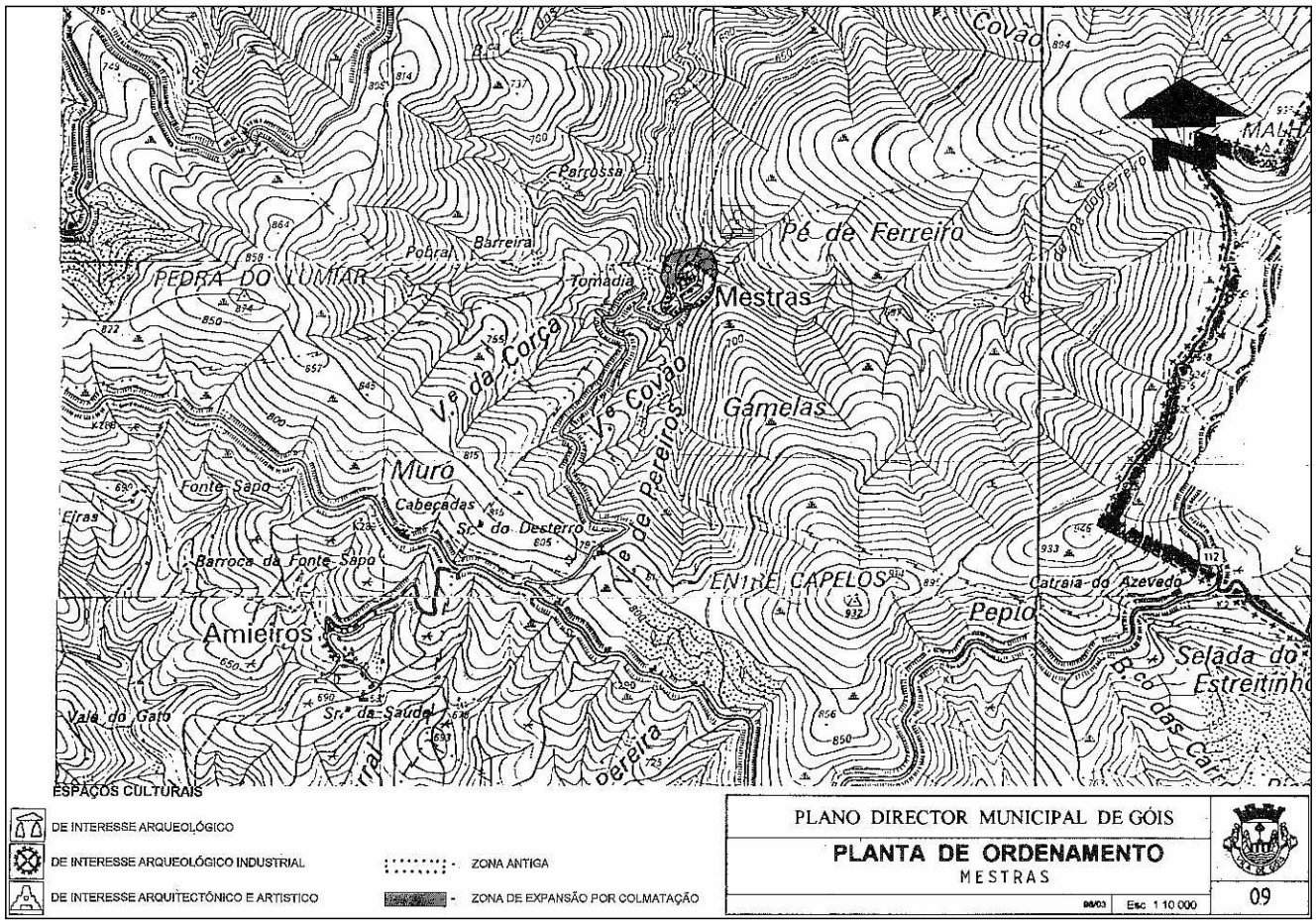

Malhadil
C. de Cima
C. de Baixo
C. de Baixo
Canjal
Casalinho
Carrasqueira
Martinhos
Cabeceira
Lomba
Ladeira
Lagar
Q.ta do Lagar
Caniços
V.ª das Penisqueiras
V.ª das Esturas
V.ª do Monteiro
V.ª das Cerejeiras
V.ª das Sobreiras
DA VERGADA
Casalinho
Tulipas
Ribeira da Foz
ESPAÇOS CULTURAIS
DE INTERESSE ARQUEOLÓGICO
DE INTERESSE ARQUEOLÓGICO INDUSTRIAL
DE INTERESSE ARQUITECTÓNICO E ARTISTICO
ZONA ANTIGA
ZONA DE EXPANSÃO POR COLMATAÇÃO
ZONA DE HABITAÇÃO CONSOLIDADA
PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE GÓIS
PLANTA DE ORDENAMENTO
CHÃ DE ALVARES
Esc. 1:10 000
04

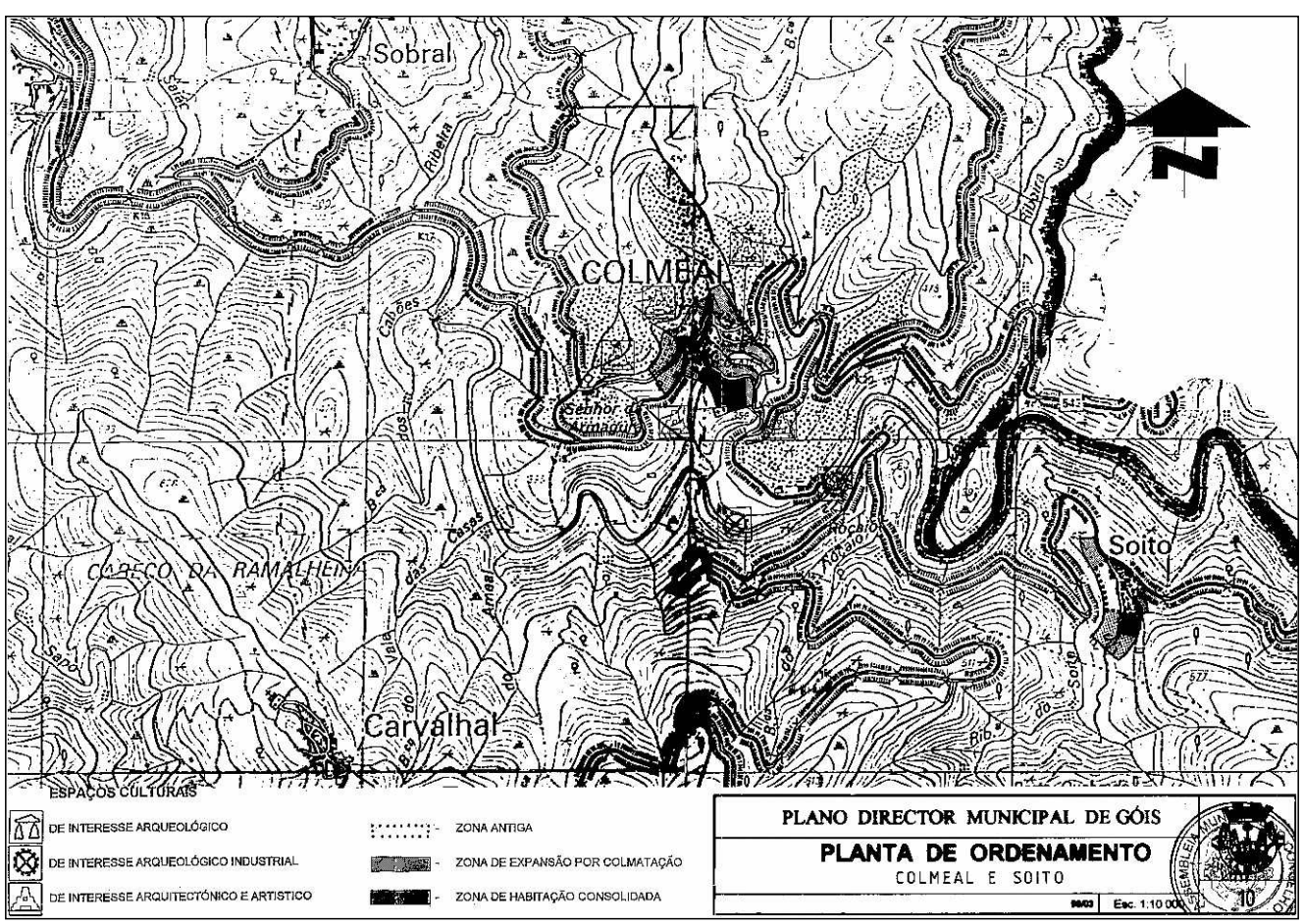

Seixo
P.te dos Sapos
Maria da Paz
Reteiro
Cilha Velha
Risques
Escaldado
Camelinho
Casal
CORTES
Cortes
Covão de Arego
Ribeira
Ovelheira
ESPAÇOS CULTURAIS
DE INTERESSE ARQUEOLÓGICO
DE INTERESSE ARQUEOLÓGICO INDUSTRIAL
DE INTERESSE ARQUITECTÓNICO E ARTISTICO
ZONA ANTIGA
ZONA DE EXPANSÃO POR COLMATAÇÃO
ZONA DE HABITAÇÃO CONSOLIDADA
ZONA DE EXPANSÃO SUJEITA A PLANO DE PORMENOR
ZONA INDUSTRIAL
PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE GÓIS
PLANTA DE ORDENAMENTO
CORTES
06/03
Esc. 1:10 000
05

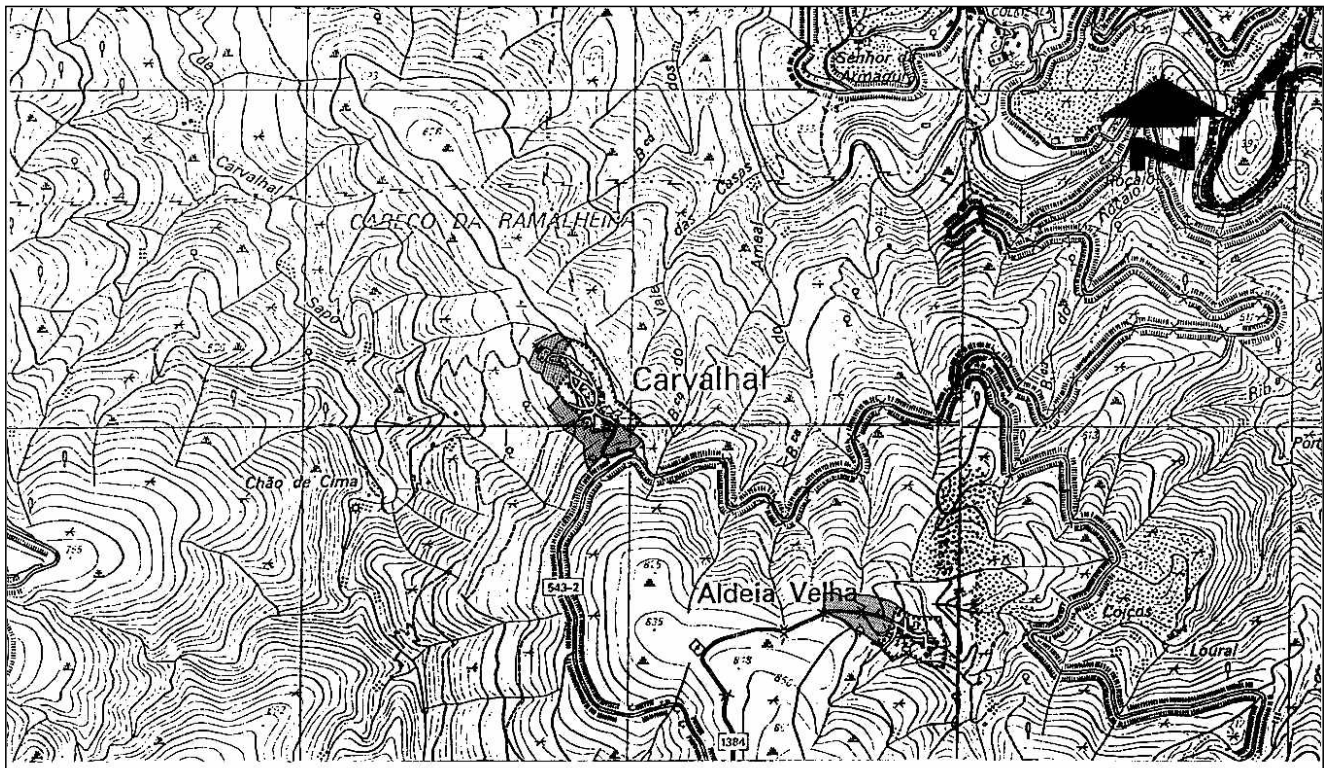

Lugar da P.te Ribeira
Porcalhas
Azenha Ferreira
P.te do Lagar
P.te da Talisca
Ribeira
Reinas
CADAFAZ
P.te da Mesa
Tarrastal
Odresinha
ESPAÇOS CULTURAIS
DE INTERESSE ARQUEOLÓGICO
DE INTERESSE ARQUEOLÓGICO INDUSTRIAL
DE INTERESSE ARQUITECTÓNICO E ARTISTICO
ZONA ANTIGA
ZONA DE EXPANSÃO POR COLMATAÇÃO
ZONA DE HABITAÇÃO CONSOLIDADA
PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE GÓIS
PLANTA DE ORDENAMENTO
CADAFAZ E TARRASTAL
06/03
Esc. 1:10 000
06


Sandinha
Cabreira
Lagar da P.ª Cabreira
Porcarias
Azenha Ferreiros
Rio
Cadafaz
Tarrastal
Meda
Relvas
Ribeira
ESPAÇOS CULTURAIS
DE INTERESSE ARQUEOLÓGICO
DE INTERESSE ARQUEOLÓGICO INDUSTRIAL
DE INTERESSE ARQUITECTÓNICO E ARTISTICO
ZONA ANTIGA
ZONA DE EXPANSÃO POR COLMATAÇÃO
ZONA DE HABITAÇÃO CONSOLIDADA
PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE GÓIS
PLANTA DE ORDENAMENTO
CABREIRA • SANDINHA
Esc 1:10 000
07


Corterredor
Fividera
Costa da Portela
Serra da Folgosa
Entre Ribeiros
Cova da Mina
Cimo da Mina
Vale das Balanças
Vale das Abelhas
Vale do Ruivo
Peão
ESPAÇOS CULTURAIS
DE INTERESSE ARQUEOLÓGICO
DE INTERESSE ARQUEOLÓGICO INDUSTRIAL
DE INTERESSE ARQUITECTÓNICO E ARTISTICO
ZONA ANTIGA
ZONA DE EXPANSÃO POR COLMATAÇÃO
PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE GÓIS
PLANTA DE ORDENAMENTO
CORTERREDOR
Esc. 1:10 000
08


Covão
Parrossa
Pé de Ferreiro
PEDRA DO LUMIAR
Pobral
Barreira
Tomadia
Mestras
V.ª da Corça
V.ª Covão
Gamelas
Muro
Cabeçadas
Fonte Sapo
Eiras
Sr.ª do Desterro
Barroca da Fonte Sapo
ENTRE CAPELOS
Catreia do Azevedo
Pepio
Amieiros
Selada do Estreitinho
Vale do Gato
Sr.ª da Saúde
ESPAÇOS CULTURAIS
DE INTERESSE ARQUEOLÓGICO
DE INTERESSE ARQUEOLÓGICO INDUSTRIAL
DE INTERESSE ARQUITECTÓNICO E ARTISTICO
ZONA ANTIGA
ZONA DE EXPANSÃO POR COLMATAÇÃO
PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE GÓIS
PLANTA DE ORDENAMENTO
MESTRAS
Esc. 1:10 000
09


Sobral
Ribeira
COLMEAL
Senhor da Armada
Soito
CABEÇO DA RAMALHEIRA
Carvalhal
ESPAÇOS CULTURAIS
DE INTERESSE ARQUEOLÓGICO
DE INTERESSE ARQUEOLÓGICO INDUSTRIAL
DE INTERESSE ARQUITECTÓNICO E ARTISTICO
ZONA ANTIGA
ZONA DE EXPANSÃO POR COLMATAÇÃO
ZONA DE HABITAÇÃO CONSOLIDADA
PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE GÓIS
PLANTA DE ORDENAMENTO
COLMEAL E SOITO
Esc. 1:10 000
10



ESPAÇOS CULTURAIS

DE INTERESSE ARQUEOLÓGICO

DE INTERESSE ARQUEOLÓGICO INDUSTRIAL

DE INTERESSE ARQUITECTÓNICO E ARTISTICO

ZONA ANTIGA

ZONA DE EXPANSÃO POR COLMATAÇÃO

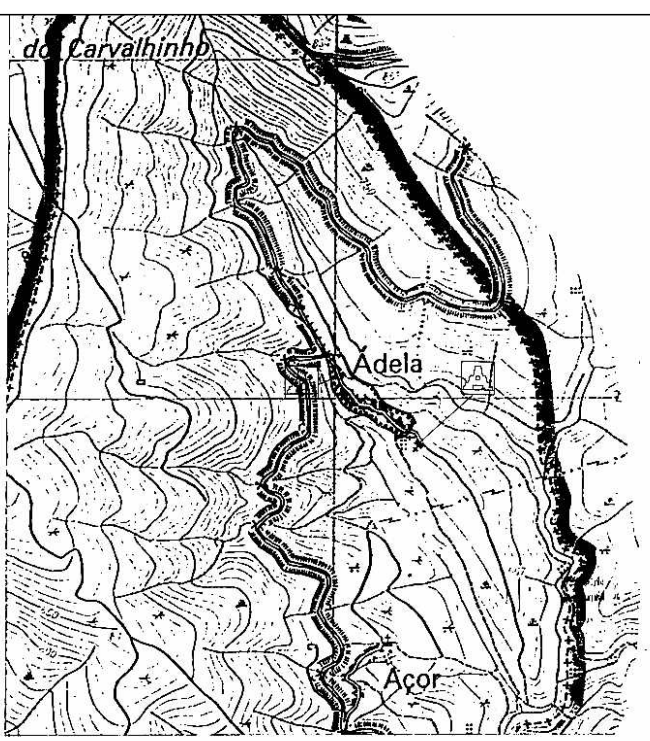
PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE GÓIS

PLANTA DE ORDENAMENTO

CARVALHAL E ALDEIA VELHA

09/03 Esc. 1:10 000

11



ESPAÇOS CULTURAIS

DE INTERESSE ARQUEOLÓGICO

DE INTERESSE ARQUEOLÓGICO INDUSTRIAL

DE INTERESSE ARQUITECTÓNICO E ARTISTICO

ZONA ANTIGA

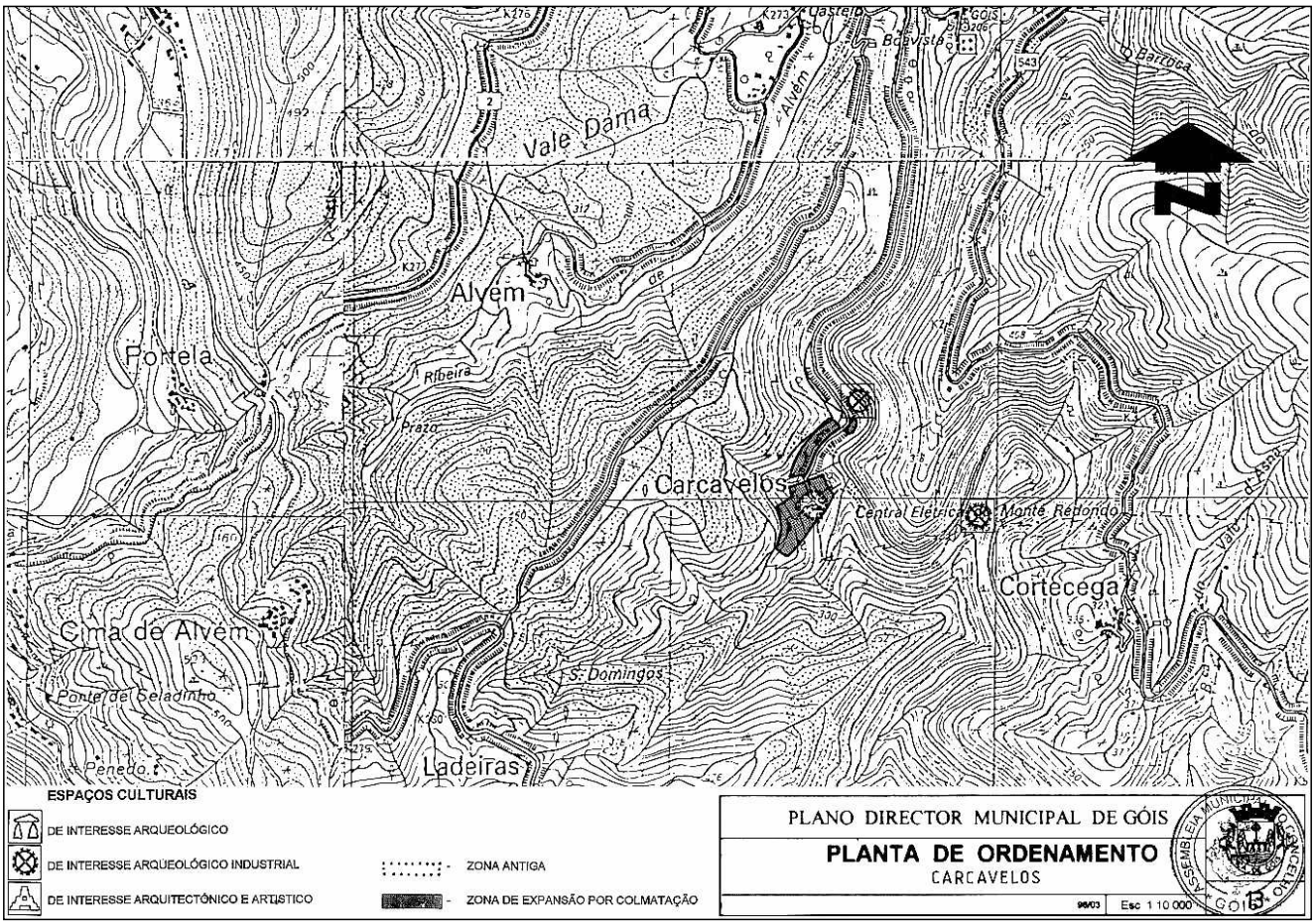
PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE GÓIS

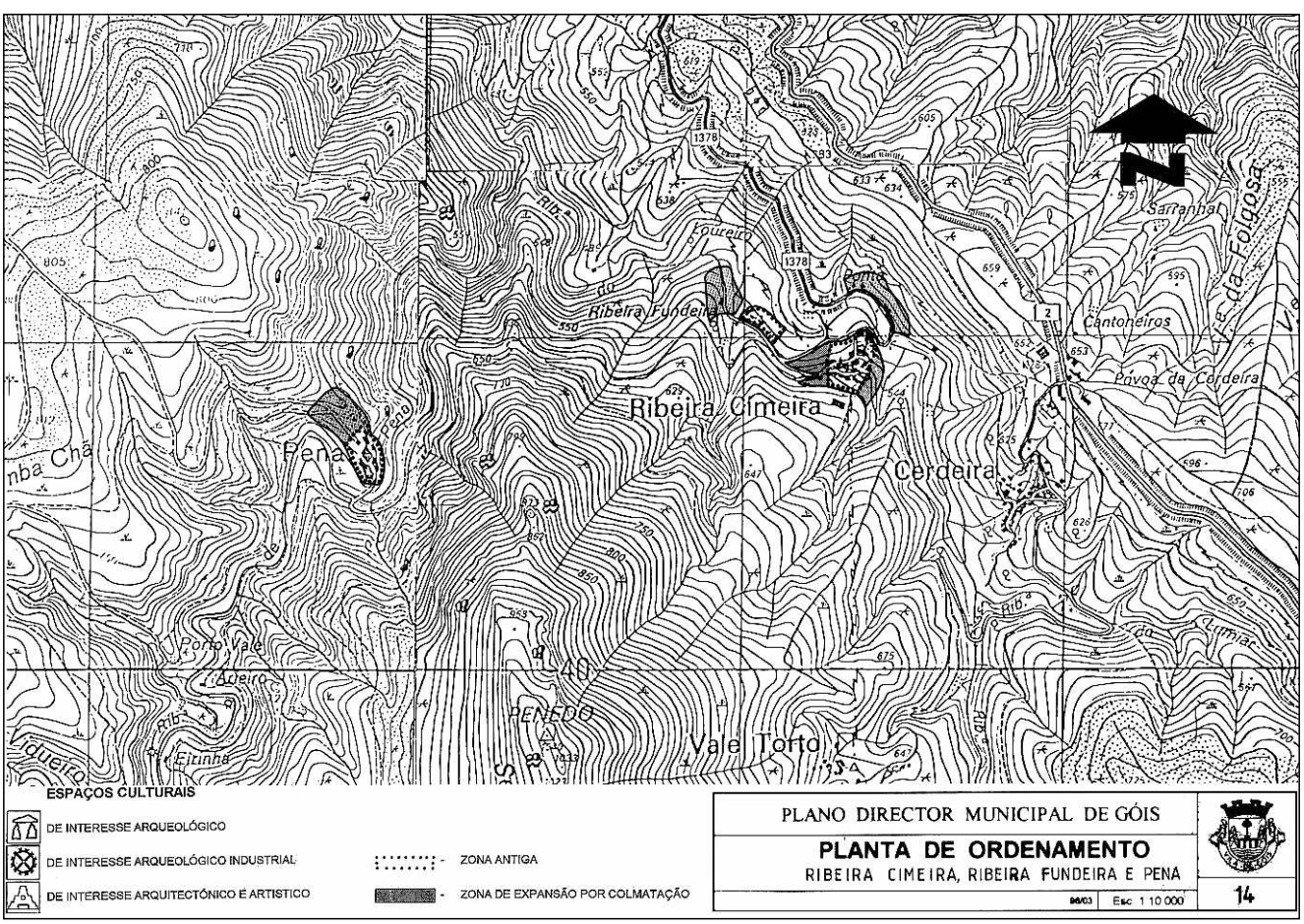
PLANTA DE ORDENAMENTO

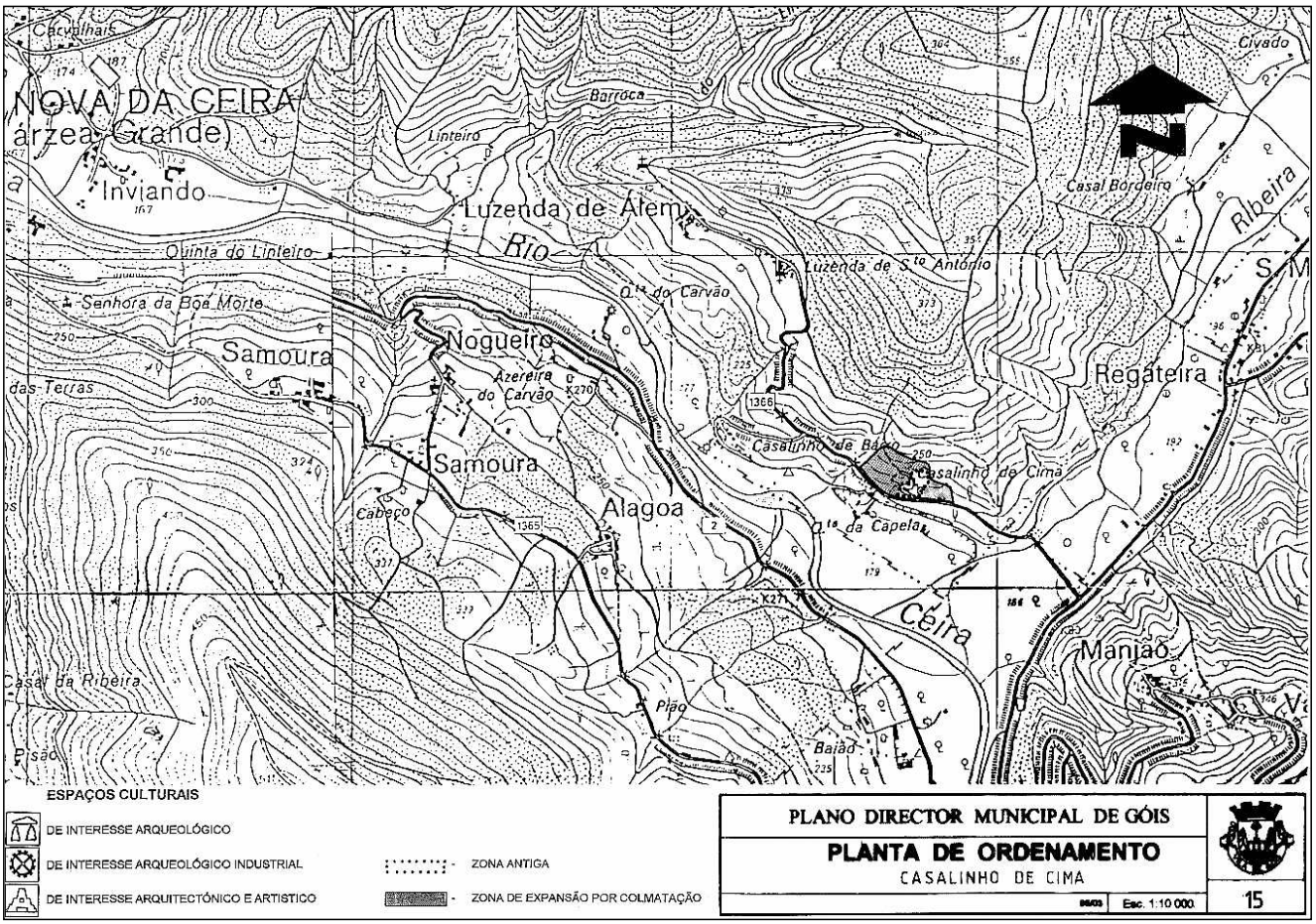
ÁDELA

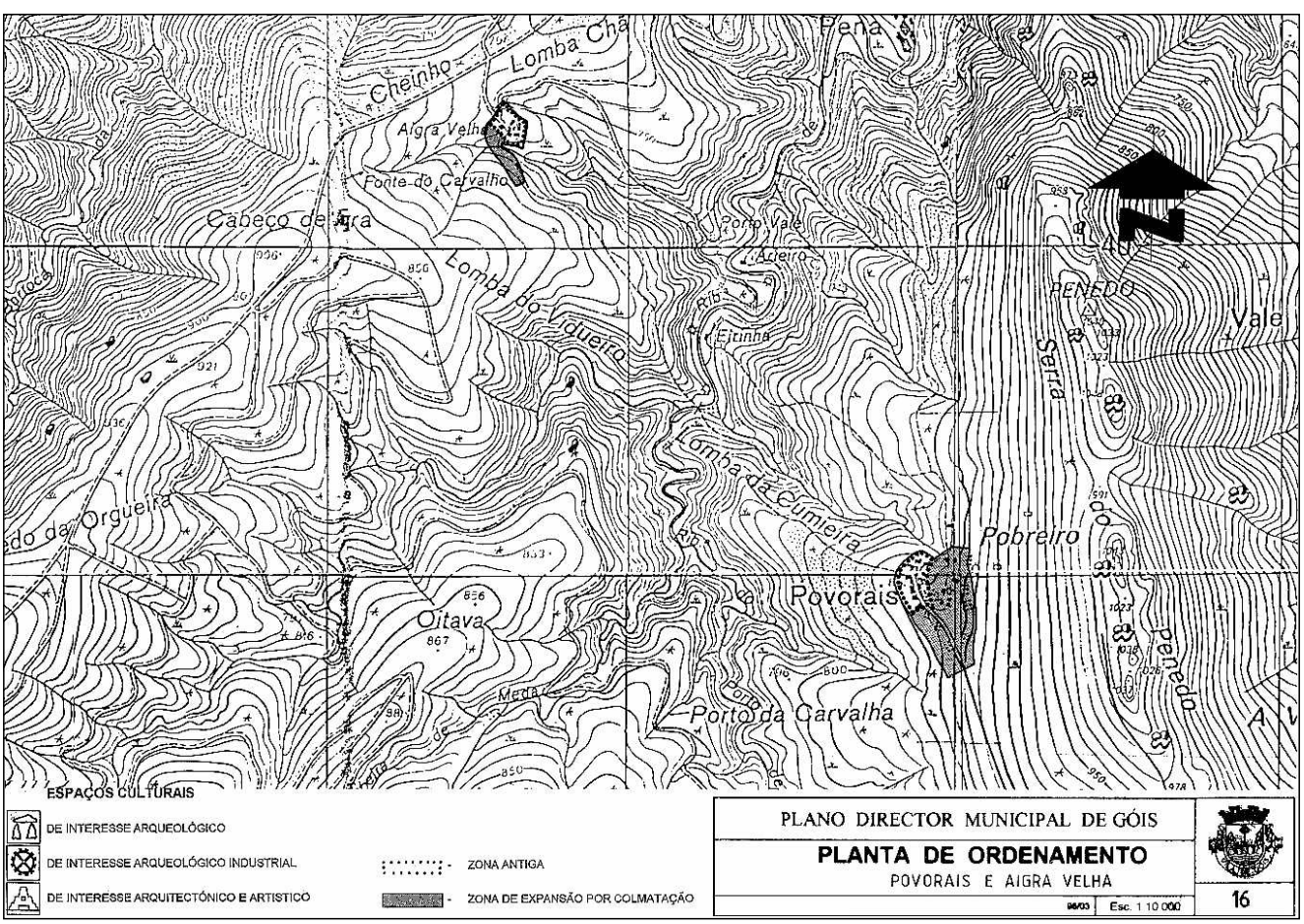
09/03 Esc. 1:10 000

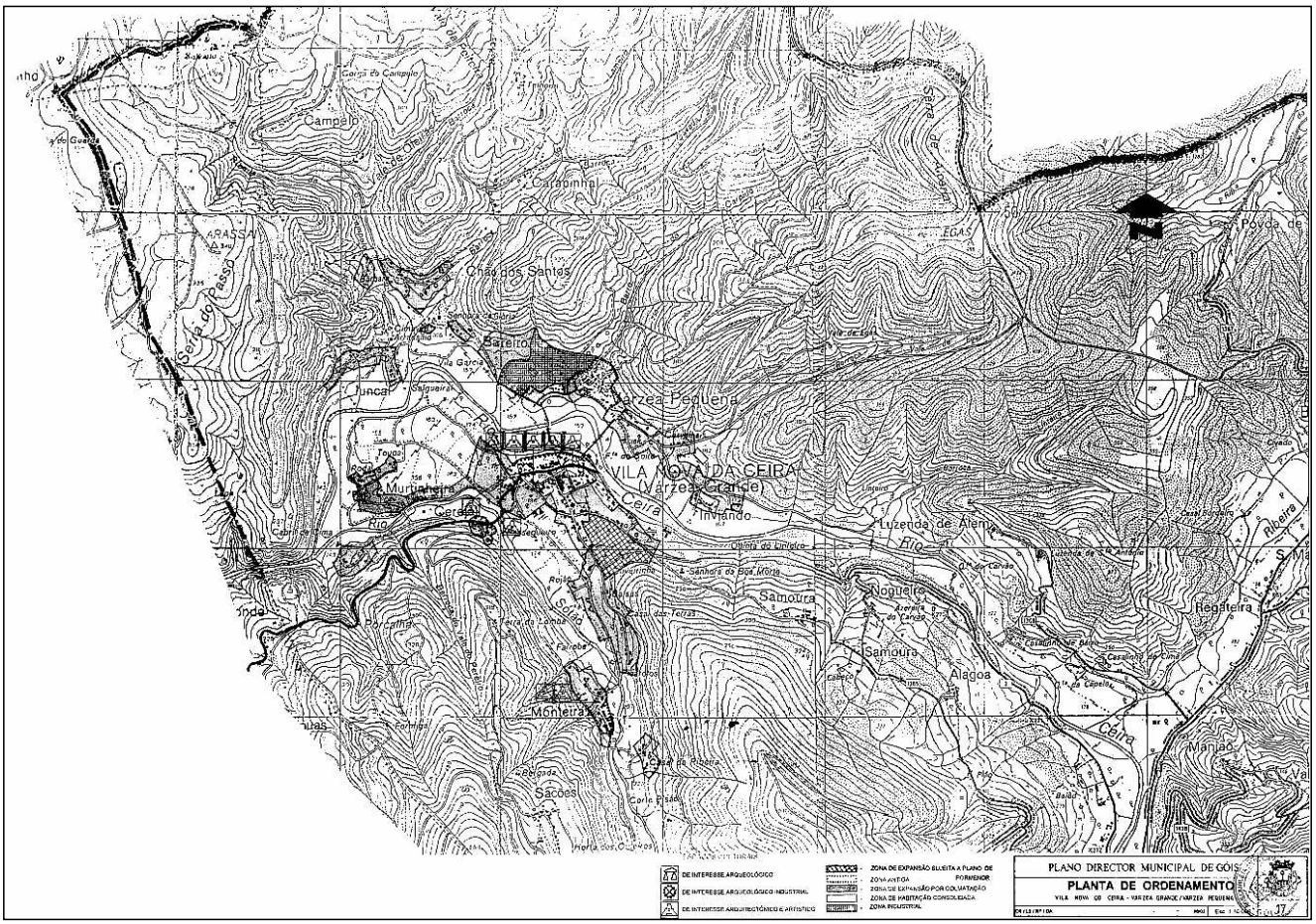
12


Vale Dama
Alvém
Portela
Ribeira
Praza
Carcavelos
Central Eléctrica de Monte Redondo
Cortecega
Cima de Alvém
Ponte de Seladinho
S. Domingos
Penedo
Ladeiras
ESPAÇOS CULTURAIS
DE INTERESSE ARQUEOLÓGICO
DE INTERESSE ARQUEOLÓGICO INDUSTRIAL
DE INTERESSE ARQUITECTÓNICO E ARTÍSTICO
ZONA ANTIGA
ZONA DE EXPANSÃO POR COLMATAÇÃO
PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE GÓIS
PLANTA DE ORDENAMENTO
CARCAVELOS
99/03
Esc 1:10 000
13


Ribeira Cimeira
Ribeira Fundeira
Penas
Cerdeira
Vale Torto
Sarranhal
Cantoneiros
Povoa da Cerdeira
Penedo
ESPAÇOS CULTURAIS
DE INTERESSE ARQUEOLÓGICO
DE INTERESSE ARQUEOLÓGICO INDUSTRIAL
DE INTERESSE ARQUITECTÓNICO E ARTÍSTICO
ZONA ANTIGA
ZONA DE EXPANSÃO POR COLMATAÇÃO
PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE GÓIS
PLANTA DE ORDENAMENTO
RIBEIRA CIMEIRA, RIBEIRA FUNDEIRA E PENA
99/03
Esc 1:10 000
14


Cacvalhais
NOVA DA CEIRA
(arzea Grande)
Inviando
Barroca
Linteiro
Luzenda de Além
Rio
Civado
Casal Bordeiro
Ribeira
Quinta do Linteiro
Luzenda de S.to António
Q.ta do Carvão
Senhora da Boa Morte
Samoura
Nogueira
Azereira
do Carvão
Regateira
das Terras
Casalinho de Baixo
Casalinho de Cima
Samoura
Cabeço
Alagoa
Q.ta da Capela
Ceira
Manjão
Casal da Ribeira
Pisão
Plão
Baião
ESPAÇOS CULTURAIS
DE INTERESSE ARQUEOLÓGICO
DE INTERESSE ARQUEOLÓGICO INDUSTRIAL
DE INTERESSE ARQUITECTÓNICO E ARTISTICO
ZONA ANTIGA
ZONA DE EXPANSÃO POR COLMATAÇÃO
PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE GÓIS
PLANTA DE ORDENAMENTO
CASALINHO DE CIMA
Esc. 1:10 000
15


Pena
Cheinho
Lomba Chã
Aigra Velha
Fonte do Carvalho
Cabeço de Cra
Porto Vale
Azeiro
Lomba do Cidueiro
Ribeira
Eirinha
PENEDO
Vale
Serra
Lomba da Cumeieira
Pobreiro
Povorais
Oitava
Penedo
Porto da Carvalha
ESPAÇOS CULTURAIS
DE INTERESSE ARQUEOLÓGICO
DE INTERESSE ARQUEOLÓGICO INDUSTRIAL
DE INTERESSE ARQUITECTÓNICO E ARTISTICO
ZONA ANTIGA
ZONA DE EXPANSÃO POR COLMATAÇÃO
PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE GÓIS
PLANTA DE ORDENAMENTO
POVORAIS E AIGRA VELHA
Esc. 1:10 000
16



Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2003

No Programa para a Produtividade e Crescimento da Economia, aprovado em 17 de Junho de 2002 pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 103/2002, o Governo elegeu um conjunto de medidas, precisas e calendarizadas, destinadas a alterar significativamente as condições e o ambiente de negócios em que as empresas operam em Portugal.

Trata-se de um elenco de medidas destinado a resolver problemas estruturais da economia portuguesa, e que se encontram no essencial executadas dentro do calendário previsto.

Essas medidas, que vão desde a desburocratização dos processos de criação e licenciamento de empresas à alteração do quadro regulamentar da concorrência, ao regime jurídico e fiscal das sociedades e dos fundos de capital de risco, à criação da Agência Portuguesa para o Investimento (API), à revisão do Programa Operacional da Economia (POE), são parte de uma extensa reforma microeconómica, de alcance e ritmo de execução sem precedentes em Portugal. Os seus efeitos serão duradouros e sustentados e, por isso, diferidos no tempo.

Por outro lado, a necessária mudança de modelo de desenvolvimento, evoluindo de um padrão de produção assente em baixas qualificações e baixos salários para um tipo de actividade situada nas fases mais elevadas da cadeia de valor, com maiores exigências de qualificação, diferenciação e produtividade, implica necessariamente a reconversão de unidades produtivas e, em muitos casos, a substituição de antigas por novas unidades. Estes processos não são frequentemente coincidentes no tempo e no espaço.

Por isso, há que assegurar a gestão da transição de modelo, de forma equilibrada, evitando a emergência de situações sociais inaceitáveis e, ao mesmo tempo, o declínio definitivo das regiões mais atingidas pelo processo de obsolescência das unidades produtivas não susceptíveis de reconversão.

O grande objectivo de atingir o rendimento *per capita* médio da União Europeia em 10 anos só terá realização plena se se traduzir também numa redução dos desequilíbrios regionais, em particular no que diz respeito ao já tradicional menor desenvolvimento das regiões do interior.

Nestes termos, o Governo entendeu promover um conjunto de medidas que representam uma abordagem sistemática e coerente da questão do desenvolvimento económico e social equilibrado, visando estabelecer soluções duradouras e sustentadas para as regiões debilitadas.

Pretende-se, assim, não só tratar os problemas já existentes mas também antecipar as tendências de declínio das zonas mais atingidas pelas consequências da mudança de modelo de crescimento económico.

Assim:

Nos termos da alínea *g*) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Promover a realização do Programa de Recuperação de Áreas e Sectores Deprimidos.

2 — O Programa de Recuperação de Áreas e Sectores Deprimidos desenvolve-se em cinco passos:

a) Identificação e diagnóstico das regiões em declínio económico efectivo e potencial;

MUNICÍPIO DE GÓIS

Aviso n.º 9901/2015

Maria de Lurdes de Oliveira Castanheira, Dr.ª, Presidente da Câmara Municipal de Góis, torna público que, ao abrigo da sua competência constante da alínea *t*) do n.º 1 do artigo 35.º e para os efeitos do estatuído no n.º 1 do artigo 56.º do Anexo I à Lei n.º 75/2003, de 12 de setembro, a Câmara Municipal de Góis, deliberou, por unanimidade, na sua Reunião Pública de 26 de maio de 2015, e na sua Reunião do Executivo de dia 11 de agosto de 2015:

1 — Dar início ao processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Góis (PDM), ratificado parcialmente pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2003, de 13 de fevereiro, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 76.º e artigo 77.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio;

2 — De acordo com o estabelecido no artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, o Município de Góis define como prazo estabelecido para a elaboração da Revisão do PDM de Góis, um período de três anos, a partir da data de publicação do presente aviso no *Diário da República.*

3 — Em cumprimento e para os efeitos previstos no artigo 6.º e no n.º 2 do artigo 88.º do mesmo decreto-lei, abrir um período de participação pública pelo prazo de 30 dias úteis para a formulação de sugestões, apresentação de informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do procedimento de revisão, bem como constituir-se como interessado do procedimento, de acordo com estabelecido no n.º 1 do Artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo;

4 — Criar uma plataforma específica e dedicada, com ligação através do sítio da Câmara Municipal na Internet (www.cm-gois.pt), onde estão disponibilizados todos os documentos produzidos, plataforma que servirá ainda à formulação de sugestões, recomendações, observações e pedidos de esclarecimento.

Informa-se ainda que:

a) O período de participação pública inicia-se no dia a seguir à publicação do presente aviso no *Diário da República;*

b) O processo incluindo a totalidade da informação disponível, encontra-se ainda em consulta na Divisão de Gestão Urbanística, de Planeamento e Ambiente da Câmara Municipal de Góis dentro do horário normal de expediente (9-16h), de segunda a sexta-feira;

c) Todos os interessados que entendam apresentar sugestões, informações ou que desejem colocar quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do procedimento de revisão do PDM, devem dirigir os seus contributos à Presidente da Câmara Municipal, mediante o preenchimento de requerimento próprio para o efeito, disponibilizado no *site* do Município e no Balcão Único;

d) Caso a questão se reporte a um local determinado e concreto deve ser, preferencialmente, junta planta de localização do mesmo, devidamente assinalado;

e) A falta de identificação de quem efetua o contributo implica a sua não ponderação;

f) Sem prejuízo da possibilidade da utilização da plataforma eletrónica, os requerimentos podem ainda ser endereçados ou entregues no Balcão Único do Município de Góis, ou através do *e-mail:* pdm@cm-gois.pt.

18 de agosto de 2015. — A Presidente da Câmara, *Maria de Lurdes de Oliveira Castanheira,* Dr.ª

608897255

MUNICÍPIO DE LAGOA (ALGARVE)

Aviso n.º 9902/2015

Publicitação da lista unitária de ordenação final do procedimento concursal — Ref.05/2015

Para os devidos efeitos se torna público que em conformidade com o estatuído pelo n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009 de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011 de 06 de abril, que a lista unitária de ordenação final dos candidatos do procedimento concursal comum para a modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, aberto por aviso n.º 3960/2015 publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 72 de 14 de abril de 2015, foi homologada por despacho de 20 de agosto, procedendo-se à publicitação da mesma, conforme a seguir descriminado:

Ref. 05/2015 — um posto de trabalho da carreira/categoria de Assistente Operacional:

Madalena Maria José Marques Gaio — 12,80.

20 de agosto de 2015. — Por delegação do Presidente da Câmara, o Vice-Presidente da Câmara, *Nuno Dinis da Encarnação de Amorim*.

308894396

Aviso n.º 9903/2015

Publicitação da lista unitária de ordenação final do procedimento concursal — Ref. 09/2015

Para os devidos efeitos se torna público que em conformidade com o estatuído pelo n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009 de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011 de 06 de abril, que a lista unitária de ordenação final dos candidatos do procedimento concursal comum para a modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, aberto por aviso n.º 3960/2015 publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 72 de 14 de abril de 2015, foi homologada por despacho de 20 de agosto, procedendo-se à publicitação da mesma, conforme a seguir descriminado:

Ref. 09/2015 — um posto de trabalho da carreira/categoria de Assistente Operacional:

Sérgio Filipe Correia Branco — 17,50.
Sabino Miguel Neves Raposo — 13,00.
Américo Fernando Almeida Leote — 12,55.

20 de agosto de 2015. — Por delegação do Presidente da Câmara, o Vice-Presidente da Câmara, *Nuno Dinis da Encarnação de Amorim*.

308894047

MUNICÍPIO DE LAGOS

Aviso n.º 9904/2015

Plano Diretor Municipal de Lagos

Sob proposta da Câmara aprovada na Reunião Pública Extraordinária realizada em 23 de junho de 2015, a Assembleia Municipal de Lagos, na sua Sessão Extraordinária de junho de 2015, realizada em 26 de junho de 2015, aprovou, nos termos do n.º 1 do artigo 79.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro, o Plano Diretor Municipal de Lagos, no município de Lagos (PDM).

Na elaboração do PDM foram cumpridas todas as formalidades legais, designadamente quanto à emissão do parecer da Comissão de Acompanhamento e à discussão pública que decorreu ao abrigo do disposto nos n.os 3 e 4 do artigo 77.º do diploma legal supra mencionado, conjugado com o artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio.

Assim:

Ao abrigo do disposto na alínea *d*) do n.º 4 do artigo 148.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, com a redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro, remete-se, para publicação, o Plano Diretor Municipal de Lagos, no município de Lagos, instruído com o regulamento, planta de ordenamento e planta de condicionantes.

12 de agosto de 2015. — A Presidente da Câmara, *Maria Joaquina Baptista Quintans de Matos*.

Deliberação

Apreciada a versão final do Plano Diretor Municipal de Lagos, aprovada na Reunião Pública Ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 17 de junho de 2015, foi deliberado, por maioria, nos termos do n.º 1 do Artigo 79.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, conjugado com as alíneas *h*) e *r*) do n.º 1 do Artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovar o Plano Diretor Municipal de Lagos, conforme proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos, aprovada na sua Reunião Pública Extraordinária realizada no dia 23 de junho de 2015.

O Presidente da Assembleia Municipal, *Paulo José Dias Morgado*.

TÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Âmbito Territorial

1 — O plano diretor municipal de Lagos (PDML) estabelece as regras e orientações aplicáveis ao uso, ocupação e transformação do solo que constitui o território do concelho de Lagos.

4 — Dispõem-se que nos processos de atualização de renda em curso, ao abrigo da legislação anterior à Lei n.º 32/2016, de 24 de agosto, em vigor, aplicar- se- à o princípio do tratamento mais favorável ao arrendatário, nos termos do qual, da aplicação da presente lei não pode resultar um valor de renda superior ao que resultaria da aplicação da anterior redação da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro.

5 — Os arrendatários podem solicitar a revisão de renda, mesmo que esteja a decorrer um processo de faseamento, sempre que da aplicação da presente decorra um valor de renda que o beneficie face ao que vigoraria pelos contratos anteriores à Lei em vigor.

6 — O município disponibilizará aos interessados e às organizações de moradores informação sobre este regulamento e a lei que esteja em vigor, bem como instrumentos que permitam simular o valor da renda a aplicar com base nos seus critérios.

Artigo 61.º

Dúvidas e omissões

1 — Em tudo o mais que não estiver previsto neste Regulamento aplica-se a demais legislação em vigor no âmbito da matéria que constitui o seu objeto, com as devidas adaptações.

2 — As dúvidas de interpretação são resolvidas recorrendo aos critérios legais e, em último caso, será chamada a decidir a Câmara Municipal, sem prejuízo da competência legal dos tribunais.

Artigo 62.º

Norma revogatória

Com a entrada em vigor do presente Regulamento é revogado o Regulamento de Acesso e Gestão do Parque Habitacional do Município de Faro publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 137, de 16 de julho de 2010.

Artigo 63.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação nos termos do artigo 139.º do Código do Procedimento Administrativo.

310667403

MUNICÍPIO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS

Aviso n.º 9440/2017

Renovação da comissão de serviço de cargo dirigente

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 24 de julho de 2017, no uso das competências próprias conferida pela alínea *a*) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, de 2017, e nos termos do n.º 9 do artigo 21.º e dos artigos 23.º e 24.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, aplicáveis à Administração Local por remissão expressa do artigo 17.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto, Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril e Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado. Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, atenta a análise do respetivo desempenho e dos resultados obtidos, tendo por base a avaliação de desempenho e o relatório das atividades prosseguidas e dos resultados alcançados, determino a renovação da comissão de serviço do Dr. Vítor Alexandre Pimentel Duarte, como Chefe de Divisão da Unidade Orgânica Administrativa e Financeira, por um período de três anos, com efeitos a partir de 01 de outubro.

26 de julho de 2017. — O Presidente da Câmara Municipal, *Jorge Manuel Fernandes de Abreu*.

310669761

MUNICÍPIO DE GÓIS

Aviso n.º 9441/2017

Maria de Lurdes de Oliveira Castanheira, Dr.ª, Presidente da Câmara Municipal de Góis, torna público, nos termos previsto no n.º 7, do artigo 123.º e artigo 191.º, articulado com o disposto na alínea *a*), do n.º 2, do artigo 92.º, do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovou, na sessão de 27.06.2017, uma alteração ao Plano Diretor Municipal de Góis, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2003.

Mais se torna público que a alteração aprovada se consubstancia na alteração dos artigos 35.º e 36.º do respetivo Regulamento.

10 de julho de 2017. — A Presidente da Câmara Municipal, *Maria de Lurdes de Oliveira Castanheira,* Dr.ª

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GÓIS

DELIBERAÇÃO

SESSÃO ORDINÁRIA DE 27.06.2017

LICENCIAMENTO DA PEDREIRA DE XISTO DE SOBRAL NA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CADAFAZ E COLMEAL/APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO AO PDM - Foi presente a deliberação do Executivo da sua reunião ordinária de 13.06.2017, relativamente ao assunto em epígrafe.----------A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a alteração ao PDM.----------

Paços do Município de Góis, 27 de junho de 2017 – O Presidente da Assembleia Municipal, Jaime Miguel Fernandes Garcia

Regulamento do Plano Diretor Municipal de Góis

[...]

Artigo 35.º

[...]

1 — [...]

2 — Nos espaços florestais de uso múltiplo admitem-se a exploração de massas minerais, os usos agrícola, pastoril e agroflorestal tradicionais podendo também ser objeto de medidas de reconversão agrária. Devem em ambos os casos, serem apresentadas as suas caraterísticas por forma a garantir o equilíbrio ambiental e paisagístico.

3 — [...]

a) [...]
b) [...]
c) [...]

4 — [...]

Artigo 36.º

[...]

1 — [...]

a) [...]
b) [...]
c) [...]
d) [...]
e) [...]
f) [...]
g) [...]
h) Construção de apoio à atividade da exploração de massas minerais.

2 — [...]
3 — [...]
4 — [...]
5 — [...]
6 — [...]

QUADRO N.º 8

[...]

Espaços	Usos	Dimensão mínima da parcela	Altura máxima total da construção	Área máxima de construção	Índice máximo de implantação
Agrícolas	. . . . .	...	...	...	...
Florestais	. . . . .	...	...	...	...
	Instalações de apoio às atividades florestais, agroflorestais, silvo pastoris da exploração e extração de massas minerais.	A existente	4,5 m ([1])		$i = 0,05$
	. . . . .	...	...	...	...

([1]) Inclui anexos.

610664788

MUNICÍPIO DE GUIMARÃES

Edital n.º 587/2017

Domingos Bragança Salgado, Presidente da Câmara Municipal de Guimarães, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 56.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 139.º do Código do Procedimento Administrativo, torna público que a Câmara Municipal, por deliberação de 11 de maio de 2017 e a Assembleia Municipal, em sessão de 26 de maio de 2017, aprovaram o "Regulamento da Incubadora de Base Rural de Guimarães", conforme documento em anexo. O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte à sua publicitação no *Diário da República.*

Para constar e devidos efeitos, será este edital afixado nos paços do Município, publicado na 2.ª série do *Diário da República* e no sítio da internet em www.cm-guimaraes.pt.

19 de julho de 2017. — O Presidente da Câmara, *Dr. Domingos Bragança*.

Regulamento da Incubadora de Base Rural de Guimarães

Preâmbulo

O concelho de Guimarães encerra no território um significativo potencial agrícola que importa aproveitar. Após análise de um diagnóstico da realidade do concelho concluiu-se que o contexto económico do concelho de Guimarães caracteriza-se por uma estrutura demográfica dinâmica, pela proximidade a estruturas relevantes para a qualificação de capital humano, por um tecido empresarial ativo e especializado no setor secundário e por um potencial agrícola, físico e estrutural por explorar.

Simultaneamente, os conceitos emergentes de Incubadora de Empresas de Base Rural, Bolsa e Banco de Terras constituem-se como mecanismos relevantes para alavancar iniciativas empreendedoras relacionadas com a agricultura, agroindústria, agroflorestal, serviços conexos e tecnologia aplicada e projetar externamente Guimarães enquanto destino preferencial para este tipo de investimentos.

Este diagnóstico do concelho permitiu a Guimarães, enquanto território com potencial para o acolhimento de iniciativas de empreendedorismo rural, definir para si uma Visão e uma Missão: *Guimarães — Território de Referência no bom uso do solo agrícola e florestal,* com a missão de apoiar e capacitar promotores de ideias de negócios de base agrícola e florestal, a partir da Incubadora de Base Rural de Guimarães, assessorando-os no desenvolvimento de projetos e criação de empresas rentáveis e consolidadas com elevado impacto no desenvolvimento socioeconómico do Município e da Região do Ave.

Neste contexto, é criada a Incubadora de Base Rural de Guimarães enquanto principal materialização de uma visão estratégica que se articula com um conjunto de documentos de referência estratégica setorial e/ou territorial.

A Incubadora de Base Rural procura, assim, afirmar-se como uma estrutura de fomento do empreendedorismo qualificado e criativo nas áreas de produção agrícola, florestal, indústria agroalimentar, serviços conexos e tecnologia aplicada, disponibilizando para o efeito de um conjunto de serviços e apoios de cariz imaterial, complementado por um banco e uma bolsa de terras. À semelhança de uma incubadora de empresas generalista, a Incubadora de Base Rural concentra em si um conjunto de infraestruturas e serviços integrados e uma estrutura de recursos humanos dedicada ao apoio de promotores de ideias e planos de negócio, acompanhando-os desde a definição da ideia até ao lançamento, aceleração e consolidação do projeto.

A Câmara Municipal de Guimarães deliberou, em sua reunião de 2 de fevereiro de 2017, dar início ao procedimento tendente à aprovação de um Regulamento da Incubadora de Base Rural de Guimarães, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA).

No decurso do prazo estabelecido para o efeito nenhum interessado se apresentou no processo nem foram apresentados contributos para a elaboração do Regulamento, tendo, assim, sido dispensada a sua consulta pública, nos termos do que dispõe o artigo 101.º do CPA, uma vez que se entendeu que, não tendo comparecido nenhum interessado que devesse ser ouvido em audiência dos interessados, e não justificando a natureza da matéria regulada neste Regulamento uma consulta pública, porque não afeta de modo direto e imediato direitos ou interesses legalmente protegidos dos cidadãos, antes confere direitos a potenciais interessados, a situação não tinha enquadramento legal na obrigatoriedade prevista naquele artigo 101.º

Assim, no uso do poder regulamentar conferido às autarquias locais pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, nos termos do disposto na alínea *ee*) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e tendo em vista o estabelecido na alínea *m*) do n.º 2 do artigo 23.º do mesmo diploma legal, se elaborou o presente Regulamento da Incubadora de Base Rural de Guimarães, que a Câmara Municipal propõe à aprovação da Assembleia Municipal de Guimarães, nos termos da alínea *k*) do n.º 1 do artigo 33.º do referido Anexo I da Lei n.º 75/2013, e para os efeitos constantes da alínea *g*) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma legal.

Artigo 1.º

Lei habilitante

O Regulamento é elaborado ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, bem como das alíneas *k*) e *ee*) do n.º 1 do artigo 33.º e alínea *m*) do n.º 2 do artigo 23.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Artigo 2.º

Natureza

1 — A Incubadora de Base Rural de Guimarães, adiante designada por Incubadora, é um projeto da iniciativa do Município de Guimarães que consiste num programa imaterial para o desenvolvimento local e regional e para o fomento do empreendedorismo de matriz rural, capitalizando o elevado potencial de Guimarães para o desenvolvimento de atividades agrícolas, florestais, agroindustriais, serviços conexos e tecnologia aplicada.

2 — A Incubadora de Base Rural de Guimarães pertence ao Município de Guimarães, podendo a sua gestão ser delegada noutra entidade, nos termos previstos na lei.

3 — O orçamento da Incubadora é atribuído pelo Município de Guimarães.

4 — A Incubadora tem sede no edifício do Laboratório da Paisagem, ou noutras instalações desconcentradas que forem destinadas para o efeito.

Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira na Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta, em regime de escolha, de 11 de fevereiro de 2004 a 10 de fevereiro de 2005.

Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira na Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta, em regime de substituição, de 2 de junho de 2003 a 11 de 10 de fevereiro de 2004.

Técnico Superior Jurista de 2.ª Classe, no Município de Freixo de Espada à Cinta de 22 de janeiro de 2003 a 21 de dezembro de 2008.

Técnico Superior (Jurista) em regime de Contrato a Termo Certo na Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta de 7 de junho de 2001 a 6 de dezembro de 2002.

3 de setembro de 2018. — A Presidente da Câmara, *Maria do Céu Quintas*.

311773945

MUNICÍPIO DO FUNCHAL

Aviso (extrato) n.º 16646/2018

Em cumprimento do disposto no artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, no seguimento de aprovação no procedimento concursal comum para preenchimento de 8 postos de trabalho de técnico superior consultor jurídico, aberto por aviso publicado na 2.ª série do *Diário da República,* n.º 190, de 2 de outubro de 2017 e do meu despacho datado de 22 de agosto de 2018, foram celebrados contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com os trabalhadores abaixo identificados, para a carreira e categoria de técnico superior, com a remuneração correspondente à 2.ª posição remuneratória da referida carreira e ao nível 15 da tabela remuneratória dos trabalhadores que exercem funções públicas.

Marília Rita de Abreu Franquinho, Joana José Pedra Coelho, Carlos Guilherme Freitas Santos e Cristina Manuela Faria Oliveira Camacho, com efeitos a partir de 22 de agosto de 2018;

Pedro Manuel Delgado Gomes, com efeitos a partir de 28 de agosto de 2018;

Ana Margarida Martins Pinto Pires, com efeitos a partir de 30 de agosto de 2018;

Sérgio Miguel Gonçalves Delgado, com efeitos a partir de 3 de setembro de 2018;

Adriana Marina Nunes Ribeiro Caldeira, com efeitos a partir de 10 de setembro de 2018;

Por delegação de competências conferidas pelo Presidente da Câmara Municipal do Funchal no Despacho de Delegação de Competências, exarado em 23 de outubro de 2017 e publicitado pelo Edital n.º 457/2017, da mesma data.

29 de outubro de 2018. — A Vereadora, *Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes*.

311779112

Aviso (extrato) n.º 16647/2018

Procedimento concursal comum para preenchimento de dez postos de trabalho de motorista de pesados. Notificação dos candidatos excluídos na primeira fase das provas de conhecimentos.

Nos termos do disposto na alínea *d*) do n.º 3 do artigo 30. da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, e para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 31.º da citada Portaria, torna-se público que se encontra afixada na Divisão de Recursos Humanos e disponibilizada no *site* do Município do Funchal (www.cm-funchal.pt/recursos humanos/procedimentos concursais a decorrer), a relação dos candidatos excluídos do procedimento concursal comum para preenchimento de dez postos de trabalho de motorista de pesados, da carreira e categoria de assistente operacional, do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal do Funchal, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, aberto pelo aviso n.º 4971/2018, publicado na 2.ª série do *Diário da República,* n.º 73, de 13 de abril de 2018, e publicitado na Bolsa de Emprego Público, com o código OE201804/0443, por não terem comparecido à prova de conhecimentos de natureza teórica ou por terem obtido classificação inferior a 10 valores.

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 39.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, da exclusão pode ser interposto recurso hierárquico para o Presidente da Câmara Municipal do Funchal.

Por delegação de competências conferidas pelo Presidente da Câmara Municipal do Funchal no Despacho de Delegação de Competências, exarado em 23 de outubro de 2017 e publicitado pelo Edital n.º 457/2017, da mesma data.

31 de outubro de 2018. — A Vereadora, *Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes*.

311781729

Despacho n.º 10605/2018

Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo, Presidente da Câmara Municipal do Funchal, ao abrigo da sua competência constante da alínea *t*) do n.º 1 do artigo 35.º e para os efeitos estatuídos no n.º 1 do artigo 56.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, torna público, para os efeitos previstos no n.º 6 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, que a Assembleia Municipal do Funchal, na sua sessão ordinária de 21 de setembro de 2018, aprovou, sob proposta da Câmara Municipal do Funchal, aprovada por deliberação de 13 de setembro, a seguinte alteração à Estrutura Orgânica dos Serviços do Município do Funchal, aprovada pela mesma Assembleia a 19 de dezembro de 2014 e publicada na 2.ª série do *Diário da República,* n.º 28, de 10 de fevereiro de 2015 (Despacho n.º 1400/2015).

1 — O número máximo de unidades orgânicas flexíveis é fixado em 50, correspondendo 40 a Divisões, dirigidas por titulares de cargos de direção intermédia de 2.º grau, e 10 a Unidades, dirigidas por titulares de cargos de direção intermédia de 3.º grau;

2 — O número máximo de subunidades orgânicas é fixado em 45, as quais assumirão a designação de Secção e serão chefiadas por trabalhadores titulares da categoria de Coordenador Técnico, da carreira de Assistente Técnico.

31 de outubro de 2018. — O Presidente da Câmara Municipal, *Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo*.

311783398

MUNICÍPIO DE GÓIS

Aviso n.º 16648/2018

Maria de Lurdes de Oliveira Castanheira, Dr.ª, Presidente da Câmara Municipal Góis, torna público, para efeitos do disposto na alínea *i*) do n.º 4 do artigo 191.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que a Assembleia Municipal em sessão extraordinária do dia 5 de setembro de 2018, deliberou aprovar a Suspensão Parcial do Plano Diretor Municipal (PDM) de Góis e o Estabelecimento de Medidas Preventivas.

A deliberação municipal, a planta de delimitação e as medidas preventivas são objeto de publicação no *Diário da República* encontrando-se disponíveis para consulta na página da internet da Câmara Municipal em www.cm-gois.pt ou na Divisão de Gestão Urbanística, Planeamento e Ambiente (DGUPA) desta Câmara Municipal em horário de expediente.

16 de outubro de 2018. — A Presidente da Câmara Municipal de Góis, *Maria de Lurdes de Oliveira Castanheira,* Dr.ª

Deliberação

Suspensão Parcial do Plano Diretor Municipal (PDM)/Parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC)/Aprovação de Suspensão e das Medidas Preventivas.

Foi presente a deliberação do Executivo da sua reunião ordinária de 26.06.2018, relativamente ao assunto em epígrafe.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou por maioria com dezoito votos a favor e uma abstenção do senhor António José Nunes Gil (G.C.E.I.G), aprovar a proposta de Suspensão Parcial do PDM e estabelecimento de Medidas Preventivas.

5 de setembro de 2018. — A Presidente da Assembleia Municipal, *Maria de Céu Simões Alves,* Dr.ª — A Secretária, *Liliana Maria Rosa Pinto,* Dr.ª

Suspensão parcial do PDM de Góis
Medidas Preventivas

Artigo 1.º

Âmbito territorial

As áreas sujeitas às medidas preventivas encontram-se identificadas na planta anexa.

Artigo 2.º

Âmbito Material

1 — As medidas preventivas consistem na sujeição a parecer vinculativo da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional e do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, das operações de loteamento e obras de urbanização, construção, de ampliação, de alteração e de reconstrução, com exceção das que estejam isentas de procedimento de licenciamento ou de comunicação prévia.

2 — São apenas admitidas as ações necessárias para a concretização do investimento da LUSIAVES, Indústria e Comércio Agroalimentar, S. A.

3 — Nas áreas objeto das presentes medidas preventivas, aplicam-se as disposições regulamentares constantes do Plano Diretor Municipal, com exceção da seguinte: "Quadro 8 — Espaços Florestais — Instalações pecuárias de regime intensivo (4) — Índice máximo de implantação — i=0,02".

4 — Ficam excluídas do âmbito de aplicação das Medidas Preventivas as ações válidas e eficazmente autorizadas antes da sua entrada em vigor, bem como aquelas em relação às quais já exista informação prévia favorável válida e eficaz.

5 — As medidas preventivas ficam condicionadas:

i) À emissão de Declaração de Impacte Ambiental Favorável ou Favorável condicionada no âmbito do procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental;

ii) Ao levantamento das interdições estabelecidas no n.º 1 do DL n.º 55/2007, de 12 de março, nos termos do disposto nos números 4 e 5 do mesmo artigo;

iii) À alteração à REN na área localizada na Carvalhinha, nos termos do disposto nos números 6 e 7 do artigo 16.º do DL n.º 239/2012, de 2 de novembro.

Artigo 3.º

Âmbito temporal

As medidas Preventivas entram em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no *Diário da República* e vigoram pelo prazo de dois anos prorrogável por um ano, caducando com a entrada em vigor da revisão do Plano Diretor Municipal de Góis.

Identificadores das imagens e respetivos endereços do sítio do SNIT (conforme o disposto no artigo 14.º da Portaria n.º 245/2011)

46247 — http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/Planta_com_a_delimitação_da_área_a_sujeitar_a_MP_46247_1.jpg

611781915

MUNICÍPIO DA GUARDA

Aviso (extrato) n.º 16649/2018

Prorrogação da Licença sem Remuneração

Para os devidos e legais efeitos torna-se público que, por despacho do Vice-Presidente da Câmara Municipal, datado de 2 de outubro de 2018 e ao abrigo do disposto no artigo 280.ºº da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, foi autorizada a prorrogação da licença sem remuneração do trabalhador, Vasco Ricardo Gomes das Neves, Assistente Técnico, pelo período de 11 meses, com efeitos a 1 de dezembro de 2018.

19 de outubro de 2018. — O Vice-Presidente da Câmara Municipal, *Carlos Alberto Chaves Monteiro*.

311781226

MUNICÍPIO DE LISBOA

Aviso n.º 16650/2018

Para os devidos efeitos e nos termos do disposto dos artigos 214.º, 222.º e 223.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, notifica-se Tiago Filipe da Silva Marques, Bombeiro Sapador da Câmara Municipal de Lisboa, que na sequência do Processo Disciplinar n.º 24/2017 PDI, a Câmara Municipal de Lisboa, reunida a 11 de outubro de 2018, deliberou aprovar a Proposta n.º 671/2018 e aplicar-lhe a sanção disciplinar de despedimento, a qual começa a produzir os seus efeitos legais nos 15 dias após a data da publicação do presente aviso, de acordo com o artigo 223.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

A sanção disciplinar foi-lhe aplicada por ter violado os deveres gerais de prossecução do interesse público, de isenção e de zelo, nos termos do disposto no n.º 1 e nas alíneas *a*), *b*) e *e*) do n.º 2 e n.os 3, 4 e 7, todos do artigo 73.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

Informa-se ainda que da referida decisão cabe recurso nos termos da Lei.

31 de outubro de 2018. — O Diretor Municipal de Recursos Humanos, *João Pedro Contreiras*.

311780351

MUNICÍPIO DE LOULÉ

Aviso n.º 16651/2018

Procedimento concursal comum n.º 08/2018 para preenchimento de 2 postos de trabalho na categoria de Assistente Técnico da carreira de Assistente Técnico, conforme constante no mapa de pessoal.

1 — Marilyn Zacarias Figueiredo, com competências delegadas pelo Despacho n.º 1-DL/2018, de 22/03/2018, nos termos do disposto no artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, torna público que por proposta do Senhor Presidente da Câmara de 24 de agosto de 2018, aprovada por deliberação do Executivo Camarário de 05 de setembro de 2018 e despacho da signatária de 04 de outubro de 2018, encontra-se aberto, pelo prazo de dez dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República,* procedimento concursal comum para constituição de vínculo de emprego público, na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, com vista ao preenchimento de 2 postos de trabalho, na categoria de assistente técnico, da carreira de assistente técnico, a afetar à atividade "Biblioteca" da Divisão de Biblioteca e Arquivo.

2 — Legislação aplicável: Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual (LTFP), Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2015, na sua redação atual, Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2018, Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 06 de abril, Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de julho, Decreto-Lei n.º 29/2001, de 03 de fevereiro e Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro.

3 — Fundamentação:

3.1 — Os fundamentos de relevante interesse público no recrutamento de trabalhadores sem vínculo de emprego público previamente estabelecido encontram-se expressos na proposta do Senhor Presidente da Câmara n.º 1409/2018, aprovada em reunião da Câmara Municipal de 05 de setembro de 2018.

3.2 — Nos termos da alínea *b*) do n.º 2 do artigo 10.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, não foi possível recorrer à mobilidade interna nesta Autarquia, por não existirem trabalhadores disponíveis para exercerem as funções exigidas.

4 — Identificação e caracterização dos postos de trabalho:

Desempenho das funções previstas no Anexo a que se refere o n.º 2 do artigo 88.º da LTFP, ao qual corresponde o grau 2 de complexidade funcional, na carreira e categoria de Assistente Técnico, designadamente o desempenho de funções de tratamento documental e promoção do livro e da leitura.

5 — Reserva de Recrutamento: para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 4.º conjugado com o artigo 54.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 06 de abril, declara-se não estarem constituídas reservas de recrutamento nesta Autarquia.

5.1 — Consultada a Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA) nos termos do artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 06 de abril, enquanto Entidade Centralizada para a Constituição de Reservas de Recrutamento (ECCRC), de acordo com a atribuição conferida pela alínea *c*) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 48/2012, de 29 de fevereiro, foi informado pela mesma que, "Não tendo, ainda, decorrido qualquer procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento para a carreira/categoria de assistente técnico, declara-se a inexistência, em reserva de recrutamento, de qualquer candidato com o perfil adequado".

5.2 — De acordo com a solução interpretativa uniforme da Direção Geral das Autarquias Locais, homologada pelo Senhor Secretário de Estado da Administração Local, em 15/07/2014, "As Autarquias Locais não têm de consultar a Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA) no âmbito do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação".

ANEXO 18

Parecer emitido pela CM de Góis e pela GNR em relação aos incêndios na propriedade, decorrentes em 2017

S. R.

MINISTERIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA
GUARDA NACIONAL REPUBLICANA
Comando Territorial de Coimbra
Destacamento Territorial da Lousã

C/Conhecimento

PARA:

Presidente da Câmara Municipal de Góis
Praça da Republica, 10
330-310 GÓIS

S/ referência	S/ comunicação	N/ referência	N/ comunicação
		NºE099728-201806 CTer Coimbra Pº300.05.26	16-07-2018

ASSUNTO: INFORMAÇÃO SOBRE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Relativamente ao solicitado por Vª Exª no 5185 de 15-5-2018, após resposta da Entidade que tutela o Processo, Departamento de Investigação e Acção Penal de Coimbra, informo que o referido incêndio ainda se encontra em fase de Investigação, contudo neste momento aponta a origem do Incêndio para causas acidentais/negligentes e, quanto às entidades mencionadas – Câmara Municipal de Góis e Empresa Lusiaves, não existem por agora elementos que os impliquem em responsabilidade.

Com os melhores cumprimentos

O Comandante do Destacamento

Filipe Miguel da Cruz Mendes
Capitão de Infantaria

NIF 600008878 • Rua General Humberto Delgado, 3200-901 Lousã • Tel:239990060 • Fax:239990068 • Email: ct.cbr.dlsa@gnr.pt

ANEXO 19

Normais Climatológicas da Região da Lousã

IPMA Instituto Português do Mar e da Atmosfera

Atlas Climatológico

1971–2000

Concelho de Góis

Valores médios por concelho

	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Anual
Média da Temperatura Média do ar (°C)	6.9	7.8	9.5	10.6	13.3	17.4	20.2	20.0	17.9	13.7	10.0	8.0	13.0
Média da Temperatura Máxima do ar (°C)	11.3	12.4	14.7	15.6	18.6	23.1	27.4	27.0	24.4	19.2	14.7	12.0	18.2
Média da Temperatura Mínima do ar (°C)	3.0	2.9	3.9	6.0	8.1	11.5	13.2	12.5	11.5	8.4	6.0	4.2	8.0
Média da Insolação (nº horas de sol)	135	136	186	196	234	268	314	305	225	177	143	120	2439
Humidade Relativa média do ar (%) às 09h UTC	84.6	81.4	74.7	72.4	70.5	69.0	69.4	71.7	72.3	76.8	82.1	83.5	76.2
Média da Precipitação Total (mm)	209.9	193.2	107.5	127.2	121.4	63.1	24.8	20.8	66.5	156.3	165.7	230.2	1486.6
Amplitude Térmica Anual (°C)	13.3												

Toda a informação incluída neste documento é propriedade exclusiva do IPMA, não podendo esta instituição responsabilizar-se pelos danos resultantes da sua interpretação e/ou utilização.

É exclusivamente concedido o direito de utilização privada, individual, pessoal e não transmissível do presente conteúdo, sendo expressamente interdita toda a apresentação e/ou reprodução, total ou parcial.

Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P.
Rua C - Aeroporto de Lisboa
1749-077 Lisboa, Portugal

Tel: (+351) 21 844 70 00
Fax: (+351) 21 840 23 70

www.ipma.pt
info@ipma.pt

NORMAIS CLIMATOLÓGICAS

LOUSÃ / BOAVISTA

(Lat : 40° 08' N Long : 08° 10' W Alt : 401 m)

Período : 1964 – 1982

MÊS	TEMPERATURA DO AR (°C)						
	Valores Médios					Extremos	
	9h	18h	Mês	Max	Min	Max	Min
JAN	6.6	8.3	8.0	11.6	4.4	19.5	-5.5
FEV	7.2	9.5	8.5	12.4	4.7	20.5	-5.3
MAR	8.6	11.5	9.9	14.5	5.3	25.5	-3.5
ABR	10.5	13.4	11.5	16.5	6.5	26.0	-1.0
MAI	13.0	15.3	13.9	18.8	8.8	33.0	0.0
JUN	16.1	19.3	17.1	22.7	11.5	38.0	5.0
JUL	18.2	22.4	19.8	26.1	13.4	38.0	6.0
AGO	18.2	22.5	20.2	26.9	13.4	37.5	6.5
SET	17.5	20.0	18.8	24.6	13.0	39.6	4.0
OUT	14.3	15.6	15.1	19.6	10.6	31.5	1.1
NOV	9.8	10.9	10.8	14.7	6.8	27.0	-3.0
DEZ	6.4	8.0	7.8	11.4	4.2	22.0	-5.0
ANO	12.2	14.7	13.5	18.3	8.6	39.6	-5.5

MÊS	Humid. Rel. Média		Nebul.Tot.Média		Precipitação		Evapo. Piche
	(%)		(0-10)		Média Total	Máximo Diário	Média Total
	9h	18h	9h	18h	(mm)	(mm)	(mm)
JAN	84	82	5	5	156.9	71.0	58.1
FEV	84	79	6	6	169.8	62.5	62.9
MAR	81	74	5	6	106.6	69.0	91.3
ABR	79	72	5	6	97.8	33.5	89.3
MAI	78	71	5	6	111.3	44.5	105.7
JUN	77	65	4	4	54.3	48.5	118.5
JUL	73	60	4	3	19.4	46.0	163.3
AGO	72	57	3	2	20.1	58.0	186.7
SET	72	65	4	4	58.9	72.0	147.1
OUT	76	74	5	5	107.4	49.0	108.6
NOV	79	79	5	4	115.1	67.5	75.0
DEZ	86	85	5	5	153.2	53.0	50.2
ANO	78	72	5	5	1170.8	72.0	1256.7

Nota : Temperatura, Humidade e Nebulosidade às 18h–1967 /1982

LOUSÃ / BOAVISTA

(Lat : 40° 08' N Long : 08° 10' W Alt : 401 m)

Período : 1964 -1982

MÊS	VENTO																	
	Frequência, F (%) e Velocidade Média, V (km/h) por Rumo																	
	N		NE		E		SE		S		SW		W		NW		C	Vmed
	F	V	F	V	F	V	F	V	F	V	F	V	F	V	F	V	F	(km/h)
JAN	0.2	9.5	3.6	6.4	46.3	10.2	0.2	3.5	0.9	7.8	22.0	8.6	24.8	9.1	1.1	6.9	1.0	-
FEV	0.2	9.0	1.3	5.2	43.9	11.4	0.7	10.3	1.1	10.9	25.3	8.8	26.4	9.2	0.7	8.0	0.3	-
MAR	0.3	3.0	1.2	9.1	38.5	9.7	1.4	8.7	1.3	5.7	31.9	8.2	24.8	8.1	0.4	6.5	0.2	-
ABR	0.0	0.0	0.6	4.2	41.3	8.4	1.0	7.1	0.3	7.3	30.5	8.5	25.9	7.8	0.2	3.5	0.2	-
MAI	0.2	3.5	0.3	3.3	23.5	8.1	0.5	6.0	0.6	7.2	37.8	8.6	36.7	8.4	0.2	3.0	0.0	-
JUN	0.4	5.0	0.2	3.0	24.9	8.7	1.0	7.5	1.3	7.5	36.7	8.5	34.9	8.0	0.3	7.3	0.2	-
JUL	0.2	3.0	0.6	4.5	22.3	8.8	1.4	6.6	1.4	5.3	35.2	9.0	38.8	8.6	0.0	0.0	0.1	-
AGO	0.0	0.0	0.5	4.2	24.5	7.8	0.8	7.6	1.7	7.5	36.1	8.5	36.1	7.9	0.2	6.0	0.1	-
SET	0.2	4.0	0.4	4.8	30.7	7.9	1.0	6.7	1.3	5.2	36.1	7.6	29.7	6.6	0.5	5.4	0.0	-
OUT	0.3	5.7	1.4	5.9	46.3	10.7	0.8	7.4	1.6	6.1	28.1	7.2	20.7	6.0	0.4	4.8	0.4	-
NOV	0.3	3.0	3.1	3.8	53.2	9.9	1.6	5.6	1.7	5.8	20.0	6.4	18.3	6.8	1.1	4.8	0.7	-
DEZ	0.2	3.0	4.7	8.6	50.5	9.6	0.9	6.6	0.6	6.5	21.2	8.7	20.0	9.6	0.2	9.0	1.6	-
ANO	0.2	4.8	1.5	6.3	36.9	9.5	0.9	7.1	1.2	6.7	30.2	8.3	28.3	8.1	0.4	6.0	0.4	-

Nota : Vento - 1967 / 1982

IPMA Instituto Português do Mar e da Atmosfera

LOUSÃ / BOAVISTA

(Lat : 40° 08' N Long : 08° 10' W Alt : 401 m)

Período : 1964 -1982

Número de dias com :

MÊS	Temperatura do ar (°C)			Velocidade Vento (km/h)		Nebulosidade Total (0-10)		Precipitação (mm)			Neve	Granizo + Saraiva	Nevoeiro	Geada	Solo Coberto de Neve
	Min<0	Max>25	Min>20	>=36	>=55	>=8	<=2	>=0.1	>=1	>=10					
JAN	2.9	0.0	0.0	0.9	0.4	12.7	10.2	14.0	13.3	5.7	0.1	0.1	1.6	6.5	0.2
FEV	1.4	0.0	0.0	1.1	0.7	16.0	4.0	13.2	12.9	6.1	0.2	0.3	1.5	3.9	0.1
MAR	1.0	0.1	0.0	0.3	0.2	13.2	6.7	12.2	11.7	4.1	0.1	0.2	2.1	3.8	0.0
ABR	0.2	0.3	0.0	0.1	0.0	12.1	6.8	11.6	11.1	3.3	0.1	0.3	0.9	1.1	0.0
MAI	0.0	3.4	0.0	0.1	0.0	13.4	5.7	11.1	10.7	4.5	0.0	0.1	1.9	0.1	0.0
JUN	0.0	8.4	0.1	0.1	0.0	10.4	9.5	7.3	6.9	1.6	0.0	0.0	2.5	0.0	0.0
JUL	0.0	17.8	0.5	0.1	0.1	5.9	14.0	3.1	2.7	0.6	0.0	0.0	3.4	0.0	0.0
AGO	0.0	19.6	0.5	0.0	0.0	5.2	15.7	3.2	2.9	0.7	0.0	0.0	2.1	0.0	0.0
SET	0.0	12.2	0.3	0.1	0.0	9.0	10.1	7.1	6.6	2.2	0.0	0.0	1.6	0.0	0.0
OUT	0.0	2.8	0.0	0.7	0.3	11.2	8.5	10.9	10.2	4.1	0.0	0.0	1.3	0.2	0.0
NOV	0.7	0.1	0.0	0.7	0.3	10.2	9.2	10.9	10.1	4.2	0.0	0.4	1.6	3.2	0.0
DEZ	3.7	0.0	0.0	1.1	0.4	11.8	10.6	12.4	11.9	5.2	0.1	0.1	2.1	5.1	0.1
ANO	9.9	64.7	1.4	2.4	2.4	131.1	111.0	117.0	111.0	42.3	0.6	1.5	22.6	23.9	0.4

Nota : Vento, Nebulosidade e V>=36 e V>=55 - 1967 / 1982

CARACTERÍSTICAS DAS ESTAÇÕES METEOROLÓGICAS

As horas das observações indicadas nos mapas são as do Tempo Universal Coordenado (TUC)

Temperatura do ar - Os valores contidos nos mapas são as médias e extremos dos valores da temperatura do ar no local de observação, expressos em grau Celsius (°C). A temperatura média (Coluna Mês) é a média aritmética das temperaturas máximas e mínimas diárias observadas.

Humidade do ar - Os valores da humidade relativa do ar estão expressos em centésimos (%), correspondendo 0(zero) ao ar seco e 100 ao ar saturado de vapor de água.

Vento - A direcção e sentido do vento referem-se a oito rumos. Os mapas contêm, o número médio de vezes, no mês e no ano, em que se observou cada um dos rumos ou calma, expressos em centésimos (%), e o valor médio da velocidade para cada rumo, nas observações directas do dia. Contêm também, para os locais onde há anemógrafos ou anemómetros totalizadores, o valor médio da velocidade do vento (Km/h), quociente do percurso total do vento (em quilómetros) pelo número de horas do mês ou do ano. Entende-se, por calma as observações da velocidade do vento inferior a 1,0 Km/h.

Evaporação - Os valores da evaporação (altura da água evaporada de um recipiente cilíndrico de eixo vertical, aberto para a atmosfera) foram obtidos com o evaporímetro de Piche instalado no abrigo dos termómetros. A medição faz-se na observação da manhã (09UTC) e refere-se às vinte e quatro horas precedentes, sendo o valor expresso em milímetro (mm).

Nebulosidade - Os valores da nebulosidade (quantidade de nuvens) estão expressos em números desde 0 até 10, correspondendo cada unidade a um décimo do céu coberto de nuvens; 0 representa céu limpo, sem nuvens e 10 representa céu encoberto, sem qualquer porção azul visível.

Precipitação - Os valores da precipitação (altura da água no estado líquido, proveniente de hidrometeoros e recolhida num recipiente cilíndrico de boca horizontal) estão expressos em milímetro (mm), (um milímetro é equivqlente a 1 litro por metro quadrado). A medição faz-se às 09UTC e refere-se às vinte e quatro horas precedentes. A coluna Máximo Diário contém o maior valor diário da precipitação observado durante o período a que correspondem os valores médios que se publicam.

Número de dias[1] :

Os mapas contêm os valores médios do número de dias no mês e no ano em que se observaram os seguintes fenómenos meteorológicos e valores dos elementos climáticos: temperatura mínima do ar inferior a 0.0 °C; temperatura máxima do ar superior a 25.0°C; temperatura mínima do ar superior a 20.0°C (noites tropicais); vento forte e vento muito forte (velocidade média igual ou superior a 36.0 e a 55.0 km/h, respectivamente, em qualquer das observações directas do dia); céu encoberto e céu limpo (nebulosidade média nas observações directas do dia, respectivamente, igual ou superior a 8 e igual ou inferior a 2 décimos); quantidade diária de precipitação igual ou superior a 0.1mm, a 1.0mm e a 10.0mm; precipitação de neve e de granizo ou saraiva; solo coberto de neve; formação de geada; ocorrência de nevoeiro.

1

ESTAÇÕES CLIMATOLÓGICAS: Nas colunas de «número de dias» há por vezes valores 0,0. Tal simbologia significa que a média foi superior a 0,0 e inferior a 0,06.

ANEXO 20

Listagem das espécies da Fauna e da Flora com ocorrência provável na região da propriedade em estudo

QUADRO 1. LISTA DE ESPÉCIES DE ANFÍBIOS DE EXISTÊNCIA PROVÁVEL NA ÁREA DA QUINTA DO VALE DA LAPA. IDENTIFICAÇÃO DA NATURALIDADE: AUT – AUTÓCTONE, EPI – ENDEMISMO DA PENÍNSULA IBÉRICA, EPC – ENDEMISMO DE PORTUGAL CONTINENTAL; DA PRESENÇA NA ÁREA DE ESTUDO: P – POTENCIAL, C – CONFIRMADA; DO ESTUDO DE CONSERVAÇÃO SEGUNDO O *INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE* (IUCN) E DO LIVRO VERMELHO DOS VERTEBRADOS E PORTUGAL (LVVP): NE – NÃO AVALIADA, DD – INFORMAÇÃO INSUFICIENTE, LC – POUCO PREOCUPANTE, NT – QUASE AMEAÇADA, VU – VULNERÁVEL, EN – EM PERIGO, CR – CRITICAMENTE EM PERIGO, RE – REGIONALMENTE EXTINTA, EW – EXTINTA NA NATUREZA, EX – EXTINTA. ESTATUTO NAS CONVENÇÕES INTERNACIONAIS E DIRETIVAS COMUNITÁRIAS DE PROTEÇÃO DA FAUNA: CONVENÇÃO DE BERNA (ANEXOS II E III) E DIRETIVA HABITATS (ANEXOS B-II, B-IV, B-V).

Nome científico	Nome comum	Origem	Presença	IUCN	LVVP	Berna	Habitats
Ordem Caudata							
Família Salamandridae							
Chioglossa lusitanica (Barbosa du Bocage, 1864)	Salamandra-lusitânica	EPI	P	VU	VU	II	B-II B-IV
Salamandra salamandra (Linnaeus, 1758)	Salamandra-de-pintas-amarelas	Aut.	P	LC	LC	III	-
Triturus boscai (Lataste, 1879)	Tritão-de-ventre-laranja	EPI	P	LC	LC	III	-
Triturus helveticus (Razoumowsky, 1789)	Tritão-de-patas-espalmadas	Aut.	P	LC	VU	III	-
Triturus marmoratus (Latreille, 1800)	Tritão-marmorado	Aut.	P	LC	LC	III	B-IV
Ordem Anura							
Família Alytidae							
Alytes obstetricians (Laurenti, 1768)	Sapo-parteiro-comum	Aut.	P	LC	LC	II	B-IV
Família Bufonidae							
Bufo bufo (Linnaeus, 1758)	Sapo-comum	Aut.	P	LC	LC	-	-
Família Ranidae							
Rana iberica (Boulenger, 1879)	Rã-ibérica	EPI	P	NT	LC	II	B-IV
Rana perezi (Seoane, 1885)	Rã-verde	Aut.	C	LC	LC	-	B-V
Família Alytidae							
Discoglossus galganoi (Capula, Nascetti, Lanza, Bullini & Crespo, 1985)	Rã-de-focinho-pontiagudo	EPI	P	LC	VU	II	B-II B-IV
Família Hylidae							
Hyla arborea (Linnaeus, 1758)	Rela-comum	EPI	P	LC	LC	II	B-IV

QUADRO 2. LISTA DE ESPÉCIES DE RÉPTEIS DE EXISTÊNCIA PROVÁVEL NA ÁREA DA QUINTA DO VALE DA LAPA. IDENTIFICAÇÃO DA NATURALIDADE: AUT – AUTÓCTONE, EPI – ENDEMISMO DA PENÍNSULA IBÉRICA, EPC – ENDEMISMO DE PORTUGAL CONTINENTAL; DA PRESENÇA NA ÁREA DE ESTUDO: P – POTENCIAL, C – CONFIRMADA; DO ESTUDO DE CONSERVAÇÃO SEGUNDO O *INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE* (IUCN) E DO LIVRO VERMELHO DOS VERTEBRADOS E PORTUGAL (LVVP): NE – NÃO AVALIADA, DD – INFORMAÇÃO INSUFICIENTE, LC – POUCO PREOCUPANTE, NT – QUASE AMEAÇADA, VU – VULNERÁVEL, EN – EM PERIGO, CR – CRITICAMENTE EM PERIGO, RE – REGIONALMENTE EXTINTA, EW – EXTINTA NA NATUREZA, EX – EXTINTA. ESTATUTO NAS CONVENÇÕES INTERNACIONAIS E DIRETIVAS COMUNITÁRIAS DE PROTEÇÃO DA FAUNA: CONVENÇÃO DE BERNA (ANEXOS II E III) E DIRETIVA HABITATS (ANEXOS B-II, B-IV, B-V).

Nome científico	Nome comum	Origem	Presença	IUCN	LVVP	Berna	Habitats
Ordem Squamata							
Família Phyllodactylidae							
Tarentola mauritanica (Linnaeus, 1758)	Osga-comum	Aut.	P	LC	LC	-	-
Família Anguidae							
Anguis fragilis (Linnaeus, 1758)	Licranço	Aut.	P	NT	LC	-	-
Família Lacertidae							
Lacerta lepida (Daudin, 1802)	Sardão	Aut.	P	NT	LC	II	-
Lacerta schreiberi (Bedriaga, 1878)	Lagarto-de-água	EPI	P	NT	LC	II	B-II B-IV
Podarcis hispanica (Steindachner, 1870)	Lagartixa-ibérica	Aut.	P	LC	LC	-	B-IV
Psammodromus algirus (Linnaeus, 1758)	Lagartixa-do-mato	Aut.	C	LC	LC	-	-
Psammodromus hispanicus (Fitzinger, 1826)	Lagartixa-do-mato-ibérica	Aut.	P	LC	NT	-	-
Família Scincidae							
Chalcides bedriagai (Boscá, 1880)	Cobra-de-pernas-pentadáctila	EPI	P	NT	LC	II	B-IV
Chalcides striatus (Cuvier, 1829)	Cobra-de-penas-tridáctila	Aut.	P	LC	LC	-	-
Família Blanidae							
Blanus cinereus (Vandelli, 1797)	Cobra-cega	EPI	P	LC	LC	-	-
Família Colubridae							
Coluber hippocrepis (Linnaeus, 1758)	Cobra-de-ferradura	Aut.	P	LC	LC	II	B-IV
Elaphe scalaris (Schinz, 1822)	Cobra-de-escada	Aut.	P	LC	LC	-	-
Natrix Maura (Linnaeus, 1758)	Cobra-de-água-viperina	Aut.	P	LC	LC	-	-
Natrix natrix (Linnaeus, 1758)	Cobra-de-água-de-colar	Aut.	P	LC	LC	-	-
Família Lamprophiidae							
Malpolon monspessulanus (Hermann, 1804)	Cobra-rateira	Aut.	P	LC	LC	-	-

QUADRO 3. LISTA DE ESPÉCIES DE AVES DE EXISTÊNCIA PROVÁVEL NA ÁREA DA QUINTA DO VALE DA LAPA. IDENTIFICAÇÃO DA PRESENÇA NA ÁREA DE ESTUDO: P – POTENCIAL, C – CONFIRMADA; DO ESTUDO DE CONSERVAÇÃO SEGUNDO O *INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE* (IUCN) E DO LIVRO VERMELHO DOS VERTEBRADOS E PORTUGAL (LVVP): NE – NÃO AVALIADA, DD – INFORMAÇÃO INSUFICIENTE, LC – POUCO PREOCUPANTE, NT – QUASE AMEAÇADA, VU – VULNERÁVEL, EN – EM PERIGO, CR – CRITICAMENTE EM PERIGO, RE – REGIONALMENTE EXTINTA, EW – EXTINTA NA NATUREZA, EX – EXTINTA. ESTATUTO NAS CONVENÇÕES INTERNACIONAIS E DIRETIVAS COMUNITÁRIAS DE PROTEÇÃO DA FAUNA: CONVENÇÃO DE BERNA (ANEXOS II E III), CONVENÇÃO DE BONA (ANEXOS I E II) E DIRETIVA AVES (ANEXOS A-I, A-II, A-III, D).

Nome científico	Nome comum	Presença	IUCN	LVVP	Berna	Bona	Aves/Habitats
Ordem Anseriformes							
Família Anatidae							
Anas clypeata (Linnaeus, 1758)	Pato-coelheiro	P	LC	EN	III	II	D
Anas platyrhynchos (Linnaeus, 1758)	Pato-real	P	LC	LC	III	II	D
Anas querquedula (Linnaeus, 1758)	Marreco	P	LC	NA	-	-	D
Ordem Accipitriformes							
Família Accipitridae							
Accipiter gentilis (Linnaeus, 1758)	Açor	P	LC	VU	II	II	I
Accipiter nisus (Linnaeus, 1758)	Gavião	P	LC	LC	II	II	A-I
Buteo buteo (Linnaeus, 1758)	Águia-de-asa-redonda	C	LC	LC	II	II	-
Circaetus gallicus (Gmelin, 1788)	Águia-cobreira	P	LC	NT	II	II	A-I
Circus pygargus (Linnaeus, 1758)	Águia-caçadeira	P	LC	EN	II	II	A-I
Elanus caeruleus (Desfontaines, 1789)	Peneireiro-cinzento	P	LC	NT	II	II	A-I
Falco peregrines (Tunstall, 1771)	Falcão-peregrino	P	LC	VU	II	II	A-I
Falco subbuteo (Linnaeus, 1758)	Ógea	P	LC	VU	II	II	-
Falco tinnunculus (Linnaeus, 1758)	Peneireiro	P	LC	LC	II	II	-
Gyps fulvus (Hablizl, 1783)	Grifo	P	LC	NT	II	II	A-I
Hieraaetus fasciatus (Vieillot, 1822)	Águia-perdigueira	P	LC	EN	II	II	A-I
Hieraaetus pennatus (Gmelin, 1788)	Águia-calçada	P	LC	NT	II	II	A-I
Milvus migrans (Linnaeus, 1758)	Milhafre-preto	P	LC	LC	II	II	A-I
Milvus milvus (Linnaeus, 1758)	Milhafre-real	P	EN	CR	II	II	A-I
Neophron percnopterus (Linnaeus, 1758)	Britango	P	EN	EN	II	II	A-I
Pernis apivorus (Linnaeus, 1758)	Bútio-vespeiro	P	LC	VU	II	II	A-I
Ordem Apodiformes							

Nome científico	Nome comum	Presença	IUCN	LVVP	Berna	Bona	Aves/Habitats
Família Apodidae							
Apus apus (Linnaeus, 1758)	Andorinhão-preto	P	LC	LC	III	-	-
Apus pallidus (Shelley, 1855)	Andorinhão-pálido	P	LC	LC	II	-	-
Tachymarptis melba (Linnaeus, 1758)	Andorinhão-real	P	LC	NT	II	-	-
Ordem Caprimulgiformes							
Família Caprimulgidae							
Caprimulgus europaeus (Linnaeus, 1758)	Noitibó-cinzento	P	LC	VU	II	-	A-I
Caprimulgus ruficollis (Temminck, 1820)	Noitibó-de-nuca-vermelha	P	LC	VU	II	-	-
Ordem Charadriiformes							
Família Laridae							
Larus fuscus (Linnaeus, 1758)	Gaivota-d'asa-escura	P	LC	VU	-	-	-
Ordem Ciconiiformes							
Família Ardeidae							
Ardea cinerea (Linnaeus, 1758)	Garça-real	P	LC	LC	III	-	-
Bubulcus ibis (Linnaeus, 1758)	Carraceiro	P	LC	LC	II	-	-
Família Ciconiidae							
Ciconia ciconia (Linnaeus, 1758)	Cegonha-branca	P	LC	LC	II	II	A-I
Ciconia nigra (Linnaeus, 1758)	Cegonha-preta	P	LC	VU	II	II	A-I
Ordem Columbiformes							
Família Columbidae							
Columba livia (Gmelin, 1789)	Pombo-das-rochas	P	LC	DD	III	-	D
Columba palumbus (Linnaeus, 1758)	Pombo-torcaz	P	LC	LC	-	-	D
Streptopelia decaocto (Frivaldszky, 1838)	Rola-turca	P	LC	LC	-	-	-
Streptopelia turtur (Linnaeus, 1758)	Rola-brava	P	VU	LC	III	-	D
Ordem Coraciiformes							
Família Alcedinidae							
Alcedo atthis (Linnaeus, 1758)	Guarda-rios	P	LC	LC	II	-	A-I
Família Upupidae							
Upupa epops (Linnaeus, 1758)	Poupa	P	LC	LC	II	-	-
Ordem Cuculiformes							
Família Cuculidae							

Nome científico	Nome comum	Presença	IUCN	LVVP	Berna	Bona	Aves/Habitats
Cuculus canorus (Linnaeus, 1758)	Cuco	P	LC	LC	III	-	-
Ordem Galliformes							
Família Phasianidae							
Alectoris rufa (Linnaeus, 1758)	Perdiz	P	LC	LC	III	-	D
Ordem Piciformes							
Família Picidae							
Dendrocopos major (Linnaeus, 1758)	Picapau-malhado	P	LC	LC	II	-	-
Dendrocopos minor (Linnaeus, 1758)	Picapau-galego	P	LC	LC	II	.	.
Jynx torquilla (Linnaeus, 1758)	Torcicolo	P	LC	DD	II	-	-
Picus viridis (Linnaeus, 1758)	Peto-real	P	LC	LC	II	-	-
Ordem Passeriformes							
Família Aegithalidae							
Aegithalos caudatus (Linnaeus, 1758)	Capim-rabilongo	P	LC	LC	III	-	-
Família Alaudidae							
Alauda arvensis (Linnaeus, 1758)	Laverca	P	LC	LC	III	-	-
Galerida cristata (Linnaeus, 1758)	Cotovia-de-poupa	P	LC	LC	III	-	-
Lullula arborea (Linnaeus, 1758)	Cotovia-dos-bosques	P	LC	LC	III	-	A-I
Família Certhiidae							
Certhia brachydactyla (Brehm, 1820)	Trepadeira	P	LC	LC	II	-	-
Família Cinclidae							
Cinclus cinclus (Linnaeus, 1758)	Melro-d'água	P	LC	LC	II	-	-
Cisticola juncidis (Rafinesque, 1810)	Fuinha-dos-juncos	P	LC	LC	II	II	-
Família Corvidae							
Corvus corax (Linnaeus, 1758)	Corvo	P	LC	NT	III	-	-
Corvus corone (Linnaeus, 1758)	Gralha-preta	P	LC	LC	-	-	D
Garrulus glandarius (Linnaeus, 1758)	Gaio	P	LC	LC	-	-	D
Pica pica (Linnaeus, 1758)	Pega	P	LC	LC	-	-	D
Família Emberizidae							
Emberiza calandra (Linnaeus, 1758)	Trigueirão	P	LC	LC	III	-	-
Emberiza cia (Linnaeus, 1766)	Cia	P	LC	LC	II	-	-
Emberiza cirlus (Linnaeus, 1766)	Escrevedeira	P	LC	LC	II	-	-

Nome científico	Nome comum	Presença	IUCN	LVVP	Berna	Bona	Aves/Habitats
Família Estrildidae							
Estrilda astrild (Linnaeus, 1758)	Bico-de-lacre	P	LC	NA	-	-	C
Família Fringillidae							
Carduelis canabina (Linnaeus, 1758)	Pintarroxo	P	LC	LC	II	-	-
Carduelis carduelis (Linnaeus, 1758)	Pintassilgo	P	LC	LC	II	-	-
Carduelis chloris (Linnaeus, 1758)	Verdilhão	P	LC	LC	II	-	-
Carduelis spinus (Linnaeus, 1758)	Lugre	P	LC	LC	II	-	-
Coccothraustes coccothraustes (Linnaeus, 1758)	Bico-grossudo	P	LC	LC	II	-	-
Fringilla coelebs (Linnaeus, 1758)	Tentilhão	P	LC	LC	III	-	-
Loxia curvirostra (Linnaeus, 1758)	Cruza-bico	P	LC	VU	II	-	-
Pyrrhula pyrrhula (Linnaeus, 1758)	Dom-fafe	P	LC	LC	III	-	-
Serinus serinus (Linnaeus, 1766)	Milheirinha	P	LC	LC	II	-	-
Família Hirundinidae							
Delichon urbicum (Linnaeus, 1758)	Andorinha-dos-beirais	P	LC	LC	II	-	-
Hirundo daurica (Linnaeus, 1771)	Andorinha-dáurica	P	LC	LC	II	-	-
Hirundo rustica Linnaeus, 1758)	Andorinha-das-chaminés	P	LC	LC	II	-	-
Ptyonoprogne rupestris (Scopoli, 1769)	Andorinha-das-rochas	P	LC	LC	II	-	-
Riparia riparia (Linnaeus, 1758)	Andorinha-das-barreiras	P	LC	LC	II	-	-
Família Motacillidae							
Anthus campestris (Linnaeus, 1758)	Petinha-dos-campos	P	LC	LC	II	-	A-I
Anthus pratensis (Linnaeus, 1758)	Petinha-dos-prados	P	NT	LC	II	-	-
Anthus spinoletta (Linnaeus, 1758)	Petinha-ribeirinha	P	LC	EN	II	-	-
Anthus trivialis (Linnaeus, 1758)	Petinha-das-árvores	P	LC	NT	II	-	-
Motacilla alba (Linnaeus, 1758)	Alvéola-branca	P	LC	LC	II	-	-
Motacilla cinerea (Tunstall, 1771)	Alvéola-cinzenta	P	LC	LC	II	-	-
Motacilla flava (Linnaeus, 1758)	Alvéola-amarela	P	LC	LC	II	-	-
Família Muscicapidae							
Erithacus rubecula (Linnaeus, 1758)	Pisco-de-peito-ruivo	P	LC	LC	II	II	-
Luscinia megarhynchos (Brehm, 1831)	Rouxinol	P	LC	LC	II	II	-
Muscicapa striata (Pallas, 1764)	Taralhão-cinzento	P	LC	NT	II	II	-
Oenanthe oenanthe (Linnaeus, 1758)	Chasco-cinzento	P	LC	LC	II	II	-

Nome científico	Nome comum	Presença	IUCN	LVVP	Berna	Bona	Aves/Habitats
Saxicola rubicola (Linnaeus, 1766)	Cartaxo	P	LC	LC	II	II	-
Família Turdidae							
Monticola saxatilis (Linnaeus, 1766)	Melro-das-rochas	P	LC	EN	II	II	-
Monticola solitaries (Linnaeus, 1758)	Melro-azul	P	LC	LC	II	II	-
Phoenicurus ochruros (Gmelin 1774)	Rabirruivo	P	LC	LC	II	II	-
Turdus merula (Linnaeus, 1758)	Melro	P	LC	LC	III	II	D
Turdus viscivorus (Linnaeus, 1758)	Tordoveia	P	LC	LC	III	-	D
Família Oriolidae							
Oriolus oriolus (Linnaeus, 1758)	Papa-figos	P	LC	LC	II	-	-
Família Paridae							
Parus ater (Linnaeus, 1758)	Chapim-carvoeiro	C	LC	LC	II	-	-
Parus caeruleus (Linnaeus, 1758)	Chapim-azul	P	LC	LC	II	-	-
Parus cristatus (Linnaeus, 1758)	Chapim-de-poupa	P	LC	LC	II	-	-
Parus major (Linnaeus, 1758)	Chapim-real	C	LC	LC	II	-	-
Família Passeridae							
Passer domesticus (Linnaeus, 1758)	Pardal	C	LC	LC	-	-	-
Passer montanus (Linnaeus, 1758)	Pardal-montês	P	LC	LC	III	-	-
Petronia petronia (Linnaeus, 1766)	Pardal-francês	P	LC	LC	II	-	-
Família Sylviidae							
Cettia cetti (Temminck, 1820)	Rouxinol-bravo	P	LC	LC	II	II	-
Hippolais polyglotta (Vieillot, 1817)	Felosa-poliglota	P	LC	LC	II	II	-
*Phylloscopus ibericus (*Ticehurst, 1937)	Felosinha-ibérica	P	LC	LC	II	II	-
Sylvia atricapilla (Linnaeus, 1758)	Toutinegra-de-barrete	P	LC	LC	II	II	-
Sylvia cantillans (Pallas, 1764)	Toutinegra de bigodes	P	LC	LC	II	II	-
Sylvia communis (Latham, 1787)	Papa-amoras	P	LC	LC	II	II	-
Sylvia conspicillata (Temminck, 1820)	Toutinegra-tomilheira	P	LC	NT	II	II	-
Sylvia melanocefala (J. F. Gmelin, 1789)	Toutinegra-dos-valados	P	LC	LC	II	II	-
Sylvia undata (Boddaert, 1783)	Toutinegra-do-mato	P	NT	LC	II	-	A-I
Família Prunellidae							
Prunella collaris (Scopoli, 1769)	Ferreirinha-serrana	P	LC	NT	II	-	-
Prunella modularis (Linnaeus, 1758)	Ferreirinha	P	LC	LC	II	-	-

Nome científico	Nome comum	Presença	IUCN	LVVP	Berna	Bona	Aves/Habitats
Família Regulidae							
Regulus ignicapilla (Temminck, 1820)	Estrelinha-real	P	LC	LC	II	II	-
Regulus regulus (Linnaeus, 1758)	Estrelinha-de-poupa	P	LC	LC	II	II	-
Família Sturnidae							
Sturnus unicolor (Temminck, 1820)	Estorninho-preto	P	LC	LC	II	-	-
Família Sittidae							
Sitta europaea (Linnaeus, 1758)	Trepadeira-azul	P	LC	LC	II	-	-
Família Troglodytidae							
Troglodytes troglodytes (Linnaeus, 1758)	Carriça	P	LC	LC	II	-	-
Ordem Charadriiformes							
Família Scolopacidae							
Actitis hypoleucos (Linnaeus, 1758)	Maçarico-das-rochas	P	LC	VU	II	II	-
Scolopax rusticola (Linnaeus, 1758)	Galinhola	P	LC	DD	III	II	D
Ordem Strigiformes							
Família Strigidae							
Asio otus (Linnaeus, 1758)	Bufo-pequeno	P	LC	DD	II	-	-
Athene noctua (Scopoli, 1769)	Mocho-galego	P	LC	LC	II	-	-
Bubo bubo (Linnaeus, 1758)	Bufo-real	P	LC	NT	II	-	A-I
Strix aluco (Linnaeus, 1758)	Coruja-do-mato	P	LC	LC	II	-	-
Família Tytonidae							
Tyto alba (Scopolis, 1769)	Coruja-das-torres	P	LC	LC	II	-	-

QUADRO FEHLER! KEIN TEXT MIT ANGEGEBENER FORMATVORLAGE IM DOKUMENT.**. LISTA DE ESPÉCIES DE MAMÍFEROS DE EXISTÊNCIA PROVÁVEL NA ÁREA DA QUINTA DO VALE DA LAPA. IDENTIFICAÇÃO DA NATURALIDADE: AUT – AUTÓCTONE, EPI – ENDEMISMO DA PENÍNSULA IBÉRICA, EPC – ENDEMISMO DE PORTUGAL CONTINENTAL, EX - EXÓTICA; DA PRESENÇA NA ÁREA DE ESTUDO: P – POTENCIAL, C – CONFIRMADA; DO ESTUDO DE CONSERVAÇÃO SEGUNDO O *INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE* (IUCN) E DO LIVRO VERMELHO DOS VERTEBRADOS E PORTUGAL (LVVP): NE – NÃO AVALIADA, DD – INFORMAÇÃO INSUFICIENTE, LC – POUCO PREOCUPANTE, NT – QUASE AMEAÇADA, VU – VULNERÁVEL, EN – EM PERIGO, CR – CRITICAMENTE EM PERIGO, RE – REGIONALMENTE EXTINTA, EW – EXTINTA NA NATUREZA, EX – EXTINTA. ESTATUTO NAS CONVENÇÕES INTERNACIONAIS E DIRETIVAS COMUNITÁRIAS DE PROTEÇÃO DA FAUNA: CONVENÇÃO DE BERNA (ANEXOS II E III), CONVENÇÃO DE BONA (ANEXOS I E II) E DIRETIVA HABITATS (ANEXOS B-II, B-IV, B-IV).**

Nome científico	Nome comum	Naturalidade	Presença	IUCN	LVVP	Berna	Bona	Habitats
Ordem Eulipotyphla								
Família Erinaceidae								
Erinaceus europaeus (Linnaeus, 1758)	Ouriço-cacheiro	Aut	P	LC	LC	III	-	-
Família Soricidae								
Crocidura russula (Hermann,1780)	Musaranho-de-dentes-brancos	Aut	P	LC	LC	II	-	-
Sorex granaries (Miller, 1910)	Musaranho-de-dentes-vermelhos	EPI	P	LC	DD	-	-	-
Família Talpidae								
Talpa occidentalis (Cabrera, 1907)	Toupeira	EPI	P	LC	LC	-	-	-
Ordem Chiroptera								
Família Rhinolophidae								
Rhinolophus hipposideros (Bechsteins, 1800)	Morcego-de-ferradura-pequeno	Aut	P	LC	VU	II	II	B-II
Ordem Lagomorpha								
Família Leporidae								
Oryctolagus cuniculus (Linnaeus, 1758)	Coelho-bravo	Aut	P	NT	NT	-	-	-
Ordem Rodentia								
Família Sciuridae								
Sciurus vulgaris (Linnaeus, 1758)	Esquilo	Aut	P	LC	LC	III		-
Família Cricetidae								
Microtus agrestis (Linnaeus, 1761)	Rato-do-campo-de-rabo-curto	EPI	P	LC	LC	-	-	-
Microtus lusitanicus (Gerbe, 1879)	Rato-cego	Aut	P	LC	LC	-	-	-
Família Muridae								
Apodemus sylvaticus (Linnaeus, 1758)	Rato-do-campo	Aut	P	LC	LC	-	-	-
Rattus norvegicus (Berkenhout, 1769)	Ratazana	Aut	P	LC	NA	-	-	-
Mus domesticus (Linnaeus, 1758)	Rato-caseiro	Aut	P	LC	LC	-	-	-
Mus spretus (Lataste, 1883)	Rato-das-hortas	Aut	P	LC	LC	-	-	-

Nome científico	Nome comum	Naturalidade	Presença	IUCN	LVVP	Berna	Bona	Habitats
Ordem Carnivora								
Família Canidae								
Vulpes vulpes (Linnaeus, 1758)	Raposa	Aut	C	LC	LC	-	-	-
Família Mustelidae								
Mustela nivalis (Linnaeus, 1766)	Doninha	Aut	P	LC	LC	III	-	-
Mustela putorius (Linnaeus, 1758)	Toirão	Aut	P	LC	DD	III	-	B-V
Martes foina (Erxleben, 1777)	Fuinha	Aut	P	LC	LC	III	-	-
Meles meles (Linnaeus, 1758)	Texugo	Aut	P	LC	LC	III	-	-
Lutra lutra (Linnaeus, 1758)	Lontra	Aut	P	NT	LC	II	-	B-II, B-IV
Família Viverridae								
Genetta genetta (Linnaeus, 1758)	Geneta	Ex	P	LC	LC	-	-	B-V
Família Herpestidae								
Herpestes ichneumon (Linnaeus, 1758)	Sacarrabos	Ex	P	LC	LC	-	-	B-V
Ordem Artiodactila								
Família Suidae								
Sus scrofa (Linnaeus, 1758)	Javali	Aut	C	LC	LC	III	-	-
Família Cervidae								
Cervus elaphus (Linnaeus, 1758)	Veado	Aut	P	LC	LC	II	-	B-II, B-IV
Capreolus capreolus (Linnaeus, 1758)	Corço	Aut	P	LC	LC	-	-	-

QUADRO 5. LISTA DE ESPÉCIES DE FLORA DE EXISTÊNCIA PROVÁVEL NA ÁREA DA QUINTA DO VALE DA LAPA. IDENTIFICAÇÃO DA NATURALIDADE: AUT – AUTÓCTONE, EPI – ENDEMISMO DA PENÍNSULA IBÉRICA, EPC – ENDEMISMO DE PORTUGAL CONTINENTAL, EX – EXÓTICA, INV - INVASORA; DA PRESENÇA NA ÁREA DE ESTUDO: P – POTENCIAL, C – CONFIRMADA; DO ESTUDO DE CONSERVAÇÃO SEGUNDO O *INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE* (IUCN) E DO LISTA VERMELHA DA FLORA VASCULAR DE PORTUGAL CONTINENTAL (LVFV): NE – NÃO AVALIADA, DD – INFORMAÇÃO INSUFICIENTE, LC – POUCO PREOCUPANTE, NT – QUASE AMEAÇADA, VU – VULNERÁVEL, EN – EM PERIGO, CR – CRITICAMENTE EM PERIGO, RE – REGIONALMENTE EXTINTA, EW – EXTINTA NA NATUREZA, EX – EXTINTA. ESTATUTO NAS CONVENÇÕES INTERNACIONAIS E DIRETIVAS COMUNITÁRIAS DE PROTEÇÃO DA FAUNA: CONVENÇÃO DE BERNA (ANEXOS II E III) E DIRETIVA HABITATS (ANEXOS B-II, B-IV, B-IV).

Nome científico	Naturalidade	Presença	IUCN	LVFV	Berna	Habitats
Divisão Pteridophyta						
Classe Polypodiopsida						
Ordem Osmundales						
Família Osmundaceae						
Osmunda regalis L.	Aut	P	-	-	-	-
Ordem Polypodiales						
Família Blechnaceae						
Blechnum spicant subsp. spicant (L.)Roth	Aut	P	-	-	-	-
Família Dennstaedtiaceae						
Pteridium aquilinum subsp. aquilinum (L.) Kuhn	Aut	C	LC	-	-	-
Família Dryopteridaceae						
Polystichum setiferum (Forssk.) Woynar	Aut	P	-	-	-	-
Família Pteridaceae						
Anogramma leptophylla (L.) Link	Aut	P	-	-	-	-
Cheilanthes hispanica Mett.	Aut	P	-	-	-	-
Família Woodsiaceae						
Athyrium filix-femina (L.) Roth	Aut	P	-	-	-	-
Divisão Spermatophyta						
Sub-divisão Magnoliophytina						
Classe Liliatae						
Ordem Alismatales						
Família Araceae						
Arum italicum subsp. italicum (Mill.)	Aut	P	-	-	-	-
Zantedeschia aethiopica (L.) Spreng	Ex	P	LC	-	-	-
Ordem Asparagales						
Família Amaryllidaceae						

Nome científico	Naturalidade	Presença	IUCN	LVFV	Berna	Habitats
Allium paniculatum L.	Aut	P	LC	-	-	-
Allium vineale L.	Aut	P	-	-	-	-
Família Asparagaceae						
Asparagus aphyllus L.	Aut	P	-	-	-	-
Polygonatum odoratum (Mill.) Druce	Aut	P	-	-	-	-
Ruscus aculeatus L.	Aut	P	-	LC	-	V
Scilla monophyllos Link in Schrad.	Aut	P	-	-	-	-
Família Aspleniaceae						
Asplenium billotii F. W. Schultz	Aut	P	-	-	-	-
Asplenium onopteris L.	Aut	P	-	-	-	-
Família Iridaceae						
Romulea bulbocodium (L.) Sebast. et Mauri	Aut	P	VU	-	-	-
Ordem Dioscoreales						
Família Dioscoreaceae						
Tamus communis (L.)	Aut	P	-	-	-	-
Ordem Orchidales						
Família Orchidaceae						
Orchis mascula (L.) L.	Aut	P	-	-	-	-
Platanthera bifolia (L.) Rich.	Aut	P	-	-	-	-
Ordem Liliales						
Família Smilacaceae						
Smilax aspera (L.)	Aut	P	-	-	-	-
Classe Magnoliopsida						
Ordem Apiales						
Família Apiaceae						
Conopodium majus subsp. marizianum (Gouan) Loret	EPI	P	-	-	-	-
Daucus carota subsp. carota (L.)	Aut	C	DD	-	-	-
Eryngium tenue (L.)	Aut	P	-	-	-	-
Foeniculum vulgare (Mill.)	Aut	P	-	-	-	-
Oenanthe crocata (L.)	Aut	P	-	-	-	-
Pimpinella villosa (Schousb.)	Aut	P	-	-	-	-

Nome científico	Naturalidade	Presença	IUCN	LVFV	Berna	Habitats
Smyrnium olusatrum (L.)	Aut	P				
Heracleum sphondylium (L.)	Aut	P	LC	-	-	-
Família Araliaceae						
Hedera hibernica (G. Kirchn.) Bean	Aut	P				
Hedera maderensis subsp. iberica McAll.	EPI	P	-	-	-	-
Ordem Asterales						
Família Asteraceae						
Andryala integrifolia L.	Aut	C	-	-	-	-
Arnoseris minima (L.) Schweigg. et Kört	Aut	P	-	-	-	-
Aster squamatus (Spreng.) Hieran	Inv	P	-	-	-	-
Calendula arvenses (L.)	Aut	P	-	-	-	-
Carduus tenuiflorus *Curtis*	Aut	P	-	-	-	-
Carlina hispanica Lam.	Aut	P	-	-	-	-
Chamaemelum fuscatum (Brot.) Vasc.	Aut	P	-	-	-	-
Chamaemelum nobile (L.) All.	Aut	C	LC	-	-	-
Cichorium intybus (L.)	Aut	P	-	-	-	-
Cirsium vulgare (Savi) Ten.	Aut	P	-	-	-	-
Coleostephus myconis (L.) Rchb. f.	Aut	P	-	-	-	-
Crepis capillaris (L.) Wallr.	Aut	C	-	-	-	-
Erigeron karvinskianus (DC.)	Ex	P	-	-	-	-
Galactites tomentosus Moench	Aut	P	-	-	-	-
Hypochaeris radicata L.	Aut	C	-	-	-	-
Logfia galica (L.) Coss. & Germ.	Aut	P	-	-	-	-
Petasites fragrans (Vill.) C. Presl	Ex	P	-	-	-	-
Picris echioides (L.)	Aut	P	-	-	-	-
Rhagadiolus edulis Gaertn.	Aut	P	-	-	-	-
Senecio jacobaea L.	Aut	P	-	-	-	-
Senecio vulgaris L.	Aut	P	-	-	-	-
Sonchus oleraceus L.	Aut	P	-	-	-	-
Tolpis barbata (L.) Gaertn.	Aut	C				
Urospermum picroides (L.) Scop. ex. F. W. Schmidt	Aut	P	-	-	-	-

Nome científico	Naturalidade	Presença	IUCN	LVFV	Berna	Habitats
Família Campanulaceae						
Campanula erinus L.	Aut	P	-	-	-	-
Jasione montana var. montana L.	Aut	P	-	-	-	-
Ordem Brassicales						
Família Brassicaceae						
Arabidopsis thaliana var. thaliana (L.) Heynh.	Aut	P	-	-	-	-
Brassica oleracea (L.)	Ex	P	-	-	-	-
Capsella bursa-pastoris (L.) Medik.	Aut	P	-	-	-	-
Cardamine hirsuta L.	Aut	P	-	-	-	-
Murbeckiella sousae Rothm.	EPC	P	NT	LC	I	B-IV
Raphanus raphanistrum subsp. raphanistrum L.	Aut	P	-	-	-	-
Teesdalia nudicaulis (L.) R. Br.	Aut	P	-	-	-	-
Ordem Capparales						
Família Resedaceae						
Sesamoides suffruticosa (Lange) Kuntze	Aut	P	-	-	-	-
Ordem Caryophyllales						
Família Amaranthaceae						
Amaranthus deflexus (L.)	Ex	P	-	-	-	-
Chenopodium album (L.)	Aut	P	-	-	-	-
Família Caryophyllaceae						
Cerastium brachypetalum subsp. brachypetalum Desp. ex Pers.	Aut	P	-	-	-	-
Cerastium glomeratum Thuill.	Aut	P	-	-	-	-
Dianthus lusitanus Brot.	Aut	P	-	-	-	-
Illecebrum verticillatum L.	Aut	C	-	-	-	-
Polycarpon tetraphyllum (L.) L.	Aut	P	-	-	-	-
Sagina apetala Ard.	Aut	P	-	-	-	-
Silene gallica L.	Aut	P	-	-	-	-
Silene latifolia Poir.	Aut	P	-	-	-	-
Silene scabriflora subsp. scabriflora Brot.	Aut	P	NT	-	-	-
Spergula arvenses L.	Aut	P	-	-	-	-
Stellaria media (L.) Vill.	Aut	P	-	-	-	-

Nome científico	Naturalidade	Presença	IUCN	LVFV	Berna	Habitats
Família Phytolaccaceae						
Phytolacca americana L.	Inv	P	-	-	-	-
Família Polygonaceae						
Polygonum aviculare L.	Aut	P	-	-	-	-
Família Polypodiaceae						
Polypodium cambricum subsp. cambricum (L.)	Aut	P	-	-	-	-
Família Portulacaceae						
Portulaca oleracea (L.)	Aut	P	-	-	-	-
Família Polygonaceae						
Rumex acetosa L.	Aut	P	-	-	-	-
Rumex acetosella subsp. angiocarpus L.	Aut	P	-	-	-	-
Rumex bucephalophorus subsp. gallicus L.	Aut	P	-	-	-	-
Ordem Cucurbitales						
Família Cucurbitaceae						
Bryonia dioica Jacq.	Aut	P	-	-	-	-
Ordem Dipsacales						
Família Caprifoliaceae						
Sambucus nigra L.	Aut	P	-	-	-	-
Família Valerianaceae						
Centranthus calcitrapae var. calcitrapae (L.) Dufresne	Aut	P	-	-	-	-
Ordem Ericales						
Família Ericaceae						
Arbutus unedo L.	Aut	P	LC	-	-	-
Calluna vulgaris (L.) Hull	Aut	P	-	-	-	-
Erica arbórea L.	Aut	P	LC	-	-	-
Erica ciliaris L.	Aut	P	-	-	-	-
Erica cinerea L.	Aut	C	LC	-	-	-
Erica umbellata Loefl. ex L.	Aut	C	-	-	-	-
Monotropa hypopitys L.	Aut	P	-	-	-	-
Família Primulaceae						
Anagallis arvenses L.	Aut	C	-	-	-	-

Nome científico	Naturalidade	Presença	IUCN	LVFV	Berna	Habitats
Ordem Fabales						
Família Apiaceae						
Torilis arvensis subsp. purpurea (Huds.) Link	Aut	C	-	-	-	-
Família Cistaceae						
Tuberaria guttata (L.) Fourr.	Aut	P	-	-	-	-
Família Fabaceae						
Acacia dealbata Link	Inv	C	-	-	-	-
Acacia melanoxylon R. Br. in W. T. Aiton	Inv	P	-	-	-	-
Adenocarpus complicatus (L.) J. Gay in Durieu	Aut	P	DD	-	-	-
Coronilla repanda subsp. dura (Poir.) Guss.	Aut	P	-	-	-	-
Erophaca baetica subsp. baetica (L.) Boiss.	Aut	P	-	-	-	-
Lotus parviflorus Desf.	Aut	P	-	-	-	-
Lotus pedunculatus Cav.	Aut	P	-	-	-	-
Medicago arabica (L.) Huds.	Aut	P	-	-	-	-
Medicago lupulina L.	Aut	P	-	-	-	-
Medicago polymorpha L.	Aut	P	LC	-	-	-
Ornithopus compressus L.	Aut	P	-	-	-	-
Ornithopus perpusillus L.	Aut	P	-	-	-	-
Pterospartum tridentatum subsp. tridentatum (L.) Willk.	EPI	P	LC	-	-	-
Trifolium ligusticum Balb. ex Loisel.	Aut	P	-	-	-	
Trifolium repens L.	Aut	P	-	-	-	-
Trifolium resupinatum L.	Aut	P	LC	-	-	-
Trifolium scabrum L.	Aut	P	LC	-	-	-
Trifolium vesiculosum Savi	Aut	P	-	-	-	-
Ulex minor Roth	Aut	C	LC	-	-	-
Vicia angustifolia L.	Aut	P	-	-	-	-
Vicia sativa subsp. sativa L.	Aut	P	-	-	-	-
Ordem Fagales						
Família Betulaceae						
Alnus glutinosa	Aut	P	LC	-	-	-
Betula pubescens subsp. celtiberica Gaertn.	Aut	P	LC	-	-	-

Nome científico	Naturalidade	Presença	IUCN	LVFV	Berna	Habitats
Família Fagaceae						
Castanea sativa Mill.	Ex	P	LC	-	-	-
Quercus robur L.	Aut	C	LC	-	-	-
Quercus rubra L.	Aut	C	LC	-	-	-
Quercus suber L.	Aut	P	LC	-	-	-
Ordem Gentianales						
Família Apocynaceae						
Vinca difformis subsp. difformis Pourr.	Aut	P	-	-	-	-
Família Gentianaceae						
Blackstonia perfoliata subsp. perfoliata (L.) Huds.	Aut	P	-	-	-	-
Centaurium maritimum (L.) Fritsch	Aut	P	-	-	-	-
Família Rubiaceae						
Galium aparine subsp. aparine L.	Aut	P	-	-	-	-
Galium lucidum subsp. lucidum All.	Aut	P	-	-	-	-
Rubia peregrina L.	Aut	P	-	-	-	-
Sherardia arvenses L.	Aut	P	-	-	-	-
Ordem Geraniales						
Família Geraniaceae						
Erodium botrys (Cav.) Bertol.	Aut	P	-	-	-	-
Erodium cicutarium subsp. cicutarium (L.) L*Hér.	Aut	P	-	-	-	-
Geranium dissectum L.	Aut	P	-	-	-	-
Geranium lucidum L.	Aut	P	-	-	-	-
Geranium molle L.	Aut	P	-	-	-	-
Geranium purpureum L.	Aut	P	-	-	-	-
Geranium rotundifolium L.	Aut	P	-	-	-	-
Ordem Juncales						
Família Juncaceae						
Juncus acutiflorus Hoffm.	Aut	C	-	-	-	-
Juncus articulatus subsp. articulatus L.	Aut	P	LC	-	-	-
Juncus bufonius L.	Aut	P	LC	-	-	-
Juncus bulbosus L.	Aut	P	LC	-	-	-

Nome científico	Naturalidade	Presença	IUCN	LVFV	Berna	Habitats
Juncus capitatus Weigel	Aut	P	-	-	-	-
Juncus conglomeratus L.	Aut	C	LC	-	-	-
Juncus effusus subsp. effusus L.	Aut	P	LC	-	-	-
Juncus foliosus Desf.	Aut	P	-	-	-	-
Ordem Lamiales						
Família Acanthaceae						
Acanthus mollis L.	Ex	P	-	-	-	-
Família Boraginaceae						
Myosotis secunda A. Murray	Aut	P	LC	-	-	-
Família Lamiaceae						
Calamintha nepeta subsp. nepeta (L.) Savi	Aut	P	-	-	-	-
Lamium amplexicaule L.	Aut	P	-	-	-	-
Lamium maculatum L.	Aut	P	-	-	-	-
Lamium purpureum L.	Aut	P	-	-	-	-
Lavandula stoechas L.	Aut	P	-	-	-	-
Melissa officinalis L.	Aut	P	-	-	-	-
Mentha suaveolens Ehrh.	Aut	P	LC	-	-	-
Mentha pulegium L.	Aut	C	LC	-	-	-
Prunella vulgaris L.	Aut	P	LC	-	-	-
Teucrium scorodonia L.	Aut	P	-	-	-	-
Família Lentibulariaceae						
Pinguicula lusitanica L.	Aut	P	LC	-	-	-
Família Oleaceae						
Fraxinus angustifolia subsp. angustifolia Vahl	Aut	P	LC	-	-	-
Olea europaea var. europaea L.	Ex	C	-	-	-	-
Família Orobanchaceae						
Orobanche minor Sm.	Aut	P	-	-	-	-
Família Plantaginaceae						
Anarrhinum bellidifolium (L.) Willd.	Aut	P	-	-	-	-
Callitriche stagnalis Scop.	Aut	P	LC	-	-	-
Cymbalaria muralis subsp. muralis G. Gaertn.	Ex	P	-	-	-	-

Nome científico	Naturalidade	Presença	IUCN	LVFV	Berna	Habitats
Digitalis purpurea subsp. purpurea L.	Aut	C	-	-	-	-
Kickxia elatine (L.) Dumort.	Aut	P	-	-	-	-
Linaria saxatilis (L.) Dumort.	EPI	P	-	-	-	-
Plantago coronopus L.	Aut	P	-	-	-	-
Plantago lanceolata L.	Aut	P	VU	-	-	-
Plantago major subsp. intermedia L.	Aut	P	LC	-	-	-
Veronica arvenses L.	Aut	P	-	-	-	-
Veronica hederifolia L.	Aut	P	-	-	-	-
Veronica persica Poir.	Aut	P	-	-	-	-
Família Scrophulariaceae						
Scrophularia grandiflora DC.	EPC	P	LC	-	-	V
Família Verbenaceae						
Verbena officinalis L.	Aut	P	-	-	-	
Ordem Malpighiales						
Família Euphorbiaceae						
Euphorbia exigua subsp. exigua L.	Aut	P	-	-	-	-
Euphorbia helioscopia subsp. helioscopia L.	Aut	P	-	-	-	-
Euphorbia peplus var. peplos L.	Aut	P	-	-	-	-
Mercurialis ambigua L.f.	Aut	P	-	-	-	-
Família Hypericaceae						
Hypericum perforatum L.	Aut	P	-	-	-	-
Família Salicaceae						
Salix atrocinerea Brot.	Aut	P	LC	-	-	-
Família Violaceae						
Viola riviniana Rchb.	Aut	P	-	-	-	-
Ordem Malvales						
Família Cistaceae						
Cistus monspeliensis L.	Aut	C	-	-	-	-
Halimium ocymoides (Lam.) Willk.	Aut	C	-	-	-	-
Ordem Myrtales						
Família Lythraceae						

Nome científico	Naturalidade	Presença	IUCN	LVFV	Berna	Habitats
Lythrum hyssopifolia L.	Aut	P	LC	-	-	-
Lythrum junceum Banks et Sol. ex Russell	Aut	P	LC	-	-	-
Família Myrtaceae						
Eucalyptus globulus Labill.	Ex	C	-	-	-	-
Myrtus communis L.	Aut	C	LC	-	-	-
Ordem Nepenthales						
Família Droseraceae						
Drosera intermedia Hayne	Aut	P	-	-	-	-
Drosera rotundifolia L.	Aut	P	LC	-	-	-
Ordem Oxalidales						
Família Oxalidaceae						
Oxalis corniculata L.	Aut	P	-	-	-	-
Oxalis pes-caprae L.	Inv	P	-	-	-	-
Ordem Piperales						
Família Aristolochiaceae						
Aristolochia paucinervis Pomel	Aut	P	LC	-	-	-
Ordem Poales						
Família Cyperaceae						
Carex elata subsp. reuteriana All.	EPI	P	LC	-	-	-
Cyperus eragrostis Lam.	Ex	P	LC	-	-	-
Cyperus longus L.	Aut	P	-	-	-	-
Família Poaceae						
Agrostis curtisii Kerguélen	Aut	C	-	-	-	-
Anthoxanthum aristatum subsp. aristatum Boiss.	Aut	P	-	-	-	-
Arrhenatherum elatius subsp. bulbosum (L.) P. Beauv. ex J. et L. Presl	Aut	P	-	-	-	-
Avena barbata Link in Schrad.	Aut	P	-	-	-	-
Briza maxima L.	Aut	P	-	-	-	-
Briza minor L.	Aut	P	-	-	-	-
Bromus diandrus Roth	Aut	P	-	-	-	-
Cynosurus echinatus L.	Aut	P	-	-	-	-
Dactylis glomerata subsp. hispanica L.	Aut	P	-	-	-	-

Nome científico	Naturalidade	Presença	IUCN	LVFV	Berna	Habitats
Digitaria sanguinalis (L.) Scop.	Ex	P	-	-	-	-
Festuca ampla Hack.	Aut	P	-	-	-	-
Holcus lanatus L.	Aut	C	-	-	-	-
Hyparrhenia hirta (L.) Stapf in Prain	Aut	P	-	-	-	-
Hyparrhenia sinaica (Delile) Llauradó ex G. López	Aut	C	-	-	-	-
Piptatherum miliaceum subsp. miliaceum (L.) Coss.	Aut	P	-	-	-	-
Poa annua L.	Aut	P	LC	-	-	-
Rostraria cristata (L.) Tzvelev	Aut	P	-	-	-	-
Ordem Proteales						
Família Platanaceae						
Platanus hispanica Mill. ex Münchh.	Ex	P	-	-	-	-
Ordem Ranunculales						
Família Papaveraceae						
Ceratocapnos claviculata (L.) Lidén	Aut	P	-	-	-	-
Chelidonium majus (L.)	Aut	P	-	-	-	-
Fumaria muralis Sond. ex W. D. J. Koch	Aut	P	-	-	-	-
Fumaria officinalis L.	Aut	P	-	-	-	-
Papaver dubium L.	Aut	P	-	-	-	-
Família Ranunculaceae						
Ranunculus ficaria subsp. ficaria L.	Aut	P	-	-	-	-
Ranunculus paludosus Poir.	Aut	P	-	-	-	-
Ranunculus pseudofluitans (Syme) Newbould ex Baker & Foggitt	Aut	P	LC	-	-	-
Ordem Rhamnales						
Família Rhamnaceae						
Rhamnus alaternos L.	Aut	P	-	-	-	-
Ordem Rosales						
Família Moraceae						
Ficus carica L.	Aut	P	LC	-	-	-
Família Rosaceae						
Aphanes australis Rydb.	Aut	P	-	-	-	-
Crataegus monogyna Jacq.	Aut	P	LC	-	-	-

Nome científico	Naturalidade	Presença	IUCN	LVFV	Berna	Habitats
Rubus ulmifolius var. ulmifolius Schott	Aut	C	-	-	-	-
Sanguisorba hybrida (L.) Font Quer	EPI	P	-	-	-	-
Sanguisorba verrucosa (Link ex G. Don) Ces.	Aut	P	-	-	-	-
Família Urticaceae						
Parietaria judaica L.	Aut	P	-	-	-	-
Urtica membranacea Poir.	Aut	P	-	-	-	-
Ordem Rutales						
Família Simaroubaceae						
Ailanthus altissima (Mill.) Swingle	Inv	P	-	-	-	-
Ordem Sapindales						
Família Anacardiaceae						
Pistacia terebinthus L.	Aut	P	LC	-	-	-
Ordem Saxifragales						
Família Crassulaceae						
Crassula tillaea Lest.-Garl.	Aut	P	LC	-	-	-
Sedum album L.	Aut	P	-	-	-	-
Sedum anglicum Huds.	Aut	P	-	-	-	-
Sedum arenarium Brot.	EPI	P	-	-	-	-
Sedum hirsutum subsp. hirsutum All.	Aut	P	-	-	-	-
Sedum pruinatum Brot.	EPI	P	-	-	-	-
Umbilicus rupestres (Salisb.) Dandy in Ridd.	Aut	P	-	-	-	-
Família *Saxifragaceae*						
Saxifraga granulata L.	Aut	P	-	-	-	-
Ordem Solanales						
Família Boraginaceae						
Borago officinalis L.	Aut	P	-	-	-	-
Lithodora prostrata (Loisel.) Griseb.	Aut	P	-	-	-	-
Família Convolvulaceae						
Convolvulus arvenses L.	Aut	C	-	-	-	-
Família Solanaceae						
Datura stramonium L.	Inv	P	-	-	-	-

Nome científico	Naturalidade	Presença	IUCN	LVFV	Berna	Habitats
Solanum chenopodioides Lam.	Ex	P	-	-	-	--
Solanum nigrum L.	Aut	P	-	-	-	-
Sub-divisão Coniferophytina						
Classe Pinatae						
Ordem Pinales						
Família Pinaceae						
Pinus pinaster Aiton	Aut	C	LC	-	-	-
Pinus pinea L.	Aut	C	LC	-	-	-

ANEXO 21

Relatório de Caracterização de Referência do Descritor de Património Arquitetónico e Arqueológico

PROJECTO DE CONSTRUÇÃO DA UNIDADE AVÍCOLA

DO VALE DA LAPA

FREGUESIA E CONCELHO DE GÓIS

RELATÓRIO DA CARACTERIZAÇÃO DE REFERÊNCIA DO DESCRITOR DE PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E ARQUEOLÓGICO

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO 3

2. BREVE DESCRIÇÃO DO PROJECTO 3

3. FASE DO EIA 5

4. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO 6

5. ENQUADRAMENTO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E ETNOGRÁFICO 7

6. METODOLOGIA 10

7. CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA 10

8. AVALIAÇÃO DE IMPACTES 13

9. MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO 13

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS 13

BIBLIOGRAFIA 15

ANEXOS CARTOGRÁFICOS 16

ANEXOS FOTOGRÁFICOS 19

FICHA DE SÍTIO 22

1. INTRODUÇÃO

O presente documento compõe o relatório dos trabalhos de prospeção arqueológica decorridos no âmbito da elaboração da caracterização de referência do descritor de património arquitectónico e arqueológico, desenvolvido com vista à aprovação do Projecto de Construção da Unidade Avícola do Vale da Lapa, no distrito de Coimbra, na freguesia e concelho de Góis.

Os trabalhos arqueológicos justificam-se pela necessidade de identificação de eventuais elementos patrimoniais, nas vertentes arqueológica, histórica e edificada, que se encontrem na área afecta ao referido projecto, assim como de proposta de medidas minimizadoras a aplicar sobre esses elementos, caso venham eventualmente a sofrer impacte arqueológico na sequência da execução do mesmo.

Os trabalhos arqueológicos foram, para o devido efeito, autorizados pela Direção-Geral do Património Cultural, através do ofício S-2018/ 2122 (C.S: 1287934), de 27 de Agosto de 2018, processo nº DRC/ 2018/ 06- 06/ 225/ PATA/ 11122 (C.S: 177191).

De sublinhar que a DGPC propõe "parecer favorável condicionado a que considera como condição *sine qua non* o disposto no 2º § do subtítulo *"O descritor Património Arqueológico em Estudos de Impacte Ambiental"* da Circular *"Termos de Referência para o Descritor Património Arqueológico em Estudos de Impacte Ambiental"* e que assim os documentos que venham a figurar no desenvolvimento do procedimento de Avaliação Ambiental sejam validados pela prévia aprovação do relatório, pela tutela".

"Esta informação, para efeitos de decisão deve ser enviada à DGPC. Do resultado da apreciação, deverá ser dado conhecimento à Srª Drª. Sónia S. Simões bem como Câmara Municipal de Góis".

2. BREVE DESCRIÇÃO DO PROJETO

O projeto previsto desenvolver-se-á numa propriedade com aproximadamente 684. 750. 00 m^2, caracterizada por colinas de grande envergadura.

O projecto implicará a construção de oito conjuntos de pavilhões avícolas, respectivas infraestruturas de apoio e vias de acesso, num total de cerca de 23 153. 27 m^2 de área a construir. Estima-se que as novas construções se traduzam em afectações ao solo a cotas significativas, dado estarem previstas acções de escavação, terraplanagem e depósito, com vista à criação de plataformas artificiais.

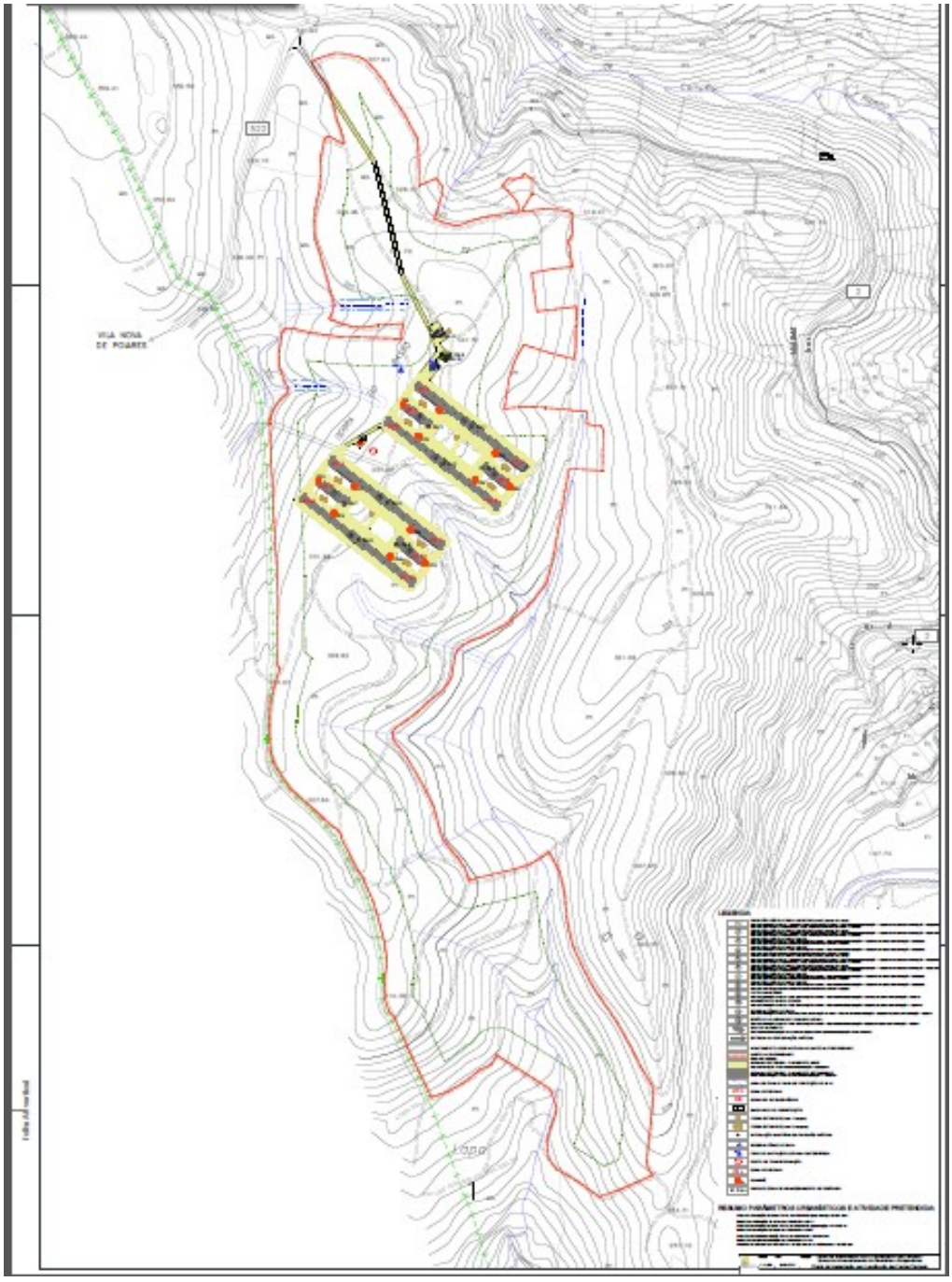


Figura 1 – Planta geral da propriedade visada.

A Amarelo: Área a ocupar pelos pavilhões.

O projeto da instalação avícola do Vale da Lapa não prevê a abertura de novas vias de comunicação. O acesso à área de projeto far-se-á por caminho em terra batida que segue da N2, junto ao cruzamento que direciona para Pombeiro da Beira, Chapinheira e Santa Quitéria.

Com uma área total de 684. 750. 00 m² prevê-se que as afetações do solo dentro da propriedade decorram numa área aproximadamente de 23 153. 27 m², sem que para tal venha a ser necessário qualquer empréstimo de terras exógenas.

Da execução do projeto observa-se que a maior parte da área da propriedade não sofrerá afectação direta dos solos, prevendo-se um índice de utilização do solo de cerca de 3.37%.

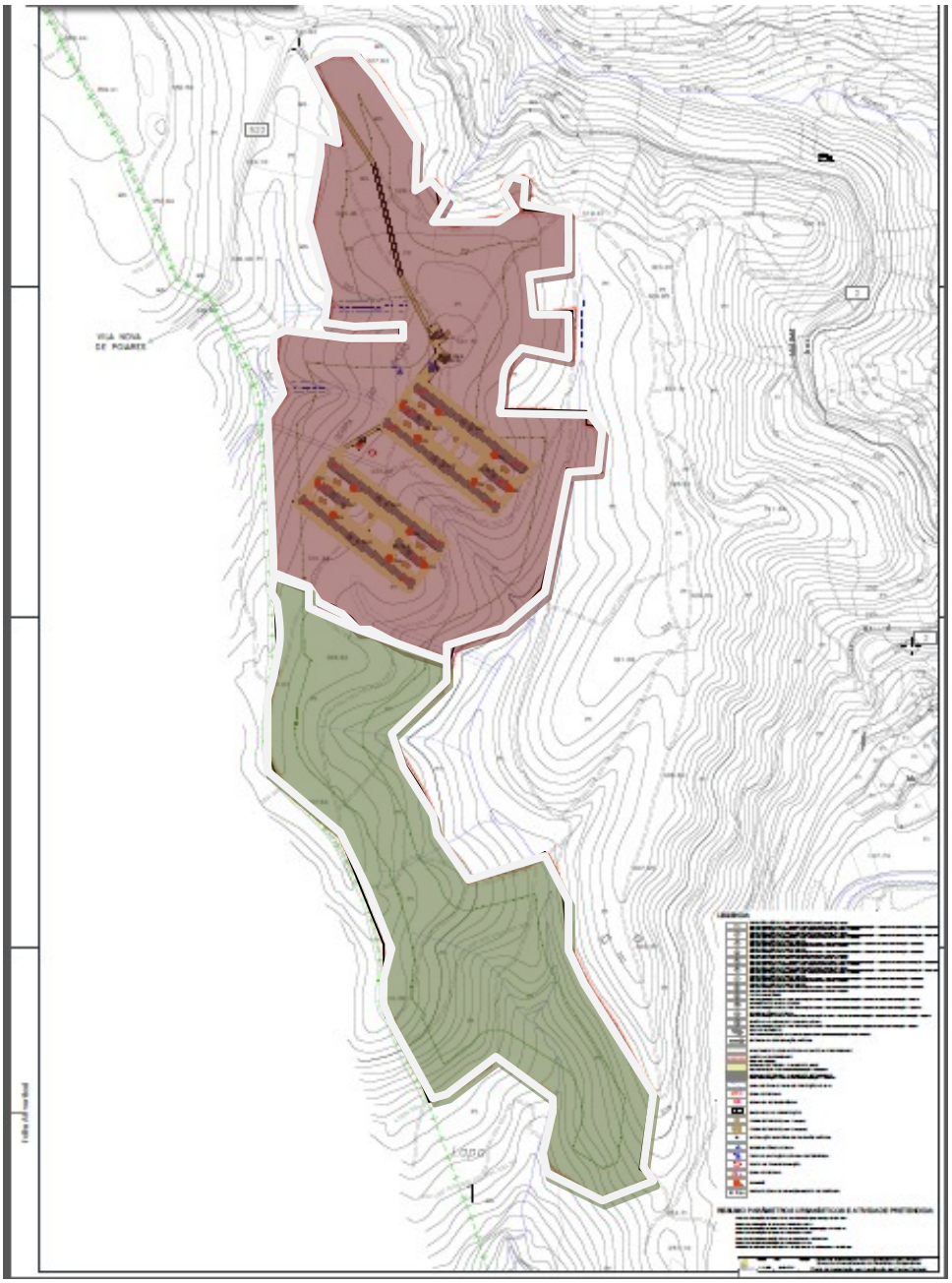


Figura 2 – Planta de incidências na propriedade visada.

A Vermelho: área de incidência direta; **A Verde :** área de incidência indireta.

O abastecimento de água, por seu turno, uma vez que na zona de implantação do projeto não existe rede de abastecimento de água pública, será feito através de um reservatório que ocupará cerca de 104. 75 m² da propriedade.

Quanto à rede de drenagem de águas residuais, tendo em conta que a zona de implantação do projeto não é abrangida por rede de saneamento, o projeto prevê o encaminhamento das águas residuais para fossas estanques. As águas residuais na instalação avícola são provenientes do filtro sanitário e, em casos excepcionais, das lavagens dos pavilhões e equipamentos.

O fornecimento de energia eléctrica será assegurado através da ligação à rede de distribuição de energia, sendo necessária a instalação de um posto de transformação, a construir dentro da propriedade.

3. FASE DO EIA

O projeto visado encontra-se em Projeto de Execução.

4. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO

A Vila de Góis situa-se na parte oriental do distrito de Coimbra, a cerca de 45km dessa cidade. O Concelho de Góis encontra-se assim na Região Centro, incerido na sub-região do Pinhal Interior Norte, numa área montanhosa ladeada pelos rios Mondego e Zêzere, enquadrando-se no complexo xisto-grauváquico que influencia o entendimento da paisagem beirã (PENA, 1996) e fazendo parte do complexo orográfico da Serra da Lousã. Segundo a análise geológica do Concelho de Góis, feita com base na folha 19-D da Carta Geológica de Portugal à escala 1: 50 000 observa-se que o substrato geológico predominante no concelho é a formação de Perais: turbiditos. Os restantes substratos, com muito menor incidência no Concelho, encontram-se situados a Noroeste (RODRIGUES, 2013).

O isolamento geográfico de Góis, acentuado pelas características geográficas das zonas de montanha, originou um povoamento do tipo disperso. Desta forma, as 190 povoações do concelho distribuem-se pelas suas 4 freguesias: Alvares, Góis, Vila Nova do Ceira e União das Freguesias de Cadafaz e Colmeal. Sendo o concelho rodeado a norte por Arganil, Vila Nova de Poiares e Lousã; a nascente por Arganil e Pampilhosa da Serra; a poente pela Lousã e Castanheira de Pêra e a sul por Castanheira de Pêra e Pedrógão Grande.

O Vale do Ceira atravessa a quase totalidade do Concelho de Góis. O relevo é muito acidentado e destacam-se na paisagem as elevações da Serra da Neve (1131m) e da Serra do Penedo (1043m), vulgarmente designada por *Penedos de Góis*.

Na área do concelho mais aplanada, próxima dos cursos fluviais, os campos férteis são propícios à exploração agrícola. Nas zonas mais acidentadas pelo relevo, a população dedica-se, essencialmente, à exploração agro-pecuária e florestal.

5. ENQUADRAMENTO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E ETNOGRÁFICO

A ocupação humana do atual Concelho de Góis poderá remontar à pré-história recente, como o têm revelado os vários testemunhos arqueológicos.

Na base de dados da DGPC (Endovélico), temos a referência de duas mamoas (Cabeço de Aigra, e Lomba Chã), datadas da Idade do Bronze. Bem como de vários vestígios de arte rupestre, como Mestras I e II (Calcolítico), Monte das Mestras III (Idade do Bronze) e de salientar os afamados complexos petroglíficos denominados por Pedra Letreira, classificada como Imóvel de Interesse Público, no ano de 1997, e Pedra Riscada. Estudadas de modo exaustivo por João de Castro Nunes, Augusto Nunes Pereira e Melão Barros.



Figura 3 – Pedra Letreira (Arte rupestre do concelho de Góis).

Existe ainda referência a várias vias, como a Estrada das Malhadas 2, e a Estrada do Pepio (Romano/ Idade Média); e mais recentes, a Via Aigra Velha e a Via Aldeia de Pena (Medieval Cristão/ Moderno).

De salientar ainda o Povoado da Quinta da Torrinha, datado da Alta Idade Média, situado próximo à Vila de Góis, com espólio associado, como cerâmica alto-medieval, cerâmica moderna, numismas do século XIV, entre outros.

Segundo vários autores, Góis foi reconquistada e conheceu uma primeira doação por volta de 1064 /1093. Datando de 1 de Agosto de 1114 um dos documentos mais antigos referentes à vila - a carta da doação de Góis feita por D. Teresa e D. Afonso Henriques a Anião Vestaris (Trastares ou Estrada) pelos serviços prestados.

Em 1516, D. Manuel outorga o foral para a Vila de Góis, concedendo os respectivos privilégios à família dos Silveiras, futuros condes de Sortelha. Um dos seus representantes, D. Luís da Silveira, poeta e embaixador de D. João III na corte de Carlos V, continua a ser hoje uma das figuras históricas mais importantes da vila.

O século XVI corresponde ao período áureo da história de Góis, associado ao nome da família Silveira, principalmente a D. Luís da Silveira - 17º Senhor de Góis, 1º Conde de Sortelha, guarda-mor de D. Manuel e de D. João III -, que morre em Góis, em 1533. D. Luís mandou edificar uma série de edifícios e obras de arte, destacando-se a capela-mor da igreja Matriz, o seu túmulo, no interior do mesmo templo, a capela do Castelo e a ponte real dos três arcos.

D. Diogo da Silveira, 18º Senhor de Góis e 2º Conde de Sortelha, sucede a seu pai, ocupando cargos importantes junto da corte. A D. Diogo se deve a fundação do hospital de Góis e a respetiva capela dedicada ao Espírito Santo, na segunda metade do século XVI, que foram recentemente alvo de uma intervenção arqueológica levada a cabo pelo Município de Góis.

No século XVIII dá-se um surto de desenvolvimento industrial, com a instalação das fábricas de papel na Lousã e posteriormente em Góis, na aldeia de Ponte do Sótão.

Com as reformas de Mouzinho da Silveira, surge o decreto de 13 de Agosto de 1832, que extingue os forais, senhorios e doações régias, tornando-os bens livres. Termina assim o senhorio de Góis.

A primeira junta da paróquia de Góis foi eleita em 1835, pelos treze maiores contribuintes da mesma. E esse regime só será alterado pelo Código Administrativo de 1878, que manda eleger uma junta de freguesia em vez da junta da paróquia. Nascendo a Junta de Freguesia de Góis.

Relativamente a uma abordagem etnográfica observou-se que o Concelho de Góis é predominantemente silvícola e rural, e caracteriza-se, até hoje, por uma agricultura e pastorícia de subsistência, que são complementadas com outras catividades económicas.

Os habitantes da serra, de forma a se adaptarem às escarpas do terreno, criaram muros de sustentação de terras (socalcos), e redes de distribuição de água para a rega e outras estruturas de apoio, como lagares, moinhos e pontes, que ainda hoje se encontram em uso, em muitas zonas do concelho.



Figura 4 – Aldeia de Aigra Nova, Góis.

As aldeias do xisto de Góis são povoações peculiares, quer pela fisionomia dos lugares, quer pela tipologia de uma construção vernacular, em que o xisto está omnipresente, conservando uma imagem rural e uma vivência singulares. A sua interessante arquitetura, de cariz popular, preserva, ainda hoje, as características e materiais de construção originais.

> "As habitações por estas terras serranas, eram pouco confortáveis, e até de muito pouca beleza. As casas eram feitas de pedra e barro, e tal arquitetura, era mais ou menos igual, em todas as terras desta vasta região. As paredes naquele tempo, por falta de posses, não eram revestidas na sua maioria, com o tal reboco de areia e cal, que lhes dava mais beleza e graça, como também mais limpas e confortáveis e mais resguardadas do frio, este, o principal problema desta gente, nas longas noites de inverno, em que

> se fazia passar pelos buracos das paredes, quase que gelando as pessoas, nos seus próprios leitos."
>
> (VICENTE, 1995)

6. METODOLOGIA

Previamente aos trabalhos de campo, foram definidas as áreas de incidência directa e indirecta do projecto, realizada a pesquisa bibliográfica e documental, consultadas as bases de dados das entidades oficiais, recolhidas informações orais junto das populações locais e analisada a toponímia e a fisiografia da região. Decorrido este trabalho de pesquisa, os dados recolhidos foram transpostos para a cartografia, a fim de promover uma prospecção adequada.

No terreno, havíamos perspectivado uma prospecção sistemática da área a afectar no decurso da obra, incluindo acessibilidades. A prospecção sistemática consistiria no percurso integral do terreno, em linhas paralelas equidistantes, distando entre si cerca de 5 metros, com observação directa sobre a superfície do terreno.

Durante o processo de prospecção deveriam ser assinalados sobre base cartográfica os diferentes tipos de visibilidade do solo, preconizando-se a sinalização também das ocorrências patrimoniais eventualmente detetadas.

Previa-se ainda a avaliação sumária das ocorrências arqueológicas identificadas, com vista à hierarquização da sua importância científica e patrimonial.

7. CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA

Previamente à prospeção foram desenvolvidas consultas bibliográficas e consultadas as bases de dados das entidades oficiais. Deste trabalho resultou a não detecção de quaisquer ocorrências patrimoniais dentro da área afecta à empreitada ou nas suas proximidades. Também a recolha de informações orais, assim como a análise da toponímia circundante e da fisiografia do terreno resultou infrutífera quanto à deteção de elementos patrimoniais dentro ou próximo da área a afetar.

Não tendo sido previamente detetadas quaisquer ocorrências patrimoniais na área a prospectar, não houve lugar, consequentemente, à relocalização cartográfica dos dados recolhidos.

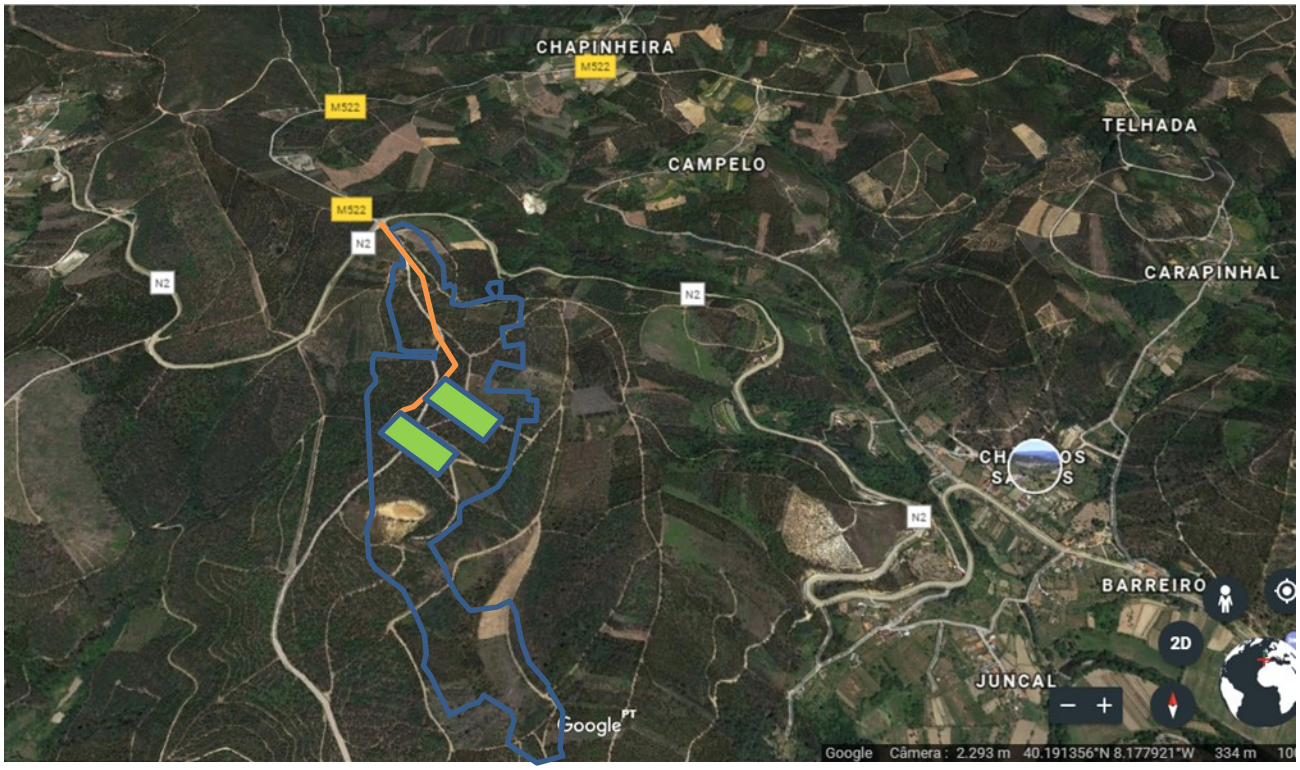


Figura 5 – Ortofotografia sobre a propriedade visada (a azul). Fonte: Google Earth.

Os trabalhos de prospeção foram condicionados pela visibilidade à superfície do terreno que variava entre reduzida e boa, nomeadamente parte da zona de incidência direta do projeto, o que facilitou a prospeção. O local, ocupado por uma extensa área de pinheiro e alguns eucaliptos, ao que tudo indica, teria sido afetado por um incêndio, encontrando-se sem o mato carregado caracteristico da região. A superfície encontrava-se coberta por uma manta morta densa que impediu, contudo, uma prospeção mais detalhada sobre a ocorrência de possíveis vestígios arqueológicos. Sublinhamos o aparecimento em abundância de seixos em quartzito, alguns com grandes dimensões. Devido às condições do terreno não foi possível uma adequada avaliação da ocorrência de eventuais vestígios pré-históricos à superfície do solo. No que toca à presença de afloramentos rochosos, na região, propícios à existência de arte rupestre, estes não foram identificados.

Aquando da prospeção conduzida o solo encontrava-se, na maioria da área a prospetar, coberto por detritos florestais, folhagens e/ ou vegetação, à exceção da zona contígua à represa de água que se encontrava completamente remexida, com água e lama, resultantes de uma possível reflorestação, dado o numero de espécies arbóreas juvenis no local.

Uma vez que grande parte da área afeta ao projecto visado exibia visibilidade reduzida à superfície do solo, não foi possível uma correcta avaliação das eventuais ocorrências arqueológicas ou patrimoniais de superfície, inviabilizando, como tal, a elaboração de uma carta das respectivas distâncias às áreas de afectação directa e indirecta do projecto.

Na área que permitia uma boa observação, tanto quanto foi possível avaliar, não foram detetados quaisquer vestígios patrimoniais.

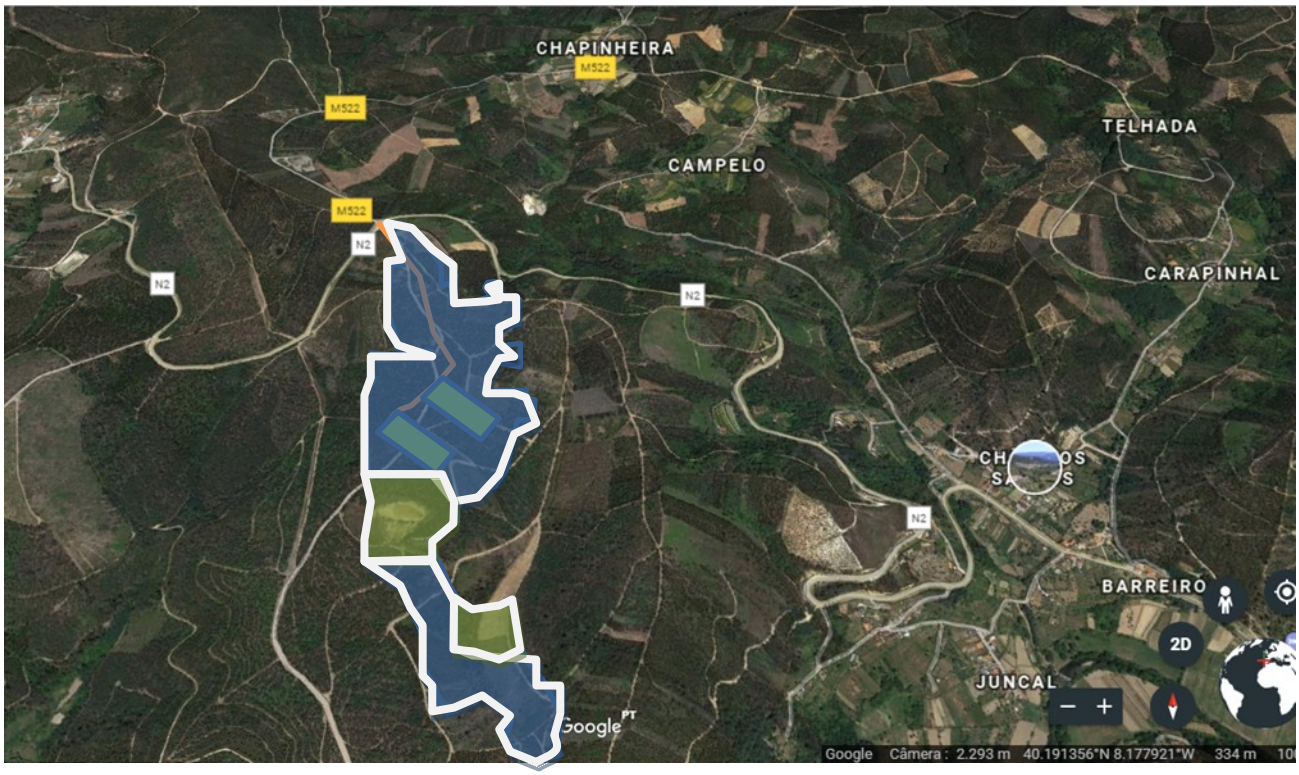


Figura 6 – Planta de visibilidade da superfície do solo.

A Azul: área afeta ao projeto com visibilidade reduzida.

A verde: área afeta ao projeto com boa visibilidade.

Relativamente às acessibilidades à propriedade, acede-se por um caminho em terra batida que parte da N2. Prevê-se que durante a execução do projecto, o acesso à obra se faça por esta via, sem que haja lugar ao alargamento da mesma ou alterações na sua orientação. Da prospecção a este acesso e às suas margens resultou a não detecção de quaisquer vestígios arqueológicos ou patrimoniais.

8. AVALIAÇÃO DE IMPACTES

Uma vez que a superfície do solo na área afecta ao projecto apresentava uma visibilidade reduzida, não foi possível avaliar o potencial patrimonial subjacente à mesma. Deste modo, não é possível estimar previamente os impactes arqueológicos decorrentes do projecto. Consequentemente, não é possível a elaboração de uma Carta de Condicionantes.

9. MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO

Tendo em conta a visibilidade do solo na área a afectar pela execução do projecto visado, propomos as seguintes medidas de minimizações de caracter geral:

Acompanhamento arqueológico, presencial e permanente, de todas as acções de limpeza dos detritos florestais detectados no local, incluindo ablação de raízes arbóreas e arbustivas.

Finalizada a limpeza dos referidos detritos, garantindo a boa visibilidade à superfície do solo, nova prospecção sistemática dentro da área de afectação do projecto, com avaliação dos eventuais vestígios patrimoniais, e consequente comunicação à tutela, com vista à promoção das adequadas medidas de minimização de caracter específico.

Acompanhamento arqueológico, presencial e permanente, de todas as acções que, durante a execução do projecto, venham a implicar revolvimento de terras, dentro da área de afectação do projecto ou das áreas de empréstimo de solos, caso este venha a verificar-se.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

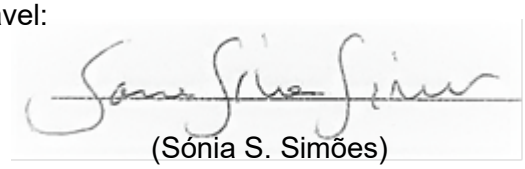
A área afeta ao presente projeto exibia, como se apontou, visibilidade reduzida à superfície do solo, não tendo sido possível uma correta avaliação das eventuais ocorrências arqueológicas ou patrimoniais de superfície e, consequentemente, inviabilizando a sua apropriada prospecção. Tendo em consideração a área subjacente à construção dos pavilhões avícolas previstos, não podemos saber, face ao exposto, o grau de afectação que a execução do projecto venha a exercer sobre os vestígios arqueológicos eventualmente existentes na área a afectar pelo mesmo.

Por este motivo, e tendo em conta a sensibilidade arqueológica e patrimonial da região em que se insere a propriedade visada, nomeadamente de cronologia pré-histórica, com ocorrência de arte rupestre dispersa, propusemos como medidas preventivas

nova prospeção, posterior à limpeza do terreno, assim como o acompanhamento arqueológico de todas as ações de afetação do solo, no decurso das quais se poderá avaliar o verdadeiro potencial arqueológico da área em causa.

Mafra, 11 de Setembro de 2018.

A arqueóloga responsável:



(Sónia S. Simões)

BIBLIOGRAFIA E WEBGRAFIA

- NUNES, João de Castro, BARROS, A. Melão e PEREIRA, Augusto Nunes (1959) - A pedra letreira. In Memórias arqueológicas do concelho de Góis. Góis: Câmara Municipal de Góis, p. 36.

- PENA, António; CABRAL, José, 1996, Roteiros da Natureza, Região Centro, pg. 7- 9.

- RODRIGUES, Tiago Filipe Barata, 2013, Contributos para uma Proposta de Ordenamento de Base Ecológica do Concelho de Góis, Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura Paisagista, Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa.

- SIMÕES, João Alves, 1999, Os Expostos da Roda de Góis; 1784 – 1841, Dissertação para obtenção do grau de Mestre em História Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

- VICENTE, António dos Santos, 1995, Vida e Tradições nas Aldeias Serranas da Beira (Pampilhosa da Serra, Góis, Arganil, Covilhã, Fundão, Oleiros, Sertã e Pedrógão Grande), pg. 54.

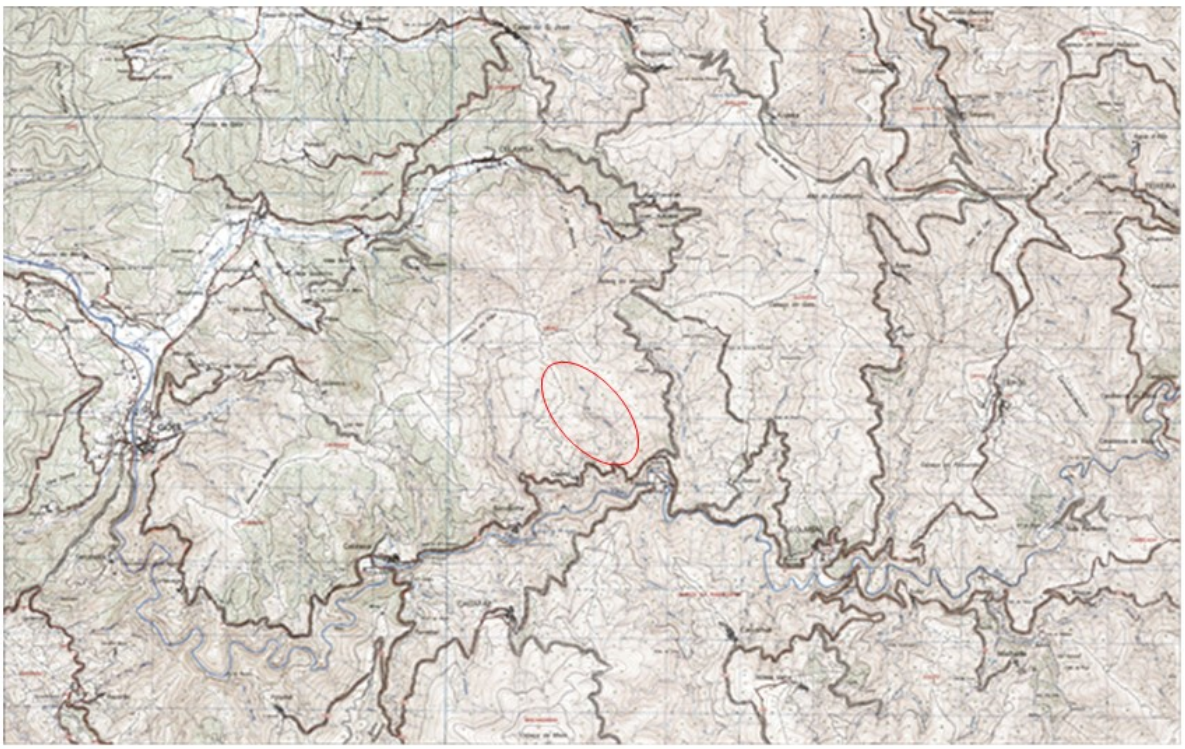
http://www.cm-gois.pt/

http://propertydirectportugal.com/gois-archeology/

www.monumentos.pt

www.patrimoniocultural.pt

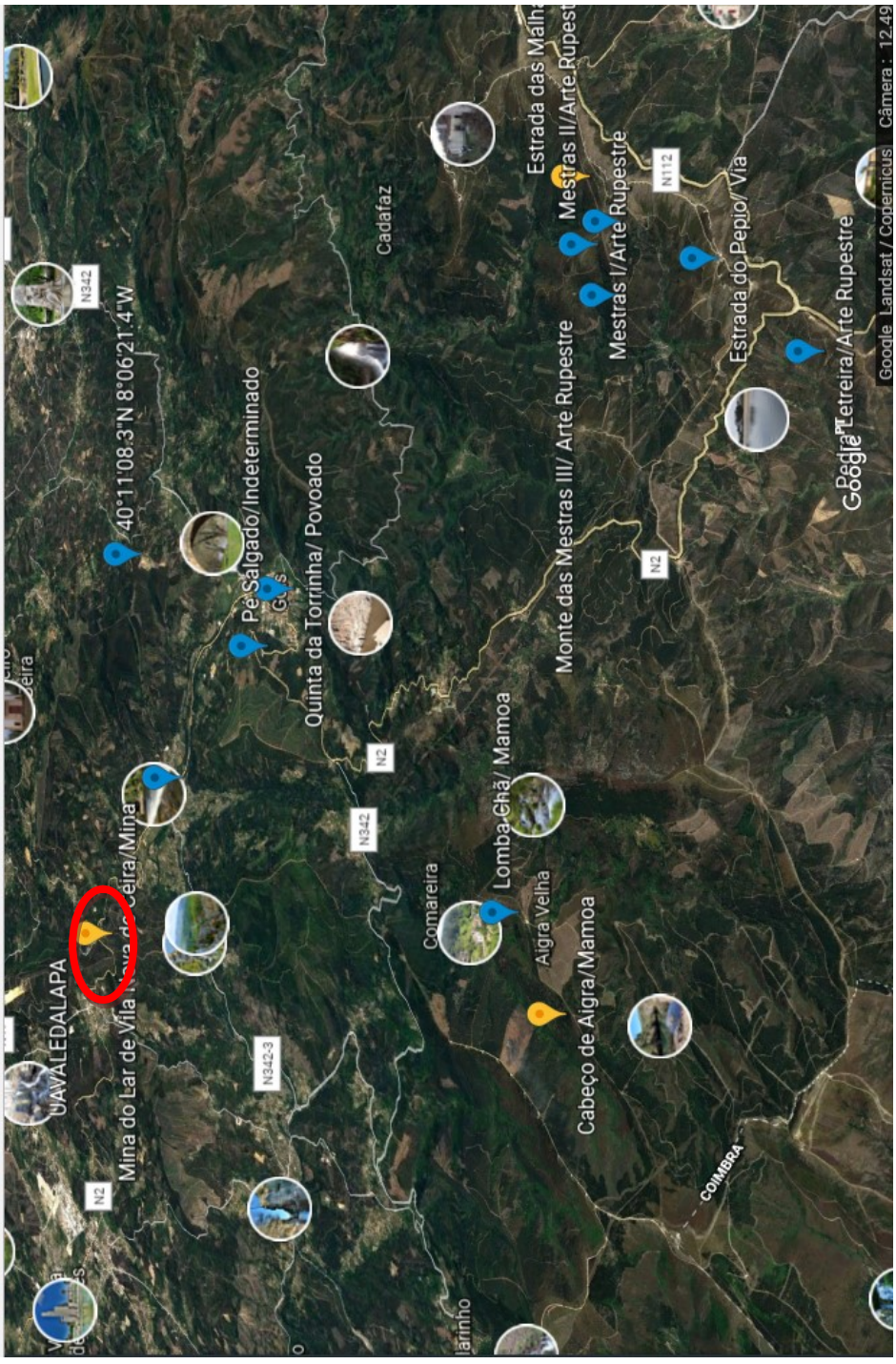
ANEXOS CARTOGRÁFICOS



Mapa 1 – Excerto da Carta Militar de Portugal, Folha 243, com localização da área de implantação do projeto visado (a vermelho). Fonte: CMP à escala 1/25.000, I.G.E., 2ª edição, 1990.



Mapa 2 – Ortofotografia sobre a propriedade visada (a azul). Fonte: Google Earth.



Mapa 3 - Projecção dos Sítios Arqueológicos conhecidos (a azul) nas proximidades da área visada sobre ortofotografia (base: Google Earth), segundo Base de Dados Endovélico - Portal do Arqueólogo

Circulo vermelho: propriedade visada

ANEXOS FOTOGRÁFICOS





Toma da foto sobre planta da propriedade

Fotografia 1 – Aspecto geral da propriedade visada.





Toma da foto sobre planta da propriedade

Fotografia 2 – Especto geral da propriedade visada. Junto à represa de água.





Toma da foto sobre planta da propriedade

Fotografia 3 – Especto geral da superfície do terreno prospetado, quando exibindo visibilidade reduzida.





Toma da foto sobre planta da propriedade

Fotografia 4 – Especto geral da superfície do terreno prospetado, quando exibindo boa visibilidade (represa de água).



Fotografia 5 – Especto geral do caminho de acesso à propriedade.



Fotografia 6 – Caminho de acesso à propriedade, vindo pela N2, direção Góis/ Coimbra. Cruzamento da cortada que segue para a propriedade.

FICHA DE SÍTIO

Designação: Vale da Lapa

Distrito: Coimbra

Concelho: Góis

Freguesia: Góis

Lugar: Vale da Lapa

C.M.P. 1/25.000 - folha n.º 243

Altitude (m): 323m

Coordenadas: Latitude: 40.325836

Longitude: -8.298333

Tipo de sítio: ---

Período cronológico: ---

Recursos hidrográficos: ------

Descrição do sítio (15 linhas): O local é dominado por elevações e depressões consideráveis. O solo encontra-se coberto por detritos florestais à exceção da área contígua à represa de água, onde se encontra completamente remexido.

Proprietários: MULTILAFÕES – Aviário de Multiplicação de Lafões, S.A.

Classificação: ---

Legislação: ---

Estado de conservação: ---

Uso do solo: Florestal

Ameaças: Construção (unidade de produção avícola)

Proteção/Vigilância: ---

Acessos: Partindo de Góis, o acesso a esta zona pode fazer-se através da N2, em direção a Coimbra. Ao chegar ao cruzamento que direciona Pombeiro da Beira, Chapinheira, e Santa Quitéria, virar à esquerda e seguir uma estrada de terra batida em direção à propriedade.

Espólio: Não existente.

Descrição: ---

Local de depósito: ---

Trabalho Arqueológico 2018

Arqueóloga responsável: Sónia S. Simões

Tipo de trabalho: Prospecção arqueológica

Datas de início: 07 de Setembro de 2018 de fim: 09 de Setembro de 2018

Duração (em dias): 3

Projeto de Investigação: ---

Objetivos (10 linhas): identificação de eventuais vestígios arqueológicos ou patrimoniais e sugestão das apropriadas medidas de minimização de impactes arqueológicos.

Resultados (15 linhas): No decurso dos trabalhos de prospeção, constatámos que a área afeta ao projeto previsto se encontrava coberta por detritos florestais, resultando numa visibilidade reduzida à superfície do solo. Consequentemente, não foi possível avaliar de forma adequada o potencial patrimonial da área em causa.

Foram propostas como medidas preventivas, nova prospeção, posterior às acções de limpeza do terreno previstas, assim como o acompanhamento arqueológico a todas as ações de afetação ao solo, no decurso das quais se poderá avaliar o verdadeiro potencial arqueológico da área em causa.

** Preencher de acordo com a lista do Theasaurus do ENDOVÉLICO.

Esta lista poderá ser consultada no *site* da DGPC: www.patrimoniocultural.pt.